

2019.2

Produção editorial:

Universidade do Estado
da Bahia — UNEB,
Campus II, Alagoinhas,
Bahia, Brasil


Fábrika de Letras
Laboratório de Edição

ISSN 2596-2302



ANAIS

SEMINÁRIO INTERLINHAS E SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA

2019.2

SEMINÁRIO INTERLINHAS — 2019.2

Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (Pós-Crítica)

SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA (SIP) — 2019.2

Curso de Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas

SEMINÁRIO INTERLINHAS — 2019.2

Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (Pós-Crítica)

SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA (SIP) — 2019.2

Curso de Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas

ANAIS

Universidade do Estado da Bahia — UNEB, Campus II
Alagoinhas, Bahia, Brasil

Período: 17, 19 e 20 de março de 2020

ANAIS

SEMINÁRIO INTERLINHAS — 2019.2
Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (Pós-Crítica)

SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA (SIP) — 2019.2
Curso de Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas

Universidade do Estado da Bahia — UNEB, Campus II
Alagoinhas, Bahia, Brasil

Período: 17, 19 e 20 de março de 2020



Fábrica de Letras

Laboratório de Edição

Alagoinhas, 2020



Universidade do Estado da Bahia — UNEB
Reitor: José Bites de Carvalho
Vice-Reitor: Marcelo Duarte Dantas de Avila



Dep. de Literatura, Letras e Artes — DLLArtes
Diretora: Profa. Dra. Maria Neuma Mascarenhas Paes
Curso de Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas
Coordenação: Profa. Doutoranda Iramayre Cássia Ribeiro Reis



Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural — Pós-Crítica
Coordenação *pro tempore*: Prof. Dr. Osmar Moreira dos Santos
Vice-Coord. *pro tempore*: Profa. Dra. Áurea da Silva Pereira Santos



Fábrika de Letras
Laboratório de Edição

Laboratório de Edição Fábrika de Letras
Coordenação: Profa. Dra. Edil Silva Costa
Editor: Prof. Dr. Roberto H. Seidel
Editora assistente: Profa. Doutoranda. Gislene Alves da Silva

FICHA CATALOGRÁFICA

S471 Seminário Interlinhas & Seminário Interdisciplinar de Pesquisa (SIP):
Programa de Pós – Graduação em Crítica Cultural (Pós – Crítica),
(2019: Alagoinhas)
Anais: do Seminário Interlinhas: Programa de Pós – Graduação em
Crítica Cultural (Pós – Crítica), Alagoinhas (BA) – 17, 19 e 20 de Março de
2020./ Organização: Gislene Alves da Silva – Alagoinhas, Ba: Fábrika de
Letras, 2020.
302f.

1. Crítica Cultural. 2. Mestrado - Pesquisa. 3. Projetos de pesquisa.
Modos de produção. I. Silva, Gislene Alves da. II. Universidade do Estado
da Bahia.

CDD 306.4

Biblioteca do Campus II / Uneb
Bibliotecária: Rosana Cristina de Souza Barretto - CRB: 5/902

Créditos dos Anais:

Realização: Laboratório de Edição Fábrika de Letras do Pós-Crítica/UNEB
Coordenação editorial: Roberto H. Seidel e Gislene Alves da Silva
Assistente editorial: Érica Oliveira Xavier, Tainara dos Santos Bastos
Revisão: das respectivas orientadoras e dos respectivos orientadores
Imagem da capa: Jeniffer Geraldine Pinho Santos
Disponível em sítio de internet: <https://revistas.uneb.br/index.php/asipc>

Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural — Pós-Crítica:

Endereço: Rodovia Alagoinhas-Salvador — BR 110, Km 3
CEP 48.040-210 Alagoinhas (BA)

Tel.: (75) 3422.1139 / 2102 Ramal 230 — FAX: (75) 3422-1536 / 4677

Endereço eletrônico: secposcritica@uneb.br

Sítio de Internet: <http://www.poscritica.uneb.br/>

Seminário Interlinhas — 2019.2, do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (Pós-Crítica)

Seminário Interdisciplinar de Pesquisa (SIP) — 2019.2, do Curso de Letras, Língua Portuguesa e Literaturas

Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus II
Alagoinhas, 17, 19 e 20 de março de 2020

Comissão Organizadora:

Docentes:

Prof. Dr. Roberto H. Seidel

Profa. Doutoranda Iramayre Cássia Ribeiro Reis

Discentes:

Alisson Vital Oliveira Santos

Érica Oliveira Xavier

Jeniffer Geraldine Pinho Santos

Karla Santos Simões Bastos Macedo

Tainara dos Santos Bastos

Tarcisio Carvalho da Cruz

Técnicos:

Gislene Alves da Silva

Gleison Fernandes da Silva

Comissão de Infraestrutura Campus II:

David Bacelar Costa Seabra (Coordenação TI DEDC II/UNEB)

Delmonte Luiz Matos Junior

SUMÁRIO

| | |
|-------------------|----|
| Apresentação | 9 |
| Textos — Mestrado | 11 |

APRESENTAÇÃO

O Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (Pós-Crítica), sediado no Campus II da UNEB, na cidade de Alagoinhas, é pioneiro ao interiorizar uma proposta de formação de pesquisadores em crítica da cultura, a partir de um diálogo com grupos que mobilizam os aparatos teóricos do pós-estruturalismo.

O *Seminário Interlinhas* é um evento semestral do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, tendo como objetivo o estudo, a reflexão e o debate sobre os projetos de pesquisa em andamento, realizados pelos discentes e docentes, no interior e entre as duas linhas que compõem o programa: *Literatura, Produção Cultural e Modos de Vida; Letramento, Identidades e Formação de Educadores*.

É realizado, portanto, o *Seminário Interlinhas* articulado ao *Seminário Interdisciplinar de Pesquisa (SIP)*, também regular e semestral, do Curso de Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas, como uma estratégia para discutir os modos de produção do corpo docente e discente, da graduação e da pós-graduação, visando à qualificação do Programa. Além disso, como uma forma de repensar a estruturação e o desenvolvimento de seus projetos de pesquisa.

A comissão organizadora

A LINGUAGEM E AS FORMAS JURÍDICAS: UM ESTUDO DISCURSIVO DE “A DEVASSA”

Adonias Alves da Conceição¹

Resumo: Neste trabalho de pesquisa, busca-se fazer um estudo sobre a linguagem e as formas jurídicas: um estudo discursivo da peça jurídica “A devassa”, de acusação e defesa dos envolvidos na Confederação dos Alfaiates, também conhecida como Revolta dos Búzios, publicada em 1998 pela Editora Arquivo público do Estado da Bahia. Propõe-se repensar de forma discursiva a noção de sujeito de direito como ser histórico e transformador do direito e da realidade social. Desse modo, necessita-se entender o sujeito jurídico, como um sujeito de conhecimento e representação, como um referencial a partir do qual o conhecimento é possível e a realidade fica evidente. Esta pesquisa se justifica pelo fato de apontar uma abordagem de compreender o sujeito jurídico na realidade social na qual o mesmo se encontra inserido, além de reconhecer as formas jurídicas que lhes são impostas, tomando como premissa o pensamento crítico, social e discursivo. Para desenvolver o trabalho e atingir os objetivos pretendidos, tomar-se-á como metodologia a análise de discursiva proposta por Pêcheux (1969) e desenvolvida no Brasil por Indursky (2002), Lagazzi (1988), além da noção de sujeito de direito elaborada por Foucault (1976), entre outros. Sendo assim, esta pesquisa torna-se relevante por proporcionar aos leitores uma visão crítica, entender o sujeito jurídico como detentor de direitos e deveres de acordo com o seu contexto social. Além disso, tomar a linguagem jurídica como elemento de contínua construção social.

Palavras-Chave: Estudo Discursivo. Sujeito de Direito. Linguagem e Formas Jurídicas.

¹ Aluno do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, E-mail: adoni_2000@hotmail.com orientado pela profa. Dra. M. Neuma M. Paes E-mail: mpaes@uneb.br.

INTRODUÇÃO

Sabendo que, conforme Foucault (1973), o sujeito de conhecimento tem uma história, e essa história possui uma relação do sujeito com o objeto, ou mais, claramente, a própria verdade tem uma história. O presente estudo terá como base um estudo sobre a linguagem e as formas jurídicas: um estudo discursivo da peça jurídica “A devassa”, mais especificamente, dos sujeitos de discurso, de acusação e de defesa da Confederação dos Alfaiates, também conhecida como Revolta dos Búzios. A obra em análise foi publicada em 1998 pela Editora Arquivo público do Estado da Bahia.

Diante de uma sociedade histórico-cultural, segundo Foucault (1973), percebeu-se que entre as práticas sociais em que a análise histórica permite localizar a emergência de novas formas de subjetividade, as práticas jurídicas, ou mais precisamente as práticas judiciais, estão entre as mais importantes.

Neste trabalho, portanto, busca-se entender o sujeito jurídico como um sujeito de conhecimento e representação, como um referencial a partir do qual o conhecimento é possível e a realidade poderá ser identificada.

À luz dessas informações, faz-se o seguinte questionamento: como os sujeitos jurídicos, de acusação e de defesa, se materializam na peça jurídica de “A Devassa”?

Tem-se como hipótese que as condições de produções, que envolvem os sujeitos, a língua e o contexto sócio-histórico, permitirão que se chegue às formações discursivas. Para isso, considera-se que embora os sujeitos destinador e destinatário, através da língua, estabeleçam a interlocução, as formações imaginárias são diferentes e, por conseguinte, as formações discursivas.

Esta pesquisa se justifica pelo fato de apontar uma abordagem que permitirá compreender a noção de sujeito jurídico na realidade social na qual o mesmo se encontra inserido, além de reconhecer as formas

jurídicas, que lhes são impostas. Tomando como premissa o pensamento crítico, social e discursivo.

Portanto, esta pesquisa torna-se relevante por proporcionar aos leitores uma visão crítica da noção de sujeito jurídico da peça jurídica de “A Devassa”, bem como o estudo discursivo da linguagem e as formas jurídicas presentes na referida obra.

Objetivo geral dessa pesquisa é identificar, através das condições de produção, os sujeitos de discurso que se estabelecem na interlocução, nos autos da peça jurídica de “A Devassa”, na emergência enunciativa do século XIX. E os objetivos específicos são entender o sujeito jurídico como detentor de direitos e deveres de acordo com o seu contexto social; analisar de forma discursiva as formas jurídicas que permeiam a peça jurídica de “A Devassa”; identificar a linguagem jurídica como elemento de contínua construção social.

Dito isto, o estudo discursivo da peça processual de “A devassa” se preocupará em abordar também a análise do discurso entre o sujeito de direito de acusação e de defesa. Por conta da constituição histórica de um sujeito de direito através de um estudo discursivo lotado como um agrupamento de estratégias que constituem parte das práticas sociais; pelo fato de tentar compreender a situação fática do sujeito de direito da peça processual “A Devassa”. Para isso, buscar-se-á fazer questionamentos sobre a construção histórico-social do sujeito de direito como indivíduo transformador, do direito e da realidade social, de modo que o estudo discursivo da peça jurídica “A Devassa” proporcione elucidar a situação fática do sujeito jurídico. Tomando como premissa o pensamento crítico, social e discursivo.

1 PROCEDIMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Neste trabalho, tomar-se-á os procedimentos teóricos e metodológicos da Análise de Discurso Pecheutiana para desenvolver as análises. Tais estudos surgiram na França por volta das décadas de 60 e 70

com uma visão interdisciplinar da Linguística, do Marxismo e da Psicanálise. Esse campo de estudos linguístico faz uma crítica à linguística formalista de Saussure e Chomsky, entende a língua não como uma estrutura, mas sim como um fator histórico e social. Pêcheux vê a linguagem como um efeito de sentido, seus estudos serviram para que os pesquisadores percebessem que a língua é um fator heterogêneo, que precisa ser estudada no contexto de sua realização, pois é influenciada pela ideologia, pelo sujeito e pela história. Os trabalhos de Pêcheux muitos contribuíram para os estudos da linguagem, pois mostram que uso que se faz da língua é ideológico e histórico.

Pode-se perceber então, que a análise do discurso será de grande importância, para o presente estudo, tendo em vista o estudo discursivo da peça processual da obra “A devassa”, que analisará as formações imaginárias tanto dos acusadores, quanto dos acusados.

De acordo com Orlandi (2015), na Análise de Discurso de Pêcheux, tem-se o discurso como uma prática social, em que o sujeito é inconsciente e constituído pela linguagem, não sendo um sujeito consciente e dono do conhecimento. Desse modo, essa área do conhecimento se ocupa em estudar o discurso como um elemento social nas mais variadas situações comunicativas do cotidiano.

1.1 NOÇÕES DE LÍNGUA, SUJEITO, DISCURSO E IDEOLOGIA

De acordo com os estudos de Pêcheux (1997), a língua é um elemento social, que possui sujeito, ideologia e história. Desse modo, a língua é um processo de interação que sofre influência histórica e ideológica, por isso, precisa ser estudada em contexto.

Enquanto a língua é uma atividade social de interação, tem-se um sujeito que faz o uso dela, o qual se pode definir como o agente que pratica a linguagem, que vive em um contexto social movido de histórias e ideologias. Fernandes (2007) afirma que o sujeito deve sempre ser considerado como um ser social apreendido em um espaço coletivo.

Nesse sentido, tem-se um sujeito que pratica a linguagem através de suas formações discursivas que são influenciadas por seu grupo social.

Sabendo que o sujeito vive em sociedade e faz história, o discurso, segundo Orlandi (2015), é a palavra em movimento, a prática da linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. O discurso é um elemento socioideológico que se manifesta pela linguagem, mas que, de acordo com os estudos da Análise do Discurso, Pêcheux (1990), não se pode o dar o mesmo significado da fala, pois esta é individual, e aquele é social.

No que tange à ideologia, Fernandes (2007) a define como uma concepção de mundo do sujeito inscrito em determinado grupo social em uma circunstância histórica. Orlandi (2015) a explica como a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos, ou seja, são um conjunto de ideias, doutrinas e visões de mundo adquiridas pelo sujeito através de suas relações sociais.

Sendo assim, a noção de sujeito de direito e as formas jurídicas interlaçadas a linguagem precisam ser entendidas pela noção de língua, sujeito e discurso e a língua como fator de continua evolução social, que deve ser discutida tanto pelo enunciador, bem como pelo ouvinte. Portanto, presa-se compreender a noção de sujeito de direito de acusação e defesa, e como as produções imaginárias são produzidas.

Discutido anteriormente as noções de língua, ideologia, discurso e sujeito, explicitar-se-á, o sujeito como detentor de direitos e deveres, ou seja, o sujeito de direito e suas produções imaginárias no discurso, do direito canônico a evolução do direito penal no Brasil, referência aos acontecimentos da Revolta dos Búzios na Bahia.

Para explicar as mudanças na concepção de sujeito, Lagazzi (1988) parte dos eventos que aconteceram entre os séculos X e XVIII, nos quais ocorre o enfraquecimento do poder religioso frente ao poder do Estado, com o triunfo do sujeito e da subjetividade, ou antes, instalação de uma política da subjetividade. No século XIII, o sujeito se concebia como um sujeito religioso, totalmente assujeitado ao texto (as escrituras) e ao

dogma, fielmente crédulo à ideologia cristã e aos rituais religiosos. Com o passar do tempo, ao se atingir o auge do século XIII, a sociedade começou a deixar o sistema feudal de lado e urbanizou-se. O lucro do capitalismo levou a sociedade ao um novo patamar e, conseqüentemente, consolidou os ideais de liberdade e do avanço de um aparelho jurídico. Dito isto, nota-se que a reivindicação de seus direitos e liberdades, segundo Lagazzi (1988), conduziram à fundamentação do poder jurídico, com a formação do sujeito de direito. Assim, o sujeito ao mesmo tempo que tem direito, tem deveres, nunca é totalmente livre.

O estudo do direito canônico, proveniente da religião, será de grande importância para a análise e compreensão da constituição do discurso do sujeito de direito, tendo em vista, que ele marca os dogmas a ideologia, os pensamentos presentes nos acontecimentos que permeiam a peça processual “A devassa”.

De acordo com Foucault (1973), por mais paradoxal que seja o conhecimento não está em absoluto inscrito na natureza humana: “o conhecimento não constitui o mais antigo instinto do homem, ou, inversamente, não há no comportamento humano no apetite humano, no instinto humano, algo como um germe de conhecimento” (Foucault, 1973, p. 16). E prossegue,

O mundo não procura absolutamente imitar o homem, ele ignora toda lei, abstenhamo-nos de dizer que existem leis na natureza. É contra um mundo sem ordem, sem encadeamento, sem formas, sem beleza, sem sabedoria, sem harmonia, sem lei, que o conhecimento tem de lutar. É com ele que o conhecimento se relaciona. Não há nada no conhecimento que o habilite, por um direito qualquer, a conhecer esse mundo (FOUCAULT, 1973, p. 16).

As conferências tratadas por Foucault (1973), na sua obra “A verdade e as formas jurídicas” mostram que as condições políticas, econômicas de existência não se configuram mais como uma barreira para o sujeito de conhecimento, mais sim para uma formação de sujeitos de conhecimento, e, por conseguinte, as relações da verdade.

Do ponto de vista metodológico, far-se-á a descrição e interpretação da peça jurídica, levando em consideração as condições de produção, os sujeitos de discurso e as formações discursivas.

RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se com esta pesquisa entender os sujeitos de discurso, de acusação e de defesa através da peça jurídica de “A Devassa”. Trata-se de um trabalho interpretativo que toma como base a linguagem no contexto social em que ocorreu o acontecimento, que ao mesmo tempo que tem uma emergência, tem também uma memória.

REFERÊNCIAS:

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do Discurso: reflexões introdutórias*. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2007.

FOUCAULT, Michel. (Coord). *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão ...um caso de parricídio do século XIX*. Apresentado por Michel Foucault; Trad. Denise Lezan de Almeida. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

FOUCAULT, Michel. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nau Ed., 2003.

LAGAZZI, Suzy. *O desafio de dizer não*. Campinas, SP: Pontes, 1998.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 12. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, Michel (1969). Análise Automática do Discurso. In: GADET; HAK (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: EDUNICAMP, 1990.

PÊCHEUX, Michel. *Discurso: estrutura e acontecimento*. Trad. E. P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1997.

MITOLOGIA E AS POÉTICAS DOS ORIXÁS EM JORGE AMADO: TRADIÇÕES ORAIS EM RESISTÊNCIA

Alisson Vital Oliveira Santos¹

Resumo: O presente artigo intenta investigar as influências da mitologia africana e negro-brasileira na obra de Jorge Amado, *O Compadre de Ogum*, através de personagens que representam os orixás, a citar Ogum e Exu. Para tanto, considerando o valor dos mitos na construção da identidade cultural negra no Brasil, é preciso entender as formas de resistência da oralidade no culto de religiões negro-brasileiras como forma de manutenção e transmissão de suas tradições. Para isso, busca-se ter como base o pensamento teórico de Maria Ignez Ayala e Marcos Ayala no que concerne às tradições orais. Tendo em vista a significativa contribuição de elementos do candomblé, em especial das mitologias dos negros, na construção da literatura amadiana, analisaremos a obra *Irê Ayó: mitos afro-brasileiros*, de Carlos Petrovich e Vanda Machado, para realizar estudo das representações presentes nos mitos e na obra supracitada de Jorge Amado. Pretende-se analisar as representações amadianas dos orixás, especialmente do orixá Exu, como aspectos da cultura negro-brasileira que se estende dos mitos religiosos até a literatura, de modo a compreender as poéticas orais enquanto dispositivo de resistência (AGAMBEN, 2009, p. 28) da cultura negra na literatura de Jorge Amado.

Palavras-Chave: Poéticas dos orixás. Jorge Amado. Representação.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), linha de pesquisa Literatura, produção cultural e modos de vida. Orientadora: Profa. Dra. Edil Costa Silva. Bolsista Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de da Bahia - FAPESB. Membro do Grupo de pesquisa Núcleo das Tradições Oraís e Patrimônio Imaterial - NUTOPIA - Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Endereço eletrônico: alissonvital@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Laroyê, Exu!

A pesquisa em literatura voltada para a tradição oral requer entendimento em torno da cultura. Na presente pesquisa, se faz necessário refletir acerca da cultura no que concerne à cultura negra e suas influências na sociedade brasileira, já que trata-se de uma investigação que tem como foco os sujeitos negros, o candomblé e as representações destes dentro da literatura escrita e oral.

Para atingir os objetivos desta pesquisa, a mitologia e as poéticas dos orixás servirão como base para observação das obras em estudo. Salientamos que esse não se trata do texto final, mas uma explanação sobre, posto que a pesquisa em torno das identidades e representações de Exu e Ogum na Obra *O compadre de Ogum*, de Jorge Amado e em *Irê Ayó: mitos afro-brasileiro* de Carlos Petrovich e Vanda Machado ainda passa pelo processo de investigação.

Desse modo, entendendo que as obras em estudo espelham traços culturais da sociedade e que são baseadas em elementos do mundo real ou os complementam, como é o caso dos mitos, intenta-se usar o método qualitativo, haja vista que esse método busca compreender fenômenos políticos e sociais em que o sujeito está inserido. Tais tipos de fenômenos são representados em *Irê Ayó: mitos afro-brasileiro* de modo mais estreito por ter, além de relação direta com um terreiro, em sua escrita a função de informar e criar outras possibilidades de ver/fazer/manter a cultura religiosa negra. A obra de Amado, por sua vez, faz uso das representações com um outro olhar, não menos cuidadoso, entretanto, pautado no elemento sincrético e baseado na apropriação da mitologia. Dito isso, partimos da premissa que, mais do que influências, Jorge Amado se apropria da mitologia africana ou negro-brasileira e recria os mitos na criação dos personagens Exu e Ogum.

Portanto, estando na encruzilhada da epistemologia, buscamos o apoio de pesquisadores como Muniz Sodré, Vanda Machado, Reginaldo Prandi, Ignez Ayala, Edson Carneiro, dentre outros. Intenta-se, a partir das

investigações, tecer um texto que sirva para colaborar com a construção de um novo pensamento social sobre as representações e identidades, não somente das personagens em análise, Exu e Ogum, mas da tradição oral e da cultura negra-religiosa, de modo mais amplo. Desse modo, espera-se o fortalecimento de dispositivos para a ressignificação dos símbolos negros e a contenção das práticas racistas.

1 CULTURA NEGRA, MITOS E REPRESENTAÇÕES: POÉTICAS E CAMINHOS DE EXU E OGUM

Ao pensar na cultura negra e nas veredas que ela foi obrigada a trilhar para manter-se presente, viva, re-existente na sociedade brasileira, não há como fugir da expressão que se tornou o grande signo do povo diaspórico, o candomblé. É nas casas de axé que a ancestralidade africana resiste no Brasil. Vera Campos (2003) aponta que a escravidão diluiu a identidade do negro, mas que a iniciação no candomblé funciona como forma de *reaver o ser africano* (p. 15), exatamente porque o candomblé mantém, a duras penas, princípios religiosos da sociedade iorubá que modelam a cultura/identidade.

A forçosa vinda dos negros para o Brasil provocou não somente depreciação do corpo negro, mas de todas as formas de produção de vida que ele apreendeu na África e manifestava no Brasil. Era preciso uma espécie de “esvaziamento” desses corpos, mesmo anunciando que o negro era um corpo vazio, que não possuía alma. Diversas tentativas de apagamento da cultura negra fizeram do negro um sujeito reificado. Foi com intento de resistir aos ataques da cultura dominante brasileira que a cultura negra precisou calar e se adaptar.

Muniz Sodré reafirma que

a cultura negra pôde sobreviver, escapar ao extermínio (o mesmo de que foram vítimas, fisicamente, os malês da primeira metade do século XIX), porque se guardou no recesso das comunidades religiosas (os terreiros), disfarçando-se quando queria, silenciando quando devia (SODRÉ, 2004, p. 13).

Assim, a cultura negra precisou, de certo modo, se “mascarar” para sobreviver aos ataques do poder hegemônico. O estudo sobre a representação e as formas de disfarce e silenciamento, símbolos de resistência da cultura diaspórica, serão um dos objetivos da pesquisa. Todavia, é preciso compreender que não se tratou de uma escolha, os negros foram forçados. Para que sobrevivessem e, consigo, suas tradições culturais se condicionam.

Grande parte da cultura iorubá sobrevive no Brasil graças ao candomblé. Negros e indígenas são os povos que contribuem com as tradições orais no Brasil desde o período colonial. Contudo, é a cultura oral negra que deságua por todo o solo brasileiro, fora propagada através da expansão dos cultos religiosos de matriz africana.

Busca-se compreender a oralidade como parte da cultura popular. A oralidade é entendida por Ignez Ayala e Marcos Ayala (2015) como “forma de transmissão, mas, sobretudo, como conjunto de sistemas culturais com visões de mundo, ações, normas e valores estéticos e sociais que envolvem múltiplas temporalidades”. Portanto, a poesia de tradição oral, é uma prática que possui uma organização de saberes, valores e conhecimentos diversificada.

Hoje parte dos mitos dos orixás são conhecidos não mais apenas pela tradição oral, como também pela escrita literária. “O que não se registra o vento leva” afirma Mãe Stella de Oxossi, ao fazer referência a coletânea de contos de Carlos Petrovich e Vanda Machado, *Irê Ayó: mitos afro-brasileiros*. A obra reúne mitos que são parte da tradição do candomblé, contados em especial no Ilê Axé Opô Afonjá. Desde antes de começarem a ser escritos os mitos não ficam restritos a livros específicos do gênero. Jorge Amado, amante da cultura negro-religiosa, usa em muitos de seus romances elementos, símbolos e personagens que são integrantes da mitologia iorubá, do candomblé.

Reginaldo Prandi discorre que é através da literatura amadiana que o candomblé se difunde na sociedade brasileira, e, por ser um dos autores mais traduzidos, esse espalhamento das tradições ganha destaque pelo

mundo. Em obras como *O sumiço da Santa, Jubiabá* e *O Compadre de Ogum*, orixás, lalorixás, laôs, atabaques, terreiros e demais representações do candomblé desenham as tramas dos romances. Entretanto, a presente pesquisa embrenha-se apenas pelos enredos de *O Compadre de Ogum*, no qual os orixás Ogum e Exu se personificam e corporificam para viver os mitos pelas ruas de Salvador.

Irê Ayó: mitos afro-brasileiros, de Vanda Machado e Carlos Petrovich, além de ser uma obra que é parte de um projeto pedagógico do Ilê Axé Opô Afonjá, que usa os mitos como forma de quebra de preconceitos, produzindo novos valores, também reafirma-se como texto que possui na oralidade sua origem, posto que está engendrado nas tradições do candomblé, na poética dos orixás. Petrovich e Machado conservam nos mitos escritos os sentimentos e significados que a mitologia dispõe em sua prática, mas agora nas formas das letras, não mais envolto apenas na poética oral ou nos costumes ritualísticos.

Nas tradições orais as representações se dão no campo da memória. Segundo Leda Martins (2019) a voz e o corpo figuram as performances e práticas rituais, o que, de certo modo, se perde com a escrita, construindo outros métodos de performar as tradições. As obras de Amado e a de Petrovich e Machado trazem formas diferentes de representações de símbolos do candomblé. Ambas figuram sujeitos e elementos do axé diferentemente, realizando escritas ou reescritas de mitos com cunho social díspar em diversos sentidos, mas com semelhanças em outros.

Em *O Compadre de Ogum* Jorge Amado embala a trama apresentando as práticas sincréticas, como se observa no trecho seguinte: “A negra velha Veveva não queria saber de desculpas: o menino não havia de completar um ano de idade em estado de Pagão, como o bicho” (AMADO, 2006. p. 15). A velha Veveva demonstra o quanto se incutiu na filosofia religiosa negra que somente a partir do cristianismo há salvação. Sem isso, o sujeito, mesmo que iniciado nos preceitos do candomblé, seria apenas um bicho. Prandi elucida que o sincretismo intitulava que “quem

era brasileiro devia ser também católico, ou não tinha lugar na sociedade” (2009, p. 50).

Ainda nas palavras de Prandi, “em matéria de religião, Jorge Amado é, antes de mais nada, sincrético” (2009, p. 51), mas atualmente o sincretismo é para os *iniciados* uma das grandes formas de agressão da cultura dominante brasileira, tendo em vista que ele simboliza a diária luta dos ancestrais negros pela sobrevivência. “A palavra sincretismo tem um peso religioso que nos remete aos tempos do Brasil colônia, à sina da escravidão negra a rígida catequese Jesuíta [...]” (BARRETO, 2009. p. 73). O sincretismo é uma representação das feridas que os troncos causaram em toda ancestralidade que cultuava os orixás.

O sincretismo corrobora com a associação de Exu ao diabo, criando um imaginário social totalmente fora do conceito filosófico real que os iorubás atribuíam a ele. Mesmo não sendo o foco da pesquisa, reafirmar o quanto eles são díspares, torna-se necessário, posto que tanto para o povo iorubá em África quanto para o povo de axé no Brasil, “Exu não pode ser Satã pelo simples fato de não haver ‘o mal’ na cosmologia do candomblé” (NUNES, 2011. p. 55).

As obras em estudo apresentam Exu com performances diversas, algumas díspares outras nada semelhantes. Em *Irê Ayó: mitos afro-brasileiros*, o mito “Exu, o que abre e cria caminho” é contado em formato de dramatização com personagens reais como Mãe Stella e algumas iniciadas do Opô Afonjá. Num dos trechos Dona Detinha explica que Exu é como as pessoas, gosta de ser prestigiado, vejamos:

É o seguinte: Quando ele se sente tratado com consideração e respeito ele se comporta de maneira mais decente possível e pode até dar boas ajudas agora no caso contrário, ele faz como determinadas pessoas podem fazer: botar defeito, falar mal. Fica de longe, doido “prá ver o circo pegar fogo” (PETROVICH; MACHADO. 2004. p. 80).

Tanto nos mitos quanto na reescrita amadiana, observa-se que Exu gosta de zelo e respeito, tal qual as pessoas. Os cuidados que ele exige são

de compadrio, se considerarmos sua função dentro dos preceitos da religião. É preciso considerar Exu para que o movimento das situações aconteça sob harmonia. “Nada se faz no candomblé, nenhuma festa, nenhuma obrigação sem antes lhe pedir licença e lhe dá um agrado” (BARRETO, 2009. p. 62), pois ele é quem cuida para que tudo aconteça sem qualquer desarranjo. Sem seu agrado, sem o respeito devido, Exu não colabora, não afasta os possíveis empecilhos, às vezes ele mesmo cuida para que as coisas não ocorram como deveria, apenas para lembrar as pessoas que ele não pode ser esquecido pois, sem ele, orixás e humanos não se comunicam (PRANDI, 2001. p. 20), como o representa Amado em *O compadre de Ogum*.

A importância de Exu e até mesmo o receio em desrespeitá-lo, por parte não só dos humanos, mas também dos orixás, é exposta por Jorge Amado em *O compadre de Ogum* quando Ogum, no dia que antecede ao batizado, “recomendou apenas, e o fez enfática e insistentemente, que não deixassem de fazer, bem cedo pela madrugada na hora de o sol raiar, o despacho de Exu, seu padê. Para ele não vir perturbar a festa. (AMADO, 2006, p. 69)”. Porém, o *tou-fraco* exigido por ele desaparece e os pombos oferecidos não são suficientes para que Exu se contentasse. Além disso, a ialorixá Doninha não o consultou sobre sua satisfação.

Exu pôs *defeito* em não ter recebido o *tou-fraco* que pediu. Os pombos não foram suficientes para que ele viesse a se comportar da *maneira mais decente possível*. As representações observadas no mito e no trecho da escrita de Amado estão estreitamente ligadas. Ambas desencadeiam a reflexão sobre uma das características mais significativas de orixá, os caminhos abertos.

Os mitos iorubás tem funções como a explicação da criação e, também, orientação à vida, para que os caminhos trilhados pelos humanos e os paradoxos da existência possam ser melhor compreendidos. Na mitologia, muitas vezes, os orixás interferem diretamente na vida dos humanos, desconstruindo essa linha que separa sagrado e mortal.

No mito “Ogum defende um pobre homem” de Petrovich e Machado, um homem sofre a perda de seus bens com a chegada de pessoas em sua aldeia. Infeliz e sem perspectiva alguma sobre a vida, ao se lastimar na floresta, Ogum aparece e o questiona o motivo de tanta tristeza. Depois que o homem lhe conta que foi roubado e que por não saber se defender estava preso em sua casa, saindo apenas escondido para procurar alimento, Ogum resolveu ajudá-lo, afirmando que “— Isto não vai ficar assim. Você vai voltar a ser novamente livre e feliz na sua aldeia. Vou limpar seus caminhos por aqui” (p. 17). E assim o fez, tornando o homem novamente livre em sua aldeia e grato pela ação do senhor do ferro.

Um dos elementos que desenvolve o enredo de *O compadre de Ogum* é a interferência do orixá Ogum em um batizado para que os problemas de Massu, filho do orixá Ogum, fossem resolvidos. Vejamos:

Teve uma iluminação, como se o sol explodir sem amarelo, aquele sol castigado, teve um revertério, um troço nos olhos, uma visão: viu nos matos próximos, Ogum, rindo para ele, tudo paramentado, com suas ferramentas, a dizer lhe para ter calma porque ele, Ogum, seu pai, resolveria o problema do padrinho do menino. Massu vir para procurá-lo. Disse e sumiu ligeiro [...] (AMADO, 2001, p. 21).

Machado (2004) considera que a postura do orixá Ogum é a de guerreiro, ele é um herói civilizatório, isto é, um lutador no processo de civilização. Ao passo que guerreira, contribui com a construção e ordem social. Ora, as formas representacionais de Ogum, tanto por Amado quanto por Petrovich e Machado, coincidem ou se confundem, por isso buscaremos com a presente pesquisa perceber de que modo isso acontece, pois notamos a importância da poética dos orixás para a construção da escrita de Jorge Amado, não somente no que concerne aos aspectos da criação literária, mas também na construção do imaginário social, político e cultural.

Nos embasamos no que postula Giorgio Agamben (2009), quando define os dispositivos, para afirmar que os mitos funcionam como

dispositivos de resistência da cultura negra, posto que eles corroboram nos terreiros de candomblé para a construção social do sujeito, suas subjetividades e identidades.

Segundo Agamben (2009), os dispositivos estão atrelados a “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes (p. 40)”. Os mitos funcionam como controladores espiritual e social para os adeptos do candomblé. Transcendem as regras e as condutas espirituais. A mitologia nos terreiros cria estratégias de sobrevivência do sujeito negro frente às necessidades e os sentimentos produzidos pelo sistema político-social, dentro e fora do terreiro. Mitos orientam e conduzem de acordo com ensinamentos ancestrais que servem “como modelo de conduta para os que vivem hoje (PRANDI, p. 166)”. Mitos são dispositivos mantenedores das tradições diaspóricas.

2 CAMINHOS QUE NÃO SE FECHAM, NÃO TEM FIM

Para pensar os modos de representação de Exu e Ogum nas práticas e das tradições do candomblé, através dos mitos e da literatura, na obra de Amado, é preciso refletir em torno da construção do sujeito negro no imaginário da sociedade brasileira. O candomblé, religião nascida no colo do povo negro, é a tradição religiosa brasileira que mantém muitos dos costumes africanos em nossa cultura, por isso ainda sofre com o racismo estrutural. Observamos, a partir das pesquisas realizadas, que as expressões orais são elementos que fortalecem o terreiro.

A mitologia constitui-se como partitura da organização hierárquica e social do ilê. Ela não está atrelada apenas aos processos ritualísticos, (ELBEIN, 2004) mas a toda a composição social a que o terreiro e os *iniciados* estão inseridos. Logo, busca-se, também, com a presente pesquisa, investigar como e porque a mitologia dos orixás rompe os muros do *ilê axé* para assumir a função político-social.

Acreditamos que o orixá Ogum limpa os caminhos ao passo que Exu vai a frente abrindo, desenhando encruzilhadas. Ogum entra na trama da pesquisa como mais um sujeito negro diaspórico que tem representações diversas na sociedade brasileira, seja por meios da oralidade ou da escrita. Ambos orixás, possibilitam diversas veredas para o estudo das poéticas orais nas obras. A pesquisa na geratriz da produção sígnica (MARTINS, 2019), a encruzilhada, é posta para que mais hipóteses e objetivos sejam forjados e desvendados.

Portanto, dentro da perspectiva da crítica cultural, delinea-se a presente pesquisa, visando não somente analisar os ditames supracitados, mas também potencializar as tradições orais negras enquanto elementos sociais que corroboram com a construção da identidade dos sujeitos negros e negras do candomblé. Vale salientar que o presente texto expõe apenas traços dos caminhos que a pesquisa vem abrindo. Sendo assim, torna-se evidente que aqui não se esgotam as hipóteses de representações e identidades dos orixás de Exu e Ogum. Nesta pesquisa, muito caminhos ainda serão abertos e limpos. Laroyê! Patacori, Ogum!

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.

AYALA, Maria Ignez Novais. AYALA, Marcos. *Metodologia para pesquisa das culturas populares: uma experiência vivenciada*. Crato: Edson Soares Martins Ed., 2015.

AMADO, Jorge. *O Compadre de Ogum*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

AMADO, João Jorge; AMADO, Paloma Jorge; AMADO, Zélia Gattai. *Jorge Amado: um baiano romântico e sensual*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

BARRETO, José Jesus. *Candomblé da Bahia: resistência e identidade de um povo de fé*. Salvador: Slisluna Design e Editora. 2009.

CAMPOS, V. F. A. *Mãe Stella de Oxossi: perfil de uma liderança religiosa*. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed. 2003.

DIDI, Mestre. *Contos crioulos da Bahia*. Salvador: núcleo cultural Níger Okàn, 2004.

LEITE, Gildeci de Oliveira. *Jorge Amado da ancestralidade à representação dos orixás*. Salvador: EDUNEB, 2013.

NUNES, Karliane Macedo. *Laróyè, Exu: imagens e mitos do orixá mensageiro na fotografia de Mario Cravo Neto*. Editora: EDUFBA, 2011.

HUALL, Stuart. *A identidade cultura na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

HUALL, Stuart. *Que cultura negra é essa*. In: *Da diáspora*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2003, p. 335-339.

MACHADO, Vanda. *Àqueles que têm na pele da Cor da Noite: ensinâncias e aprendências com o pensamento africano recriado na diáspora*. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp015798.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2020.

MARTINS, LEDA. *Performances da Oralitura: corpo, lugar da memória*. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11881>. Acesso em 10 de mar. 2020.

PETROVICH, Carlos; Machado, Vanda. *Irê Ayó: mitos afro-brasileiros*. Salvador: UDUFBA, 2004.

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos Orixás*. São Paulo: Cia da Letras, 2001.

PRANDI, Reginaldo. *Contos e lendas afro-brasileiros: a criação do mundo*. São Paulo: Cia. das letras, 2007.

PRANDI, Reginaldo. *Religião e sincretismo em Jorge Amado*. In: Lilia Mortitz Schwarcz; Ilana Seltzer Goldstein (Org.). *O universo de Jorge Amado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, v. 1, p. 46-61.

SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

DISSIDÊNCIAS SEXUAIS E DE GÊNERO EM HQS: PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES

Angelina Michele Vasconcelos¹

Resumo: A importância da leitura em HQs revela-se como possibilidade de visão crítica das identidades LGBTQi+. Nesse ínterim, apresentam um veio dramático em que as identidades sexuais abalam paradigmas e que passam a ser questionadas na representação da obra. O estudo direciona para esse corte discursivo movido para heróis gays e como os deslocamentos aí relacionados às subjetividades ganham significativos de cortes e de recortes binários e não binários para os gêneros de sujeitos em ação. Tem por interesse analisar os discursos relacionados ao corpo e a sexualidade do herói gay. Se tramas em HQs produzem os heroicos homens machos, a introdução de novos capítulos de histórias toma conta de produções desses periódicos. Ademais, leva em consideração o papel do herói, revelando homens cisgêneros, heterossexuais, masculinidades por perfis identitários via as imagens e linguagens que incorporam. Dessa maneira, o texto com o qual busco compreensões aí filtradas pelas HQs se constitui por um foco político e discursivo importantes para descolonizar posturas e posições centralizadoras, e vem dando aberturas para conhecimentos mais diversos, de modo a ver e a perceber o acionamento do espaço social e do saber se expressando com as questões sobre as identidades de gênero e de sexualidades.

Palavras-Chave: HQs. Dissidências de Gêneros e sexualidades. Subjetividades.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural sob orientação do Prof. Dr. Paulo César García. Departamento de Linguística, Literatura e Artes | Campus II da Universidade do Estado da Bahia. Endereço eletrônico: mi_vsb@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

A abordagem deste artigo parte da análise de histórias em quadrinhos, nas quais os personagens gays se fazem presentes. Se tramas nessas histórias produzem os heroicos homens machos. Ademais, leva em consideração o papel do herói, revelando homens cisgêneros, heterossexuais, masculinidades por perfis identitários via as imagens e linguagens que incorporam. Tais histórias desconstroem um modelo patriarcal de criação? Há ascensão LGBTQi+ através da produção cultural e do desenvolvimento da genealidade gay para engajar uma política de resistência e propiciar subjetividades e identidades numa sociedade de supremacia heterossexual? Tal estudo busca suspender o véu da invisibilidade, a fim de desconstruir conceitos e categorias que os relatos permitem construir. A fonte estabelecida para o estudo, destina-se para a coleta de HQs, a qual está no plano de análise, cujas narrativas são significativas diante do modo como configuram outras formas de experiências de vida que LGBTQi+ enaltecem e rompem com a heteronormatividade compulsória e o binarismo.

Qual problema instiga o estudo que busco investigar? Há desde a década de 50, uma higienização dos personagens das HQs, associado ao mito da masculinidade, a qual ratifica o machismo, bem como à heterossexualidade. Nesse contexto, segundo Barros (2019), as histórias em quadrinhos fazem parte da indústria cultural e, por isso, veiculam ideologias que reiteram estereótipos. Assim, analisar a importância destas histórias, situando a performance de personagens homoeróticos como forma de visualizar a identidade heroica e erotizada, exercendo o poder de fala fora dos padrões heteronormativos.

Tal estudo demanda a compreensão de como a heterossexualidade tóxica e heterossexista podem ser lidas sem a conformidade do sistema cultural binário, o que atinge o significado de herói por outro parâmetro da existência, assim como a representação dos personagens homo-orientados. Tais entrosamentos serão possíveis através de revisão bibliográfica, análise de artigos e de HQs, periódicos para visibilizar uma

noção de quais valores sociais e culturais influenciam nas representações. De sorte que tal análise, desdobrará referenciais demarcados e compreensões críticas a respeito de temas LGBTQi+ dentro do universo das histórias criadas.

Enfim, trata-se de um estudo que visa entender como as HQS são perpetuadores ou renovadores de valores morais, principalmente no que tange a uma minoria estigmatizada, que pode, nesses discursos, encontrar elementos de aceitação ou perpetuação das violências sofridas. Segundo o personagem, Estrela Polar, “ser diferente é como dar pedras para os outros atirarem em você”. Contudo, por que continuar perpetuando tal maneira heteronormativa e binária na sociedade atual?

I. HQS E DISSIDENTES: AGENTES DA DESNORMATIZAÇÃO

As histórias em quadrinhos, indubitavelmente, são possibilidades de naturalização de valores, modelos e paradigmas que são decalcados na memória coletiva sob a forma de representações, que são absorvidas como normas e verdades por meio do senso comum, ou seja, de acordo com Oliveira (2007, p. 23), “as histórias em quadrinhos convertem-se em possibilidades de naturalização de valores, modelos e paradigmas que são decalcados na memória coletiva sob a forma de representações, que são absorvidas como normas e verdades”. De maneira idêntica, o silenciamento do corpo é feito por meio de instrumentos, os quais tendem a silenciar, dentre outras coisas, a sexualidade. Contudo, Foucault (1994) pensa gênero a partir de uma crítica a outras concepções inclusive a do sexo x gênero, visto que “sexo” está associado a uma história ou se é uma estrutura dada, isenta de questionamento em vista de sua indiscutível materialidade — teoria social associada ao gênero, enquanto sexo pertenceria ao corpo e à natureza, já que o corpo aprende a agir, a partir da relação com o outro. Todavia, este enquadramento não deveria existir, posto que o corpo é uma superfície fora da cultura, sobre o qual se imprime novos significados, mas nunca os ressignifica.

Outrossim, cabe as produções, desconstruir um modelo patriarcal de criação e não cair no clichê dos riscos das que rompem e se emancipam, uma vez que ao se fazer gênero, aprende-se normas de conduta a partir daquilo que é dito como comportamento para o sujeito. Em síntese, a literatura LGBTQi+ rompe com a cultura da vergonha; com a patologia, desordem mental, já que antes eram tratados como aberrantes — uma desumanização pela opressão e exploração através da dissimulação — uma prática de lançar mão de qualquer aparência necessária para manipular uma situação.

II. DISSIDÊNCIAS SEXUAIS E DE GÊNERO: UMA BREVE ANÁLISE CONCEITUAL

Nos séculos XIX e XX, segundo Inácio (2004), dissidentes sexuais e de gênero contestaram o “modelo de masculinidade” — valores sociais estéticos portugueses e europeus, tendo como fruto da contestação, um sujeito homoeroticamente manifesto. Nessa perspectiva, dissidente não é considerado humano, devido a heteronormatividade compulsória, estando assim em risco, pois humanidade do corpo está relacionada a identidade de gênero. Assim, para Foucault (1988), “se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, à inexistência e ao mutismo, o simples fato de falar dele e de sua repressão possui como que um ar de transgressão deliberada”. Consequentemente, as identidades sexuais passaram a ser questionadas, por não abarcar todas as complexidades e pluralidades da sexualidade, de tal forma surge a necessidade de transformação da visão niilista. Assim, nasce um sujeito dono de si, aquele que é capaz de dominar seus prazeres, de fazer um bom uso deles, capaz de relacionar-se consigo e com os outros de maneira própria, haja vista a consciência de si precisa da representação social — a cena do reconhecimento — o exercício de olhar para o corpo e tornar-se sujeito.

Inegavelmente, dissidentes são pessoas que rejeitam as normas patriarcais estabelecidas, os quais saem das cadeias de repetição. Por outro lado, a noção de patriarcado, defendida por Butler (2004), naturaliza o desejo heterossexual, visto que tem um modelo fora do

mundo social, e não reconhece outras formas de identidade de gênero e orientação sexual. Para tanto, como resultado há o cerceamento da humanidade, à medida que a partir do corpo, do não conhecimento e do não reconhecimento, encontram-se em situação de vulnerabilidade social, por exemplo, se o indivíduo não existe, logo não há crime.

Dessa maneira, os corpos dissidentes revelam-se como possibilidade de visão crítica das identidades LGBTQi+, sob o mesmo ponto de vista Díaz-Benítez e Figari (2009) que acreditam nas experiências no campo do sexo-gênero, haja vista operam nas fronteiras do erótico e erógeno normativo: construindo, inventando, propiciando diversas apresentações de si. Demais, segundo Louro (2004), dissidentes são sujeitos que se recusam a fixidez das limitações e assumem identidades, administrando e extraíndo prazer do processo de ruptura e não só no resultado, ou seja, significa deslocamento, uma possibilidade de dever ser, as quais são construídas sobre a transgressão, sendo este produto e produtor do sistema social.

III. HISTÓRIAS EM QUADRINHOS: O QUE SÃO?

O gênero textual HQs, segundo Bakhtin (2003), é classificado como um tipo de texto narrativo, pois predomina na composição do discurso das sequências narrativas, mesmo que interrompidas, algumas vezes, pelas sequências descritivas. Inquestionavelmente, as manifestações discursivas relacionam-se a um tipo de atividade humana, marcadas por um sistema de valores que se entrecruzam, discordam, concordam, questionam, respondem, complementam, concorrem entre si.

É perceptível que as histórias em quadrinhos fazem parte da construção do imaginário coletivo, no momento em que emergem discursos, conduzem e validam comportamentos norteadores das relações, à proporção que são gerados e desenvolvidos pela indústria cultural, a partir do advento e da massificação da imprensa. Segundo Oliveira (2007, p. 13-14), “a história em quadrinhos, principalmente a norte-americana, é, [...] pautada pelas normas que regulam o consumo de

massa — [...] e, principalmente, pelos valores burgueses que custeiam a indústria cultural”. Não apenas devem ser vistas como um objeto cultural apenas para fins de entretenimento, mas é preciso perceber “os discursos de verdade” que se fazem presentes, levando em consideração os elementos, que compõem suas narrativas, dentre eles, os debates sociais, culturais e políticos em que a produção está inserida, eventualmente, reproduzindo padrões binários e heteronormativos.

Destarte, segundo Barros (2019), ao fazer parte da indústria cultural, veiculam ideologias que reiteram estereótipos, visto que são regras de consumo de massa, traduzidas nos valores do senso comum. Assim como, para Oliveira (2007, p. 25), “o sistema da indústria cultural reorienta as massas, não permite quase a evasão e impõe sem cessar os esquemas de comportamento”. Todavia, consoante a Moscovici (2003), as representações criadas por um indivíduo, conseqüentemente, adquirem vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidades ao nascimento de novas oportunidades ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem.

Em suma, as HQs revelam-se como possibilidade de visão crítica das identidades LGBTQi+, pois apresentam um veio dramático em que as identidades sexuais abalam paradigmas e que passam a ser questionadas na representação da obra.

IV. REPRESENTAÇÕES LGBTQI+: RESSIGNIFICAÇÃO A PARTIR DAS HQS

Os padrões heteronormativos e binários geram padronização, normatização, cujos frutos não são sujeitos, mas indivíduos que compõem a “máquina abstrata”. Este mecanismo, segundo Deleuze (1976), reproduz o pensamento — um discurso que está na materialidade, dentro dos padrões, o qual constrói “sistemas arborescentes”, a partir do momento que são compostos por centros de significância e de subjetivação: ora reproduzem e impulsionam o senso comum, ora se disfarçam de originais para gerar a norma. Conforme Esteves (2009, p. 302), “a norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer

disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar: norma da disciplina e a norma da regulamentação.”

É notório que as HQs se constituem por um foco político e discursivo para descolonizar posturas e posições centralizadoras, principalmente, as de super-herói passaram a constituir uma espécie de mitologia moderna, devido aos discursos relacionados ao corpo e a sexualidade. Logo, de acordo Knowles (2008), utiliza-se da ficção, como forma de perpetuação da heterossexualidade compulsória e do binarismo, sobretudo, no que tange sexualidade, como uma forma de docilização, entretanto, uma vez criadas, adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto as velhas representações morrem. Contudo, o discurso movido para heróis gays faz com que tenham visibilidade. Diante disso, para Foster (1996, p. 177), “o ilusionismo é usado não para encobrir o real como uma superfície de simulacro, mas para descobri-lo em coisas misteriosas, que são frequentemente também incluídas em performances”. Sendo assim, a arte não é apenas a representação, mas ela corporaliza aquilo que representa.

Conquanto, na década de 50, o órgão que regulava às editoras norte-americanas, instituiu uma censura, a fim de invisibilizar os personagens gays, devido ao caráter ‘anormal’ associado a eles. Desse modo, os personagens homoeróticos foram invisibilizados, já que se reconhece o modo visível, a partir do invisível, do insensível, aliás, assume uma lógica, a partir do símbolo adotado, porém confunde o real com o imaginário no jogo entre as posições. Nesse hiato, conforme Moscovici (2003, p. 41), “representações, obviamente, não são criadas por um indivíduo isoladamente”, mas sim fazem parte da construção do imaginário coletivo, com o intuito de influenciar nas representações.

Na década de 80, o editor-chefe, Jim Shooter, proibiu a presença dos personagens gays nas HQs, já que influenciavam à naturalização do desejo homossexual e não binário. Após uma década, na edição Alpha

Flight, em 1992, o personagem “Estrela Polar”, Jean-Paul Beaubier, assumiu-se gay, mas, após a declaração, a obra foi censurada, por contestar os padrões heteronormativos utilizados como instrumentos de uma formação sexual, uma vez que a representação da homossexualidade, nesse contexto, era de invisibilidade do sujeito homossexual, para que dessa maneira os indivíduos não tivessem consciência do próprio corpo, não ganhassem notoriedade e não se tornassem protagonistas sociais. Todavia para se desvincular do caráter homofóbico, o editor optou por transformá-lo em anti-herói, acusando-o de assassinato, portanto, uma figura marginal.

A obra “Vingadores: A cruzada das crianças”, 2012, sofreu censura, mas diferentemente da “Alpha Flight”, esta não foi pelos editores, e sim do governador do Rio de Janeiro, devida a representação de um beijo entre os personagens Wiccano e Hulkling, de modo que é perceptível as dificuldades enfrentadas por pessoas fora do padrão binário e heterossexual, posto que, na obra, são taxados de “aberrações”. Segundo Butler (2018, p. 6), “distinção de gênero faz parte da ‘humanização’ dos indivíduos dentro da cultura contemporânea; assim, quem não efetua a sua distinção de gênero de modo adequado é regularmente punido.” Similarmente, a imagem ora é criada pela ficção, ora é um decalque dela — um agente normatizador.

Sabe-se que a figura do herói representa o poder masculino decalcado: ativo, viril, heterossexual, valente, guerreiro; enquanto que o homo-orientado é a traição da condição masculina — uma figura marginal, imperfeita. Bem como o personagem “Loki” — bissexual e transgênero — um indivíduo fluído, o qual visibiliza que o gênero está na cabeça e não no corpo. De maneira idêntica, Butler (2004) fomenta que gênero não é uma propriedade dos indivíduos, por exemplo, não é algo que vem de dentro, mas de fora para dentro, assim atribui sentido a partir do corpo. Portanto, as ações repetidas incessantemente, constituem a identidade como se fosse algo natural, por conseguinte, sexo e sujeito são produtos de formação discursivas — uma maneira de exercer o poder.

Ao longo dos anos, a luta pela liberação sexual favoreceu a despatologização e descriminalização da homossexualidade devido a um apelo identitário para exercitar uma sexualidade diferente, quando o sujeito passou a ligar-se a ideia de verdade de si mesmo. Ademais, se reconheceu, não estava mais submisso à heteronormatividade compulsória e padrões binários. Sendo assim, os efeitos do poder passam a circular por mecanismo, pois o corpo passa a ser objeto da visibilidade a ser moldado por várias funções, práticas ou relações de poder que são constitutivas do corpo social, propiciando o agenciamento dos indivíduos e dos corpos, por isso a importância da HQ, embora seja considerada como uma literatura menor e não canônica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cânone literário é o conjunto de obras, um sistema de totalidade, instrumento de repressão e discriminação ao serviço de interesses dominantes, cujos valores binários e eurocêntricos. Nessa máxima, segundo Santos (2002, p. 247), “tudo o que o cânone não legitima ou reconhece, é declarado inexistente. A inexistência assume aqui a forma de ignorância ou incultura.” Por isso, as HQs, enquanto literatura de massa, favorecem o jogo das diferenças através do discurso falado ou escrito.

As histórias em quadrinhos surgem, nesta perspectiva, como a possibilidade de suspensão do véu da invisibilidade. Segundo Eagleton (2006, p. 41), “a literatura torna-se uma ideologia totalmente alternativa, e a própria “imaginação” — torna-se uma fuga política”, a fim de transformar a sociedade em nome das energias e valores representados pela arte.

Destarte, a linguagem utilizada nas HQs propicia uma ressignificação social, à medida que novos paradigmas são criados e posturas descolonizadas, mas também HQs servem para descolonizar posturas e posições centralizadas, posto que, a visibilidade dos homossexuais nas obras, faz com que os corpos moldados pela

heterossexualidade compulsória e padrões binários diminuem. Nesse contexto, há ascensão LGBTQi+ através da produção cultural e do desenvolvimento da genealidade gay, por meio de uma política de resistência, a qual cria subjetividade e identidade numa sociedade de supremacia hetero.

Portanto, indivíduos homo-orientados ganham notoriedade e tornam-se protagonista sociais. Análogo a Borba (2014, p. 451), “a linguagem é sem dúvida elemento fundamental, porque as ações não linguísticas que postulam o sujeito, quando descritas, são ao mesmo tempo repetidas nos atos de fala que as descrevem”.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W, HORKHEIMER, Max. *A dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 1995.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, out. 2002. p. 237-280. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2004.

BUTLER, J. *Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista*. Trad. Jamille Pinheiro Dias. Caderno de leituras, n. 78. Edições Chão da Feira, jun.2018.

CHAMBERS, JK. *Sociolinguistic Theory*. 2. ed., Polity (impressão da Blackwell Publishers) Language in Society series. 2003.

DELEUZE, Gilles. *Nietzsche e a filosofia*. Rio de Janeiro: Rio – Sociedade Cultural, 1976.

DELEUZE, Gilles. Introdução: Rizoma. In: *Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia*. V.1. Trad. Aurélio Guerra Neto. Rio de Janeiro. Ed. 34, 1995. p. 10.

DERRIDA, Jacques. *Posições*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira; FÍGARI, Carlos Eduardo (Org.). Introdução – Sexualidades que importam: entre a perversão e a dissidência. In: *Prazeres dissidentes*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

EAGLETON, Terry. A ascensão do inglês. In: *Teoria da literatura*. Trad. Waltensir Dutra. 6. ed. São Paulo, 2006.

ESTEVES, Anderson Alves. Biopolítica segundo Foucault e Agamben. *Academos – Revista Eletrônica da FIA*, 2009.

FOSTER, Hal. O retorno do real. In: *The Return of The Real*. Londres: MIT Press, 1996.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e I. A. Guilhan Albuquerque. Rio de Janeiro. 13. ed. Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Trad. R. Ramalhete. Petrópolis: Vozes. 1994.

GINZBURG, Carlo. Sinais – Raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais – morfologia e história*. São Paulo: Cia das letras, 1989.

INÁCIO, Emerson da Cruz. *Outros Barões assinalados: a emergência do discurso gay na produção literária portuguesa contemporânea*. VIII Congresso Luso-Afrobrasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, 16-18 set, p. 1-17, 2004.

KNOWLES, C. Nossos deuses são super-heróis. São Paulo: Cultrix, 2008.

LACAN, J. Os complexos familiares na formação. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. 592p.

LACAN, J. A direção do tratamento e princípios de seu poder. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. 592p.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MISKOLCI, R. Não ao sexo rei: da estética da existência foucaultiana à política queer. In: *Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito*. Marília: Oficina Universitária. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 47-58.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais – investigações em psicologia social*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

OLIVEIRA, S.R. N. *Mulher ao quadrado – as representações femininas nos quadrinhos norte-americanos: permanências e ressonâncias*. Brasília: Editora Unb, 2007.

RANCIÈRE, J. The method of equality: An answer to some questions. *In: History, politics, aesthetics*. Durham and London, Duke University Press, p. 273 – 288.

SILVA, Vitor Aguiar e. *Variações sobre o cânone literário, Ave Azul*. Revista de arte e crítica de Viseu. Verão, 2005, p. 9-12.

O casamento de estrela polar: a evolução da representação social lgbt no imaginário ficcional das HQs de super-heróis. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/jornadas/anais/3asjornadas/artigo_080620150826142.pdf>. Acesso em: 6 maio 2020.

JUVENTUDE NEGRA E LITERATURA: POR UM ERGUER DE VOZES EM SALA DE AULA

Cristina Cristo Alcântara do Nascimento¹

Resumo: O presente trabalho propõe uma investigação sobre a influência da literatura infanto-juvenil na construção das identidades de adolescentes negros do Ensino Fundamental II, numa escola estadual de Alagoinhas, na qual se observa um público de maioria negra, cuja relação é de aparente igualdade racial, mas que sinalizam em suas livres narrativas certa resistência em se autodeclarar negros. Ou seja, ao que parece, os estudantes não se reconhecem enquanto negros, o que pretendemos identificar através da literatura infanto-juvenil voltada para tais questões (afirmação/negação identitária). Interessa-nos, portanto, identificar as produções literárias infanto-juvenis mais recentes oferecidas pelo PNBE, que possibilitem a afirmação identitária negra através dos seus personagens. Nossas questões centrais, são: quais livros literários infanto-juvenis, dentre o acervo da escola do PNBE, apresentam personagens negros como protagonistas? Trata-se de obras que possibilitam a afirmação identitária dos alunos? Caso sim, em qual aspecto, especificamente? Até onde a linguagem literária pode contribuir para que os/as jovens expressem as vozes silenciadas no cotidiano da sala de aula? A pesquisa adotará uma abordagem de base bibliográfica e de natureza qualitativa, com levantamento da produção literária existente e contará com a pesquisa-ação, aliando teoria à prática em busca de investigar possíveis relações entre as vozes desses jovens e a dos personagens negros. Contaremos com os aportes teóricos de autores como Hall (2003), Moore (2007) e Mbembe (2016) para subsidiar as discussões relacionadas às diásporas negras, ao racismo à brasileira e a cultura na formação da identidade negra; Maria Anória J. Oliveira (2003), Daniela Galdino (2019), Maria Nazaré M. Lima (2015), Débora Araújo (2019), Eliane Debbus (2019), para direcionar os estudos étnico-raciais no âmbito da escola e da literatura negra infanto-juvenil e Sara da Silva Pereira (2019), para dar suporte aos estudos sobre os impactos da lei 10.639/03 no

acervo do PNBE. Pereira (2018), Kleiman (1995) e Street (2014) para identificar as práticas de letramentos sociais e a contribuição da escola na construção dessas identidades. Aparecida de Jesus Ferreira (2015), para discutir sobre letramento racial crítico e, letramento da reexistência, Ana Lúcia Souza (2011). Esperamos, por meio desse estudo, compreender mais o universo da juventude negra e re/aprender a redimensionar as linguagens da reexistência, em consonância com os marcos legais, a Lei 10.639/03, partindo da produção literária infanto-juvenil e documentos afins, a saber: as Diretrizes Curriculares Nacionais (2004), Plano Nacional de Educação para as Relações Étnico-raciais (2009) e o Estatuto da Igualdade Racial (2012).

Palavras-Chave: Literatura infanto-juvenil. PNBE. Linguagens da reexistência. Letramentos. Lei 10.639/03.

INTRODUÇÃO

Estabelecer os primeiros contatos com o campo de pesquisa em um momento que coincide com o início de uma guerra contra um inimigo invisível que ameaça a saúde mundial — um vírus que forçou o mundo a parar e simultaneamente buscar uma arma em comum: a cura, através da vacina. Este é o panorama no qual a presente pesquisa se encontra. E trago para a cena deste trabalho uma reflexão sobre o momento devastador pelo qual fomos todos surpreendidos, para trazer para o centro das discussões a conhecida invisibilidade de uma camada da população brasileira que conhece muito bem o que é a vida em isolamento social, em uma quarentena que está longe de chegar a um desfecho exitoso. Para estes, passar por privações materiais, viver isolados e esquecidos na invisibilidade não é algo novo.

Em tempos de pandemia, o que mais se ouve falar em chão brasileiro é que “estamos nos reinventando, iremos sair melhores, seremos outros”. Refletiremos melhor sobre os problemas em comum, e quem sabe pensaremos mais no outro? Há uma visível esperança de que mudanças se operem no quesito *humanidades*. Porém, ao olharmos atentamente, vemos que estamos diante de uma sociedade dominada por

uma política que, diante do mapa de morte que vem se assolando, não tem o menor escrúpulo ao mostrar claramente qual é o seu verdadeiro propósito: decidir quem deve viver e quem deve morrer, tornando tão atual o conceito de Necropolítica de Achille Mbembe (2016) a partir da teoria foucaultiana sobre Biopolítica. A violência do capitalismo mais uma vez deixa cair a sua máscara, por mais que se tente esconder em outra: a máscara do assistencialismo, do prestador de socorro (a quem eles estão socorrendo mesmo?). Os mais afetados por esta ameaça, no entanto, continuam sendo alvo do macabro investimento no controle dos corpos.

Imersas neste cenário, pretendemos apresentar os percursos da nossa pesquisa, que, inevitavelmente, se vê atingida por essas forças que se opõem — de um lado a luta pela vida, pela sobrevivência e do outro lado, a violência de um governo neoliberal que traz à tona a face desumana e perversa dos que protagonizam o status de chefes de Estado.

Mas, afinal, onde se encaixa esta pesquisa, uma vez que seu enfoque está na investigação das vozes silenciadas da juventude negra na escola, pelo viés da literatura? Conforme ressalta Pereira (2018) a respeito do método, é necessário ao pesquisador a convicção de que são os sujeitos da pesquisa que irão conduzi-lo/a ao método e não o contrário, ou seja, são os nossos parceiros de pesquisa os protagonistas; a eles é proporcionada a oportunidade de aquisição de uma língua. Logo, entendemos que toda a história vivida e as transformações pelas quais eles passam, irão influenciar diretamente nos rumos da pesquisa.

Além disso, nossos estudos se constroem sob o prisma da Crítica Cultural que, por sua vez, lida com a tecnologia dos signos. E não se pode deixar de destacar nestes estudos a influência derridariana, quando o teórico propõe uma estratégia geral de desconstrução, o que significa desconstruir a oposição, invertendo a hierarquia; essa oposição — e o próprio racismo é um exemplo disso — ou binarismo, existe para reforçar as hierarquias, em uma relação de poder de uns sobre os outros; e enquanto crítico literário precisamos, ao estudar o objeto, submetê-lo a esse deslocamento do binário, para assim evitar o essencialismo

cristalizado, os valores que estão impregnados na sociedade. Logo, é fundamental esse olhar para os sujeitos envolvidos através deste entre-lugar, do qual se pretende fazer emergir as vozes dos protagonistas, que no caso em questão trata-se de jovens negros e negras, levando-se em conta a possibilidade de, através da literatura, contribuir para a afirmação identitária. Afinal, de qual lugar esses jovens irão falar a partir de então? De onde suas vozes irão emergir, uma vez que já trazem consigo as marcas de uma história que lhe foi contada pela ótica do opressor, uma ótica brancocêntrica e hegemônica, cuja intenção sempre foi mantê-lo em permanente invisibilidade, numa silenciosa e sórdida quarentena? É possível que este vírus apenas reitere, reforce aquilo que essa camada da nossa sociedade já venha vivendo desde sempre, escancarando para todos questões já existentes: o genocídio (físico e também da alma) de uma massa oprimida por quem, para manter a sua soberania, só entende uma forma de governar.

Por outro lado, interessa-nos rediscutir quais literaturas poderão ser ofertadas para esses jovens na busca de suscitar neles esse erguer de vozes há muito sufocadas, permitindo que se abra fissuras nos conceitos engessados que lhes foram transmitidos desde sempre. Sobre isso, bell hooks (2019) faz uma importante reflexão sobre a autorrecuperação, quando descarta essa noção de que o “eu” existe em oposição a outro que deve ser destruído e aniquilado, afirmando que:

[...] são precisamente essas vozes que são silenciadas, reprimidas, quando somos dominados. É essa voz coletiva que lutamos para recuperar. Dominação e colonização tentam destruir nossa capacidade de conhecer o eu, de saber quem somos. Nós nos opomos a essa violação, essa desumanização, quando buscamos autorrecuperação, quando trabalhamos para reunir os fragmentos do ser, para recuperar nossa história (HOOKS, 2019, p. 78).

Sendo assim, embora trazendo nessa fala uma narrativa de si, hooks está falando com todos os que ela está representando nessa experiência vivida, nos convidando a transgredir os paradigmas e a recusar a violência histórica à qual o povo negro fora submetido.

Uma vez tendo situado a explanação evidenciarei, a seguir, como se deu o interesse de enveredar pela investigação da literatura negra infanto-juvenil, além de focalizar seu papel para a afirmação identitária de jovens leitores dentro de uma escola pública de Alagoinhas.

DO CHÃO DE CASA AO CHÃO DA ESCOLA: DESCONSTRUIR OU REFORÇAR ESTEREÓTIPOS?

Tomando a escola como um espaço importante para a construção do processo de humanização e não apenas a construção de saberes escolares, espera-se que esse espaço seja fundamental para se compartilhar uma visão positiva das identidades dos atores que compõem a mesma. Mas o que de fato se vê é que, na realidade, apesar dos avanços em relação aos estudos que envolvem educação para as relações étnico-raciais, como as conquistas nos campos teóricos e legais sobre o tema, ainda há muito que se compreender no que se refere às questões raciais na escola, uma vez que, na prática, isto não é algo tão fácil. Para Nilma Lino Gomes (2002), captar essas dimensões simbólicas pelas quais o negro constrói a sua identidade, é algo que deve ser compreendido dentro e fora dos muros da escola. E uma dessas representações simbólicas está na sua relação com o corpo. Sobre isto, ela levanta a seguinte provocação:

Mas como captar as impressões e representações do negro sobre o próprio corpo, articulando-as com as experiências escolares e não escolares? Esta não é uma tarefa fácil, porém não é impossível. Um dos caminhos para a sua realização poderá ser o desenvolvimento de uma escuta atenta, por parte dos educadores e das educadoras, ao que os negros e as negras têm a dizer sobre as suas vivências corpóreas dentro e fora dos muros da escola (GOMES, 2002, p. 41).

Partindo dessa necessidade de escuta atenta às informações que estão impressas nos corpos negros, volto o olhar para a minha própria prática enquanto professora do Ensino Básico da rede pública, questionando-me a respeito do que tem sido feito por mim e pelos demais integrantes da comunidade escolar no sentido de fazer valer os marcos

legais que há quase duas décadas (2003/2020) foram implementados na forma da Lei 10.639/03, e mais que isto, passo a inquietar-me diante do visível silenciamento de uma juventude que, embora aparente uma convivência cordial com os seus pares e até demonstre ignorar as práticas racistas, apresentam uma característica que é praticamente comum a todos: a autonegação.

É importante ressaltar que, a princípio, relutei em levar adiante a temática em questão, a literatura destinada às crianças e aos jovens, por considerá-la bastante discutida, sem nenhum ineditismo para uma pesquisa acadêmica. Mas não demorei a entender o quanto este campo carece de mais estudos, especialmente dentro do contexto da cidade de Alagoinhas. Embora — e felizmente — já possamos contar com um rico referencial teórico sobre o tema, os sujeitos envolvidos são outros e são únicos, ou seja: a experiência que será vivenciada durante a pesquisa certamente será outra e penso que trará novos filamentos, abrindo novas fissuras para a compreensão de outras subjetividades.

E graças a este rico universo de pesquisadores negros, foi que tive a oportunidade de me dar conta de que há questões imprescindíveis para dar continuidade à pesquisa em andamento, e uma delas, dentre muitas, é que a autonegação da criança e do jovem negro pode ter seu início dentro do próprio ambiente familiar e ser reforçada na escola que, por sua vez, ao invés de representar um lugar de agregação, pode tornar-se mais um ambiente de discriminação e de humilhação, quando não possui um olhar cuidadoso e uma escuta atenta aos sinais emitidos pelos alunos e às mensagens que estão sendo veiculadas até mesmo pelo livro didático ou literário. Muitas vezes o que a escola está julgando como indisciplina ou rebeldia, nada mais é do que uma linha de fuga (ou quem sabe uma linha de resistência), uma válvula de escape para o que está de fato oprimindo esses jovens que, à sua maneira, tenta talvez fazer ouvir a sua voz sufocada.

Ao observar essa juventude negra e pensar sobre a literatura infanto-juvenil a ela ofertada na atualidade e em especial após a implementação da Lei 10639/03, reporto-me à criança negra e leitora que

fui, penso na literatura que me foi ofertada, procuro nelas as personagens negras (e/ou não-negras) e o que elas tinham para me dizer. Concluo, nessa “viagem”, que uma das leituras que mais me marcou foi de autoria de Monteiro Lobato, “As Reinações de Narizinho”, uma coletânea de contos, consagrado como um dos melhores livros do autor. Ao elencar as personagens, percebo que minha admiração era totalmente voltada para a Narizinho, personagem branca, protagonista e representante da privilegiada classe média da época.

Também relembro que, até na peça teatral que a professora propôs como trabalho escolar, eu pedia para fazer o papel de tal personagem, Narizinho. Hoje me dou conta da violência a que fui submetida, ao ser representada na literatura — que era feita “para mim” — por pessoas em situação de subalternidade, de inferiorização e humilhações frequentes, e que por esse motivo eu me envergonhava de tais personagens. E como professora e pesquisadora, descubro, ao iniciar a pesquisa de campo, que o autor supracitado (e suas tradicionais personagens) é um dos autores que permanecem no acervo de literatura infanto-juvenil oferecido pelo PNBE, mesmo após a instauração da referida Lei.

Enfim, muitas lacunas ainda estão abertas, posto que se trata de uma pesquisa em andamento, e ainda que se conclua uma etapa, continuará em sua incompletude. Mas é fundamental que não se perca de vista a noção de diáspora negra em nosso contexto, como pontua Stuart Hall (2005), para quem a identidade negra é atravessada por outras identidades, mas que é possível (e necessário) que se promova esse deslocamento do poder para outros centros, formado o que ele chama de sociedade tardia, um devir negro que está a formar-se ainda. E isto só será possível se soubermos primeiramente quem somos, pois “é somente pelo modo como representamos e imaginamos nós mesmos que chegamos a saber como nos constituímos e quem somos” (HALL, 2003, p. 346).

LITERATURA INFANTO-JUVENIL E LINGUAGENS DA RE-EXISTÊNCIA: QUEM JÁ FALOU SOBRE ISSO?

A partir dos pressupostos teóricos levantados até o momento da pesquisa, pretendo apresentar um estado da arte, elencando os principais autores que pesquisaram e ainda pesquisam a respeito da literatura negra infanto-juvenil e a sua importância na afirmação identitária das crianças e adolescentes em idade escolar, argumentando em que sentido estas fontes estão contribuindo para a compreensão do meu objeto.

Em sua dissertação de Mestrado, Maria Anória de Jesus Oliveira (2003) apresenta a interpretação de produções literárias publicadas entre 1979 e 1989, evidenciando a presença ou ausência de personagens negros nas obras pesquisadas, constatando se houve inovação quanto à caracterização de tais personagens, problematizando sobre essas representações e a sua influência na afirmação identitária dos seus leitores. A obra traz uma base de fundamental importância para a minha pesquisa, pois demarca o panorama da literatura negra infanto-juvenil do final do século XX e certamente será uma importante contribuição nos estudos comparativos dos personagens negros nos últimos anos, além de contribuir com importantes eixos teóricos e estruturais que deverão sustentar meus estudos.

Sobre a análise das obras literárias infanto-juvenis, a tese de Doutorado de Débora Cristina de Araújo (2015) investigou a maior política educacional de distribuição de livros a bibliotecas de escolas públicas brasileiras, o PNBE, com o objetivo de interpretar como as relações internas dentro das instituições que gestam e executam o Programa podem influenciar a composição dos seus acervos, no que se refere à diversidade étnico-racial e à qualidade literária. Ainda sobre este aspecto, Daniela Galdino (2019), em sua tese, estuda o lugar da literatura infanto-juvenil no ensino de história e cultura afro-brasileira considerando o caráter afirmativo da Lei 10.639/03 ao analisar tal política nos acervos do PNBE. Os trabalhos contribuirão com a pesquisa em andamento no sentido de apresentar uma análise de obras literárias infanto-juvenis

ofertadas pelo PNBE no período pós Lei 10639/03, identificando a sua relevância no trato das questões étnico-raciais na escola.

Sabendo da dimensão simbólica do corpo e o cabelo do negro e como tal dimensão está associada ao processo de inferiorização da condição de ser negro, recorro a Nilma Lino Gomes (2002) que estabelece uma articulação entre os processos educativos escolares e não-escolares e a construção da identidade negra. Discutem-se as representações e as concepções semelhantes, diferentes e complementares sobre o corpo negro e o cabelo crespo, construídas dentro e fora do ambiente escolar, a partir de lembranças de adolescentes e jovens negras entrevistadas durante a realização de uma pesquisa etnográfica sobre corpo e cabelo como ícones identitários em salões étnicos. O corpo e o cabelo como ícones da identidade negra no processo educativo configura um estudo indispensável para entender os estereótipos e combatê-los; tal estudo, aliado à análise dos perfis dos personagens negros presentes nos textos literários serão ferramentas importantes na busca de caminhos para a compreensão do objeto de pesquisa e possível contribuição para novos rumos das relações étnico-raciais na escola.

Em sua dissertação, Sara da Silva Pereira (2019) apresenta um importante estudo que analisou como crianças com idade entre 3 e 4 anos experienciam processos de leitura, contação e apresentação de livro animado de uma história de literatura infantil de temática da cultura africana e afro-brasileira. Embora a minha pesquisa tenha o propósito de trabalhar com adolescentes entre 12 e 14 anos, o objetivo final da pesquisa coaduna com as ideias da pesquisadora estudada, especialmente no que se refere à prática da escuta atenta e sensível das vozes dessas crianças sobre suas inquietações e suas impressões acerca das questões identitárias.

Daniela Maria Segabinaz (2017) investiga em seu artigo as recentes publicações em que princesas negras são protagonistas nos enredos literários. Realiza uma análise comparativa entre os contos de fadas, do século XIX, e as narrativas contemporâneas, particularmente Cinderela e

Chico Rei (2015), a partir de um estudo acerca dos elementos estéticos que constituem essas obras, como a originalidade das temáticas que as norteiam e os textos visuais que apresentam. Trata-se de uma contribuição de grande relevância para esta pesquisa, uma vez que discute textos contemporâneos de temática étnico-racial, mas que trazem protagonistas que representam papéis questionáveis, levantando indagações sobre os perigos de um racismo cordial e velado dentro da literatura, que ao invés de promover uma reafirmação identitária, reforça estereótipos.

Débora Oyayomi Araújo (2017) investigou os discursos produzidos por crianças e professoras, a partir de obras literárias infantis com personagens negras. Sua pesquisa baseou-se na análise discursiva produzida por meio da articulação de três grandes eixos: a literatura infantil presente no espaço escolar, a sua utilização em aulas e as relações raciais. Esse trabalho, construído a partir das experiências do chão da escola, contribuirá para a pesquisa em andamento, pois investiga justamente as desigualdades na caracterização das personagens negras em relação às brancas, o que faz da literatura um dos maiores fomentadores do preconceito racial no Brasil.

Para tratar da diáspora negra e as suas relações de cultura e pós-colonialidade, Stuart Hall (2003) apresenta doze ensaios e duas entrevistas que percorrem questões como a discussão da identidade cultural, da questão racial e do racismo, a contestação à hegemonia cultural na sociedade midiática e de consumo e o diálogo com correntes contemporâneas de pensamento sobre cultura. A pesquisa empreendida encontra em Hall um importante suporte no que se refere às discussões sobre questões identitárias, atreladas ao racismo, comparando-o com o contexto de outras sociedades pós-coloniais, trazendo a identidade brasileira para o centro do debate político-cultural.

Em seu livro intitulado *Pele negra, máscaras brancas*, Frantz Fanon (2008) discute sobre a negação do racismo contra o negro na França; aborda o pensamento da Diáspora Africana, o pensamento da descolonização, do pensamento psicológico, da teoria das ciências, da

filosofia e da literatura caribenha. O autor trata também da ideologia que ignora a cor, e como ela pode apoiar o racismo que nega — pensamento que causou grande turbulência nas décadas de 1960 e 1970. O livro busca aguçar o senso crítico sobre o racismo e seus impactos. Apresenta uma discussão profunda sobre a negação do racismo e a emergência no processo de descolonização, o que dialoga diretamente com o problema apontado na pesquisa em questão, provocando um convite à reflexão sobre a necessidade de mudanças de paradigmas nas relações étnico-raciais no Brasil.

Achile Mbembe (2016), em *Necropolítica*, um ensaio que discute e atualiza o conceito de “biopoder” de Michel Foucault o qual, segundo ele, se exerce por meio da guerra pelo poder, o direito de matar, dialoga com as concepções de teóricos como Hegel, Bataille e Hannah Arendt explorando a relação do biopoder com noções de soberania e o estado de exceção (conceito discutido em relação ao estado Nazista, ao totalitarismo e aos campos de concentração). Utiliza-se do termo “Campos de morte” como a metáfora central para a violência soberana destrutiva e último sinal de poder absoluto do negativo. O texto relaciona-se com o nosso objeto de estudo, uma vez que aponta a escravidão como uma das primeiras instâncias da experimentação da biopolítica; condição que representou uma tripla perda: lar, corpo (direito sobre ele) e status político, ou seja, a “morte social” do indivíduo; e o projeto, por sua vez, objetiva a experimentação de uma prática pedagógica que desconstrua essa visão de subalternidade possibilitando, através da leitura, uma descoberta da riqueza e da potência do povo negro, e sua capacidade resistência e re-existência à dominação.

Para tratar dos aspectos relacionados aos letramentos identitários, contarei com os aportes teóricos de autores como Ana Lúcia Silva Souza (2011) que aponta uma importante reflexão sobre letramentos, identidades, cultura da juventude, com destaque para a juventude negra e o movimento hip-hop como agência de letramento fora da escola, mas apontando uma possibilidade de articulação com o letramento que se tenta fazer dentro dela; e Áurea Pereira (2018), cujo livro se concentra na

identificação das trajetórias de vida associadas ao contexto sociocultural da localidade de Saquinho, Bahia; suas experiências educacionais na comunidade, na família e na escola e as práticas culturais vinculada aos letramentos construídos nas esferas pública e privada. Embora a autora tenha como objeto de estudo o letramento de mulheres idosas, a obra contribui para a pesquisa no sentido de compreender as vozes silenciadas e identificar a pluralidade de letramentos presentes nos espaços mais inferiorizados da sociedade.

IDENTIDADES NEGRAS E LITERATURA: O QUE PODE TER MUDADO APÓS A LEI 10639/03

É inegável que a implementação da Lei 10. 639/03 representa um grande avanço nas políticas relacionadas à educação para as relações étnico-raciais em nosso país. E isso se deve a décadas de lutas travadas por grupos como o Movimento Negro, conselhos estaduais entre outros militantes da causa. Porém, esta Lei, que trata da obrigatoriedade dos estudos da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena em todas as escolas brasileiras, tem encontrado muitos obstáculos, que vão desde a gestão de material didático até a formação de professores. Conforme afirma Maria Nazaré de Mota Lima (2015),

a vigência da LDB com as alterações decorrentes das Leis 10.639/03 e 11.645/08 implica posicionamentos, reflexões, práticas que, muitas vezes, são nada ou pouco conhecidas pelos professores/as, responsáveis diretos, mas não únicos, pela mediação, a fim de que os conhecimentos de que trata a LDB sejam produzidos e disseminados no contexto escolar. [...] Como podem os educadores/as, porém, abordar temas como racismo, preconceito, discriminação racial se não possuírem informação a respeito? Se acreditarem que a questão, não é relevante ou inexistente? (LIMA, 2015, p. 85-86).

Sabe-se que o trabalho de formação de professores na dimensão dos estudos étnico-raciais também é recente em nosso país; sabemos também que, para além da formação profissional, a incorporação de tais

estudos deve passar necessariamente pelo reconhecimento da própria história e da identidade por parte do educador/a, ou seja, é preciso considerar em que medida esse professor/a está consciente das suas questões de identidade, raça e gênero. Nós, educadores, antes de qualquer formação acadêmica, precisamos definir o nosso pertencimento, para então discutirmos as possibilidades de instigar o outro a pensar sobre a sua afirmação identitária também.

Sobre isso Araújo (2017) acrescenta que, além do desconhecimento, por parte dos educadores, dos motivos que levaram à aprovação de uma lei com tal perspectiva, o racismo (in)consciente acaba por gerar manifestações contrárias que prejudicam a efetiva implementação da Lei. Segundo ela, “dentre as resistências, impera o discurso: ‘por que não se fala também da história dos italianos, dos japoneses, dos alemães, etc.’” Isso mostra o quanto a escola precisa estar consciente da sua responsabilidade no combate a todas as formas de discriminação, mas que para isso nós, professores/as, precisamos ter consciência da nossa subjetividade, saber de onde viemos e quem somos, para então termos forças suficientes para colaborar com a quebra de paradigmas e reexistir em consonância com os nossos educandos, ou seja, saber para onde queremos ir.

Quanto às obras de literatura infanto-juvenil de temática africana ou afro-brasileira, pesquisadas em momentos posteriores à implementação da Lei 10.639/03, pode-se notar, com base no referencial teórico estudado até o momento, que embora tenha ocorrido alguns avanços na qualidade da produção literária, no tocante ao protagonismo dos personagens negros, o número de obras com estas características é ainda muito inferior ao das obras com personagens brancos como protagonistas. Como exemplo, trago o relato de uma das mais recentes pesquisadoras sobre o tema, Sara da Silva Pereira (2019) que, ao analisar o acervo das obras literárias oferecidas pelo PNBE para a escola por ela pesquisada, constata que:

[...] pelo menos no acervo de livros de literatura infantil da instituição, ela (a diversidade étnico-racial) não está bem representada, pois há livros disponibilizados às crianças que apresentam imagens estereotipadas de personagem negro. Sendo assim, não estamos garantindo à criança o direito à diversidade que valoriza a diferença, uma vez que a identidade negra aparece na literatura disponível em pequeno número e algumas apresentando negros negativamente (PEREIRA, 2019, p. 63).

Associando estas análises aos meus estudos e ao fazer o levantamento (ainda inconcluso) da literatura negra infanto-juvenil ofertada pelo PNBE na escola pesquisada, já começo a perceber a carência de obras consideradas inovadoras no mercado editorial em relação à construção de personagens negros. É importante salientar que, para considerar uma obra inovadora quanto à temática abordada, baseio-me nos aspectos elencados por Oliveira (2010), a saber: “o papel de destaque desempenhado pelos protagonistas negros; a relação destes protagonistas com outros personagens em diferentes situações e espaços sociais; as descrições que retratam a valorização fenotípica dos protagonistas, realçando a beleza negra”; o enredo com perspectivas outras, inserindo temáticas que vão além da discriminação racial, evidenciando questões como a resistência negra e a religiosidade de matriz africana.

Outro aspecto que me chama atenção nesse levantamento é o fato de a maioria das editoras e dos autores adotados pelo PNBE serem considerados consagrados no mercado. Editoras étnicas, como Mandylala e Mazza, que são voltadas para escritores negros que destacam personagens negros de um lugar valorizado, raramente aparecem no acervo. Além disso, obras literárias tradicionais, que representam comprovadamente o “racismo à brasileira”, são mantidas no acervo, a exemplo das obras lobatianas.

O propósito deste estudo, no entanto, não é excluir o mérito dos grandes nomes da literatura infanto-juvenil, mas sim investigar quais literaturas oferecidas aos estudantes irão possibilitar essa afirmação

identitária, cumprindo também com o que propõem os marcos legais. E por outro lado, identificar quais dessas literaturas estão, ao contrário do que a lei exige, reforçando estereótipos e promovendo a manutenção do racismo, e o que é pior: um racismo à brasileira, que alimenta o mito da democracia racial quando aparece disfarçado de não-racismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando a reflexão que dá início a este artigo, volto a pensar no meu sujeito de pesquisa a partir do lugar em que ele pode estar neste momento de pandemia. E precipito-me ao concluir que talvez esse lugar não seja tão novo assim para ele. Um lugar de confinamento e invisibilidade, de incertezas e ameaças de morte constantes. O vírus só veio a intensificar o que na realidade já existia, o racismo.

Mas se por um lado o vírus intensificou o medo, as desigualdades, o abandono, isto pode nos instigar a tentar ressignificá-lo, porque é diante das ameaças que se deve intensificar as lutas, a resistência, o enfrentamento para desmontar as estruturas construídas politicamente em seus intentos de silenciar cada vez mais as vozes interdidas nas margens. E a literatura pode ser o gatilho para um contágio positivo, que poderá fazer emergir nesses alunos uma língua, despertando neles este devir negro. Mas ao mesmo tempo há o perigo de uma literatura que seja capaz de fazer exatamente o contrário, aniquilar o corpo já sofrido e dominado, convencendo-lhe a render-se às verdades construídas sob a ótica do dominador. Por isso faz necessário a análise criteriosa e crítica das obras que levamos para a sala de aula.

Logo, chego a esta etapa da pesquisa ciente da complexidade que envolve a investigação de uma literatura que ofereça para as crianças e adolescentes negro/as a oportunidade de reconhecer-se como tal, mas em uma perspectiva positiva, desconstruindo os estereótipos que estão entranhados em suas vidas há gerações, e cuja manutenção é o propósito de uma sociedade que se vale desse racismo estrutural para garantir a sua soberania.

REFERÊNCIAS:

DEBUS, Eliane. *A temática da cultura africana e afro-brasileira na literatura para crianças e jovens*: lendo Joel Rufino dos Santos, Rogério Andrade Barbosa, Júlio Emílio Braz, Georgina Martins. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2017.

GOMES, Nilma Lino. *Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. 2002.

KLEIMAN, A. (Org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado das Letras. 1995.

LIMA, Maria de Nazaré Mota de. *Relações étnico-raciais na escola: o papel das linguagens*. Salvador: EDUNEB, 2015.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Temáticas. Arte & Ensaios, n. 32. *Revista do ppgav/eba/ufrrj*. Trad. Renata Santini. Dezembro de 2016.

MOORE, Carlos. *Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte. Mazza Edições. 2007.

NASCIMENTO, Daniela Galdino. *O terceiro espaço: confluências entre a literatura infanto-juvenil e a lei 10.639/03*. Orientadora: Profa. Dra. Florentina da Silva Souza. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Centro de Estudos Afro- Orientais, 2019.

OLIVEIRA, Maria Anória de Jesus. *Negros personagens nas narrativas infanto-juvenis brasileiras: 1979-1989*. Dissertação de mestrado em Educação, Programa de Pós Graduação em Letras da UNEB. 2003.

OLIVEIRA, Maria Anória de Jesus. (2008). *Literatura afro-brasileira infanto-juvenil: enredando inovação em face à tessitura dos personagens negros*. In: Congresso internacional da ABRALIC, XI, USP-São Paulo. 2008.

OLIVEIRA, Maria Anória de Jesus. (2010). *Personagens negros na literatura infanto-juvenil no Brasil e em Moçambique (2000-2007): entrelaçadas vozes tecendo negritudes*. João Pessoa: [s.n.], 2010. (Tese de Doutorado. Orientador: José Helder Pinheiro Alves)

PEREIRA, Áurea da Silva. *Letramentos, empoderamento e aprendizagens*. Campinas. Mercado das Letras. 2018.

PEREIRA, Sara da Silva. *A Literatura Infantil de temática africana e afro-brasileira: com a palavra as crianças: “eu so peta, tenho cacho, so linda, ó!”*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2019.

STREET, B. *Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2014.

STREET, B. *Literacy in theory and practice*. Cambridge: Cambridge University Press. 1984.

O FOGO DESSA VEZ: JAMES BALDWIN E LIMA BARRETO ENQUANTO INTELLECTUAIS NUM MUNDO DE BRANCOS

Danillo de Matos Santos Costa¹

Resumo: O presente trabalho trata-se de uma investigação a respeito do papel de intelectuais negros desempenhado pelos autores James Baldwin e Lima Barreto, como intelectuais combatentes que insurgiram contra a ideia hegemônica que não associa tal papel a pensadores negros, ideia essa que é ainda mais reforçada em países de passado escravista e colonial, como no caso dos Estados Unidos e do Brasil. De acordo com John Carey (1992) a figura do intelectual a partir do começo do século XX pode ser comparada a de novos aristocratas, uma casta de poucos, que se dirigia a poucos, postura totalmente oposta a dos autores investigados neste trabalho, que tinham em comum um aspecto militante e de denúncia em relação à situação dos negros em seus respectivos países. Busca-se também investigar de que maneira os autores lidam com o complexo de inferioridade, que como postula Frantz Fanon (2008) nasce em todo aquele que foi colonizado. Sem deixar de destacar que por mais que a questão racial seja uma pedra de toque fundamental nas obras tanto de James Baldwin quanto de Lima Barreto, eles não estão reduzidos a isso, não deixaram de pensar a respeito de outras questões sociais, políticas e culturais no recorte de tempo de cada um.

Palavras-Chave: Intelectuais Negros. James Baldwin. Lima Barreto.

DISCUSSÃO INICIAL

Em seu *Pele Negra, Máscaras Brancas*, publicado originalmente em 1952, Frantz Fanon afirma que aquele que buscar em seus olhos outra coisa senão uma interrogação permanente, perderá a visão. Na

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), linha de pesquisa Literatura, produção cultural e modos de vida. Orientador: Prof. Dr. José Carlos Felix. Endereço eletrônico: danillodematos@gmail.com.

perspectiva adotada por ele não existe problema negro, e caso exista, “[...] os brancos não se interessam por ele senão por acaso.” (FANON, 2008, p. 43). Para o autor martinicano, essa é uma história que se passa na penumbra, que precisa ser clareada até os mínimos recantos, com o sol *transumante* levado por ele.

James Baldwin também não acreditava na ideia de um problema negro, como mostra em seu *No Name in the Street*, publicado 20 anos após o livro de Fanon. Segundo Baldwin (1998) os americanos inventaram esse “problema” para salvaguardar sua pureza, e isso converteu os brancos em monstros e criminosos, e tal problema seria o produto da culpa e de uma imaginação reprimida que atribui aos negros determinados papéis. Ou seja, um caso patológico digno do próprio Fanon.

Uma das formas encontrada pelos brancos para proteger essa pureza e lidar com suas imaginações reprimidas foram os linchamentos dos negros. De acordo com a Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor (NAACP em inglês) a tensão racial foi crescendo no fim do século XIX, mais notadamente nos estados do Sul. Muitos brancos, culpando os negros recém libertados por seus problemas financeiros, encontraram no linchamento uma forma de lidar com eles. O linchamento também foi a resposta encontrada para “proteger” as mulheres (brancas) de sofrerem estupro. Entretanto, a razão principal dos linchamentos foi que com o fim da Guerra Civil os negros ganharam sua liberdade, o que não agradou os brancos que achavam que os negros precisavam ser controlados, colocados no seu devido lugar.

Ainda segundo a NAACP, entre os anos de 1882 e 1968, ocorreram nos Estados Unidos 4.743 linchamentos, desse total 3.446 eram negros e os 1.297 restantes eram brancos, e desses, muitos foram linchados por ajudarem os negros ou serem contra essa prática. Baldwin é enfático ao afirmar que “[...] americanos brancos são provavelmente as pessoas mais doentes e certamente as mais perigosas, de qualquer cor, encontradas no

mundo de hoje.”² (BALDWIN, 1998, p. 386). Quando você se depara com as fotografias das cenas de linchamento não é muito difícil concordar, cidadãos de bem, todos endomingados, em algumas cenas até sorrindo enquanto penduram seus concidadãos em árvores para resolver o problema negro, eliminar sua existência.

Enquanto isso aqui no Brasil, Lima Barreto que manifestava “[...] uma rara antipatia por semelhante país, [...]” (BARRETO, 2017, p. 215) e em artigo publicado no jornal *O Debate*, em 1917, já atentava para a forma como os negros eram tratados naquela terra, destacando que esse seria um dos dois problemas fundamentais dos Estados Unidos, o segundo sendo seu imperialismo econômico (SCHWARCZ, 2017, p. 354).

Embora aqui no Brasil não houvesse cerimônias de linchamento de negros no pós-abolição, a realidade ainda era dolorosa para essa parcela da população, da qual Lima fazia parte e em torno da qual boa parte da sua escrita girava em torno. O que irmana tanto Fanon, quanto Baldwin e Lima, esses dois últimos sendo nosso foco aqui, além do fato óbvio de serem negros, é que os três foram intelectuais que tentaram compreender o papel e as consequências do preconceito racial em seu tempo, e por não serem intelectuais de ocasião, suas reflexões nos interessam até hoje, e podem ser necessárias como um sol transumante em tempos cada vez mais nublados por ignorância e desonestidade intelectual.

INTELECTUAIS, NÃO ARISTOCRATAS

Em 1920 Lima Barreto publicou no jornal carioca *Gazeta de Notícias* um texto chamado *Estudos* no qual revelou que cultivava por Nietzsche “[...] uma ojeriza pessoal.” e ainda acusava ele e, curiosamente, o esporte “[...] como causadores do flagelo que vem sendo a guerra de 1914.” (BARRETO, 2017, p. 220). Não cabe aqui tentar entender tamanha

² white Americans are probably the sickest and certainly the most dangerous people, of any color, to be found in the world today.

antipatia do autor pelo esporte, mas quanto ao filósofo alemão, John Carey (1992) talvez possa nos dar algumas pistas. Em seu livro *The Intellectuals and the Masses* o autor mostra o esforço dos intelectuais ingleses no fim do século XIX e começo do XX em criar um abismo entre eles e a população recém letrada, a massa.

Carey (1992) acredita que a massa é uma ficção, que sua função seria, como dispositivo linguístico, eliminar a condição humana da maioria da população. Ele então apresenta as ideias do filósofo espanhol José Ortega y Gasset que teorizava sobre o aumento expressivo da população e suas consequências, uma delas seria a superlotação de pessoas e outra a intrusão dessas pessoas em espaços que antes eram destinados às “pessoas melhores”.

O alvo da ojeriza de Lima, Nietzsche, assim como Ortega y Gasset, deplorava a superpopulação e chega a desejar uma guerra contra as massas travada pelos “homens superiores”, a popularidade das suas ideias entre os intelectuais do começo do século XX sugerem o pânico causado por essa massa. Carey (1992) apresenta o que seria a distinção entre a multidão do século XIX e a massa do século XX: a alfabetização. E como os intelectuais não tinham como impedir que as massas aprendessem a ler, a maneira encontrada por eles foi tornar a literatura algo difícil para as massas entenderem, um esforço para excluir as massas da cultura.

O autor recorre novamente a Ortega y Gasset que assegurou como função essencial da arte moderna dividir o público em duas classes bem distintas: aqueles capazes de entender e aqueles que não são capazes. Para o autor espanhol essa forma de arte não seria apenas impopular, mas antes, antipopular, agindo como um agente social capaz de segregar os homens em castas (CAREY, 1992).

Enquanto intelectuais, nossos autores não poderiam estar mais distantes dessa casta, mesmo se não levarmos em conta marcadores como classe e raça, o que por si só já os desclassificariam como intelectuais entre aqueles. James Baldwin (1998, p. 371) acreditava que a

atividade intelectual deveria ser desinteressada, além de uma busca pela verdade, ele, assim como Lima usavam suas vivências como uma forma de aproximá-los do seu público, não uma forma de apartá-los e criar um abismo intelectual. E como Lima escreveu em seu discurso (não proferido) *O Destino da Literatura*, esta “[...] reforça nosso natural sentimento de solidariedade com os nossos semelhantes, [...]” além de zombar dos “[...] fúteis motivos que nos separam uns dos outros” (BARRETO, 2017, p. 280).

No caso dos intelectuais apresentados por John Carey (1992)³, a futilidade era acreditar que pertenciam a um novo tipo de aristocracia, uma aristocracia natural, na qual esses intelectuais eram os únicos possuidores de um tipo secreto de conhecimento. O autor define essa ideia do intelectual aristocrata do começo do século XX como uma fantasia masculina.

Uma outra fantasia usada para desirmanar os homens, é aquela que sustenta uma suposta superioridade dos brancos sobre os negros. Para Fanon (2008) essa fantasia cria um mundo branco, que seria o único honesto e que rejeita a participação do negro. Para James Baldwin era justamente isso que os negros tinham em comum, como ele escreve em seu ensaio *Princes and Powers*, publicado em 1961.

[...] O que eles tinham em comum era sua precária, sua relação indescritivelmente dolorosa com o mundo branco. O que eles tinham em comum era a necessidade de refazer o mundo à sua própria imagem, impor essa imagem ao mundo e não serem mais controlados pela visão do mundo e de si mesmos, mantida por outras pessoas. Em resumo, o que os homens negros tinham em comum era sua dor de vir ao mundo como homens.⁴ (BALDWIN, 1991, p. 35-35).

³ Entre os quais podemos destacar H.G. Wells, George Gissing, T.S. Eliot, E.M. Forster e Ezra Pound.

⁴ What they held in common was their precarious, their unutterably painful relation to the white world. What they held in common was the necessity to remake the world in

A necessidade de (re)interpretar o mundo e impor essa interpretação é um desafio enfrentado não apenas por pensadores negros, mas por todos aqueles que contestam uma visão hegemônica, que como Baldwin colocou, não é imposta apenas como visão de mundo, mas também de si mesmos, que cansaram de ser (muitas vezes equivocadamente) interpretados por outros e agora querem se impor enquanto sujeitos, ou como sugeriu Fanon (2008, p. 94), não querem mais ter extirpados qualquer valor ou originalidade que possam oferecer. Lima Barreto resume dessa forma em uma resenha intitulada *Sobre uma obra de sociologia*, publicada em 1921:

O que escrevo é o que vejo e sinto diretamente por mim; e os meus humildes escritos não são senão isso e mais as minhas dores e o desabafo de injustiças com que esses *souteneurs* das letras me têm amargurado a existência (BARRETO, 2017, p. 236, grifo do autor).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Em 1946 George Orwell publicou um ensaio chamado *Prevenção contra a literatura* no qual ele escreve:

[...] Em nossa época, a ideia de liberdade intelectual está sob ataque de duas direções. De um lado estão seus inimigos teóricos, os apologistas do totalitarismo, e, do outro, seus inimigos práticos imediatos, o monopólio e a burocracia (ORWELL, 2011, p. 304).

Ele continua disparando contra a concentração da imprensa nas mãos de poucos homens ricos, além do monopólio do rádio e do cinema e a indisposição do público gastar seu dinheiro em livros. Essa é a basicamente a conjuntura aqui no Brasil de 2020, a imprensa na mão de poucas famílias e um monopólio na indústria cultural, bem como um público leitor longe do ideal, o que também temos em comum são os

their own image, to impose this image on the world, and no longer be controlled by the vision of the world, and of themselves, held by other people. What, in sum, black men held in common was their ache to come into the world as men

defensores de um totalitarismo capitaneados por um presidente cabotino e de verve autoritária, que tem como régua e compasso o presidente dos Estados Unidos, ambos compartilhando características de governos populistas e autoritários, desde a forma como foram eleitos, até a forma de lidar com a imprensa. E ainda de acordo com Orwell

[...] Tudo em nossa época conspira para transformar o escritor, assim como todos os outros tipos de artistas, num funcionário menor que trabalha sobre temas que lhe são passados de cima e ao qual nunca contam toda a verdade (ORWELL, 2011, p. 304).

Seria redundante falar sobre os ataques do atual governo a qualquer pensamento que vá de encontro ao seu, e o desdém especial que nutre por artistas que não se alinham a ele. Tanto Baldwin quanto Lima pensaram seus papéis enquanto escritores, e ambos comungam com Orwell dessa ideia de liberdade e honestidade intelectual.

Baldwin em seu ensaio *The Discovery of what it means to be an American*, de 1961, escreve “[...] eu queria impedir de me tornar apenas um negro; ou, mesmo, apenas um escritor negro. [...]”⁵ (BALDWIN, 1991, p. 17, grifo do autor). Ele não queria ser definido, ou restringido por um marcador social de diferença, menos ainda escrever o que esperavam que um autor negro escrevesse.

Lima, por sua vez, fugia da ideia de uma literatura de sobremesa, como definia a literatura produzida por alguns dos seus contemporâneos, ou de um culto ao dicionário, como escreve em seu texto *Qualquer coisa*, de 1921, ele não podia compreender uma literatura que não fosse “[...] de ação sobre as ideias e os costumes; [...]” (BARRETO, 2017, p. 83), não compreendia também que ela o excluísse de seus personagens, sendo nobres ou não. Aos poucos personagens que ficaram nas bordas vão tendo mais destaque, mostrando que a literatura é plural, e que todas as

⁵ I wanted to prevent myself from becoming *merely* a Negro; or, even, merely a Negro writer.

vozes devem ser ouvidas. Que a nossa sociedade siga por um caminho parecido.

REFERÊNCIAS

BALDWIN, James. *Collected Essays*. Library of America, 1998.

BALDWIN, James. *Nobody Knows my Name: More notes of a Native Son*. Penguin Books, 1991.

BARRETO, Lima. *Impressões de leitura e outros textos críticos*. São Paulo: Penguin Classics Cia das Letras, 2017.

CAREY, John. *The Intellectuals and the Masses: Pride and Prejudice among the Literary Intelligentsia, 1800-1939*. Faber and Faber, 1992.

FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

HISTORY of Lynchings. NAACP. Disponível em: <https://www.naACP.org/history-of-lynchings/>. Acesso em: 30 abr. 2020.

ORWELL, George. *Como morrem os pobres e outros ensaios*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Cia das Letras, 2017.

ESTADO DA ARTE SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DO GÊNERO MASCULINO NA DOCÊNCIA: ASPECTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS

Danilo Rocha Costa¹

Resumo: O artigo ora apresentado discorre sobre a construção do estado da arte, conforme Ferreira (2002), como etapa fundamental no desenvolvimento da pesquisa intitulada *Representações do gênero masculino na docência: aspectos sociais e econômicos*. A referida pesquisa está inserida no programa de pós-graduação stricto sensu em Crítica Cultural (DELLARTES — Campus II / Universidade do Estado da Bahia) e tem por objetivo geral compreender a representação do gênero masculino na docência da escola municipal Professor Roberto Santos, em Alagoinhas (BA). De modos específicos, se busca: conhecer as representações sobre o status social e econômico dos professores entre docentes e discentes; analisar a diferenciação dos gêneros na representação da prática docente; apresentar possibilidades de promoção e emancipação do gênero masculino no contexto da docência. A pesquisa de base qualitativa será do tipo estudo de caso e utilizará como recurso, na coleta de dados, a observação participante e a entrevista semi-estruturada entre professores e estudantes, mapeando crenças e valores do contexto especificado (DUARTE, 2004). A fim de verificar o estado de conhecimento sobre a temática, tomou-se como base de dados o Catálogo de Teses e Dissertações (CAPES). Os critérios de busca foram: o tempo de publicação de 2009 até 2019 e as áreas do conhecimento em antropologia e educação. Foram obtidas sete obras, das quais, três foram selecionadas para subsidiar a fundamentação teórica e sua relação com os dados a serem coletados em campo, visto que estão em consonância com os objetivos esta pesquisa. Foi desenvolvido um quadro de referências contendo os dados das publicações obtidas na busca. Duas das três obras selecionadas se equiparam a

¹ Mestrando no Programa de Pós Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), linha de pesquisa: Letramento, Identidades e Formação de Educadores, endereço eletrônico: danilorochaacademico@gmail.com. Orientadora: Dra. Lícia Maria de Lima Barbosa.

esta pesquisa pelo objetivo geral, embora o presente estudo se diferencie pelo envezamento que apresenta nos aspectos social e econômico. A outra contribui com a fundamentação teórica para discutir a feminização do magistério.

Palavras-Chave: Docência. Gênero masculino. Representações.

INTRODUÇÃO

O presente artigo foi construído e submetido como estágio de um projeto de pesquisa intitulado: *Representações do gênero masculino na docência: aspectos sociais e econômicos* em sua fase de estado da arte. Essa etapa tem sua importância por se tratar do mapeamento de aspectos, dimensões, contextos e atualização de dados bibliográficos, publicados em teses e dissertações, para identificar e selecionar obras que proporcionem uma espécie de panorama de conhecimentos acerca da temática que está sendo pesquisada (FERREIRA, 2002).

O projeto de pesquisa referenciado deriva de observações de demandas apresentadas em contexto clínico de Psicologia, de narrativas permeadas por sentimentos de falta de realização pessoal e profissional, ideia de baixo prestígio e de baixo poder aquisitivo, dada a remuneração da profissão. Nesse contexto, entra em questão a avaliação que esses docentes do gênero masculino fazem, sobre a escolha pela docência e os reflexos dessas escolhas sobre o status social e financeiro, implicando assim, no senso de realização pessoal. Destaca-se a restrição aos gêneros masculino e feminino na obtenção, análise e relação de dados da referida pesquisa, como uma das delimitações da mesma.

Segundo (VIANNA, 2001), a docência é predominantemente feminina, no Brasil. Uma realidade estruturada a partir do advento da república, trazendo neste processo, a consolidação do ofício docente. O gênero masculino, permeado por conservas hegemônicas, no contexto docente descrito, enfrenta comparações que, segundo Viana (2013), coloca os gêneros masculino e feminino em categorias qualitativamente distintas, uma vez que as mulheres são geralmente associadas a atividades ligadas a alimentação, maternidade, cuidado e educação. Já as

atividades relacionadas ao uso da força e do poder, bem como o papel de provisão, são atribuídas ao gênero masculino.

O ensino básico, tanto nas práticas em sala, quanto no material didático, reforça paradigmas que predispõe os conceitos do vem a ser atividade essencialmente masculina ou feminina. Os conceitos que embasam tal paradigma presente no ensino são tratados por Cruz (2017) ao citar as referências literárias e práticas docentes mantidas no Colégio Santíssimo Sacramento em Alagoinhas-BA, entre as décadas de 1940 e 1960.

O contexto e seus fatores, já mencionados nesta introdução, são tomados como fundamento para questionar de que forma são construídas as representações e valores sobre a docência masculina no ensino básico. Pretende-se responder a tal questionamento sob os aspectos social e econômico da temática. O social se refere às representações categorizadas de acordo com o gênero (CRUZ, 2017) e o econômico se refere às representações categorizadas conforme o grau de investimento em qualificação e remuneração como realidades discrepantes (VIANA, 2013).

No intuito de elucidar a questão fundamental deste projeto de pesquisa, foi estabelecido como objetivo geral, compreender a representação do gênero masculino na docência do ensino básico da escola municipal Professor Roberto Santos, em Alagoinhas (BA). O local de pesquisa está situado no subúrbio da cidade, está em atividade desde a década de 1980 e tem capacidade para atender a cerca de duzentos estudantes.

No âmbito específico dos objetivos da referida pesquisa, buscou-se: conhecer as representações sobre o status social e econômico dos professores entre docentes e os estudantes, analisar a diferenciação dos gêneros na representação da prática docente e apresentar possibilidades de promoção e emancipação do gênero masculino no contexto da docência.

Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa de base qualitativa, com estudo de caso, utilizando a observação participante e a entrevista semiestruturada como recursos na obtenção de dados entre estudantes e professores. A entrevista como recurso, é fundamental quando se pretende mapear crenças e premissas do contexto de pesquisa (DUARTE, 2004).

O ESTADO DA ARTE

A fim de verificar o estado de conhecimento sobre a temática deste projeto de pesquisa, tomou-se como base de dados o Catálogo de Teses e Dissertações (CAPES). Foram obtidas, inicialmente, sete obras, das quais, apenas três foram selecionadas sob o critério de possuírem dados para a fundamentação teórica deste projeto de pesquisa e sua relação com os dados a serem coletados em campo.

As pesquisas denominadas estado da arte são desenvolvidas sob critérios que incluem o mapeamento de aspectos, dimensões, contextos e atualização de dados bibliográficos, publicados em teses e dissertações. Os catálogos, como fontes de obtenção de referências, são constituídos em modelo de acumulação de conhecimento, por se tratar de reunir tudo o que se conhece em termos de produção e avanço científicos. Permitem o conhecimento do que já foi produzido e a configuração de uma espécie de intercâmbio entre tal conhecimento o que pode ser produzido como algo novo (FERREIRA, 2002)

Foi desenvolvido um quadro de referências (Quadro 1) contendo dados das publicações selecionadas na busca. A partir da análise dos dados expressos na tabela, sobre tais obras, verifica-se que este projeto de pesquisa se diferencia das três obras selecionadas pelo enviesamento que apresenta nos aspectos social e econômico das representações estudadas. Em contrapartida, o referido projeto está em confluência com todas as referências selecionadas, no que se refere à discussão sobre representações de gênero. Uma especificidade de (ALVES, 2012) é que a mesma contribui com a fundamentação teórica para discutir a

feminização do magistério e será acrescentada às demais referências que tratam da mesma temática.

No tocante à metodologia empenhada no projeto pesquisa que fundamenta este estado da arte, a obra de Ruis (2015) se destaca entre as demais selecionadas, por utilizar na obtenção de dados, a observação participante e as narrativas, tanto dos professores quanto dos estudantes, mapeando crenças e valores do contexto especificado (DUARTE, 2004).

Quadro 1

| Autor | Título | Resumo | Tipo de produção | Ano | Orientador(a) | Instituição |
|----------------------------------|--|---|------------------|------|----------------------------------|--|
| Karla Karlburg e Moreira Lassala | Identidade docente e gênero: representações do professor por alunos e alunas de pedagogia. | O objetivo desta pesquisa foi analisar e comparar as representações de “professor” construídas por alunos e alunas do curso de Pedagogia. O estudo foi realizado com estudantes de Pedagogia no seu 1º Ano de formação, provenientes de diversas Universidades do Estado do Rio de Janeiro. Adotou-se a pesquisa qualitativa, tendo como suporte teórico a Teoria das Representações Sociais em sua abordagem estrutural. Os dados coletados tiveram como base questionários aplicados na pesquisa Representações Sociais de alunos de pedagogia e licenciatura sobre o trabalho docente, desenvolvida pelo Centro Internacional de Estudos em Representações Sociais e Subjetividade — Educação (CIERS-Ed). Foram também realizadas entrevistas semi-estruturadas em grupo com professores e professoras dos primeiros anos da educação básica. Os resultados indicam diferenças nas representações de acordo com o gênero dos participantes. No núcleo central de ambas as estruturas figura o elemento educador, embora no grupo feminino o sentido de “professor” tenha como centralidade o elemento dedicação, tradicionalmente atribuído à função docente nos primeiros anos de | Dissertação | 2009 | Dra. Alda Judith Alves Mazzotti. | Universidade de Estácio de Sá - Educação |

| | | | | | | |
|--|--|---|--|--|--|--|
| | | <p>escolarização. Os resultados dos sistemas periféricos, responsáveis pela operacionalização e manutenção de estabilidade do núcleo central, apontaram para a forte carga afetiva enquanto formadora da prática docente no grupo feminino, destoando do forte argumento profissional do grupo masculino. As diferenças nestes resultados clarificam como a idéia de educador é calcada em ideários bastante diversos de acordo com o gênero.</p> <p>Palavras-Chave: Representação Social. Gênero. Docência. Professor.</p> | | | | |
|--|--|---|--|--|--|--|

| Autor | Título | Resumo | Tipo de produção | Ano | Orientador(a) | Instituição |
|--------------------------|--|---|------------------|------|----------------------------------|--|
| Benedita Francisca Alves | A Experiência a Vivida de Professores do Sexo Masculino na Educação Infantil: Uma Questão de Gênero? | Esta pesquisa se propõe a compreender a experiência vivida de professores do sexo masculino que atuam na educação infantil, na rede pública municipal de Fortaleza. Norteado pelos estudos sobre gênero, sexualidade e formação docente, principalmente a partir de autores como Guacira Lopes Louro, Joan Scott, Marília Pinto Carvalho, Tomaz Tadeu da Silva, Débora Sayão, este estudo procurou conhecer os professores homens que atuam nessa etapa de ensino, na cidade de Fortaleza, especificamente, nos Centros de Educação Infantil (CEI) e conhecer quais os discursos estão relacionados a sua escolha profissional e a sua atuação docente. Buscou-se ainda, compreender que tipos de discursos acerca das representações de gênero e masculinidade perpassam o ambiente escolar e de que maneira esses discursos contribuem para sua subjetivação. A dissertação apresenta um percurso histórico da educação infantil no mundo e no Brasil, bem como seus fundamentos legais e a partir desse caminho, | Dissertação | 2012 | Dr. Georges D. Janja Bloc Boris. | Universidade de Fortaleza — Produção e Expressão Sociocultural da Subjetividade. |

| | | | | | | |
|--|--|---|--|--|--|--|
| | | <p>apresenta a análise das falas de oito professores homens atuando na educação infantil do referido município. Em meio aos discursos da vida contemporânea, este trabalho focalizou os discursos e representações constitutivos de um ambiente eminentemente composto por mulheres a fim de problematizar algumas questões pertinentes ao campo da educação infantil, tais como a ação e o sentido de cuidar, a feminização docente, a formação docente e a construção do sentido de masculinidade.</p> <p>Palavras-Chave: Relações de Gênero, Docência, Educação infantil, Formação de Professores.</p> | | | | |
|--|--|---|--|--|--|--|

| Autor | Título | Resumo | Tipo de produção | Ano | Orientador(a) | Instituição |
|-----------------------|---|--|------------------|------|-------------------------------------|---|
| Fernanda Ferrari Ruis | Ser menino e menina, professor e professora na educação infantil: um entrelaçamento de vozes. | Considerando o gênero como uma construção histórica, cultural e social, o presente estudo objetivou investigar como as relações e representações de gênero são expressas por meninas e meninos, professor e professora no cotidiano de uma escola municipal de Educação Infantil. Porquanto, foram adotadas estratégias de investigação de abordagem qualitativa. Participaram da pesquisa duas turmas de alunos e alunas com idades variando entre quatro e seis anos, bem como o professor e a professora responsáveis pelas mesmas. A coleta de dados abarcou três momentos. Primeiramente o ambiente escolar, sua organização e funcionamento, constituíram o foco de observação, bem como as práticas adotadas pelos docentes e as interações com suas respectivas turmas. Em sequência, a ludicidade foi utilizada como estratégia, a fim de verificar e apreender as relações | Dissertação | 2015 | Dra. Marcia Cristina Argenti Perez. | Faculdade de Ciências e Letras — Unesp/Araquara - Educação Sexual |

| | | | | | |
|--|--|---|--|--|--|
| | | <p>e representações de gênero reveladas por meninos e meninas. Por meio de entrevistas semiestruturadas, averiguamos os fundamentos e conhecimentos dos docentes acerca do conceito de gênero e como lidam com as relações de gênero expressas pelas crianças. Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo. O entrelaçamento das vozes dos sujeitos envolvidos nos revelaram diferentes modos de ser menino e menina, professor e professora, em suas interações no ambiente escolar, que ultrapassaram os padrões de feminino e de masculino esperados. A pesquisa apontou para lacunas na formação docente no que diz respeito às questões de gênero, diversidade sexual, sexualidade e Educação Sexual. Diante dos resultados alcançados, acreditamos que este estudo possa contribuir para que os professores e as professoras reflitam sobre suas práticas educativas, enxergando as crianças, ouvindo-as em suas necessidades, respeitando suas diferenças e preferências.</p> <p>Palavras-Chave: Relações de Gênero. Infância. Docência. Educação. Educação Infantil. Educação Sexual.</p> | | | |
|--|--|---|--|--|--|

Colaborando com a discussão teórica das representações dos gêneros masculino e feminino no contexto docente, Lassala (2009) destaca inicialmente, a importância do papel da escola e dos docentes nas mudanças sociais, bem como as referências de valor que a juventude atribui a esses. Neste interim, observa-se o assemelhar e o diferenciar como constitutivos dos processos de tomada de referências, no qual se destaca a diferença de gênero. Na pesquisa de Alves (2012), destaca-se a busca pela compreensão dos discursos mantidos no contexto do seu estudo a respeito das representações de gênero, de como esses discursos perpassam aquele ambiente e de que modo são constitutivos das subjetivações. Já Ruis (2015) objetivou conhecer como as representações de gênero se mostram nas expressões de meninas e meninos, bem como

de docentes dos gêneros feminino e masculino, no cotidiano de uma escola infantil.

No tocante à feminização do magistério, Alves (2012) enfatiza o contexto de ensino básico como ambiente eminentemente composto por mulheres, o que levanta um questionamento sobre os discursos e representações de gênero e masculinidade contidos nesse contexto e as suas contribuições para a subjetivação. Ressalta os discursos que entram como recurso na legitimação da escolha pelo fazer docente, frente às premissas contidas na cultura, sobre as profissões e condições de trabalho pressupostas como femininas e masculinas.

Seja nas discussões em que se investem argumentos pseudocientíficos, ou de conservas sociais, existe a tentativa de justificar a desigualdade com base nas diferenças biológicas. Tomando como exemplo o movimento das feministas inglesas nos anos 1970, Lassala (2009) enfatiza a necessária distinção entre cultura e o que vem a ser chamado de natureza, quando da utilização da biologia como disciplina, na tentativa de legitimar o discurso da suposta naturalidade das desigualdades entre os gêneros masculino e feminino.

Em consonância com o que fora exposto sobre a distinção entre biológico e cultural, Ruis (2015) afirma, a priori, que os gêneros são construções nas quais estão contidos os aspectos histórico, cultural e social, o que foi evidenciado entre as narrativas e práticas lúdicas empenhadas na obtenção de dados da sua pesquisa. Ou seja, diferentes modos de ser menino e menina, bem como de serem professores e professoras.

Os dados já registrados neste artigo sobre os gêneros feminino e masculino, bem como as categorizações destes gêneros quanto às suas atribuições, estão em consonância com o que vem sendo discutido no projeto de pesquisa deste estado da arte, sob a referência de Albuquerque (2010), na qual se afirma que, desde os anos 1960 diversas teorias e movimentos buscam “desnaturalizar” as categorizações binárias do feminino e do masculino. Ainda segundo o autor, tais movimentos

questionam o que se define como atribuições essencialmente femininas e masculinas, chegando à conclusão de que são fatores socialmente construídos.

No que se refere à metodologia empenhada no projeto de pesquisa que origina este estado da arte, se torna relevante registrar a consonância entre o referido projeto e a pesquisa de Ruis (2015), quanto ao que se denomina teoricamente como objeto de estudo. Em outras palavras, a importância dos dois públicos — estudantes e professores — na coleta de dados, se fazem presente nesses dois estudos. A importância de conhecer as perspectivas, tanto dos estudantes, quanto dos docentes, reside no fato de que são mutuamente construtores das representações que permeiam seu contexto.

Quantitativamente, são baixos os resultados obtidos neste desenvolvimento de estado da arte, devido à pouca disponibilidade de publicações no Catálogo de Teses e Dissertações (CAPES), sobre a temática especificada. Contudo, se nota a pertinência dos dados obtidos, no que se refere às discussões sobre “representações” e “gênero”.

Tais referências serão relacionadas às demais, obtidas nas fases de pesquisa que antecedem e que sucedem a fase de desenvolvimento do estado da arte. Nesse sentido, é possível considerar que o projeto de pesquisa do que trata este estado da arte, possui potencial para novas perspectivas acerca do tema que propõe.

CONCLUSÃO

Como fase de pesquisa que busca traçar um panorama do tema em estudo, quanto aos aspectos, dimensões, contextos e atualização de dados bibliográficos, publicados em teses e dissertações, o estado da arte foi aplicado ao presente projeto de pesquisa. A partir deste levantamento, foi possível identificar que, quantitativamente, ainda são poucas as pesquisas e publicações contendo as especificidades do projeto que foi apresentado neste artigo.

Numa perspectiva cronológica, entre os anos de 2009 e 2018, as obras selecionadas apresentam uma progressão com intermitência de três anos entre as datas de publicação: 2009; 2012; 2015. Cabe salientar que, das oito obtidas inicialmente, uma não estava disponível para publicação, o que poderia mudar o cenário da referida progressão, caso pudesse ser coletada na busca.

Visto que a pesquisa, bem como a publicação que dela deriva, precisa conter validade efetiva para o cotidiano, o projeto do qual trata o presente artigo busca, através do estado da arte, obter relevância e apresentar resultados que contemplem perspectivas não abordadas até então.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Durval Muniz. Máquina de fazer machos: gênero e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças. In: MACHADO, Charlton José dos Santos. *Gêneros e práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares*. — Campina Grande: EDUEPB, 2010. 256p.

ALVES, Benedita Francisca. *A Experiência Vivida de Professores do Sexo Masculino na Educação Infantil: Uma Questão de Gênero?* - Fundação Edson Queiroz - Universidade de Fortaleza – UNIFOR; Fortaleza – CE, 2012.

CRUZ, Maria de Fátima Berenice da. CRUZ, Antônio Roberto Seixas da. *Educação em tempos atuais: experiências e desafios no exercício da docência*. – Salvador: EDUNEB, 2017.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. - *Educar*, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte” - *Educação & Sociedade*, ano XXIII, n o 79, Agosto/2002.

LASSALA, Karla Karlburger Moreira. *Identidade docente e gênero: representações de “professor” por alunos e alunas de pedagogia*. - Universidade Estácio de Sá; Rio de Janeiro, 2009.

VIANNA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero na docência. *Primer Congreso Internacional sobre los procesos de Feminización del Magisterio*. México, 2001. p. 82-103.

VIANNA, Cláudia Pereira. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (Org.). *Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações*. Brasília, DF: Abaré, 2013. p. 159-180.

RUIS, Fernanda Ferrari. *Ser menino e menina, professor e professora na educação INFANTIL: um entrelaçamento de vozes*. Universidade Estadual Paulista; Araraquara – S.P, 2015.

IDENTIDADES DOS SUJEITOS DEFICIENTES

Edvan de Souza Santos¹

Resumo: Este artigo trata-se de uma investigação sobre as linguagens e as questões identitárias do indivíduo deficiente. Suspeita-se que esses conceitos não são devidamente conhecidos e aplicados no ambiente escolar. Dessa forma, busca-se identificar as práticas correlacionadas dos conceitos identidades e linguagens, no âmbito educacional e as suas diversas formas de “aplicabilidade”. Portanto, espera-se que a realização dessa investigação seja importante para a contribuição adequada de práticas pedagógicas e no processo de inclusão e aceitação das histórias/identidades dos sujeitos, no processo educacional, além de contribuir para as políticas públicas e a execução de ações práticas nos devidos ambientes sociais.

Palavras-Chave: Identidades. Linguagem. Deficiência.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a segregação possui raízes antigas e históricas, mas que por vezes, aparenta ser algo contemporâneo, com abordagens específicas e estrutura definida, apontando de alguma forma a participação da cultura, como ponto central na interpretação da realidade e dos comportamentos sociais, além de direcionar a constituição da subjetividade, das próprias identidades e da pessoa como um ator social. Assim como afirma Hall (1997, p. 16) “[...] a ação social é significativa tanto para aqueles que a praticam quanto para aqueles que a observam[...].”

Enquanto professor e acometido de diversas práticas inadequadas no que diz respeito a compreensão das identidades e as linguagens dos deficientes em sala de aula e preocupado como os meus atos sociais,

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), linha de pesquisa Letramento, Identidades e Formação de Educadores. Orientadora: Profa Dra Jailma dos Santos Pedreira Moreira. Endereço Eletrônico: professorredvansouza@gmail.com.

implícitos e explícitos, compreendo que este estudo investigativo contribuirá na erudição das questões identitárias e da diversidade de linguagens desses sujeitos. O propósito do trabalho é buscar entender as identidades e lançar olhares que venham contribuir para a formação de novas posturas no campo educacional, social e cultural. O buscar, o compreender e o elucidar são passos relevantes para entendermos esse universo.

Neste sentido é importante, inicialmente, comentar o conceito da palavra deficiência em seus dois campos que ocorrem mais discussões, reformulações e adequações. Para a saúde este conceito relativo tem evoluído com o passar dos tempos, acompanhando, de uma forma ou de outra, as mudanças ocorridas na sociedade e as próprias conquistas alcançadas. A Organização Mundial da Saúde (OMS), no ano de 1989 conceituou deficiência como “toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica; a incapacidade com toda restrição ou falta dela — devida a uma deficiência — da capacidade de realizar uma atividade”. No ano de 1997, através do manual da dimensão das incapacidades e da saúde (CIDDM-2) concebe a deficiência como “uma perda ou anormalidade de uma parte do corpo (estrutura) ou função corporal (fisiológica), incluindo as funções mentais”. E sobre as atividades, antes apontadas como incapacidades, passou a ser entendida como uma “dificuldade no desempenho pessoal” (Brasil — PNSPD, 2010).

Estes conceitos fazem-me lembrar de Foucault, no seu livro *Os Anormais*, especificamente em sua aula de 22 de Janeiro de 1975, quando ele analisa as três figuras que constituem o domínio da anomalia: o monstro humano; o indivíduo a ser corrigido e a criança masturbadora. Explorarei o primeiro domínio, para fins de conexão, pois considero mais próximo e pertinente para o conceito já apresentado. Ele diz o seguinte:

O contexto de referência do monstro humano é a lei. A noção de monstro é essencialmente uma noção jurídica — jurídica, claro, no sentido lato do termo, pois o que define o monstro é o fato de que ele constitui, em sua existência mesma e em sua forma, não apenas

uma violação das leis da sociedade, mas uma violação das leis da natureza (FOUCAULT, 1975, p. 69).

E ele continua a sua explanação sobre o monstro humano enfatizando “Podemos dizer que o que faz a força e a capacidade de inquietação do monstro é que, ao mesmo tempo que viola a lei, ele a deixa sem voz” (FOUCAULT, 1975, p. 70). Digamos assim que o domínio jurídico-biológico afeta de alguma maneira a construção de um conceito no contexto saúde para a deficiência, mas será que no contexto social ocorre alguma influência?

As questões sociais sobre deficiência são antigas, enraizadas em nossa sociedade de diversas formas, mas pontuando as mais próximas ou atuais, em meados da década de 70 as questões sobre deficiência estiveram subordinadas ao âmbito médico e de especialistas, período que caracterizou-se por uma abordagem na qual a deficiência era vista no lugar da pessoa.

A partir da década de 80, que sinalizou o ano internacional da pessoa portadora de deficiência (1981), preocupações foram apontadas e os movimentos construíram práticas diferentes para os deficientes, proporcionando, há época, a integração dos mesmos na sociedade e distorcendo os conceitos aplicados na década anterior. Na última década do século XX os movimentos possuem o objetivo de evoluir na busca de forma de integração, direitos iguais e redução no processo de exclusão e discriminação. Como exemplo podemos citar a Lei 8213/91 específica para a contratação de deficientes nas empresas.

Outra fonte de compreensão para o fenômeno da deficiência é a psicologia social que não negligenciando a possível incapacidade física, motora ou psíquica do sujeito, considera que: “Uma teoria da deficiência não deve apenas explicar como as deficiências operam [...], mas deve ser capaz de explicar como as pessoas em geral lidam com as diferenças [...]” (OMOTE, 1994, p. 69).

Bonin (2010, p. 58), diz que para compreender o ser humano, além de estudar seu corpo e sua origem animal, é necessário pesquisar, principalmente, como ele se constitui em um contexto sociocultural. Sendo assim, o conceito de deficiência no âmbito social deve ser considerado a partir de diversos olhares, além do físico, pois não deve-se desconsiderar as limitações, mas muito mais importante que observar única e exclusivamente as limitações físicas deve-se entender o processo de participação e ou inclusão social deste sujeito.

Neste sentido, considerando a possibilidade de desconstrução das visões essencialistas e hegemônicas, pode-se pensar no termo “identidade em política”, apresentado por Mignolo (2008, p. 289), quando ele diz que “é a única maneira de pensar descolonialmente[...]. Todas as outras formas de pensar [...] e de agir politicamente, ou seja, formas que não são descoloniais, significam permanecer na razão imperial; ou seja, dentro da política imperial das identidades”.

1 A DEFICIÊNCIA, SUAS TERMINOLOGIAS E INTERPRETAÇÕES

Com base nos conceitos apresentados por nossos dicionários, conseguimos identificar uma grande diferença nas definições das palavras “deficiência” e “deficientes”. Conforme o dicionário online de português a deficiência é apontada como “insuficiência orgânica ou mental. Defeito que uma coisa tem ou perda que experimenta na sua quantidade, qualidade ou valor”.

Já para o mesmo dicionário a palavra deficiente, como adjetivo, seria classificada “com algum tipo de deficiência, falta, erro ou falha; não satisfatório: aproveitamento escolar deficiente”. Além de “não possuir quantitativamente o suficiente; incompleto: planilha deficiente”. Já na classificação como substantivo “pessoas cujas as faculdades físicas ou intelectuais são diminuídas em comparação ao seu funcionamento esperado”.

Dialogar sobre deficiência é tentar encontrar soluções para algo que já foi inserido, de alguma maneira, na mente humana, como impossível

de aceitar, de conviver e de ser visto naturalmente, ou seja, uma herança cultural e baseada em conceitos pré-estabelecidos. Esta caracterização se dá a partir do momento que a limitação física é vista como algo não familiar, desconhecida e surpreendente, como Freud (1919) aborda em seu estudo sobre a categoria do estranho e conforme aponta Louro (2000), quando trata da Pedagogia das sexualidades e aborda a discussão sobre as várias formas de fazer-se mulheres e homens e aponta para construção social, suscitando uma renovação com regulações, condenações e negativas.

Foucault na obra *Vigiar e Punir*, quando descreve como seria a figura ideal do soldado, no início do século XVII, diz o seguinte: “O soldado é antes de tudo alguém que se reconhece de longe; [...] seu corpo é o brasão de sua força e de sua valentia [...]”. Ele ainda aponta alguns sinais para reconhecer os soldados mais idôneos. Estes sinais são na sua maioria de caráter físico, fazendo com que os que não possuem este perfil, sejam imediatamente excluídos. São eles: “a cabeça direita, o estômago levantado, os ombros largos, os braços longos, os dedos fortes, o ventre pequeno, as coxas grossas, as pernas finas e os pés secos” e conclui dizendo: “ [...] pois o homem desse tipo não poderia deixar de ser ágil e forte [...]” (2008, p. 117).

Esta percepção do corpo como algo fundamental para a execução de atividades, apontada por Foucault, ainda gera a construção de conceitos pré-definidos sobre como deve ser aquele que atenderá perfeitamente todas as necessidades, sejam elas de ordem pessoal ou profissional.

O que se faz esquecido, infelizmente, são os sentimentos e signos que os deficientes internalizam com todas as predefinições elaboradas sobre as suas limitações e os controles desenvolvidos com o intuito de balizar sua expertise. A desmotivação, a tristeza, o conformismo/comodismo, dentre outras reações sentimentais que penalizam, punem e docilizam os corpos destas pessoas, deixa claro para elas e os demais integrantes do círculo social, os ditos normais, que é

impossível a sua participação na sociedade e que aceitar a sua condição é a melhor opção.

Sendo assim, seria impossível falarmos sobre as identidades dos deficientes sem antes apresentarmos as “classificações/definições” impostas por conceitos que orientam e direcionam os pensamentos de muitos, sem distinguir ou pontuar o lugar social que estes indivíduos ocupam. Temos, assim, um campo extremamente complexo para discussão. Desta forma, optei por expor algumas definições de autores que escreveram e escrevem sobre identidades e as identidades dos deficientes.

De acordo com Hall (2006, p. 10) existem três conceitos diferenciados sobre o termo identidade: o iluminista, o sociológico e o da pós-modernidade. O iluminista defende a concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades da razão, de consciência e de ação, cujo o “centro” consistia num núcleo interior — individualista, o sociológico refletia a complexidade do mundo moderno, e consciência de que o núcleo interior do sujeito não era autônomo e auto-suficiente, mas formado na relação com “outras pessoas importantes para ele” — “interação” entre o eu e o sujeito, já para o sujeito pós-moderno a sua concepção é de que não uma identidade fixa, essencial e permanente — identidade como uma “celebração móvel”.

Vygotsky (1981, 1984, 1989a, 1989b, 1993) concebe o homem como um ser sociocultural, afirmando que seu desenvolvimento se dá inicialmente no plano intersubjetivo (das relações sociais) e depois no plano intra-subjetivo (envolvendo o processo de internalização). Sendo assim, conceitos pré-formatados são fortes influenciadores da construção identitária do sujeito, possuindo um papel fundamental, assim como a linguagem, na mediação das interações e significação do mundo, além do direcionamento de que o sujeito não “serve” para aquele universo.

Assim, a relação do homem com o mundo não é direta, mas mediada como afirma Vygotsky. E as ocorrências de mediação

primeiramente são impostas por outros e só depois o sujeito se orientará. Esta afirmação leva a constatação que o desenvolvimento do reconhecimento do Eu, pressupõe a participação de outras pessoas. Para Góes (1998), as relações sociais constituem-se por intermédio dos processos semióticos e a construção da identidade só poderá ser examinada considerando-se a dinâmica de significados e sentidos produzidos e interpretados no jogo interativo do sujeito com o outro.

2 A INTERSECCIONALIDADE E A LINGUAGEM

Os dados do último Censo Nacional do IBGE (2010) informam que 23,91% da população são indivíduos com algum tipo de deficiência ou portadores de uma deficiência temporária. Esse informe é significativo por si mesmo, na medida em que afeta um quarto da população do país. Em muitos casos, conforme a deficiência, a pessoa pode ser excluída da convivência social. Esse percentual variou nos Censos anteriores de 0,18% em 1920 a 14,48% no ano 2000%, pois muitas tipologias de deficiência não eram computadas nos Censos Nacionais.

E porque citarmos os marcadores sociais, como os dados do censo, para tratarmos das questões identitárias? O que motiva estudarmos dados estatísticos e pontuais e vincularmos as tratativas ligadas a política de identidade? As múltiplas fontes de identidades devem ser desconsideradas quando interpretamos a deficiência? Devemos desconsiderar o percentual de aproximadamente 24% de uma população, totalizando cerca de 46 milhões de pessoas com alguma deficiência? Desta forma, as interpretações interseccionais possuem uma força no atual cenário social, pois permite traçarmos um panorama das práticas de exclusão, como o capacitismo (termo empregado como forma de tratar pessoas deficientes como naturalmente “incapazes” (PEREIRA, 2008; DIAS 2013; MELLO, 2016).

Para Piscitelli (2008), a interseccionalidade é um caminho viável para o estudo envolvendo dois ou mais marcadores de categorização social, ou seja, não mais tentar avaliar a realidade com base em apenas

um ou outro conceito. Como exemplo, posso apresentar uma homem-cis, negro e deficiente. Através desta “classificação” pode-se avaliar as questões de gênero, questões fenotípicas e as ligadas a deficiência e as suas correlações que constituem o ser perante a sociedade, resultando em formas de discriminação e possível interpretação de realidade social, impactando diretamente com as questões identitárias. Sendo assim, entende-se que estudar as identidades além de ser um campo com um grande grau de complexidade, torna-se ainda mais complexo quando avalia-se pontos que se inter cruzam e se correlacionam, desenvolvendo um constructo social extremista e limitante.

Nesta proposição, quando falamos de questões que possuem cruzamento e conexões, não podemos desconsiderar que tais fatores influenciam na composição do ser, sendo que o mecanismo mais forte, empoderador, símbolo de resistência e luta e propulsor de resultados mais justos e igualitários seria então a linguagem identitária. Para Lima (2015, p. 63) A linguagem “media e institui modos de ser, de viver e de conviver, revelando, também, intolerâncias, discriminações, preconceitos e racismos”.

É possível então compreender a força que a linguagem possui para o sistema de autoafirmação do ser deficiente e as suas atuações sociais, mas também deve-se considerar que a mesma linguagem é limitante e discriminatória do ponto de vista do “agressor”, entendendo que por vezes terminologias aplicadas como “Pessoa com necessidades especiais”, “Pessoa com deficiência”, dentre várias outras expressões, foram criadas a partir do lugar de fala daquele que não possui na pele a marca das intolerâncias sociais. Esse indivíduo também se utilizou da linguagem como mecanismo para defesa e afirmação. “Onde poderiam eles se justapor, senão no não lugar da linguagem? Mas esta, ao desdobrá-los, não abre mais que um espaço impensável” (FOUCAULT, 2002, p. 11).

Ele ainda afirma o seguinte em sua obra: As palavras e as Coisas:

O doente reúne e separa, amontoa similitudes diversas, destrói as mais evidentes, dispersa as identidades, superpõe critérios

diferentes, agita-se, recomeça, inquieta-se e chega finalmente à beira da angústia. O embaraço que faz rir quando se lê Borges é por certo aparentado ao profundo mal-estar daqueles cuja linguagem está arruinada: ter perdido o “comum” do lugar e do nome. Atopia, afasia (FOUCAULT, 2002, p. 14).

E ainda seguindo este pensamento de Foucault ele apresenta uma outra percepção para a compreensão da força da linguagem, mas agora apontando para outra direção: a ordem. A ordem seria a “rede secreta” onde tudo acontece de forma silenciosa, virtual, súpil, embranquecida, genocida, misógina, fenotípica, limitante e excludente.

Ele afirma:

A ordem é ao mesmo tempo aquilo que se oferece nas coisas como sua lei interior, a rede secreta segundo a qual eles se olham de algum modo umas às outras e aquilo que só existe através do crivo de um olhar, de uma atenção, de uma linguagem; e é somente nas casas brancas desse quadriculado que ela se manifesta em profundidade como já presente, esperando em silêncio o momento de ser enunciada (FOUCAULT, 2002, p. 16).

Como o discurso é uma prática social, acometido de ordens, falar sobre deficiência, assim como falar sobre racismo é uma prática apropriada para conscientização dessas questões no ambiente escolar. “Ao narrar suas vivências, concepções sobre a educação das relações étnico-raciais, os professores e professoras se modificam e se inserem no movimento de valorização das pessoas negras, que durante tanto tempo se restringia a uma ação exclusiva dos militantes da causa” (LIMA, 2015, p. 70).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atuando como docente há mais de 10 anos, apenas por duas vezes vivenciei a possibilidade de aplicar os poucos conhecimentos práticos frente a duas alunas deficientes. A primeira com registro formal, biológico e médico de deficiência intelectual e a segunda com deficiência auditiva

que só consegui identificar após relatos dos seus colegas de sala, já que a sua atuação não apontava qualquer “tratamento” especial. Ela conseguia fazer leitura labial e desta forma não tinha dificuldades em acompanhar o método generalista que utilizava em sala.

As duas situações foram tão diferentes, mas tão próximas, sendo que a minha forma de atuar, frente as alunas, não foi satisfatória. Isso porque o que executei foram orientações institucionais de como acompanhar e respeitar as limitações das duas. Não houve diálogo, não houve escuta, não havia respeito as identidades e nem tão pouco aplicações de práticas específicas.

Inicialmente houve a criação de uma metodologia que foi aplicada prioritariamente para correção e ajuda. Observava o andamento delas e caso fosse necessário faria pequenas modificações na forma de explanar os conteúdos. Como a timidez era um perfil da personalidade das duas as dificuldades só aumentavam, já que não expressavam o que sentiam e apenas nas avaliações tradicionais conseguia mensurar as suas reais impossibilidades e dificuldades.

Quando Lima (2015, p. 117) diz que os professores não estão preparados para exercer uma educação antirracista, consigo perceber exatamente o que ela quis expressar. As minhas práticas foram racistas e excludentes. Não consegui perceber a importância que era a verdadeira participação dessas alunas em minhas aulas, não com a minha observação se elas estavam ou não conseguindo acompanhar os conteúdos, nem tão pouco corrigindo-as ou ajudando-as, mas tornando-as integrantes efetivas naquele ambiente. Possibilitando a devida inserção daqueles indivíduos em ambientes ainda extremamente fechados, absorvidos por ordens e regras e limitados para questões tão próximas a todos nós.

O fato de entender os conceitos construídos e em processo de construção das palavras deficiência e deficientes e compreender que eles são específicos para áreas de estudo como a saúde e a área jurídica só potencializa que as questões identitárias, partindo do princípio destes campos de estudos são totalmente eliminadas. Isso porque

aparentemente não há um interesse em conhecer as histórias de resistência e de reconhecimento de povos antes tão marginalizados. A identidade em política, seria, nesse momento, fundamental para o processo educativo e de afirmação do ser.

A construção histórica é um fator limitante para a evolução das questões identitárias, já que conceitos hegemônicos e eurocêntricos foram embutidos em nossas práticas e isso não é afastado do ambiente escolar. A escola que deveria ser o espaço de luta e possibilitar o armamento intelectual dos grupos excluídos socialmente, devido a construção de discursos e mecanismos de punição termina por instituir um local de violência e prisão.

O corpo condenado ao suplício social das instituições deve seguir estilos morais e/ou políticos da supressão dos costumes, das vontades, dos sentimentos, do grito de dor e da possibilidade da fala. Práticas de humanidades disfarçam e anulam as dores de ordem social e minimizam as marcas visíveis apontadas pela deficiência como a surdez, a cegueira, a limitação física e a limitação intelectual. Essas também são práticas do ambiente educacional, pois não devemos desconsiderar que elas, as escolas, são instituições e como tal seguem regras e ordens, além de serem compostas por seres que por vezes não conseguem atuar da forma mais adequada (consigo encaixar-me nesse grupo).

O que deve ser levado em consideração, é exatamente o que objetiva essa pesquisa, que o indivíduo apontado biológica e socialmente como deficiente possui a sua identidade, sua história e isso não deve ser desconsiderado. A identidade deve ser vista como um ato de resistência e além de discorrermos sobre essa temática, devemos praticar e vivenciar. Que as linguagens sejam práticas concretas e singulares.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal. Política Nacional da Pessoa com Deficiência. Secretaria de Atenção à Saúde — Ministério da Saúde, 2010.

DIAS Adiana. *Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal à narrativa capacitista social*. In: Anais do II Simpósio Internacional de Estudos sobre Deficiência; 2013; São Paulo. p. 5. DICIONÁRIO online de português. [2020]. Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/>>. Acesso em: 10 maio. 2020.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. Trad. S. T. Muchail, São Paulo: Martins fontes, 2002.

GÓES, M.C.R. *Subjetividade, linguagem e inserção social: examinando processos de sujeitos surdos*. Trabalho apresentado VII Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico – ANPEPP, Gramado-RS, 1998.

HALL, S. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LIMA, Maria Nazaré de. *Relações étnico-raciais na escola: o papel das linguagens*. Salvador, EDUNEB, 2015.

MELLO, Anahi Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. *Ciênc. Saúde Colet*. Acesso em: 21 (10) Out 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.07792016>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n10/1413-8123-csc-21-10-3265.pdf>.

OMOTE, S. (1994) Deficiência e não deficiência: recortes do mesmo tecido. *Revista Brasileira de Educação Especial* 1(2): 65-73.

PEREIRA Amba. *A viagem ao interior da sombra: deficiência, doença crônica e invisibilidade numa sociedade capacitista*. 2008. Dissertação. Universidade de Coimbra, Portugal.

PERLIN, G. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, vol. 11, n. 2, Goiânia, 2008, p. 263-274.

SAETA, B.R.P. *O contexto social e a deficiência*. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*: 51-55, Universidade Presbiteriana Marckenzie, 1999. Acessado em: 20 de abril de 2020. Disponível em:

https://www.mackenzie.br/fileadmin/OLD/47/Editora/Revista_Psicologia/Teoria_e_Pratica_Volume_1_-_Numero_1/artigo7.PDF

STREY, Marlene Neves. *Psicologia Social Contemporânea: Livro Texto*. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

VYGOTSKY, L.S. *Concrete human psychology*. *Soviet Psychology*, v. 2, n. 27, p. 53-77, 1989b.

VYGOTSKY, L.S. *Formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VYGOTSKY, L.S. *Fundamentos de defectologia*. Havana: Pueblo y Educación, 1989a.

VYGOTSKY, L.S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

VYGOTSKY, L.S. The genesis of higher mental functions. In: WERTSCH, J.V. (Org.). *The concept of activity in Soviet psychology*. Nova York: M.S. Sharpe, 1981.

O USO DO WHATSAPP E AS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES PARA A APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO L2 PARA ALUNOS SURDOS.

Emanuela Andrade Vidal¹

Resumo: o presente trabalho trata-se da pesquisa de mestrado “Aprendizagem de Língua Portuguesa para Pessoas Surdas: contribuições do gênero digital WhatsApp” ainda em andamento. A globalização e o excessivo uso dos aparelhos móveis apresentam-se como novas possibilidades, não só para o acesso a comunicação, mas sobretudo para o acesso ao conhecimento. Sendo a inserção da pessoa surda no mundo digital algo possível e constante, pretende-se, com a pesquisa, averiguar como o gênero digital WhatsApp contribui para aprendizagem da Língua Portuguesa (L2) para alunos surdos do ensino técnico do Curso de Informática de uma escola pública estadual, localizada no município de Alagoinhas-Ba. Deseja-se também descrever algumas características do letramento digital dos surdos e entender como se dá o processo de aprendizagem de L2 no espaço escolar. Para tanto, a pesquisa será fundamentada nos estudos de Street (2003), Gesser (2009), Kleiman (2014), Quadros (2004), Moreira (2012), Pereira (2018), Freitas (2004). Entende-se que o uso dos gêneros digitais contribui para o desenvolvimento linguístico da pessoa surda e merece destaque no campo da pesquisa sobre a temática.

Palavras-Chave: Gênero Digital. Língua Portuguesa (L2). Pessoa Surda.

INTRODUÇÃO

No cenário atual, novas possibilidades de comunicação vêm sendo apresentadas e muitas são as maneiras de promoção e ampliação desta

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), linha de pesquisa Letramento, Identidade e Formação de Educadores. Endereço eletrônico: emanuela_vidal@hotmail.com Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Martins Moreira. Doutora em Letras pela UFBA, Mestre em Linguística Aplicada pela PUC-RS. Endereço eletrônica: cmmoreira@uneb.br.

comunicação, o que provoca uma quantidade cada vez maior de informações circulando nos vários veículos comunicacionais, sejam eles impressos ou virtuais. A circulação permanente de informações contribui significativamente para inclusão da pessoa surda nos diversos espaços.

Diante da necessidade de compreender e divulgar as diversas possibilidades que contribuem para o desenvolvimento e aquisição da língua portuguesa como segunda língua para pessoa surda, a pesquisa tem encontrado, nas variadas fontes sobre a surdez, respaldo para justificar sua importância enquanto acervo que permitirá uma melhor compreensão sobre a aquisição da Língua Portuguesa escrita como L2 para surdos.

Ao longo da tradição histórica, foram privilegiadas as línguas na modalidade oral-auditiva e, aos poucos, as línguas visuoespaciais foram lentamente ganhando espaço, principalmente no campo das pesquisas. Ainda assim, o uso das línguas orais é privilegiado nos diversos espaços, sejam eles escolares ou sociais.

Estudo feito em conjunto pelo Instituto Locomotiva e a Semana de Acessibilidade Surda revela a existência, no Brasil, de 10,7 milhões de pessoas com deficiência auditiva. Desse total, 2,3 milhões têm deficiência severa. Acrescenta ainda que a surdez atinge 54% de homens e 46% de mulheres e que normalmente acontece antes dos 50 anos para os 91% de casos adquiridos.

O decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, no art.4. Inciso II, considera como deficiência auditiva o indivíduo com perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB), ou mais, aferida por audiometria nas frequências de 5000Hz, 2.000hz e 3.000Hz. (BRASIL, 1999).

Com base na compreensão do conceito de deficiência auditiva, acima exposto, cabe inicialmente explicar que a pessoa surda tem como língua materna a língua de sinais, no caso do Brasil a Língua Brasileira de Sinais Libras, a L1 e como segunda língua, a Língua portuguesa, na modalidade escrita, denominada como L2. Dito de outra forma; a pessoa

surda usará a Libras para se comunicar visualmente e a Língua Portuguesa para comunicação escrita. Há ainda a possibilidade da pessoa surda usar a Língua de Sinais escrita, ou Sistema SignWriting (escrita de sinais).

Nota-se que é significativo o número de pessoas surdas no Brasil e sabemos que muitas estão nos diversos espaços e, entre estes espaços, as escolas e centros acadêmicos. Pesquisas divulgadas recentemente apontam que cresce no país o número de surdos com nível superior; e o número de doutores surdos atualmente corresponde a 42 surdos, sendo o maior quantitativo na região Sul. Estes dados nos fazem acreditar na capacidade da pessoa surda e ao mesmo tempo, nos levam a inúmeras reflexões.

Portanto, pensar a surdez como algo que limita a pessoa surda não cabe mais diante de tantas informações e possibilidades de uso da Libras. Faz-se necessário e urgente a compreensão que o surdo não é um ser limitado e sim, apresenta habilidades linguísticas diferenciadas da do ouvinte, o que não o torna menos capaz. Gesser (2018) afirma que a surdez é muito mais um problema para o ouvinte do que para o surdo. E quando analisado o pensamento da autora, percebemos que é verdadeiro, embora o ouvinte não perceba assim.

A pessoa surda em nossa sociedade ainda tem sua vida limitada ao perverso discurso da deficiência, da ausência e da incapacidade, e por isso ainda é penalizada em muitos espaços. Sobre a surdez como patologia que limita, Gesser discorre: o discurso médico tem muito mais força e prestígio do que o discurso da diversidade, do reconhecimento linguístico e cultural da minoria surda. A surdez é constituída na perspectiva do déficit, da narrativa da anormalidade. O normal é ouvir, o que diverge deste padrão deve ser corrigido, normalizado.

Pensar possibilidades que contribuam para a comunicação da pessoa surda, seja em LIBRAS ou na língua portuguesa (L2), como segunda língua, é permitir que a pessoa surda interaja e conviva socialmente de maneira integral, permitindo assim a inclusão nos vários espaços sociais que até então tem-lhes sido negado.

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS — LIBRAS (L1)

A Libras é uma língua e possui estrutura própria, assim como as demais línguas. O que a diferencia é a modalidade visual-espacial, tal modalidade se refere à produção e percepção na produção da língua. Por ser uma língua visual-espacial, os sinais são produzidos corporalmente, não sendo utilizados sons. Os sinais são articulados no espaço por meio do corpo (mãos, face e corpo), acrescentado a eles as expressões não manuais.

Embora muitos ainda desconheçam as especificidades da Libras e a percebam como algo de pouco valor, ou ainda inferior a Língua Portuguesa oral, certamente isso é fruto da falta de conhecimento da Libras e de outras características da cultura surda. Libras, em abril de 2002, adquiriu reconhecimento linguístico e foi sancionada como língua de Sinais legal por meio da Lei 10.436/2002.

No parágrafo único da Lei 10.436/2002, a Lei de Libras, é evidenciado o perfil da Libras enquanto língua visual, afirmando que: entende-se como Língua Brasileira de Sinais — Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunicação de pessoas surdas no Brasil.

Interessante destacar que, embora reconhecida como Lei e posterior a ela havendo o Decreto 5.626, sancionado em 2005, ainda assim não há no país a efetivação dos direitos e os surdos encontram barreiras nos diversos espaços de circulação e principalmente nos espaços escolares e de trabalho.

O Decreto 5.626 de 2005 apresenta uma lista de ações necessárias para efetivação e aplicação de ações presentes na Lei 10.436/2002, entre as ações merece destaque a formação de profissionais de Libras (professores, tradutores e intérpretes). Também tão importante quanto à presença destes profissionais é a garantia do direito a educação bilíngue,

ou seja, o direito ao surdo aprender a Libras com ensino em L1 e, como L2, o ensino da língua portuguesa escrita.

Destacamos que tão importante quanto reconhecer a Libras como Língua, é conhecer e valorizar a Cultura Surda, cultura constituída por manifestações e experiências que partem de um mundo surdo. São as vivências e experiências do surdo, algo é conquistado e efetivado nos diversos espaços onde o surdo consegue se expressar enquanto indivíduo autor de sua história.

1.2 LÍNGUA PORTUGUESA (L2)

Tentaremos de maneira sucinta descrever o papel da língua portuguesa escrita na vida da pessoa surda, pois notamos que essa compreensão se faz necessária para uma melhor compreensão do objeto de pesquisa aqui apresentado. Inicialmente foi explicado que o surdo tem como primeira língua a língua de sinais, que, dependendo do país de origem, terá uma denominação diferente, no caso do Brasil, temos a Libras, a L1. Sabemos, portanto, da necessidade da aprendizagem da língua portuguesa escrita, uma vez que é determinado como necessário para leitura e produção escrita do surdo.

A língua portuguesa precisa acontecer por meio de diversas situações comunicativas para a leitura e produção escrita do surdo, como destacado no parágrafo único da Lei 10.436: a Língua Brasileira de Sinais-Libras não poderá substituir a modalidade escrita em língua portuguesa. Assim sendo, é imprescindível a aquisição da língua portuguesa escrita como segunda língua para o surdo, ou seja, a L2.

Entendemos que o surdo desenvolve uma vivência bilíngue quando faz uso de duas línguas para sua comunicação com seus pares e também com os ouvintes, assim sendo, são necessárias atenções específicas, tanto nas políticas públicas quanto nas práticas pedagógicas. Caso contrário, os surdos desenvolverão habilidades linguísticas na Libras (L1) e terão deficiência no uso da língua portuguesa escrita (L2), o que certamente ocasionará grandes prejuízos a vida escolar e social da pessoa surda.

Quadros (1997) afirma que se a criança que nasce surda e tem acesso, desde os seus primeiros meses de vida, a língua de sinais proporcionada por seus pais também surdos, desenvolverá uma linguagem sem nenhuma deficiência e, portanto, refletirá na língua escrita e na leitura. Dito de outra maneira, a criança surda necessita inicialmente da aquisição da língua materna, ou a L1 e, posterior a isso, a aquisição da L2. Para tanto, se faz necessário conhecimentos específicos para o ensino/aprendizagem na educação da pessoa surda. Diferente da situação pontuada por Quadros, há casos onde a criança nasce surda com os pais ouvintes, sendo estes casos os mais comuns, algo que torna a aquisição da L1 algo mais tardio e complexo, pois a criança surda só terá acesso a língua materna ao ingressar nos espaços escolares.

2 A ERA DIGITAL

Na atualidade, vivenciamos as mudanças assustadoras no fazer, no pensar e no agir. Estamos num momento transitório, onde mudanças nas relações de trabalho e de produção são alteradas constantemente, exigindo mão de obra qualificada para atender essa demanda. A produção com uso de máquinas a vapor, característica da revolução Industrial, perde espaço para uma nova forma de produção que levará a adoção de tecnologias e transformações em programas governamentais, bem como nas relações de trabalho. Em meio a essas transformações, surge a era digital.

A era digital, como assim é nomeada, também conhecida como a quarta revolução industrial, não apenas vem introduzindo novas tecnologias nos muitos espaços de trabalho e de produção, mas vem, sobretudo, mudando as propostas e relações de trabalho. A era digital requer das empresas profissionais ativos e que apresentem as habilidades necessárias para lidar com as novas tecnologias e os processos de comunicação que estão sendo desenvolvidos.

Na perspectiva dos estudos da era digital e das mudanças que esta vem promovendo não só nas relações do trabalho e sim no mundo, o Byung-Chul em uma de suas obras, apresenta claramente os impactos e

modificações que o mundo sofrerá com a era digital. Na obra “No Exame perspectivas do digital”, Byung-Chul (2018) chama a atenção para uma nova massa que está sendo criada: a massa digital. Segundo o autor (p. 24: 2018), a sociedade futura terá que contar, em sua organização, com uma nova força, a saber, a força das marcas. Assim, ele assevera laconicamente: “A Era das Massas”.

A era da massa, diferencia-se da massa atual do exame digital, pois refere-se aos recursos por ela utilizados. A anterior é pensada por grupos de pessoas lideradas. Na era digital, a massa é formada por indivíduos anônimos que têm o poder das informações e de promover mudanças.

Claramente, encontramos hoje novamente em uma crise, em uma transição crítica, pela qual uma outra revolução, a saber, a revolução digital, parece ser responsável, uma formação dos muitos ameaça uma relação de poder e soberania. A nova massa é o exame digital. Ela apresenta propriedades que a distinguem radicalmente da clássica formação dos muitos, a saber, da massa. (BYUNG-CHUL, 2018, p. 27).

A revolução digital, conhecida como era da informação ou era tecnológica, teve início após a era industrial, após a década de 1980. Embora saibamos que a era digital começou seus primeiros feitos no século XX, na década de 1970, a invenção dos microprocessadores e redes de computadores entre outros inventos colaboraram para o que hoje nos é apresentado como possibilidade de acesso veloz à comunicação.

Argumenta-se que nasce com a era digital uma nova geração, a geração Z, com ela nasce uma maneira nova de pensar, agir e fazer. Destaca-se, por conseguinte, que anterior a ela houve a Geração X (1965-1979) e a Geração Y (1980-1994). Não serão detalhadas aqui estas gerações, uma vez que, para o presente artigo, a ênfase será dada apenas a Geração Z, pois esta explicará os fenômenos atuais e futuros das relações que são estabelecidas nos diversos espaços virtuais e sociais.

Interessante destacar que o estudo das gerações é realizado com base nos recursos tecnológicos utilizados em cada período, bem como,

nos vários tipos de comportamentos apresentados pelos indivíduos nestes períodos denominados de gerações. Merece destaque também, dois novos termos muito utilizados atualmente: imigrantes digitais e nativos digitais.

Os imigrantes digitais é uma denominação usada para caracterizar os indivíduos nascidos antes de 1980. São aqueles que atualmente buscam acompanhar os avanços tecnológicos e as mudanças contemporâneas motivadas pela cibercultura. Já os nativos digitais, que estão entre as gerações Y e Z, englobam os indivíduos que já nascem e crescem com as tecnologias digitais.

2.2 LETRAMENTO DIGITAL E O USO DO APLICATIVO WHATSAPP

Entre os vários letramentos presentes em nosso cotiado, um tem se destacado nos últimos anos e tal destaque tem relação com a nova Era vivenciada na atualidade, a Era Digital. O letramento digital refere-se às variadas práticas de leitura e escrita por meio das tecnologias da informação, sendo assim apresentado com conhecimento necessário à humanidade e não apenas aos surdos.

No percurso da presente pesquisa, percebeu-se que o letramento digital é apresentado como meio necessário ao surdo para uso dos recursos tecnológicos disponíveis na atualidade, bem como, para uso destes recursos de modo que promova a comunicação; e isso já é possível, basta lembrar que anterior ao uso do aplicativo WhatsApp, a comunicação entre surdos e ouvintes, não era algo possível apenas com o uso do celular. Atualmente percebemos que as redes sociais e os aplicativos são recursos utilizados com frequência por surdos e para diversos fins.

Destacamos a importância das práticas sociais de letramento também para alunos surdos, uma vez que estes, embora apresentem uma língua que diferencia da oral, também vivencia, na comunidade surda, experiências enriquecedoras que contribuem para criação e efetivação de suas memórias de surdo. Nesta perspectiva, os estudos de Pereira (2018), defendem que as práticas sociais não se dão de forma mecânica, de fora

para dentro, conforme as condições objetivas presentes num determinado espaço social. Dito de outra maneira, faz-se necessária a promoção de práticas sociais de letramento que incluam a pessoa surda.

O WhatsApp é uma ferramenta que apresenta tanto a comunicação assíncrona, como a síncrona, pois oferece aos usuários várias possibilidades de comunicação.² É assíncrona quando é utilizado o envio de mensagens e o receptor não recebe necessariamente no mesmo momento e é síncrona quando acontece o contato direto, com trocas imediatas entre os usuários através de textos ou como quando são utilizados recursos como vídeo chamada ou ligações de áudio. Assim sendo, Roxo e Moura (2012), afirmam que a presença das tecnologias digitais em nossa cultura contemporânea cria novas possibilidades de expressão e comunicação.

Kleiman (2008) destaca que podemos definir hoje o letramento como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, como sistema simbólico e como tecnologia, em contextos específicos. Com base no conceito de práticas de letramento de Kleiman, podemos destacar que é possível desenvolver ações com o uso do WhatsApp onde sejam incorporadas práticas de letramentos para o indivíduo surdo e que tais práticas podem ser significativas.

Na mesma linha de estudo dos recursos tecnológicos e suas contribuições para os diversos segmentos sociais, Tapscott (1999) enfatiza os benefícios apresentados pelo uso dos recursos digitais, ressaltando que tais recursos mudam o fazer e o pensar da sociedade, sobretudo dos mais jovens, assim é percebido também com a pessoa surda, embora não seja na maioria das vezes um uso direcionado, servindo apenas para o entretenimento e o lazer.

² Comunicação síncrona termo utilizado em educação para caracterizar a comunicação que ocorre exatamente ao mesmo tempo, simultânea e Comunicação assíncrona a comunicação que não ocorre exatamente ao mesmo tempo, não-simultânea. Dessa forma, a mensagem emitida por uma pessoa é recebida e respondida.

Soares (2012), destaca o aspecto positivo da apropriação do letramento digital pelos sujeitos letrados, apontando que, com a escrita digital, surge este novo espaço de escrita: a tela do computador. Pensando nas muitas possibilidades de ampliação da escrita, podemos destacar também as telas dos aparelhos móveis.

Moreira e Nascimento (2012) dão ênfase à importância das novas tecnologias na escola, enfatizando que o uso amplia as possibilidades de interação, produção coletiva, acesso fácil à informação, comunicação rápida, integração à comunidade virtual através do ciberespaço, algo que segundo as autoras contribui significativamente para o acesso a novos conhecimentos.

Partindo da assertiva de que muitas são as pesquisas que comprovam os benefícios do uso de recursos tecnológicos, leva-nos a buscar fontes e experiências exitosas que contribuam com as investigações sobre as contribuições do uso do WhatsApp para aprendizagem de língua portuguesa como L2.

CONSIDERAÇÕES PARA AS PRÓXIMAS REFLEXÕES

Percebemos, mesmo diante da inconclusa pesquisa, que existem possibilidades de com uso de práticas de letramento direcionadas as necessidades do aluno surdo e ações pedagógicas pensadas para que o uso do whatsapp seja possível, visando contribuir para a aprendizagem de língua portuguesa escrita (L2) para alunos surdos. Lembramos que temos como favorável o desejo e interesse dos surdos pelos recursos tecnológicos e, em especial, pelas redes sociais e aplicativos como o whatsapp.

Que possamos com o uso de recursos tecnológicos e dos diversos aplicativos disponíveis nas redes, desenvolver maneiras prazerosas de aprendizado de língua portuguesa escrita como L2 para pessoa surda e, assim acontecendo, o aprendizado adquirido possa impactar de maneira positiva na vida acadêmica e profissional da pessoa surda.

Sabemos que demos os primeiros passos rumo a um dos conhecimentos que tem como finalidade maior promover atitudes que respaldem o ensino de língua portuguesa escrita como L2 para pessoa surda. Muitos serão os desafios e também ganhos, com os quais seremos contempladas ao término da pesquisa e ainda assim serão necessários novos projetos e novas pesquisas direcionais a estudo em questão.

REFERÊNCIAS

Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm. Acesso em: 4 jul. 2020.

FALÇÃO, Luiz. *Surdez, cognição visual e Libras: estabelecendo novos diálogos*. Recife: Ed. do autor, 2010.

GESSER, Audrei. *O Ouvinte e o Surdez sobre ensinar e aprender Libras*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

GESSER, Audrei. *LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.

HAN, Buyang-Chul. *No Exame: perspectivas do digital*. Trad. Lucas Machados. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2018.

LEI n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível em: BRASIL. Lei Federal n. 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Acesso em: 4 jul. 2020.

LODI, Ana Cláudia B. (Org.). *Letramento e minorias*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2017.

MOREIRA, Cláudia Martins; NASCIMENTO, Norma Lúcia. *Letramento Digital e Cultura Tecnológica: uma apropriação escolar urgente*. Bahia: vol.2.n2. jul/dez.2012. Versão online. Disponível em: <https://portal.uneb.br/poscritica>. Acesso: 4. Set. 2019.

QUADROS, Ronice. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PEREIRA, Áurea. *Letramentos, empoderamento e aprendizagens*. São Paulo: Mercado das Letras, 2018.

SOARES, Magda. *Linguagem e Escola uma perspectiva social*. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbetes comunicação síncrona. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <https://www.educabrazil.com.br/comunicacao-sincrona/>. Acesso em: 2 jul. 2020.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Novas Práticas de Leitura e Escrita: Letramento na Cibercultura. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pdf. Acesso em: 4 set. 2019.

TAPSCOTT, Don. *Geração Digital*. São Paulo: Marcon Book, 1999.

AUTONARRATIVAS DE PROFESSORES DE LÍNGUA INGLESA: DESAFIOS INTERCULTURAIS DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Érica Oliveira Xavier¹

Resumo: A pesquisa intitulada Autonarrativas de professores de língua inglesa: desafios interculturais da formação continuada, em curso, investiga sobre a prática de professores de língua inglesa, no tocante à interculturalidade e as suas autonarrativas. Interessa, neste estudo, compreender como suas vivências e memórias escolares se fazem presentes e/ou influenciam na sua atuação em sala de aula. Assim, questionamos: Diante da diversidade de culturas presentes na sala de aula, como os professores de Língua Inglesa atuam em ambientes interculturais e como/se as suas memórias escolares influenciam nessa prática? A pesquisa desenvolve-se a partir de estudos de alguns teóricos como Busnardo (2010), Crystal (2011), Delory-Momberger (2008), Mendes (2011). E tem como procedimentos metodológicos uma revisão de literatura, o tratamento e análise dos dados da pesquisa, seleção dos participantes, entrevistas narrativas. Assim, a partir da perspectiva de promover uma investigação em como professores atuantes dão continuidade a sua formação no ensino de língua inglesa, esperamos como resultados um maior aprofundamento e descrição do cenário atual escolar e seu desenvolvimento, as possíveis dificuldades em trabalhar com temas que tratam questões culturais em sala de aula, bem como a possibilidade de revelar as experiências interculturais dos professores participantes, a partir de suas narrativas contribuindo para discussão sobre o processo de formação docente voltado para a abordagem intercultural. Dessa forma, o presente paper tem como objetivo apresentar as categorias do sumário desse trabalho.

Palavras-Chave: Interculturalidade. Autonarrativas. Ensino de Língua Inglesa.

¹ Aluna do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), Campus II — Alagoinhas. Linha de Pesquisa 2: *Letramento, Identidades e Formação de Educadores, Orientadora: Profa Dra Ana Rita Santiago*. 2019.1. Endereço eletrônico ericah.ox@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Toda pesquisa que envolve o homem, parte da noção que é histórica e social. Assim, esta pesquisa, por estar atrelada ao conhecimento humano no que tange ao ensino-aprendizagem de pessoas, apresenta conteúdo histórico-social que lhe determina a força impulsionadora, bem como o surgimento do seu objeto de estudo.

Desta maneira, a partir da inquietação de compreender como se dão as questões culturais, interculturais, bem como traços das memórias da docência, que desenvolvemos a pesquisa intitulada “Autonarrativas de professores de língua inglesa: desafios interculturais da formação continuada” a fim de compreender sentidos interculturais que perpassam essa formação, bem como as autonarrativas de professores atuantes na sala de aula de língua inglesa.

Atualmente, é vista muita discussão sobre a formação do professor de línguas estrangeiras, desde seu ingresso na licenciatura, nos períodos destinados ao estágio curricular supervisionado, bem como a sua atuação na sala de aula. Assim, o professor de forma geral, tornou-se constante objeto e participante de pesquisa, ao mesmo tempo.

Compreende-se desta maneira que existem questões que se tornam um desafio às pesquisas não somente no que tange à formação docente, uma vez que não se pode negar que tais desafios não se limitam apenas à formação acadêmica, mas também que dizem respeito ao percurso seguido ao longo da vida pelo professor e à atuação em sala de aula, nas escolas. Assim,

Pensando no processo de ensino/aprendizagem de línguas como conjunto de ações engajadas social, cultural e politicamente, e no indivíduo como sujeito atuante e crítico, o qual está imerso em ambientes sociais, históricos e políticos específicos, que destacamos a importância de uma reflexão sobre o que significa ensinar língua como cultura e sobre a eleição da interculturalidade como modo privilegiado de criação e elaboração de novas

perspectivas para se ensinar e aprender línguas (MENDES, 2010, p. 56).

Desta maneira entendemos que ensinar uma língua é estar disposto a lidar com aspectos culturais que estão impregnados na língua que se aprende, bem como internalizados em cada aprendiz no contexto em que estão inseridos. Compreendemos assim, que, toda língua carrega consigo aspectos culturais e que não existe uma língua privilegiada.

Apesar de compreendermos que existe uma vasta gama de trabalhos que abordam aspectos como a viabilidade do ensino de LI através da interculturalidade, da mesma na aprendizagem de uma LE e a problematização das relações entre culturas, bem como se dá a relação das narrativas a partir das memórias com a prática pedagógica eleita por esses professores, que acreditamos que a temática envolvendo as narrativas, culturas e interculturalidade carece de maior aprofundamento, principalmente no que se refere à formação docente, ou, no caso dessa pesquisa, a formação continuada.

Assim, esta pesquisa tem como pergunta norteadora “Diante da diversidade de culturas presentes na sala de aula, como os professores de língua inglesa atuam em ambientes interculturais, e como/se as suas memórias escolares influenciam nessa prática?, e tem como objetivo principal “Investigar como as experiências interculturais podem influenciar na construção da identidade dos professores de língua inglesa, esquadrinhando aspectos das memórias escolares”.

Para perseguir esse objetivo e procurar respostas que atendam a questão norteadora, tivemos como base os objetivos específicos, sendo eles: 1) Perceber os aspectos interculturais nos traços e memórias escolares vivenciados pelos professores de língua; 2) Refletir sobre as possíveis dificuldades do professor em trabalhar temas que tratam questões interculturais em sala de aula; 3) Compreender como o professor de línguas desenvolve práticas para discutir as diversidades culturais na escola, bem como isso auxilia na construção de sua identidade.

Logo, de tal maneira, dado o seu caráter descritivo, a pesquisa em questão possui a abordagem qualitativa, ou seja, mantém seu foco no significado das experiências de cada participante e na importância da interpretação da complexidade das situações contextuais, visando conhecer como os participantes atuam em salas de aula de língua inglesa tendo a utilização do método autobiográfico para coleta e análise de dados.

O cenário de pesquisa será uma escola pública da cidade de Alagoinhas-Ba, na qual se buscará investigar como questões interculturais podem auxiliar na construção da identidade dos professores de língua inglesa, esquadrinhando aspectos das memórias escolares.

Como procedimentos metodológicos, inicialmente foi feita uma revisão de literatura na qual foram produzidos resumos, resenhas e fichamentos de textos que embasarão essas discussões, o tratamento e a análise dos dados da pesquisa, com autores que abordem as questões a serem discutidas.

Logo em seguida, foram selecionados três (3) participantes que se disponibilizaram a contribuir para o desenvolvimento do estudo, a saber, professores de língua inglesa. Após essa etapa, iniciar-se-ão as entrevistas narrativas, a fim de encontrar na fala dos docentes participantes, aspectos que norteiam a pesquisa, onde se pretende averiguar como o objeto se contextualiza a partir do fornecimento dos dados.

Após cumprir todos os procedimentos supracitados, dar-se-á continuidade à construção do texto dissertativo, estabelecendo diálogo entre a revisão de literatura com os resultados alcançados a fim de desenvolver uma análise crítica sobre os temas abordados e, por conseguinte, responder aos questionamentos que norteiam essa pesquisa.

EMBASAMENTOS DA DISSERTAÇÃO (SUMÁRIO)

Assim, a partir de tudo que fora apresentado, a pesquisa que se encontra em andamento, tem um sumário estabelecido para destacar e direcionar todos os tópicos que serão discutidos no texto de dissertação. Dividido em cinco (5) tópicos gerais, a dissertação irá contar com uma introdução, na qual contará com uma breve apresentação de cada conceito que embasa a pesquisa, a apresentação dos capítulos seguido do estado da arte.

Logo em seguida teremos o segundo capítulo ‘o percurso metodológico’, contendo todos os aspectos relacionados ao desenvolvimento da pesquisa, desde a mobilização e inquietação que levaram para a construção do estudo, tipo e métodos de abordagem, perpassando pela escolha do cenário e dos participantes envolvidos, categorias de análise, e meios para geração de dados.

Em seguida, no terceiro capítulo intitulado “Técnicas teóricas” onde apresentaremos o referencial teórico, no qual serão abordadas as questões que norteiam essa pesquisa, seguido do subtópico “Perspectivas interculturais das memórias escolares” que será proposta discussão teórica acerca do conceito de interculturalidade atrelado ao conceito de memória, uma vez que pensando na atuação do professor de língua inglesa voltada para contextos interculturais em sala de aula, essa pesquisa fundamenta-se a partir de importantes questões que constantemente permeiam a atuação docente. Assim,

O papel do professor começa nas possibilidades de mediação inerentes à sua profissão. Nesse sentido, é possível que ele cultive um modelo de ensino que leve o estudante a confrontar os valores e conceitos da sua cultura com a cultura do outro. Esse “outro”, aqui denominado de outro-cultural, não envolve apenas o estadunidense ou o britânico, diz respeito a todas as sociedades que fala inglês e que podem ser trazidas para sala de aula por meio de uma “abordagem intercultural de ensino” (ALMEIDA; ORR, 2012, p. 4).

E para isso que isso ocorra, ou seja, para um professor tornar-se crítico e desenvolver a sua prática, ele precisa do exercício de reflexão da sua própria atuação. Nas questões culturais também há essa necessidade de “auto-reflexão” da sua cultura, quanto à cultura do outro, criando assim perspectivas para novas análises e discussões e esse exercício abre ponte para que todos negociem sentidos culturais.

Ligado a esse subtópico, discutiremos ainda sobre “Autobiografia, Autonarrativas, e o (re)encontro de si”, onde estaremos discutindo o conceito da autobiografia, e a importância da autonarrativa como elemento fundamental dentro da pesquisa, a mesma lidará diretamente com o acesso às memórias culturais que esse professor já carrega consigo desde a época escolar, pois o mesmo já nasce em um ambiente dotado de cultura, assim ao acessar essas memórias, poderá existir uma reafirmação da própria cultura, uma vez que, ele mesmo, com a reflexão dessas memórias se permitirá um olhar mais atencioso e abrangente de si “os quais se articulam com as lembranças e as possibilidades de narrar experiências”, como afirma Souza (2007, p. 63).

No tocante a isto, Delory-Monberger enfatiza que é a partir da narrativa que a história de vida acontece, afirmando que a narração não se instrumentaliza apenas na formação, a narração por sua vez conforme ainda afirma a autora “é um lugar no qual o indivíduo toma forma, no qual ele elabora e experimenta a história de sua vida” (2008, p. 56).

Compreendemos desta maneira que ao narrar as memórias, os fatos da sua história de vida, é possível reviver experiências e assim lançar um novo olhar para aquilo que foi vivido e dessa forma contribuir na construção de si hoje, levando-o a compreender o outro com um olhar mais acolhedor, o que conseqüentemente fará com que ele tenha um novo olhar em relação ao outro.

Uma outra questão é a sala de aula que pode ser um ambiente rico culturalmente, e nesse aspecto o segundo tópico que tem por título “Formação continuada: por uma abordagem “indisciplinar”, tece discussão acerca da formação continuada atrelada ao conceito da LA

indisciplinar, uma vez que entendemos a sala de aula como um ambiente que abarca indivíduos diversificados, o que nos leva a pensar que essa diversidade pode ser explorada e entendida como fundamento do respeito mútuo. Logo, compreendemos que:

A educação se caracteriza como um espaço onde ocorrem regulações simbólicas, controle sociais, inculcação de valores, como também posturas éticas diante do mundo natural e social. Por isso, a relação entre projeto de escola e projeto de sociedade, ambos se influenciam mutuamente. Assim, pensar mudanças na sociedade implica pensar a escola que temos, rumo as transformações em direção a sociedade que queremos (LIMA, 2015, p. 17).

Assim sendo, ao assumirmos o papel de sermos professores, é necessário estarmos atentos a tudo aquilo que é produzido pelas classes sociais sem desvalorizar de onde vem, toda a produção tem valor e revela histórias de vida, culturas que sempre estão em movimento criando-se e remodelando-se. Pensar, refletir essas questões nos dá escopo para sermos agentes dentro da sociedade como difusores do conhecimento, conhecimento que muitas vezes nos é roubado na nossa formação.

Corroborando com isso Mello e Santos (2010) destacam que a competência intercultural se faz necessária hoje em dia por variados motivos e principalmente pela interação de pessoas portadoras de referências culturais diferenciadas que tem sido cada vez mais frequente.

E como terceiro subtópico do capítulo três iremos abordar questões que perpassam “A língua inglesa e a construção de identidades heterogêneas”, no qual levantaremos aspectos acerca do ensino aprendido da língua inglesa não como uma língua engessada, ou meramente decorativa atrelada as questões gramaticais da língua, mas como língua híbrida e heterogênea conectado a construção da identidade do professor atuante, nos levando a entender, desta forma, que assim, no contato com outras culturas, nas quais ele se insere, esse professor poderá agir como um mediador diante das várias culturas apresentadas

no contexto, o que poderá fazer com que ele acesse a sua própria memória cultural, que, ainda de acordo com Souza “A memória é uma experiência histórica indissociável das experiências peculiares de cada indivíduo e de cada cultura” (2007, p. 63).

Tal afirmativa tem ligação direta com a aceitação da nossa cultura, uma vez que somos seres sociais carregados de cultura. Desde os primeiros anos de vida estamos inseridos em contextos amplamente culturais, contextos esses que constroem, que constituem nossas identidades, e que nos tornam únicos, apesar de reproduzirmos muitas vezes traços específicos do grupo social a que pertencemos.

Entretanto, por estarmos mergulhados constantemente nesses contextos, deixamos passar despercebidos aspectos primordiais que revelam quem realmente somos, mas a partir do momento que entramos em contato com o outro (ser dotado de cultura) esse outro que fala de uma comunidade diferente da nossa, acessamos a nossa memória e entendemos que também temos uma cultura e é nesse contato, nessa troca de “olhares”, no exercício de observar e avaliar o que ele tem de diferente que percebemos aquilo que somos, temos e que muitas vezes no cotidiano não nos damos conta.

Logo, para nos apropriar de nós mesmos é necessário enxergar o outro, o distinto, e a partir disso reafirmamos quem somos, o que temos em comum e principalmente as diferenças. Constituímos assim um novo eu, aquele que já existia dentro de nós, mas agora reafirmado por partilhar o eu do outro.

Desta forma, ao englobar os aspectos que dantes fora discutido, destaca-se que é necessário fazer uma análise crítico-reflexiva para discutir tais temas, e compreender como os professores de língua inglesa da atualidade atuam em sala, de forma a valorizar as culturas presentes neste ambiente, além de perceber se há alguma associação desses aspectos com suas memórias escolares.

No quarto tópico estaremos discutindo e tecendo análises dos dados obtidos durante a pesquisa de campo, onde estaremos analisando

as contribuições dos professores participantes de modo a contemplar respostas que darão subsídios, bem como possíveis desdobramentos no que tange ao desenvolvimento e conclusão da pesquisa. Assim temos como título “Memórias e práticas x memórias nas práticas”, seguido de categorias intituladas “Diálogos interculturais: aspectos das memórias escolares de professores de língua inglesa”; “Vivências x prática: as possíveis dificuldades na formação continuada”; “Relações (inter)culturais na sala de aula: construção indentitária do professor de língua inglesa”, seguido da categoria conclusiva “Memórias, Vivências e Narrativas: A Construção do “Eu” Professor” onde teceremos as considerações finais, com um apanhado geral de tudo o que foi discutido no decorrer dessa escrita, e arremates conclusivos com base nas respostas dos professores em relação aos relatos das experiências obtidas a partir das oficinas, bem como a resposta para questão de pesquisa atrelado ao objetivo geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos assim, que ao trabalhar com questões culturais em sala de aula, o professor abre espaço para reflexão da própria cultura do aluno a partir da relação entre LE e LM, tornando-o assim culturalmente sensível, ou seja, transformando o ambiente de aprendizagem favorável a dar espaço à cultura do outro.

Com essa formação, o professor poderá compreender que o ensino de língua está embutido no ensino cultura, ou seja, não existe uma educação intercultural que se volte exclusivamente para a língua, mas a cultura também.

Assim, pensando no que aqui foi discutido, esta pesquisa tem relevância no âmbito do cenário atual escolar no que se refere ao desenvolvimento educacional, por possivelmente revelar as experiências interculturais dos professores participantes, e possibilitar discutir aspectos que voltem a formação do professor, contribuindo para a discussão sobre o processo de formação docente voltado para a abordagem intercultural.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Risonete Lima de. ORR. Luciana Saback. O ensino da Língua Inglesa numa perspectiva intercultural. *BABEL: Revista Eletrônica de Línguas e Literaturas Estrangeiras*. ISSN: 2238-5754 - n.3, jun/dez 2012.

ANJOS, Flávio Almeida dos. *Desestrangeirizar a língua inglesa: um esboço da política linguística* /– Cruz das Almas/BA: UFRB, 2019. 116p.

ARAUJO, José Carlos de Jesus. *Ensino/aprendizagem de inglês em uma visão intercultural*. 30f. 2012 Monografia (Graduação) - Universidade do Estado da Bahia, Campus XIV.

CRYSTAL, David. *English as a global language*. Second Edition. Cambridge University press: 2011

DELORY-MOMBERGER, Christine. *Biografia e educação: figuras do indivíduo-projeto*. Trad. De Maria Conceição Passeggi, João Gomes da Silva Neto e Luis Passeggi. Natal-RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2008.

LIMA, Maria Nazaré Mota de. *Relações étnico-raciais na escola: O papel das linguagens*. Salvador: EDUNEB, 2015.

MENDES, Edleise. *Diálogos interculturais: Ensino e formação em português língua estrangeira*. Campinas, SP: Pontes, 2011, p. 159-171.

MENDES, Edleise. Por que ensinar língua como cultura? In: SANTOS, Percilia; ALVAREZ, Maria Luisa (Org.). *Língua e cultura no contexto de Português língua estrangeira*. Campinas, SP: Pontes editores, 2010.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Trad. Ângela Lopes Norte. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, n. 34, p. 287-324, 2008.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Ed., 2006.

SIQUEIRA, D. S. P. *Inglês como língua internacional: por uma pedagogia intercultural crítica*. Tese de doutorado. Universidade Federal da Bahia – Instituto de letras, 2008.

SOUZA. Elizeu Clementino de. *(Auto)biografia, histórias de vida e práticas de formação*. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 59-74.

LEITURA SUBJETIVA: UMA PRÁTICA NA PRODUÇÃO DE SENTIDOS

Fabio Fernandes Barreto de Carvalho¹

Resumo: O presente projeto filia-se ao grupo de pesquisa GEREL (Grupo de Estudos em Resiliência, Educação e linguagens), vinculado à linha 2 (Letramento, identidades e formação de educadores) do Programa de Pós Graduação em Crítica Cultural e objetiva analisar reflexivamente sobre o conceito de Leitura subjetiva na prática de ensino da literatura na escola básica. O referido conceito partiu dos estudos de Annie Rouxel sobre leitura literária no processo de escolarização, e tem nessa pesquisa a finalidade de observar em que medida é possível aplicar o referido conceito na escola pública brasileira. De caráter teórico e investigativo esta pesquisa pretende se aprofundar no conceito de leitura subjetiva, partindo da concepção de Annie Rouxel, Gérard Langlade e, conseqüentemente estabelecendo diálogo com autores brasileiros tais como: (CRUZ, 2012 e 2018); (COSSON, 2006); (ROUXEL, 2013) e (JOUVE, 2012). Em vista disso, o estudo se justifica por atentar para uma questão que preocupa a todos que trabalham com a leitura na escola, visto que há uma necessidade eminente de mudanças no tocante ao fazer literário na escola básica. Frente a isso, surge a seguinte questão que torna crucial no campo da pesquisa e do ensino hoje: de que forma a prática da leitura subjetiva pode contribuir com o envolvimento do estudante com o texto? Esperamos com esta pesquisa apresentar uma proposta teórica viável para ser desenvolvida na sala de aula nas práticas de ensino da leitura literária.

Palavras-Chave: Leitura. Literatura. Subjetividade.

INTRODUÇÃO

Desde da época da disciplina Estágio Supervisionado ainda na graduação do curso em Letras Vernáculas que eu já vinha observando a maneira que era ministrada as aulas de literatura no ensino regular. Lembro de quando fui fazer as observações em sala de aula do ensino médio, que durante as aulas de literatura, os textos literários sempre eram

trabalhados apenas os fragmentos e que por muitas vezes apenas se discutia o texto pelo texto. Já no curso de especialização em leitura, literatura e práticas pedagógicas fui novamente surpreendido em uma das minhas visitas à escola para fazer as observações que viriam servir de base para minha monografia, também nas aulas de literatura, a cena se repetiu, o texto literário foi trabalhado de forma fragmentada, e o pior foi quando um dos alunos da classe que eu estava observando pediu a fala e foi calado pela professora que mediava a práxis. O aluno expressou a vontade de relacionar o conteúdo lido naquele momento com o contexto do qual ele vivia, e a professora achou melhor trabalhar apenas o conteúdo do texto que tinha sido lido naquele momento.

Partindo dessas experiências enquanto estudante da graduação e do curso de especialização fui me inquietando sobre o ensino da literatura e sobre a leitura literária na sala de aula. Pois acredito em uma prática do ensino da literatura de forma que a leitura subjetiva seja o mecanismo de aprendizagem, não só na prática do ato de ler, mas um mecanismo que abre possibilidades de discussões sobre outros conteúdos dos quais os educandos estão inseridos. Dessa forma, surge a seguinte questão: de que forma a prática da leitura subjetiva pode contribuir com o envolvimento do estudante com o texto?

Na tentativa de responder essa questão e outras que vão surgir durante a pesquisa, pretendo desenvolver um trabalho de caráter teórico e investigativo se aprofundando no conceito de leitura subjetiva, partindo da concepção de Annie Rouxel. Esse estudo se justifica por atentar para uma questão que preocupa a todos que trabalham com a leitura na escola, visto que há uma necessidade eminente de mudanças no tocante ao fazer literário na escola.

Pensar na utilização do texto literário como ferramenta para o processo ensino aprendizagem é ir além desse objetivo, “no quadro do ensino, temos todo o direito de dispensar o critério de satisfação, fazendo valer que as obras literárias não existem unicamente como realidades estéticas. Elas são também objetos de linguagem” (JOUVE, 2018). Quando colocamos nossos alunos em contato com um texto desse gênero,

estamos possibilitando uma chance de se trabalhar a subjetividade dos leitores, já que esse constrói através do texto lido uma relação de intimidade produzindo sentido no que está exposto com seu conhecimento armazenado previamente, como suas experiências e vivências que veem à tona na hora da leitura. Rouxel (2013), fala sobre essa experiência do sujeito leitor com o texto, um contato que desperta reações subjetivas:

Ninguém permanece impunemente exposto muito tempo ao contato obras literárias; tanto é verdade que toda leitura gera ressonâncias subjetivas, experiências singulares. Não raro, durante uma sessão de análise literária, uma exclamação, uma hesitação, uma súbita concentração, um sorriso, um silêncio, a explosão de uma emoção, manifestam discretamente as reações subjetivas de leitores reais (ROUXEL, 2013).

É manter uma relação entre a leitura literária e o cotidiano do sujeito leitor que muito se identifica com as narrativas que os autores constroem. Um jogo de reconhecimento entre o leitor e o texto, uma relação de participação e integração que vai acontecendo durante a decodificação e após o reconhecimento do conteúdo buscamos a inteligência com esse texto que nos leva a uma interpretação daquilo que foi trabalhado durante a prática da leitura literária.

Precisamos pensar que a leitura em sala de aula é muito mais que uma simples atividade, é uma relação comunicativa entre o sujeito leitor, o texto e o autor. Como bem ressalta (CRUZ, 2012): “Nas salas de aula onde se trabalhar com o texto literário, uma tensão entre linguagens sociais do cotidiano do aluno e linguagens sociais sistematizadas como áreas do conhecimento”. Uma comunicação onde o receptor conhece a ideia que o emissor atribuiu aquela escrita. Texto é a mensagem que foi elaborada pelo emissor com intuito de ser lida e interpretada para quem realizasse essa tarefa pudesse atribuir novas ideias, continuar o texto, elaborar uma nova escrita. Já que depois de fazer a leitura que tem como fases a decodificação, a inteligência e interpretação, o sujeito leitor consegue atribuir sua ideia de maneira mais objetiva que venha ser

compreendida por outras pessoas que estejam envolvidas na prática da leitura ou por aqueles que venham realizar uma leitura do texto original e da nova produção textual.

Dessa forma podemos considerar o texto literário como um canal de comunicação que conduz a ideia de um sujeito que busca através da escrita expressar seus sentimentos, expressar suas ideias que vão surgindo durante sua formação ideológica. Que é resultado das interações sociais pela qual o sujeito passa. Jouve (2012), demonstra o texto literário como uma força impactante que é capaz de fazer o leitor sentir as emoções que aquele texto expressa: “A vantagem é que a informação transmitida pela literatura tem uma força de impacto que o discurso racional não pode ter: ela é “sentida” antes de ser entendida, portanto, sem ser compreendida”. A formação ideológica compreende na formação discursiva do sujeito. Os fatores externos são responsáveis pela elaboração dos nossos discursos, que conseqüentemente irão ser retratados em nossos textos.

O texto literário apresenta uma diversidade de ações que depositamos em nossa escrita partindo daquilo que temos como ideologia. Buscamos em nossas leituras literárias canais de comunicação que nos façam dialogar com o outro, como se fosse uma busca de referência para aquilo que temos em mente. Um momento que sabemos que outras pessoas seguem a mesma linha de pensamento que a gente. Reconhecemos e compartilhamos de ideias, fazendo novas descobertas argumentativas aumentando nosso ponto de vista que vai sendo construído partindo dessa experiência com a leitura literária como ressalta Rildo Cosson:

A experiência literária não só nos permite saber da vida por meio da experiência do outro, como também vivenciar essa experiência. Ou seja, a ficção feita palavra narrativa e a palavra feita matéria na poesia são processos formativos tanto da linguagem quanto do leitor e do escritor. Uma e outra permitem que se diga o que não sabemos expressar e nos falam de maneira mais precisa o que

queremos dizer ao mundo, assim como nos dizer a nós mesmos” (COSSON, 2019, p. 17).

As descobertas argumentativas estão relacionadas diretamente com a interpretação textual. O fazer a leitura entre linhas e para além do texto apresentado é uma tarefa que facilita e possibilita o sujeito leitor a fazer um paralelo do que foi lido com o seu contexto. Assim, ele vai estar trabalhando o texto de forma que abra novos caminhos para novas escritas. O entendimento do texto fica mais fácil quando o leitor consegue entrar na leitura de forma investigativa. Buscando trazer para cena da interpretação os argumentos utilizados pelo autor, para que possa entender o caminho por ele traçado para apresentar sua ideia central. Pensando assim podemos compreender a prática da leitura em sala de aula como uma prática que deve oferecer aos alunos uma gama de oportunidades de trabalhar a subjetividade através da leitura literária. Oportunidades essas que vão além do que apenas decodificar um texto literário. É um momento de se trabalhar a subjetividade do sujeito leitor, de colocar no lugar do outro, ouvir suas inquietações suas angústias, suas reações ao ter contato com aquele texto que está impregnado de fatores que os fazem se sentirem representados de alguma forma.

A participação do leitor nas práticas de leitura literária deve se estender as discussões rompendo com as barreiras criadas para silenciar os sujeitos que participam dessas práxis. Como podemos observar em Cruz (2012): “A efetiva realização da leitura literária escolarizada é preciso que a linguagem sistematizada de coadune com a linguagem do cotidiano, porque no contexto ficcional elas se tangenciam e se amalgamam.”

A leitura participativa vai abrir um leque de oportunidades para que o sujeito leitor possa transformar sua leitura em outro texto e consequentemente colocar suas ideias em exposição. Uma maneira de se ouvir o outro, saber a reflexão que o outro fez perante a leitura daquele texto, é quando a subjetividade é trabalhada de forma que venha contribuir com outros discursos e formar uma rede de opiniões que

constroem outros textos relacionados com o cotidiano comparados ao texto literário.

O texto literário vem carregado de marcas colocadas pelo seu autor que tentam de forma inspiradora passar uma mensagem que contribua diretamente no sujeito leitor. É a subjetividade do autor entrando em contato com a subjetividade do leitor. A participação desse último se faz pela sua interpretação textual que o coloca em lugar privilegiado quando ele opina diretamente na narrativa lida. Como se fosse um segundo autor que continua aquela narrativa, não deixando a história se esgotar. Esse ato evidencia as ideias que o leitor transfere para uma nova narrativa. É um conhecimento que vai sendo construído junto com a escrita do autor e as ideias dos leitores. Compartilho com Cosson da ideia que existe um rompimento de espaço e tempo do que representa aquela escrita, seguimos para além do que nos é apresentado.

Na leitura e na escrita do texto literário encontramos o senso de nós mesmos e da comunidade a que pertencemos. A literatura nos diz o que somos e nos incentiva a desejar e a expressar o mundo por nós mesmos. E isso se dá porque a literatura é uma experiência a ser realizada. É mais que um conhecimento a ser reelaborado, ela é a incorporação do outro em mim sem renúncia da minha própria identidade. No exercício da literatura, podemos ser outros, podemos viver como os outros, podemos romper os limites do tempo e do espaço de nossa experiência e, ainda assim, sermos nós mesmos. É por isso que interiorizamos com mais intensidade as verdades dadas pela poesia e pela ficção” (COSSON, 2019, p. 17).

Somos a própria literatura, nessa temos a nossa representação. Podemos observar nessa situação o quanto as nossas histórias se confundem. Incorporação do que o outro apresenta se encontrando junto com nossas narrativas. É um momento de saber que não só nós temos as mesmas ideias, defendemos as mesmas questões, somos a favor ou contra a determinadas situações.

A literatura é uma possibilidade de unir corpos diferentes em diferentes circunstâncias. Sem ao menos sair da nossa zona de conforto,

já que a partir dessa leitura podemos realizar esse rompimento com nossos comodismos, que possa ser que esteja presa apenas pelo motivo de não encontrar outras vozes que gritam pelos mesmos objetivos. A literatura nos possibilita isso, de forma subjetiva.

Compreender que a leitura literária é uma atividade de letramento, passar ser uma obrigação de nós professores que tanto expressamos a vontade de fazer com que os alunos sejam leitores ativos. Eles não devem apenas serem leitores ativos, mas leitores participativos. Indo além da leitura mecânica, se descobrindo através da leitura literária, que dever abrir espaço para aqueles que estão em outras cenas venham participar da cena da qual nossos alunos estão participando como personagens coadjuvantes passando para personagens principais da sua própria história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância desse trabalho não é apenas para o campo do ensino da literatura, é uma contribuição para se fazer criar espaços e momentos de discussões sobre os assuntos que de uma forma ou de outra inquietam, angustiam os nossos alunos que pertencem a diferentes contextos e se reconhecem nos textos literários lidos em sala de aula, local onde podem e devem expor suas opiniões desenvolvendo um diálogo construtivo que venha contribuir nas suas vidas enquanto sujeito ativo da sociedade a qual pertencem. “O letramento literário é uma prática social e, como tal, responsabilidade da escola” (COSSON, 2019). Uma prática social que tem na leitura subjetiva a oportunidade de produção de sentidos. É trazer o aluno para cena da aula de forma direta, ouvir seu discurso que se constrói justamente através dessa interação com outros sujeitos.

É bom lembrar que as estratégias de leituras devem ser vistas não apenas como uma prática de leitura mecânica, onde os alunos apenas realizam a leitura de forma decodificada, não seria essa a proposta da leitura subjetiva. Pelo contrário, a ideia de realização de uma leitura subjetiva vai além da simples decodificação. Precisamos adotar uma

prática de leitura onde os leitores sejam autores de uma nova escrita, uma nova narrativa que vai trazer uma resignação dentro das suas próprias leituras de si.

Portanto, nós professores, mediadores de uma prática inclusiva que é a leitura, devemos possibilitar aos nossos alunos uma prática mais humanizada, apresentando possibilidades de leituras mais atuantes em nossas vidas, levando em consideração o contexto do qual nossos leitores estão inseridos. Abrindo caminhos para uma jornada de discussões que tratam das suas próprias narrativas. Essas que são construídas não só com nossa contribuição enquanto professores, mas pela convivência em outros espaços de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

COSSON, Rildo. *Letramento literário: teoria e prática*. 2. ed., 9. reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2019.

CRUZ, Maria de Fátima Berenice da. *Leitura Literária na escola: desafios e perspectivas em um leitor*. Salvador: EDUNEB, 2012.

JOUBE, Vincent. *Por que estudar literatura?* Trad. Marcos Bagno e Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2012.

ROUXEL, Annie. LANGLADE, Gérard. REZENDE, Neide Luzia de. *Leitura subjetiva e ensino de literatura*. São Paulo: Alameda, 2013.

LEITURA, INTERVENÇÕES PRÁTICAS E FEMINISMOS NO LEIA MULHERES SALVADOR

Jeniffer Geraldine Pinho Santos¹

Resumo: A presente pesquisa pretende investigar a leitura como intervenção prática a partir do Leia Mulheres, projeto de incentivo à leitura de obras de autoria feminina, na cidade de Salvador (BA). Para tanto utilizarei a pesquisa qualitativa, método autobiográfico e biográfico, e entrevistas narrativas, com análises interpretativas baseadas em teoria feminista — autoras como Simone de Beauvoir (2008), bell hooks (2018), María Lugones (2008), Grada Kilomba (2019), Audre Lordes (2019), e teoria da crítica cultural — autores como Michel Foucault (2014) e Giorgio Agamben (2009). Nesta etapa, para o Seminário Interlinhas 2019.2, haverá a apresentação dos tópicos de estudo. O primeiro tópico de estudo será produzido utilizando a escrita autobiográfica para narrar a minha relação com a leitura e as intervenções práticas que ocorreram na minha vida quando me aproximei do Leia Mulheres Salvador, em primeiro momento como mediadora e, em seguida, como leitora participante. Nessa seção pretendo também apresentar os percursos teórico-metodológicos da pesquisa. No segundo tópico de estudo, abordarei o objeto da pesquisa: a leitura como intervenção prática. E assim levantar questões como: leitura como dispositivo; leitura, um ato político; leitura e tornar-se sujeito; leitura e descolonização. Para o segundo capítulo, discutirei as relações entre leitura e feminismos, como também apresentarei o projeto Leia Mulheres. O terceiro tópico de estudo será construído com base nas entrevistas narrativas a serem realizadas com as leitoras participantes do Leia Mulheres em Salvador. Espera-se com esse estudo mostrar que a leitura interfere na produção de práticas e a partir disso apontar a importância da valorização do ato de ler para reinventar as práticas dos sujeitos.

Palavras-Chave: Leitura. Feminismos. Leia Mulheres.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), linha de pesquisa Literatura, produção cultural e modos de vida, bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB. Orientadora: Profa. Dra. Áurea da Silva Pereira. Endereço eletrônico: jeniffergps@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Em 2014, a escritora britânica Joanna Walsh criou a campanha #readwoman2014 ao promover a *hashtag* no *Twitter*. A proposta era ler durante o ano de 2014 livros de autoria feminina e assim colocar em discussão essas produções e valorizar a literatura feita por mulheres.

Três mulheres brasileiras, Juliana Gomes, Juliana Leuenroth e Michelle Henriques, se juntaram e organizaram o projeto Leia Mulheres no Brasil, em 2015, com a ideia de ter encontros presenciais em livrarias e espaços culturais ao redor do país. Atualmente o Leia Mulheres está presente em mais de 147 cidades brasileiras e conta com a colaboração de mais de 320 mediadoras voluntárias. Em média são três ou quatro mediadoras em cada local. O projeto já está alcançando cidades, além do Brasil, como a cidade do Porto, em Portugal. Na Bahia, o clube de leitura acontece nas cidades de Feira de Santana, Ilhéus, Juazeiro, Salvador, Valença e Vitória da Conquista.

O *Leia Mulheres*, seguindo a ideia original de Joanna Walsh, marca presença na internet através de um site oficial², perfis em redes sociais como *Instagram*³, *Facebook*⁴ e *Twitter*⁵. As plataformas digitais são utilizadas para divulgar ações, datas de encontro, dicas de leitura, matérias e entrevistas com autoras, e resenhas de livros.

Em março de 2019, em parceria com a Editora Pólen Livros, o projeto lançou o *Leia Mulheres: Contos - Volume I*, livro que traz 23 contos produzidos pelas mediadoras e autoras convidadas; além de ser fruto de uma parceria com a *Sweek*, plataforma de compartilhamento de conteúdo sobre literatura. A *Sweek* promoveu um concurso com o objetivo de selecionar seis escritoras para participar do livro de contos.

² Disponível em: <https://leiamulheres.com.br/>.

³ Perfil oficial central: https://www.instagram.com/_leiamulheres/.

⁴ Facebook oficial central: <https://www.facebook.com/leiamulheres>.

⁵ Twitter oficial central: https://twitter.com/_leiamulheres.

Para implantação do clube na cidade de Salvador (BA), encontrei outras mulheres interessadas em literatura na cidade e que estavam dispostas a implantar o projeto. Dessa maneira, junto com Ilmara Fonseca, Paula Janay, Eduarda Sampaio, Joana Mutti, dei início ao *Leia Mulheres Salvador* em janeiro de 2016 e a primeira leitura foi *Americanah*, da autora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie.

A relação próxima com o projeto *Leia Mulheres* me proporcionou conhecer o movimento feminista, o que considero ter sido o início de mudanças significativas na minha vida. Na época estava chegando aos 30 anos de idade, solteira, sem filhos. Tinha que responder várias vezes e me justificar do porquê não ser casada e não ter filhos. Ouvia constantemente que o tempo estava passando. Lembro que isso gerou angústias e crises pessoais. Mas, no círculo do *Leia Mulheres*, encontrei diversas histórias similares a minha e através das teorias e autoras feministas, percebi que não era um problema ser uma mulher, na casa dos 30 anos de idade, solteira e sem filhos. Essa experiência foi o início de um processo pessoal de ressignificação da minha subjetividade.

A partir da relação próxima com o projeto *Leia Mulheres* e das intervenções práticas que aconteceram na minha vida, uma delas citada anteriormente, me interessei em ouvir outras participantes e mediadoras para saber qual o impacto do *Leia Mulheres* em suas vidas. Assim, nasceu a pesquisa *Leitura, intervenções práticas e feminismos no Leia Mulheres Salvador* que pretende investigar se o projeto atua na produção de práticas para contribuir com a liberdade de experiência das mulheres participantes na cidade de Salvador (BA). Para tanto utilizei a pesquisa qualitativa, método autobiográfico e biográfico, e como instrumento, entrevistas narrativas, com análises interpretativas baseadas em teoria feminista — autoras como Simone de Beauvoir (2008), bell hooks (2018), María Lugones (2008), Grada Kilomba (2019), Audre Lordes (2019), e teoria da crítica cultural — autores como Michel Foucault (2014) e Giorgio Agamben (2009).

PERSPECTIVAS E TÓPICOS DE ESTUDO

Os tópicos de estudo da presente pesquisa foram propostos levando em consideração os objetivos específicos, a saber: averiguar a atuação da leitura como dispositivo de intervenção prática na vida do sujeito; compreender a leitura como um ato político; verificar de que maneira a leitura de obras produzidas por mulheres atua no processo de descolonização do ser; apurar as possíveis intervenções práticas ocorridas na vida das participantes do *Leia Mulheres*.

O tópico de estudo inicial “Minha estante era patriarcal demais” terá uma escrita autobiográfica para narrar a minha relação com a leitura, as intervenções que ocorreram quando me aproximei do *Leia Mulheres* Salvador, no primeiro momento como mediadora e atualmente como leitora participante. Quero mostrar também os questionamentos que fiz a partir do *Leia Mulheres*: O que estou lendo? Quais autores e autoras tenho na estante? E todas as questões relacionadas ao cânone literário brasileiro que é masculino, branco, heterossexual e patriarcal, conforme pesquisa de Regina Dalcastagnè (2012) que realizou um mapeamento do romance brasileiro contemporâneo, na Universidade de Brasília, em um período de 15 anos (de 1990 a 2004) e constatou que "120 em 165 autores eram homens, ou seja, 72,7%. Mais gritante ainda é a homogeneidade racial: 93,9% dos autores são brancos. Mais de 60% deles vivem no Rio de Janeiro e em São Paulo".

Ainda na primeira etapa escrita da pesquisa pretendo incluir os percursos teórico-metodológicos, que começaram, de certa maneira, à medida que questionava a minha estante, e buscava a descolonização do saber e do conhecimento ao ler mulheres em suas pluralidades e ao conhecer a teoria feminista pós-colonial e descolonial.

O tópico de estudo 2 — “Leitura, uma intervenção prática” — será dedicado a abordar o objeto da pesquisa: a leitura como uma intervenção prática. E com isso tratarei de questões como: 2.1 Leitura como dispositivo; 2.2 Leitura, um ato político e ler para tornar-se sujeito; 2.3 Leitura e descolonização.

Agamben (2009, p. 40) amplia mais ainda a classe dos dispositivos foucaultianos e diz que:

[...] qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o Panóptico, as escolas, a confissão, a fábrica, as disciplinas, as medidas jurídicas etc. cuja conexão com o poder é num certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e — por que não — a própria linguagem, que talvez é o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares de anos um primata — provavelmente sem se dar conta das consequências que se seguiram — teve a inconsciência de se deixar capturar.

A leitura não apenas intervém no plano das ideias, mas também contribui para produção de práticas. A minha estante era patriarcal demais, lia homens brancos e sempre os considerados canônicos. Ao expandir minha lista de leitura para mulheres, descobri o movimento feminista e suas causas, comecei a questionar não apenas a minha estante de livros, mas todas as minhas ações enquanto mulher e a enxergar com criticidade o meu lugar na sociedade.

Grada Kilomba (2019), no livro *Memórias da Plantação*, traz a concepção de escrever como ato político. A autora comenta que ao escrever, ela se torna a narradora e a escritora da própria realidade, autora e a autoridade na própria história. Ela, enquanto mulher negra, se torna o oposto do que o projeto colonial ditou. Considerar a escrita como ato político, nos leva a considerar também a leitura como um ato político, já que é um ato que nos mantém próximos de modos de viver e ser diferentes ou similares aos nossos e que nos move a mudanças.

Ao participar de um projeto que tem como objetivo ler mulheres, vamos de encontro ao cânone literário brasileiro masculino e patriarcal e a chamada leitura tutelada, que durante anos os homens da casa escolhiam as leituras feitas pelas mulheres. Ler assim pode se

interpretado como um ato político de desobediência epistêmica, conceito trabalhado pelo professor argentino Walter Mignolo (2008) para propor o desligamento epistêmico do domínio dos conceitos modernos, ocidentais e eurocentrados.

Leitura e feminismo é a proposta do tópico de estudo 3 para apresentar o *lócus* da pesquisa: o projeto *Leia Mulheres* e o recorte *Leia Mulheres* Salvador. Tratarei do surgimento, as motivações, os questionamentos, ações e desafios. A intenção também é situar a leitura e escrita na história das mulheres.

Como já mencionado, a leitura feminina era tutelada. A mulher lia o que os homens da família permitiam. Assim, a educação feminina e a leitura eram dispositivos que atendiam aos interesses patriarcais e não aos interesses da mulher.

A sociedade, todavia, tratou de controlá-las usando de alguns mecanismos: converteu o magistério numa extensão da tarefa doméstica e maternal e desqualificou o trabalho delas aos olhos masculinos; desvalorizou suas leituras, embora não deixasse de fornecê-las em quantidades substanciais e crescentes; condicionou a recepção de obras às necessidades de doutrinação desse público, que reabsorveu valores familistas e patriarcais, traduzidos agora na linguagem da idealização da mulher e sua tarefa doméstico-pedagógica (LAJOLO; ZILBERMAN, 2011).

Seguindo o objetivo específico de apurar as possíveis intervenções práticas ocorridas na vida das participantes do *Leia Mulheres*, na etapa 4 do estudo, que até o momento tem o título, *Conversas entre leitoras*, pretendo desenvolver com base em entrevistas narrativas com as participantes do *Leia Mulheres* Salvador.

A entrevista narrativa (daqui em diante, EN) tem em vista uma situação que encoraje e estimule um entrevistado (que na EN é chamado um “informante”) a conta a história sobre algum acontecimento importante da sua vida e do contexto social. A técnica recebe seu nome da palavra latina *narrare*, relatar, contar uma história (BAUER; GASKELL, 2002).

Após ouvir as participantes, levarei para pesquisa os seus relatos biográficos com a pretensão de realizar análises interpretativas com base na teoria feminista e teoria da crítica cultural.

No tópico de estudo 5, trago a conclusão para abordar os resultados encontrados, as contribuições, desafios e limitações, e possível continuação da pesquisa. O título ainda é provisório, mas a proposta é mostrar que a lista de leitura não tem fim, logo as intervenções práticas também não. Há muitos livros para ler, e muitas desconstruções a serem feitas diariamente. É um movimento que segue o curso da sociedade e suas mudanças.

ALGUMAS CONCLUSÕES

A presente pesquisa sofreu modificação durante o primeiro do ano mestrado em Crítica Cultural. Antes o objeto era a literatura, agora é a leitura. A mudança ocorreu devido a um movimento pessoal e a experiência no estágio docente, no 5º semestre do curso Letras — Língua Portuguesa e Literaturas, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), na disciplina Estudo da Ficção Brasileira Contemporânea. Tive a oportunidade de fazer o recorte de gênero nos estudos da ficção brasileira contemporânea e acompanhar o impacto, as reflexões e intervenções causadas pelas leituras nos estudantes durante o semestre me mostraram que pesquisar sobre a leitura e suas intervenções práticas me move muito mais.

Como diz o linguista Vincent Jouve (2002), a leitura é uma experiência e o texto age sobre o leitor, sendo assim não é uma atividade neutra. Foi através da leitura, especificamente de textos de autoria feminina, que comecei a formação de uma consciência crítica feminista e busco incluir na minha vida práticas fundadas no antirracismo e anti-sexismo. O processo é gradativo, como a leitura de um livro, cada página lida, um pequeno passo é dado.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Editora Argos, 2009.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

DALCASTAGNÈ, Regina. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Vinhedo, Editora Horizonte/ Rio de Janeiro, Editora da Uerj, 2012.

JOUVE, Vincent. *A leitura*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. Editora UNESP, 2019.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: A opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF — Dossiê: Literatura, língua e identidade*, no 34, p. 287-324, 2008. Disponível em <http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/34/traducao.pdf>.

IDENTIDADE DOCENTE: MEMÓRIAS E SABERES NA CONSTRUÇÃO DO PROFESSOR

Jéssica Santos Oliveira¹

Resumo: Ninguém nasce com uma identidade pessoal definida, a mesma se constitui ao longo da existência humana, na relação com os outros e com o meio sociocultural. Partindo dessa perspectiva de Pimenta (2004), o presente trabalho objetiva investigar a trajetória de uma professora de língua portuguesa desde sua formação básica (da escola) até à universidade. Segundo Kleiman (2000), a representação social mais comum da professora, inclusive de língua portuguesa é a de um sujeito com falhas sérias nas suas capacidades para ler e escrever. Ainda segundo a mesma, essa avaliação é partilhada no mundo acadêmico com a falta de interesses por parte das estudantes de letras na leitura. Sendo assim, levantamos o seguinte questionamento, quais as práticas sociais de leitura constituíram a formação da professora entrevistada? Partindo dessa problemática pensamos tais objetivos: perceber como a professora se constituiu leitora, como a mesma foi construindo a sua identidade docente, quais as dificuldades encontradas ao longo da sua formação. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que se consolida através dos estudos teóricos: Pimenta (2004) e Freire (1995) para discutir identidade docente, Kleiman (2000), Soares (2013) Geraldi (1985) e Larrosa (1996) sobre letramento e aquisição da leitura e escrita, Passegi (2008), Josso (2004), Momberger (2008) e Pereira (2013) com a discussão de narrativas e pesquisas autobiográficas, também autores do programa de crítica cultural Santos (2016) e Cruz (2012), lembrando que no decorrer da pesquisa outros autores surgirão.

Palavras-Chave: Identidade docente. Memórias. Letramentos.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), linha de pesquisa Letramento, identidades e formação de educadores. Orientador: Prof. Dr. Áurea da Silva Pereira. Endereço eletrônico: jssoliveira2011.1@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Este trabalho o qual intitulamos *Identidade Docente: memórias e saberes na construção do professor*, é uma produção teórico crítica que apresenta resultados parciais da pesquisa de mestrado a qual vem sendo desenvolvida no curso de Crítica cultural da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), campus II e está inserido na Linha 2 de pesquisa: Letramento, identidades e formação de educadores.

Ressalvo que este trabalho é uma ampliação de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) realizado na graduação, o qual tinha como tema “As Contribuições do Estágio: uma relação teoria e prática”. Onde trabalhei com os portfólios de três estagiárias. Dessa maneira, nesta pesquisa em construção, busco amadurecer o trabalho com as pesquisas (auto)biográficas.

1 A LEITURA COMO PROCESSO FORMATIVO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOCENTE

Para referenciar a problemática da pesquisa é importante salientar que de acordo com Pimenta (2000), a identidade do professor é construída por um sujeito historicamente situado. Formado a partir do significado de cada professor, enquanto ator e autor, confere à atividade docente no seu cotidiano a partir de seus valores, de seu modo de situar-se no mundo, de sua história de vida, de suas representações, de seus saberes, de suas angústias e anseios, dos sentidos que tem em sua vida o ser professor. Dessa maneira, entendemos que o professor não constrói a sua identidade profissional de forma isolada, mas sim, a partir de sua rede de relações com outros professores, nas escolas, nos sindicatos e em outros agrupamentos.

Em consonância com Pimenta, Freire (1991), afirma que ninguém começa a ser professor numa certa terça feira às 4 horas da tarde. Ninguém nasce professor ou marcado para ser professor. A gente se forma como educador permanentemente na prática e na reflexão sobre a

prática. Da mesma forma Pereira (2013), acredita que a formação se dá na incompletude de cada um, na capacidade de voltar-se para si. Dessa maneira, ensinar é muito mais que transferir conhecimento é uma produção e construção de si.

Partindo dos pressupostos citados acima, entendemos que o docente é o sujeito inacabado, pois é aquele que está sempre buscando, pesquisando e se atualizando. Sendo assim, o professor é um eterno pesquisador e sua formação nunca está completa, ela é contínua como afirma Moran (2007), só podemos ensinar até onde conseguimos aprender. E se temos tantas dificuldades em ensinar, entre outras coisas, é porque aprendemos pouco até agora.

Nessa busca contínua pelo conhecimento é que a leitura se faz presente como nos afirma Carneiro (2003), é pela leitura que o homem aprende grande (na verdade, a maior) parte do seu conhecimento, do instrumental educacional, dos valores, do “conhecimento útil” para o mundo do trabalho da sua forma de se comunicar e socializar-se. Para Larrossa (1996):

A experiência de um sujeito é a mediação entre o conhecimento e a vida humana; por tanto, trabalhar literatura é pensar o leitor que entende o que lê a partir do que ele é e do que vivencia. Dessa maneira, percebemos que toda leitura é passível de uma pluralidade de sentidos.

Mas segundo Kleiman (2000), a representação social mais comum da professora alfabetizadora (e também, em menor grau, de toda professora, inclusive de português) é a de um sujeito com falhas sérias nas suas capacidades para ler e escrever: alega-se que ela não é plenamente letrada.

Partindo desses pressupostos que o professor é um sujeito que está sempre se construindo a partir de suas experiências, de suas leituras e reflexões é que nasce essa pesquisa a qual pretende investigar a trajetória de uma professora de língua portuguesa desde a sua formação básica até

à universidade. Para isso formulamos o seguinte questionamento da pesquisa: quais as práticas sociais de leitura constituíram a formação da professora entrevistada?

Por isso, temos como objetivo geral dessa pesquisa identificar como a prática social de leitura influenciou na construção da identidade docente da professora entrevistada, para tentar responder a questão levantada, elegemos o método (auto)biográfico o qual irá compor o corpus do trabalho.

Nesse sentido, traçamos os seguintes objetivos específicos 1- investigar a formação leitora de uma professora egressa do curso graduação em letras da Universidade do Estado da Bahia (UNEB, campus II). 2- Perceber como através da leitura a professora foi construindo a sua identidade docente. 3- Analisar a transição de sujeito leitor a professora leitora.

2 (AUTO)BIOGRAFIA COMO DISPOSITIVO FORMADOR

Segundo Mombberger (2008) jamais atingimos diretamente o vivido. Só temos acesso a ele pela mediação das histórias. Quando queremos nos apropriar de nossa vida, nós a narramos. O único meio de termos acesso a nossa vida é percebermos o que vivemos por intermédio da escrita de uma história (ou de uma multiplicidade de histórias). De certo modo, só vivemos nossa vida escrevendo — a na linguagem das histórias.

Em consonância Cunha (2010) afirma que quando relatamos fatos por nós vividos, estamos dando um novo significado e construindo uma experiência de forma reflexiva, fazendo uma autoanálise, e criando novas bases de compreensão de nossas próprias práticas. A escrita sobre uma realidade pode afetar a mesma realidade, portanto, a perspectiva de trabalhar com as narrativas tem o propósito de fazer a pessoa tornar-se visível para ela mesma.

Dessa maneira, justifico as motivações que me fizeram empreender esta pesquisa, primeiramente pontuo uma justificativa pessoal, Já que ao ingressar no curso de letras percebi que eu não conhecia a maioria das

obras literárias as quais trabalhamos nas aulas de literatura, observei que esse não era um problema exclusivo, muitas colegas partilhavam das mesmas inquietações. Ao ler Kleiman (200) percebi que essa representação social da professora de língua materna que possui falhas graves na sua capacidade de ler e escrever é compartilhada por muitas estudantes do curso de letras, inclusive em um dos maiores congressos realizado nos país sobre leitura foi trabalhado o seguinte tema. “O professor é um não-leitor?” Por isso senti a necessidade de pesquisar mais sobre o assunto, na tentativa de compreender como a leitura contribui na formação do professor de língua materna.

Em segundo lugar, colocamos a importância da pesquisa para nossa formação científica profissional, já que permitirá a ampliação do estudo sobre o campo educacional, bem como a realização de reflexões sobre as questões inerentes a leitura no curso de formação do professor de língua portuguesa, de modo a possibilitar a construção de uma visão a cerca da problemática pesquisada.

Cabe ressaltarmos os critérios aos quais nos fizemos escolher a professora que irá compor o corpus da pesquisa. Conheci a docente no curso de letras da UNEB campus II, a mesma foi minha professora na disciplina de produção textual. A docente vem de família socioeconômica baixa, é egressa do curso de letras e atualmente passou na seleção do doutorado. Vale ressaltar que nesse momento da pesquisa ainda não cabe trabalhar com o nome da professora, pois iremos seguir todas as recomendações do conselho de ética, à medida em que o trabalho for se construindo a mesma será apresentada.

Dentre os critérios cabe dizer que me identifico com a história de vida da professora a qual será entrevistada, também sou de família que possui condições financeiras precárias, sou egressa do curso de letras e mesmo com todas as dificuldades enfrentadas estou conseguindo me manter no curso de Mestrado em Critica Cultural. Pois como nos relata Passegi (2007), As narrativas (auto)biográficas nos concede um momento

de heteroformação, é o saber fazer com o outro e ao mesmo tempo a autoformação, o saber fazer sozinho.

Quanto à metodologia empregada na execução do trabalho, nos valeremos de uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem bibliográfica pautada na perspectiva da análise de conteúdo. Em primeiro momento, estamos fazendo uma revisão bibliográfica com alguns teóricos que discutem formação docente, métodos autobiográficos e leitura, tais como Pimenta (2000), Pereira (2013), Momberger (2008), Josso (2004), Freire (1995), Kleiman (2000), Larrosa (1996) e outros que estão surgindo no amadurecimento da pesquisa. Em seguida, realizaremos entrevistas narrativas com a professora egressa do curso de letras da Universidade do Estado da Bahia (UNEB, campus II). Por fim, entraremos na etapa das análises, quando faremos o estudo dos dados coletados, a fim de perceber as práticas sociais de leitura da docente entrevistada.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Como vimos no decorrer do texto, por ser um trabalho que reflete questões inerentes a formação inicial e continua do professor de língua e literatura portuguesa, esse estudo traz contribuições significativas para o curso de Mestrado em Crítica cultural da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), campus II — Alagoinhas, pois pensa questões cruciais dessa formação, tais como: a reflexão em torno do ser professor através das narrativas de vida, a construção da identidade docente a partir das memórias de leitura.

Saliento que a pesquisa ainda está amadurecendo e se encontra em andamento, a mesma é importante, pois a cada leitura e texto resenhado tem me feito refletir sobre a minha formação continua enquanto professora de língua portuguesa e mestranda em crítica cultural, também percebo como é importante estar sempre lendo e me atualizando, já que enquanto docente na área de letras, estarei formando leitores e não podemos formar um leitor sem ter um amplo repertório de leituras.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Agostinho Dias. *Redação em construção: A escritura do texto*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

CUNHA, Maria Isabel da. Narrativas e Formação de Professores. Uma abordagem emancipatória. In: SOUZA, Elizeu Clementino de e GALLEGOS, Rita de Cássia (Org.). *Espaços, tempos e gerações: perspectivas (auto)biográficas*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

FREIRE, Paulo. *A Educação na Cidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

Josso, Marie-Christine. *Experiências de Vida e Formação*. Trad. José Claudino e Júlia Ferreira. São Paulo: Cortez, 2004.

KLEIMAN, A. B. Letramento e formação do professor: quais as práticas e exigências no local de trabalho? In: KLEIMAN, A. B. (Org.). *A formação do professor: perspectivas da Linguística Aplicada*. Campinas: Mercado de Letras, 2000.

LAROSSA, Jorge. Literatura, experiência e formação. Uma entrevista com Jorge Larrosa. In: Costa, Marisa Vorraber (Org.). *Caminhos Investigativos I- novos olhares na pesquisa em educação*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007.

PASSEGI, Maria da Conceição. *Memoriais auto-biográficos: pesquisa e formação docente*. São Paulo: Paulus, 2008.

PEREIRA, Áurea S. VILELA, Marcos Antônio M. *Letramento no Estágio Supervisionado e Formação de Professores*. Salvador: Eduneb, 2013.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: Identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, Selma Garrido (Org.). *Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo: Cortez, 2000.

A CRIANÇA COMO PROTAGONISTA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Karla Santos Simões Bastos Macêdo¹

Resumo: A proposta que será apresentada no Seminário Interlinhas 2019.2 busca dar enfoque no estado da arte para embasar a pesquisa, destacando o que já foi publicado de trabalhos que dialogam com a pesquisa, de forma correlata, e quais se assemelham com o objeto epistemológico em construção e que fornecerá subsídios de sustentação do projeto proposto. A busca por esses trabalhos foi realizada na plataforma de catálogo de teses da CAPES, através da aplicação de filtros, de forma a objetivar o quantitativo de propostas semelhantes à nossa. Como o foco principal da pesquisa objetiva entender como ocorre o processo de aquisição da leitura das crianças que estão em fase de alfabetização através das narrativas de si desses sujeitos, e como contribuem para o aprendizado, vimos pertinência buscar trabalhos que abordassem sobre leitura, alfabetização, o letramento infantil, narrativas. Assim sendo, outros teóricos também ganham cena, como: Dimenstein (2012), Ferrara (2004), Solé (1998), Soares (1998), Carvalho (2015). No percurso da pesquisa, iniciamos o desenho da pesquisa e foi necessário pensar nos métodos e instrumentos. Assim, faz-se necessário definir o método que se adequa melhor a realidade do campo de pesquisa, já que definimos como *lócus* uma escola da zona rural do município de Alagoinhas-Ba, vinculada a rede municipal de ensino, turma multisseriada de 1º e 2º ano que abrange crianças de 6 e 7 anos. Quanto ao tipo de pesquisa mantemos de cunho qualitativo, exploratório, com a utilização de entrevistas e ateliês autobiográficos como ferramenta de coletas e dados que melhor se adapta a pesquisa. Os teóricos que farão parte da composição do capítulo metodológico: Bauer e Gaskell (2015), Weller e Pfaff (2013), Kaufmann (2013), Bardin (2016), Clandinin e Connelly (2015).

Palavras-Chave: Alfabetização. Infância. Leitura. Narrativas.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB, linha de pesquisa, Letramento, Identidade e Formação de Educadores, apresenta o presente trabalho como requisito para o cumprimento de crédito no Seminário Interlinhas, tendo como orientadora a Profa. Dra. Áurea da Silva Pereira. Endereço eletrônico: aureauneb@gmail.com.

BOA NOITE A TODO(AS),

A proposta de pesquisa inicial apresenta a criança como protagonista no processo de aprendizagem. O projeto inicial vem sofrendo alteração em relação ao primeiro Seminário Interlinhas, por considerar pertinente mostrar a intenção real do meu trabalho. Até o seu final, com a defesa da dissertação, muito será modificado e sinto a evolução mediante a cada leitura ou reflexão oriunda dos debates que presenciamos nas disciplinas e dos estudos realizados no grupo, além da vivência com as discussões das outras pesquisas e inferências por parte dos outros colegas pesquisadores, que só nos proporciona o amadurecimento para construção do objeto.

Para esse interlinhas 2019.2, trago como proposição nesse momento o estado da arte; isto é, o que já foi pesquisado e que se correlaciona com a inspiração da pesquisa, a sugestão provisória para o desenho do sumário da dissertação será disposta, e dessa forma ficará evidenciado o caminho-intencional que buscamos percorrer, com a delimitação do aporte teórico e metodológico, bem como o *lôcus* da pesquisa. Sei que o campo será o divisor de águas e que determinará todo o seguimento do trabalho, e como temos consciência que a pesquisa não é algo estático, a intenção é trabalhar com o que temos e a partir da leitura dessa proposta poder saber, através de um outro olhar o que pode ser melhorado, e que as vezes não enxergamos por estar imerso na pesquisa.

A estrutura de sumário seguirá o caminho de tijolos amarelos, e para chegarmos a Cidade das Esmeraldas, passaremos por provações, mas com muita coragem e determinação alcançaremos os objetivos traçados para esse estudo.

INQUIETAÇÕES DE UMA MÃE-NÃO EDUCADORA DE FORMAÇÃO

Falar sobre a pesquisa, provoca em mim uma sensação de responsabilidade, por não pertencer a área de educação. Muitos podem estar se perguntando, o motivo de uma administradora de empresas de formação está se preocupando com o processo educacional. O

sentimento em relação a educação está entranhado nas minhas veias desde o meu nascimento, com características genéticas e sociais. Mas, o suprimento vitamínico foi cortado a partir do momento que sofremos influências externas, no meu caso a interferência de familiares, para não seguir a profissão.

A minha narrativa conta a respeito da vontade de ser educadora, a qual estou registrando no memorial, onde retrato desde quando comecei a me constituir e sonhar com a vontade de ser professora. Posso dizer com exatidão, que ouvindo as histórias de meus avós paternos e sobre como eles também se consideravam “professores” responde muito sobre esse meu entusiasmo com a arte de educar. Mas, o que encontramos durante o caminho foram falas negativas, de não valorização que até hoje ouvimos, e com isso nos colocou a seguir numa rota contrária.

Agora, onde quero chegar com esse breve relato? Que através das narrativas podemos identificar o que o sujeito sabe e que é possível a construção do saber de si. Vivo isso ativamente, através de Bento, que é a minha grande inspiração, criança que desde cedo foi envolvido com a ludicidade, no imaginário e que do jeito dele está construindo a sua leitura de mundo, porque essa é a primeira leitura que elas fazem e a partir do momento que começam a ter contato com a escola, local condicionado como “oficial” para aquisição da leitura e escrita, passam a conhecer as vogais, as consoantes, a formação das sílabas, das palavras, as imagens, e todo esse aparato associado com o olhar que elas possuem sobre o mundo, iniciam o processo de aprendizagem da leitura e escrita determinado pelos órgãos reguladores da sociedade. E através das narrativas destas crianças que estão vivendo esse processo mágico de descoberta da leitura, na fase de alfabetização, poderemos verificar o quanto pode ser transformador, aprendido e apreendido o conhecimento.

BREVE ESTADO DA ARTE

Cada pesquisador, no momento da escolha da sua temática de pesquisa, ele busca o ineditismo e o quanto esse estudo pode influenciar

no desenvolvimento da sociedade. Diante da inquietação e por perseguir na busca de algo robusto que me proporcionasse crescimento enquanto cidadã. Partimos para o estado da arte, utilizei como ferramenta de pesquisa a plataforma de busca de catálogo de teses da CAPES, onde está armazenado os trabalhos de mestrado e doutorado, e que está vinculado a plataforma Sucupira. Quando colocamos as palavras-chave elegidas por mim como as mais importantes, e que apresentam por onde minha pesquisa passará e que compunham o título do trabalho, encontramos cerca de 1.191.893 trabalhos, mas o que nos interessa são aquelas que estão mais próximas do meu objeto. Em virtude dessa gama de pesquisa, aplicamos filtros, que provocou numa seleção rígida, e verificamos que são poucas as pesquisas que trabalham com as narrativas de crianças, principalmente daquelas que vivem na zona rural, apenas quatro trabalhos dialogam com o objeto que proponho pesquisar.

Ideias não me faltam, basta apenas definir de forma adequada a realidade socio-educacional da região. E como a nossa intenção é saber como as narrativas de crianças auxiliam no processo de aprendizagem para isso é necessário antes de qualquer coisa conhecer sobre educação, para desenvolver uma linha de estudo coerente. Apesar de não ser da área, sou curiosa e um dia organizando meus livros, me deparei com o livro *O cidadão de papel* de Gilberto Dimenstein, e com uma linguagem bem acessível trata de diversos assuntos sob o olhar da sociologia. Percebi, que para meu estudo cabia, eu enquanto cidadã qual seria o meu papel social, já que não sou educadora e onde a cidadania se aplica na pesquisa.

Para Dimenstein (2005), palavra usada com frequência, mas que poucos entendem o que significa — quer dizer essência, a garantia por lei de viver dignamente. É o direito de expressar as próprias ideias; de votar em quem quiser sem nenhum tipo de constrangimento; de processar um médico ou hospital por negligência ou imperícia; de devolver um produto estragado e receber o dinheiro de volta; de não sofrer discriminação por ser negro, indígena, homossexual, mulher; de praticar livremente qualquer religião. (p. 13) após essa reflexão, quero mostrar que a

educação está intrinsicamente ligada a essas ações, e que a partir do momento que os direitos são cerceados para muitos não conseguimos evoluir como pessoas.

Ser cidadão nos remete a direitos e deveres a serem cumpridos, e no caso das crianças, elas tiveram seus direitos assegurados em 1959, através da Declaração Universal dos Direitos das Crianças, documento assinado na Assembleia Geral das Nações Unidas, que consiste em dez princípios básicos, [...] 5. Direito à educação e a cuidados especiais para a criança física ou mentalmente deficiente [...]; 7. Direito a educação gratuita e ao lazer. [...] (p. 15). Mas, mesmo com a garantia do papel não são respeitados. Vejo o desrespeito a partir do momento que não levamos suas falas a sério, elas trazem consigo uma visão de mundo, se trouxermos para o século XXI não podemos considerá-las como marionetes, porque elas pensam e sabem construir o seu saber de forma individualizada de acordo com a sua realidade. Dimenstein (2005), “É necessário que o aprendizado de crianças e jovens seja relacionado com o mundo em que vivem” (p. 132). Por isso, a importância de se permitir a criança como narradora de si e pegar esse saber e transformar em algo positivo educacionalmente.

A CRIAÇÃO DA CRIANÇA

Como a intenção é pesquisar as narrativas das crianças que vivem na zona rural, no qual apresentamos como lócus da pesquisa, a princípio não vamos expor o nome da instituição educacional por questões éticas, mesmo porque estamos em processo de tramitação para submissão junto ao comitê regulador das pesquisas, e a partir do deferimento por parte da comissão poderemos ir a campo, preocupando-se sempre em manter protegido e livre de qualquer constrangimento os sujeitos e a instituição onde ocorrerá a pesquisa. O estudo será realizado na cidade de Alagoinhas, num distrito localizado na zona rural, a escola está sob a jurisdição do município, do ensino fundamental I, e a turma eleita para realização da pesquisa tem característica multisseriada (1º e 2º ano), então não temos como definir um quantitativo de sujeitos, só depois de

conhecermos toda realidade da escola definiremos o plano para realizar o estudo.

E para alcançar algo, o método a ser utilizado é primordial para o desenvolvimento do trabalho. Como a nossa pesquisa é de caráter qualitativo, num primeiro momento exploratório, porque terei que reconhecer todo o ambiente, a partir do diagnóstico as atividades serão definidas, com a aplicação de Ateliês biográficos, porque as crianças irão narrar sobre si, e diante dessa ideia, dizemos que a pesquisa também tem características (auto)biográficas. Sem falar na pesquisa narrativa, que também faz parte “A pesquisa narrativa é uma forma de compreender a experiência. É um tipo de colaboração entre pesquisador e participantes, ao longo de um tempo, em um lugar ou séries de lugares, e em interação com *milieus*” (CLANDININ; CONNELLY, 2015, p. 51). Quem determina o método é o campo, a delimitação da metodologia ocorrerá durante a feitura da pesquisa de campo, até lá são apenas ideias livres.

LEITURA: UM DISPOSITIVO DO DESPERTAR DO SONHO

A reflexão a respeito do ensinar, letrar, alfabetizar, não é algo simples, por ter significados diferentes. Tudo depende de um contexto sócio-educacional-familiar. Magda Soares (2003), afirma que “Alfabetizar e letrar são processos distintos, porém interligados”. Ela também diz: “Letramento é, pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita” (SOARES, 1998, p. 18).

Refletir sobre essas definições da Magda Soares, nos remete a pensar no trabalho de base, das séries iniciais, que determina a formação do sujeito. Na alfabetização há a oportunidade de inserir os sujeitos no ambiente escolar, desenvolvendo neles o seu protagonismo, através das suas histórias.

Pensar a alfabetização também a partir da leitura, Carvalho (2005) por exemplo, “Algumas pessoas criam gosto pela leitura pelo exemplo dos

familiares, outras, por influências dos professores ou por circunstâncias fortuitas de suas histórias de vida” Ela também traz esse pensamento “O gosto pela leitura pode ser cultivado desde a alfabetização” (Michel Dabéne, pesquisador francês), o ouviu numa conferência. Trago Ferrara (2004) afirma que “A leitura é uma metalinguagem, operação inferencial que manifesta o conhecimento do texto não-verbal, e para isso é metodologicamente orientada. O texto não verbal é uma linguagem; a leitura não-verbal firma-se também como linguagem, na medida em que evidencia o texto[...]”.

A reflexão que tiramos a partir dos teóricos apresentados, é que a leitura é um dispositivo real para que o sujeito seja alfabetizado, e que não existe apenas uma forma de ver a leitura, ou seja, conhecer o código não é a única forma. Por isso, que contar algo se torna também uma forma de reconhecimento da língua.

Espero, a priori, que sob uma perspectiva teórico-metodológica, buscar teorias que respaldem o desenvolvimento da pesquisa, sem perder de vista que o protagonista dessa história é a criança, pois ela será a fonte para possíveis respostas.

CONSIDERAÇÕES... (IN)DEFINIDAS

A ideia de todo pesquisador é apresentar o resultado da pesquisa, mas para esse momento ainda não é viável, porque no período que delimitamos para ir a campo fomos pegos inesperadamente por esse processo de pandemia, o qual assola o mundo e nos provocou a fazer uma reflexão no nosso papel de cidadão no mundo atual.

Pelo molde da nossa pesquisa ser qualitativa, onde há necessidade de uma análise dos dados, a discussão das informações coletados no campo estará disposta no capítulo, *As crianças narradoras de si*, será nesse lugar a concretização da pesquisa e por fim virá as considerações finais, que chamo carinhosamente de *Uma nova história será contada*, porque utilizo esse título, pois sabemos a pesquisa não termina no momento em que concluímos o trabalho, o fim não é característica

principal para aqueles que buscam a modificação do sujeito, da comunidade que ele está inserido, mas sim o reinventar-se para melhorar cada dia mais as condições desses protagonistas que fizeram parte do estudo.

Enfim, abaixo coloco o referencial utilizado para esse trabalho, os chamo de *Colaboradores teóricos*, precursores no pensamento de fazer do estudo científico algo maior e possível para o desenvolvimento social, intelectual e social.

Para finalizar, compartilho como se dá o meu processo criativo, que nem eu sabia que era tão forte, sempre mantenho um caderno perto da cabeceira da cama, e num momento, na madrugada, acordo no meio da noite e essa frase me veio à mente, que diz assim: “Tudo começa de uma brincadeira, às vezes sem contexto, mas se for levado em conta o protagonismo da criança, as suas ideias, ao invés das nossas aspirações e conceitos formados sobre o certo e o errado, poderemos ter crianças leitoras de si e de mundo. (MACÊDO, K. S. S. B. em 18 mar. 2020). A partir desses pensamentos que vem como *insights*, que nos colocamos no papel de pesquisador.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Marlene. *Alfabetizar e letrar – um diálogo entre a teoria e a prática*. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. 142 p.

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. *Pesquisa narrativa – experiência e história em pesquisa qualitativa*. 2. ed. rev. Uberlândia: EDUFU, 2015. 250 p.

DIMENSTEIN, Gilberto. *O cidadão de papel – a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil*. 24. ed. São Paulo: Ática, 2012. 168 p.

FERRARA, Lucrécia D’ Aléssio. *Leitura sem palavras*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2004. 72 p.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 1998. 125 p.

SOARES, Magda. *Alfabetização e letramento*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

AS FUXIQUEIRAS NO MERCADO DO ARTESÃO NO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS-BA: MULHERES, LINHAS E RETALHOS INSUBMISSOS AO CAPITALISMO PATRIARCAL

Laís Velloso Borges¹

Resumo: Fuxico é uma trouxinha de tecido, originária do nordeste brasileiro colonial, quando escravas reutilizavam as roupas das senhoras. À noite, faziam trouxinhas, falando sobre as senhoras, daí o "fuxico". Suspeita-se que os processos construídos pelas artesãs, fuxiqueiras, no Mercado do Artesão alagoinhense, são atos insubmissos ao capital patriarcal. Objetiva-se mapear quem são as fuxiqueiras no espaço aludido e identificar as dobras do labor fuxiqueiro enquanto indícios de insubmissão. A metodologia será a observação *in loco* nos quiosques do Mercado e as entrevistas narrativas com as fuxiqueiras e representantes legais do nosso município. Qualitativa é a natureza da nossa pesquisa. Espera-se como resultado constatar os atos insubmissos forjados na arte fuxiqueira e concluir que a realização desta pesquisa irá referenciar às fuxiqueiras além de instigar futuras pesquisas, dada às dobras ofertadas pelo tema. Expõe-se o capítulo I que apresentará as fuxiqueiras, abordará o artesanato feminino (feminista?), relatará as experiências vividas pela pesquisadora no espaço em estudo e trará o percurso histórico do artesanato no mundo e no Brasil. O aparato teórico crítico cultural virá de Agamben (2009), dando ciência do caráter contemporâneo da pesquisa; de Moreira (2016) para referendar a ideia de luta dos subalternizados e de Singer (2017) pontuando outros modos de produção para além do capitalismo. O traço feminista, apriorístico da pesquisa, será com Hooks (2018) laborando sobre trabalho e gênero, Lugones (2010), pela decolonização de gêneros, Ribeiro (2015) analisando a

¹ Licenciada em História (UNEB), Pós-Graduada em Educação Especial e Inclusiva (Cândido Mendes), Bacharel em Direito (UNEB), Pós-Graduada em Direito Público (UNEB), Mestranda do Programa de Pós-graduação em Crítica Cultural na Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/ UNEB, Campus II – Alagoinhas-BA), na Linha de Pesquisa: Literatura, produção cultural e modos de vida. Orientadora: Professora Dr^a Jailma Pedreira. Endereço eletrônico: laiveloso@gmail.com.

sociedade heteropatriarcal e Pedreira (2015) apontando a necessidade da reconstrução feminina.

Palavras-Chave: Mulheres fuxiqueiras. Artesanato. Feminismo.

INTRODUÇÃO

Estudos produzidos sobre as questões pertinentes ao trabalho artesanal, o rústico labor, as tramas tecidas no cotidiano não industrial e todos os nuances que norteiam o fazer artesanal são facilmente encontrados, pois muitos já se debruçaram acerca da temática, efetuaram pesquisas consideráveis e ofertaram à sociedade excelentes produções. Contudo, as mulheres fuxiqueiras no Mercado do Artesão alagoinhense, seguem invisibilizadas, uma vez que a arte fuxiqueira tramada pelas mãos destas mulheres artesãs não foi, até o presente momento, objeto de pesquisa. As tramas e processos construídos pelas fuxiqueiras, como um signo de possível insubmissão à faceta patriarcal do capitalismo, não foi “costurado”, ainda, no “tecido” da vida acadêmica.

A relevância de realizar pesquisa desta natureza se justifica por se considerar que o artesanato persiste delegado à atividade menor, e, em sendo realizado por mulheres, desviam e desobedecem ao conceito remoto de que estas não podem deixar os espaços e afazeres domésticos para irem às ruas negociar ou empreender, tão pouco produzirem riquezas adquirindo autonomia financeira, conceitos crivados pelo capitalismo patriarcal. Assim, será possível aprofundar os conhecimentos acerca destas mulheres fuxiqueiras, alagoinhenses, que laboram com retalhos e linhas como possível forma de conquistar espaços múltiplos e, ao mesmo tempo, referenciar o artesanato fuxiqueiro como ferramenta para a desconstrução da face patriarcal do capitalismo.

Para compreender esta perspectiva faz-se necessário considerar algumas referências conceituais fundamentais sobre esse tema como fuxico, artesanato, artesanato feminino, feminismo e economia solidária, uma vez que serão abordados e problematizados ao longo do estudo.

Insta salientar que o artesanato é concebido neste trabalho como heterogêneo, complexo e diversificado. Como uma forma de expressão cultural tradicional e contemporânea. O trabalho artesanal no mundo contemporâneo está, desta forma, envolto em diversas tramas sociais. Assim o trabalho artesanal é um fenômeno social que remete tanto à tradição quanto à contemporaneidade, o que nos abraça o posto por Agamben (2009):

Mas a origem não está situada apenas num passado cronológico: ela é contemporânea ao devir histórico e não cessa de operar neste, [...]. A distância — e, ao mesmo tempo, a proximidade — que define a contemporaneidade tem o seu fundamento nessa proximidade com a origem, que em nenhum ponto pulsa com mais força do que no presente (AGAMBEN, 2009, p. 9).

Ao considerar a possibilidade de que as ideias patriarcais capitalistas consolidadas perpetuam invisibilidade e marginalizadas condições socioeconômicas impostas às mulheres, este trabalho de pesquisa levanta o seguinte questionamento: Em que medida as tramas e processos que originam o fuxico, trabalho artesanal das fuxiqueiras no Mercado do Artesão, no município de Alagoinhas (BA), constroem atos insubmissos ao capitalismo patriarcal? Suspeita-se que a prática artesanal de confeccionar fuxico, realizada pelas mulheres no Mercado do Artesão de Alagoinhas-Ba, é, em alguma medida, de natureza feminista, portanto insurgem contra o capitalismo patriarcal.

O primeiro capítulo da nossa pesquisa possui como objetivo identificar quem são as mulheres fuxiqueiras no Mercado do Artesão no município de Alagoinhas (BA), detalhar o artesanato fuxiqueiro feminino (feminista?), relatar as experiências da pesquisadora no convívio cotidiano com as mulheres artesãs no Mercado municipal e, por fim, expor as questões embrionárias e transições históricas do artesanato.

O percurso metodológico escolhido para subsidiar o presente trabalho é a pesquisa qualitativa, uma vez que serão investigados valores, atitudes e percepções. Além de referenciais teóricos bibliográficos, será

feita uma pesquisa de campo (*in loco*), pelos instrumentos da observação direta e da entrevista a fim de constatar como se constrói toda a trama fuxiqueira, permitindo, assim, o aprofundamento da compreensão e entendimento do caso posto.

Utilizaremos a entrevista narrativa como estratégia metodológica com o fulcro de priorizar e privilegiar a fala de mulheres fuxiqueiras, que sofrem com o continuismo dos processos político\econômicos desiguais e desleais, discriminatórios e machistas do nosso país e, conseqüentemente, de nossa cidade.

Para fazer o recorte metodológico crítico cultural, do Capítulo 1, utilizar-se-á também o aporte teórico de autores como Agamben (2009), para dar ciência do caráter contemporâneo do trabalho de pesquisa; de Moreira (2016) como ferramenta para referendar a ideia de luta dos subalternizados, além de Souza (2017) para pontuar que mulheres fuxiqueiras estão apontadas pertencentes à ralé, pela elite fascista, contudo seguem insubordinadas / insubmissas ao patriarcalismo capital e de Singer (2017) pontuando outros modos de produção para além do capitalismo. Pertinente ao traço feminista, fulcro apriorístico da nossa pesquisa, trabalharemos com Hooks (2018) onde buscaremos fundamentos sobre luta de classes feminista, feminismo global, trabalho e gênero, Lugones (2010), pelo traço da decolonização de gêneros, Adichie (2014) a fim de pontuar a reflexão sobre o que é ser feminista no século XXI, Ribeiro (2015) para basilar análises sobre a sociedade heteropatriarcal eurocentrada tornando possível identificarmos as diversas vivências específicas das mulheres fuxiqueiras e Pedreira (2015) referendando a importância das narrativas próprias que consubstanciam a reconstrução das mulheres dentro dos contextos patriarcais.

Após o processo investigatório espera-se confirmar o caráter insubmisso ao patriarcado capital no trabalho artesanal das mulheres fuxiqueiras no Mercado do Artesão no município de Alagoinhas-BA. Espera-se, ainda, instigar novos questionamentos para pesquisas futuras, dada as dobras e vieses ofertados pelo tema.

AS FUXIQUEIRAS (NARRATIVAS DE SI)

O fuxico teria surgido nos tempos coloniais, no nordeste brasileiro, pela necessidade que as escravas tinham em reaproveitar os retalhos das roupas das Senhoras, já que na época, tecido era artefato de luxo; geralmente finos, chegavam da Europa em solo pátrio, em navios. A corte doava aos escravos as roupas velhas. As escravas cortavam os tecidos e faziam trouxinhas usando como agulha pequenos pedaços de bambu que eram afiados a faca, ou espinhos de mandacaru. Como linha elas utilizavam fibras naturais que retiravam das plantas da mata. Essas escravas se reuniam à noite na Senzala para fazerem as trouxinhas, enquanto falavam das vestes das senhoras, elogiando ou debochando delas, por isso o nome de “mexerico”, “cochicho”, conhecido posteriormente como “Fuxico”.

Desta forma, foram as escravas as primeiras mulheres fuxiqueiras que, para além, do “deboche” e da “zombaria” para com as senhoras, nas rodas de conversa, sinalizavam a insubmissão à perversa condição na qual encontravam-se, uma vez que discutiam sobre seus problemas do dia-a-dia e mantinham a ancestralidade, pois, nestas rodas, também eram transmitidos conhecimentos entre mulheres de diferentes gerações. Ainda as escravas de ganho conquistavam parca renda vendendo pequenas peças de fuxico, junto a outros objetos, pelas ruas coloniais brasileiras.

Como artesanato, o fuxico — um aproveitamento de tecidos que não tinha grande valor mercantil — passou a ser valorizado, junto com outras artes femininas tradicionais como bordado, crochet, colchas de retalhos na última década. Este tipo de artesanato se popularizou dentro do universo do *patchwork* (*mundo dos retalhos*) no início do século XX. Hoje em dia ele está presente em todas as regiões do Brasil como um artesanato de mulheres e meninas. O fuxico é feito principalmente nas cidades pequenas, pois, por ser totalmente artesanal, é no interior do país que se mantém a tradição. Em Alagoinhas, interior da Bahia, esta tradição permanece viva e é perpetuada pelas fuxiqueiras.

QUEM FUXICA?

O historiador Franco Ferrarotti (2014), que há várias décadas faz a defesa das histórias de vida no campo das ciências sociais, critica a história tradicional; ele defende uma “historicidade não historicista”, que significa uma ruptura com a concepção conservadora de história enquanto uma sucessão temporal de acontecimentos, segundo o autor:

[...] história da cotidianidade, inventário e interpretação das práticas de vida e das tradições, não revividas como puro folclore popular, mas repensadas de maneira crítica como visões psicologicamente tranquilizadoras e, ao mesmo tempo, como constelações de valores cognitivos interligados e confirmados pela experiência da vida de cada dia (FERRAROTTI, 2014, p. 56).

Desta forma, as mulheres fuxiqueiras e as suas continuidades, protagonizarão a nossa pesquisa. Contarão as respectivas histórias, as tramas da vida que as trouxeram ao artesanato e ao Mercado Artesão de Alagoinhas-Ba, trazendo à cena as narrativas de si.

Estamos no início da nossa jornada. Ainda no momento de estudos bibliográficos que basiliam e referendam a temática. Posto isso, expomos que a pesquisa de campo (*in loco*) ainda não foi iniciada, mas, a *priori*, construiremos o perfil das entrevistadas a partir dos seguintes elementos: idade, naturalidade, raça/etnia, religião, estado civil e escolaridade.

Pretende-se conhecer as narrativas das protagonistas; saber sobre as histórias de vidas; indagar sobre os motivos que as levaram a arte fuxiqueira; investigar sobre os fatos que as trouxeram ao Mercado do Artesão; conhecer quais são as práticas do artesanato fuxiqueiro tecido pelas mesmas; observar as variadas tramas forjadas no espaço de vivências; perceber se as construções fuxiqueiras são individuais ou coletivas; diagnosticar em que medida os processos fuxiqueiros são indícios de insubmissões; avaliar de que forma as fuxiqueiras são reconhecidas, ou não, pelo público transeunte, pelas autoridades e Órgãos municipais, pelos próprios pares do convívio de cada uma (cônjuge,

filhos, etc) e por elas mesmas; analisar como forjam o fuxico, como o vendem, de que maneira o capital das vendas auxilia nas respectivas residências ou em outras necessidades; investigar sobre a jornada dupla (tripla?) entre os afazeres domésticos e os artesanais; diagnosticar em que medida o labor fuxiqueiro sugere um modo de produção solidário e humanizado (ou não) contrário a lucratividade unívoca capitalista.

Ouvir e conhecer as narrativas das fuxiqueiras é imprescindível para apurarmos em que medida as mesmas se concebem. Como aponta Jailma Moreira “a primeira dificuldade que talvez devêssemos ressaltar é de autopercepção de poder ser outra”. A autora aludida expõe que esta dificuldade “deriva da relação de forças entre o se ver e o ser visto”. (MOREIRA, 2015, p. 75).

Por fim, este é o espaço destinados às mulheres fuxiqueiras alagoinhenses, que ocupam quiosques do Mercado e que, desejosas de romper com a acomodação do lar ou empurradas por necessidades outras, decidiram assenhorar-se dos próprios tempos e partiram a produzir arte, vida e, espera-se, insubmissões.

O ARTESANATO FEMININO (FEMINISTA?) NO MERCADO DO ARTESÃO ALAGOINHENSE

O artesanato, geralmente vinculado ao universo feminino, divide opiniões e gera polêmica em torno do preconceito de gênero, de trabalho, renda, subjetividades, resistência, saberes, dentre outros. Assim, a arte fuxiqueira feminina (feminista?) é o pano de fundo para problematizar a temática que envolve a proposta de investigação desta pesquisa.

Nesse contexto, destaca-se a herança que as mulheres trazem com relação aos corpos, aos trabalhos com os corpos e com os trabalhos manuais. Muitas mulheres seguem, em grande medida, a herança de suas antepassadas, buscando realizar, no tear, nas agulhas, fios, bordados, retalhos e linhas, a concretização de ideias e sonhos de um conhecimento, de uma estética e de uma vida poucas vezes analisada e observada pela

academia. Insta salientar a viabilidade ofertada pelo Pós-crítica à pesquisa acerca da temática posta.

O trabalho artesanal compõe a história do mundo das mulheres, desde um conhecimento da vida como também da violência para com as mulheres. Sobre o assunto:

Os estudos de gênero têm buscado resgatar o trabalho das mulheres, incorporando aspectos relativos às suas identidades que, historicamente, foram apartados do mundo acadêmico. Pode-se perceber o artesanato, enquanto trabalho manual, nessa perspectiva. Portanto, o trabalho artesanal compõe as trajetórias de vidas do universo das mulheres, pois se trata de um conhecimento apreendido ao longo da vida dessas pessoas (SILVA, 2012, p. 8).

Na história das famílias no Brasil, percebe-se que a socialização feminina passava pelo rigor e pela disciplina do aprendizado de “trabalhos manuais”, materializados enquanto técnicas como bordado, crochê, tricô, costura e outras, realizados nos espaços domésticos e muitas vezes atrelados ao exercício da maternidade, como tarefas para “ocupar as mulheres”. Esse processo de aprendizagem se dava muitas vezes na própria escola ou em outros espaços institucionalizados, como em igrejas. Em vista desses exemplos históricos, muitas mulheres na contemporaneidade passaram a rejeitar esses aprendizados em prol da luta por um processo de emancipação feminina.

O Banco do Nordeste (2002), em pesquisa referente, revelou que o perfil do artesanato nordestino é estratificado sexualmente, ou seja, a diferença nas práticas artesanais ocorre de forma culturalmente determinada conforme o sexo e a tipologia. Rendas e bordados, tecelagem e tecidos são executados, em sua maioria, por mulheres, enquanto trabalhos em couro e metal, madeira e cerâmica são realizados por homens. No âmbito financeiro, os rendimentos auferidos pelas mulheres são inferiores aos dos homens, enfatizando, ainda, que as tipologias exercidas predominantemente por homens possuem maior

valor agregado de comercialização e o trabalho feminino artesão prossegue desvalorizado.

Este trabalho artesanal feminino, em Alagoinhas (BA), concentra-se no Mercado do Artesão, uma construção do século XX, localizado à Praça da Bandeira, s/n e que, em 2015, sofreu reforma arquitetônica afim de possibilitar melhores quiosques aos artesãos e trabalhadores outros (barbeiros, chaveiros e fotógrafos) para demonstrarem produções artísticas e ofertarem serviços, respectivamente. Neste espaço aludido, muitas mulheres expõem os frutos de confecções individuais e/ou adquiridas de terceiros. Crocheteiras, tapeceiras, costureiras, pintoras, bordadeiras e fuxiqueiras dividem e referendam o Mercado.

Referente à articulação entre o labor artesão feminino e o feminismo, sabe-se que a sociedade patriarcal mantém um modal cristalizado que põe a mulher como a principal responsável pelos cuidados com a família e esse é um fator que limita as possibilidades de aprimoramento e dedicação às atividades laborativas da mulher. Conforme afirma Ribeiro (2018), as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos e demais familiares, o que representa uma sobrecarga para aquelas que também realizam atividades econômicas. Segundo a autora supra, esta discussão se faz urgente e necessária a todos nós, haja vista “os contornos coloniais que ainda insistimos em preservar enquanto país, os quais silenciam e violentam grupos historicamente desprivilegiados, como mulheres e negros, ao passo que naturaliza uma hegemonia de poderes” (RIBEIRO, 2018, p. 32).

É necessário observar que existem pontos de vista que percebem o trabalho artesanal realizado por mulheres como atividade que aliena, pois serve como manutenção dos jogos de poder exercidos em nossa sociedade ainda tão machista, patriarcal e capitalista. Por outro lado, existe a concepção de que o artesanato autoriza, permite, liberta, gera renda, permite a explosão criativa e curativa, das dores físicas e da alma. A grande questão que se coloca, portanto, é a seguinte: em que medida a

atividade artesanal fuxiqueira pode auxiliar processos emancipatórios e insubmissos femininos? Ou, ao contrário, é uma ferramenta utilizada pela sociedade patriarcal que visa à alienação da mulher artesã alagoanhense, utilizada para mantê-la fora dos espaços produtivos formais?

Posto isso, balisada por leituras de escrita feminista de autoras anteriormente citadas, verificaremos em que medida os estudos feministas contribuem para as análises do artesanato feminino fuxiqueiro, no Mercado do Artesão, observando se existem indícios de (re)existências e (re)criações com base na insubordinação.

O COTIDIANO FUXIQUEIRO

Anteriormente mencionado, a observação direta ainda não foi iniciada. Estamos “alinhavando” as questões, “costurando” as formas e construindo os caminhos epistemológicos. Este espaço está reservado aos relatos da pesquisadora que irá vivenciar o cotidiano das mulheres fuxiqueiras. Pretende-se o olhar curioso e uma escuta sensível às questões que sustentam as mulheres e o fazer fuxiqueiro.

Após ouvir as narrativas, coletar os dados correlatos, observar as tramas, analisar a forja, refletir sobre os indícios e as possibilidades dos atos insubmissos e confrontar a realidade observada com as hipóteses, expectativas e perspectivas apriorísticas, quais serão os novos conceitos trabalhados pela pesquisadora? Como serão as novas narrativas desta pessoa que analisa? Em que medida as pretensões da pesquisadora serão concretizadas? Quais aspectos serão revelados através do entrelace das fuxiqueiras com a pesquisadora? Estas e outras questões que permeiam a pesquisa, conjuntamente a tantas outras que vão surgir na trajetória, serão expostas.

ARTESANATO: QUESTÕES EMBRIONÁRIAS E SUAS TRANSIÇÕES HISTÓRICAS

O artesanato é uma das atividades humanas mais antigas. Desde a Pré-História, especificadamente o neolítico, o homem manipula, com a as

mãos, a matéria-prima encontrada na natureza gerando novos objetos para satisfazer necessidades primárias. Assim, foram surgindo objetos para serem utilizados nas diversas atividades, onde as peças artesanais eram utilizadas como utensílios ou decoração (SILVA, 2016). Ao longo da história da humanidade, a sociedade passou por várias mudanças e, portanto, do mesmo modo, o artesanato.

Existem no Brasil algumas conceituações a respeito da ideia sobre o artesanato e outras formas de trabalhos que podem se aproximar da produção artesanal. Segundo informações publicadas no Diário Oficial da União, seção 110, o artesão é aquele trabalhador que de forma individual exerce um ofício manual, transformando a matéria-prima bruta ou manufaturada em produto acabado. Possui o domínio técnico sobre os materiais, as ferramentas e os processos de produção artesanal na sua especialidade, criando ou produzindo trabalhos que tenham dimensão cultural, utilizando técnica predominantemente manual, podendo contar com o auxílio de equipamentos, desde que não sejam automáticos ou duplicadores de peças.

O artesanato que se encontra na sociedade contemporânea, é umas das formas de trabalho o qual pode se revelar como uma produção artesã, inserido no processo de informalidade. Constitui-se como um tipo de trabalho e mais uma forma de se conseguir a sobrevivência. Pode-se dizer que o artesanato tem se desenvolvido em meio a formas de trabalho precário e informal, medido conforme as condições históricas. Logo, faz-se pertinente o estudo das mudanças históricas pelas quais o artesanato passou.

O CONTEXTO EUROPEU

Segundo Cunha (2005), na Grécia, o artesanato teve a sua importância reconhecida por meio da transmissão de habilidades e conhecimento dos demiurgos (denominação inicial dos artífices) até ser vista de modo menor, devido à desvalorização em uma sociedade de castas como aqueles que laboravam com esta atividade.

Ainda nos servindo do autor supra, inicialmente, na Idade Média, o artesanato migrou para os mosteiros, sendo muito valorizado, pois para o Clero o ócio era algo a ser banido, por representar a fonte dos vícios. Desta forma, nos mosteiros, eram ensinadas atividades liberais e mecânicas. A segunda, era transmitida geralmente pela oralidade e estava relacionada ao uso das mãos nas atividades de produção material efetivada pelos artesãos. No medievo, existiam os chamados ourives, com suas oficinas: “Organizada num sistema de guildas, a oficina proporcionava outras recompensas emocionais mais impessoais, notadamente uma posição honrosa na cidade” (SENNETT, 2009, p. 67).

Mulheres não podiam ser membros das guildas, apenas serviam para limpar e cozinhar nas casas das oficinas da cidade. Trabalho essencialmente masculino, o artesanato nas guildas medievais revelava o caráter patriarcal de uma sociedade construída sob a égide do poder clerical e povoada de temores míticos que demonizavam as mulheres. Segundo Cunha (2005), no período medieval as mulheres bordavam, costuravam, faziam renda, tricô e crochê, mas, mesmo possuindo a habilidade nesta produção, não eram admitidas nas oficinas dos artesãos ou, como exposto, nas guildas medievais.

O declínio do feudalismo, o êxodo rural e o ferver das cidades favoreceram aos artesãos viverem do seu próprio trabalho em detrimento da agricultura, possibilitando o surgimento de pequenos negócios e, posteriormente, das Corporações de Ofício que conglomeravam todos aqueles que trabalhavam na mesma atividade. É importante ressaltar que nesta época os artesãos tinham o domínio de todo o processo produtivo das peças que produziam (FERRAROTI, 2014).

Após um longo período, o modo de produção capitalista, implementado fortemente via Revolução Industrial, suplantou o trabalho manual, valorizando a produção em massa propiciada pelo maquinário. Dessa forma, não apenas o trabalho mudou, mas toda a sociedade se transformou a partir da implementação do capitalismo e da acumulação. Essa mudança criou uma ruptura entre criação e produção, ou seja, os mestres artesãos eram criadores do que eles mesmos produziam, já os

operários das fábricas foram estimulados a simplesmente executar, pois o processo da Revolução Industrial traz a divisão do trabalho, onde cada atividade do processo produtivo é exercida por uma pessoa diferente que não precisa de expertise para fazê-la (FERRAROTI, 2014).

Os artesãos enfrentaram, portanto, as mudanças tecnológicas a partir de três frentes: dos empregadores; dos trabalhadores com qualificação que tomam seus empregos e das máquinas. A sociedade industrial criou novas habilidades artesanais, que se desenvolveram com novas imagens, aliada às inovações tecnológicas. O que se percebe é que o artesanato não desapareceu, entretanto, adaptou-se aos novos contextos históricos.

O CONTEXTO BRASILEIRO

No Brasil, também, os primeiros objetos feitos pelo homem eram artesanais e isso pode ser identificado no período neolítico (6.000 a.C.). Pesquisas permitiram identificar fabricação de cerâmica por etnias de tradição nordestina que viveram no sudeste do Piauí em 6.000 a.C.

A partir do século X, no Brasil, os índios foram os mais antigos artesãos, utilizando a arte da pintura, a cestaria, a cerâmica e plumária. No Brasil colonial, o artesanato encontra um contexto diferente do europeu, pois a atividade artesanal era relacionada à escravos. Nos primeiros anos de colonização foram instaladas oficinas artesanais que se espalharam por todas as comunidades urbanas e rurais, onde os artesãos tiveram ensejo de desenvolver suas habilidades.

Mas, através da Carta Régia de 30 de julho de 1766, D. José I manda destruir as oficinas de ourives e declara fora da lei a profissão. Seu exemplo foi seguido por sua sucessora no trono, D. Maria I, que perseguiu quase todas as formas artesanais do Brasil. Aos alvarás da Rainha Maria I, seguem-se o de 5 de janeiro de 1785 e o de 26 de janeiro do mesmo ano que proibiam a tecelagem caseira na colônia, abrindo exceção, apenas, para a tecelagem de panos grossos destinados a vestir escravos.

A carta régia do Príncipe Dom João, de 1º de abril de 1808, reverteu a situação, anulando os alvarás proibitivos de sua mãe e autorizando a atividade industrial caseira. D. Pedro I, na Constituição outorgada de 25 de março de 1824, aboliu as corporações de ofício no Brasil, seguindo o exemplo francês. A carta da República de 14 de fevereiro de 1891, como a de 16 de julho de 1934, omitiram-se completamente, ignorando o artesanato.

Apenas com a Constituição de Getúlio Vargas, de 10 de novembro de 1937, artigo 136, o país retomou o tema: “O trabalho manual tem direito à proteção e solitudes especiais do Estado”. As cartas que se seguiram silenciaram-se com relação ao artesanato. Nesse cenário, houve um desinteresse das pessoas em serem artesãos devido, claro, à ligação dessas atividades com as camadas sociais menores, ou seja, a ralé, descrita por Souza (2018).

Hoje, o artesanato retoma o seu papel e encontra-se normatizado. Em todas as regiões é possível encontrar artesanatos diversificados originados a partir da natureza típica do local e de técnicas específicas. Além dessa importância histórica, o artesanato abrange outros valores os quais, hoje, o tornam reconhecido, universalmente, como é o traço do artesanato feminista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Posto o descrito, é de fácil percepção que o capítulo primeiro privilegia as protagonistas da nossa pesquisa: as mulheres fuxiqueiras no Mercado do Artesão alagoanhense. Narraremos as tramas forjadas no espaço retro e exporemos os “alinhavos” da vida artesã. Esperamos apurar os indícios e constatar atos insubmissos ao capitalismo patriarcal, ainda que incipientes ou remotos; o fundamental para esta pesquisadora é encontrar, ao menos, vestígios de insubmissão e perceber, mediante as narrativas de vida destas mulheres, que houve (e haverá) reconstruções de si próprias. Para esta percepção tornar-se global, necessário compreender o percalço histórico sobre o qual o artesanato trilhou, até desenhar sua faceta feminina/feminista.

Espera-se, após tecer por completo o primeiro capítulo, referendar a vida, arte e insubmissões das artesãs fuxiqueiras alagoanhenses.

REFERÊNCIAS

AGANBEM, Giorgio. *O que é o Contemporâneo?* In: *O que é o Contemporâneo? e outros ensaios*. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

BANCO DO NORDESTE (Brasil). *Ações para o desenvolvimento do artesanato do Nordeste*. 2. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2002.

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil escravocrata*. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: FLASCO, 2005.

FERRAROTTI, F. *História e histórias de vida: o método biográfico nas Ciências Sociais*. Natal: EDUFRN, 2014.

MOREIRA, Jailma dos Santos Pedreira. *Reescrita de si: produções de escritoras subalternizadas em contexto de políticas culturais*. DOI: <https://doi.org/10.35520/flbc.2015.v7n13a17237> ISSN:1984-7556. Acesso em novembro de 2019.

RIBEIRO, Djamila. *Quem Tem Medo do Feminismo Negro?* São Paulo: Cia das Letras, 2018.

SENNETT, Richard. *O Artífice*. Rio de Janeiro: Record, 2009

SILVA, Maria Ana da. O artesanato como ferramenta metodológica na perspectiva dos estudos de gênero: articulando pesquisa, ensino e extensão UNIVERSITÁRIA. *Revista Trama Interdisciplinar*, 7(1). 2016. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tint/article/view/9337>. Acesso em: mar. 2020.

SOUZA, Jessé de. *A Classe Média no Espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade*. São Paulo: Estação Brasil, 2018.

O CONCEITO DE INTERSECCIONALIDADE NA OBRA *QUEM TEM MEDO DO FEMINISMO NEGRO?*

Laise Araujo Costa Oliveira¹

Resumo: Djamilia Ribeiro é mestra em filosofia política pela Unifesp, ativista do feminismo negro e coordenadora da coleção *Feminismos Plurais*, da editora Letramento, pela qual lançou o seu primeiro livro *O que é lugar de fala?* (2017). O conceito de interseccionalidade, que ela aborda na obra, é de suma importância para debater temáticas que abarquem o papel das mulheres negras nas lutas feministas, trazendo-as para serem protagonistas de suas próprias histórias. Pretendemos, com a presente pesquisa, por intermédio do conceito do interseccional, dar conta do estudo das posições de identidades sociais e sistemas relacionados à opressão, dominação e discriminação. Para isso, utilizaremos como referencial teórico inicial: bell hooks (1992); Michel Foucault (1987); Carla Akotirene (2019); Djamilia Ribeiro (2019); Angela Davis (2016); Silvio Luiz de Almeida (2019); Joice Berth (2019).

Palavras-Chave: Interseccionalidade. Silêncio. Mulher.

INTRODUÇÃO

O conceito “interseccionalidade” foi utilizado inicialmente na década de 1970 e 1980 nos Estados Unidos pela feminista negra norte americana Kimberlé Crenshaw (2002), diante da necessidade de articular as diversas opressões de gênero, raça e classe. Segundo a feminista, a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros dispositivos discriminatórios criam

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), linha de pesquisa Literatura, Produção Cultural e Modos de Vida. Orientador: Prof. Dr. Roberto Henrique Seidel. Endereço eletrônico: laikaise@hotmail.com.

desigualdades básicas que estruturam as posições relativas, de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

A história de subordinação das mulheres pelos homens, em que a opressão e exploração das mulheres são reveladas na relação gênero-sexo, raça, masculino e feminino, são culturalmente produzidos. A origem da concepção gênero-sexo está relacionada tanto à cultura quanto ao biológico. A construção de gênero pela metafísica ocidental atribuiu um valor ao gênero masculino de forte e superior, e ao gênero feminino o inverso. Com isso, criou-se o sentido de subordinação das mulheres pelos homens. Desse modo, os sistemas gênero-sexo historicamente realizados nessa relação masculino e feminino, revelariam a opressão, exploração e “os silêncios” das mulheres pelos homens. Pensar no conceito de interseccional é notar que não pode haver favoritismo de uma opressão qualquer e, sim, trata-se de romper com a estrutura de opressão.

Acerca da diferença sexual, Guacira L. Louro, em sua obra *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*, nos traz uma citação de Teresa de Lauretis, uma importante estudiosa feminista, que nos lembra que o significado da diferença sexual está muito próximo da expressão “anatomia-destino”. Lauretis afirma que há pouco avanço em dizer que a diferença sexual é cultural, pois o problema que permanece é de conceber as diferenças consideradas culturais, sociais, subjetivas em relação ao homem, sendo ele, a medida, o padrão, a referência de todo discurso que legitima (LAURETIS *apud* LOURO, 1997, p. 33). Surge daí uma ideia dicotômica entre o masculino e o feminino que constitui uma oposição entre o pólo dominante e pólo dominado, sendo a única forma de relação dos dois elementos. Contudo, por sua vez, Guacira Lopes afirma que “os grupos dominados são, muitas vezes, capazes de fazer, dos espaços e das instâncias de opressão, lugares de resistência e de exercício de poder”. As desigualdades sociais atribuídas aos sexos “tornam as diferenças” de ordem biológica em diferenças hierarquizadas, que, ao se estabelecerem como relações de poder, passam a ser culturais. Comprova-se, assim, que as desigualdades de papéis sociais atribuídos aos sexos são culturais.

1 INTERSECCIONALIDADE, SEGUNDO CARLA AKOTIRENE

Bacharel em serviço social, mestre e doutoranda em estudos sobre mulheres, gênero e feminismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), a ativista e pesquisadora Carla Akotirene nasceu em Salvador. Lançou o seu livro *O que é interseccionalidade*, pela editora Letramento, em 2018; e, em 2019, republica o livro sob o nome *Interseccionalidade*, pela editora Pólen. A autora aborda o conceito que leva o nome dos seus livros para mostrar como as mulheres negras estão posicionadas na sociedade, colocadas como ferramenta metodológica disputadas na encruzilhada acadêmica, pois definir esse termo é fazer o cruzamento, abraçando as vivências e as diversas formas de opressão a que as mulheres negras foram submetidas desde os primórdios ao serem forçadas a saírem dos seus países para a escravidão. O conceito nos ajuda a entender as diversas formas de opressão que as mulheres negras sofreram e sofrem a partir de uma visão histórica de resistência contra a escravidão. Esse ativismo deixou um legado histórico: enquanto as mulheres brancas lutavam por melhores salários por meio das lutas feministas, as mulheres negras lutavam pelo fim da escravidão.

Vejamos como a própria Akotirene (2019, p. 31) o coloca:

Sem dúvida, mulheres negras foram marinheiras das primeiras viagens transatlânticas, trafegando identidades políticas reclamantes da diversidade, sem distinção entre naufrágio e sufrágio pela liberdade dos negros escravizados e contra opressões globais. Elas construíram o pensamento feminista negro e, por mais que lembranças ancestrais nos remetam às águas do Rio Combahee, nunca esqueceremos que, em 1969, a feminista negra Frances Beal publicou o “Black Women’s Manifesto; Double Jeopardy: To be Black and Female”, argumento teórico e politicamente contra a necropolítica colonialista moderna, cruzando capitalismo, imperialismo ocidental e racismo estrutural.

Fragmentar essas estruturas relacionadas ao gênero é levar em consideração o lugar social de cada uma delas, bem como as vivências

necessárias para romper qualquer tipo de preconceito e estrutura capitalista. Trata-se assim de entender que a interseccionalidade é fundamental para efetuar essa quebra dessas diversas estruturas que juntas atuam para a efetivação da exploração, do racismo e da discriminação, para assim diminuir os seus impactos.

As intelectuais negras levantam discussões para mostrar como essas questões que estão diretamente relacionadas ao racismo no Brasil se manifestam socialmente. O racismo à brasileira é velado por todo um percurso narrativo que, ao mesmo tempo, está aí se manifestando em todo lugar: nos diversos discursos, dentro de casa, na nossa fala, universidade, no ônibus, nas redes sociais, nos homens brancos e negros, nas mulheres, dentro do próprio sistema político em que estamos inseridos. No contexto da sociedade brasileira, a exploração e exclusão da mulher negra é especialmente perversa.

Nesse sentido, vejamos como Silvio Almeida o explica em seu livro *Racismo estrutural*:

No Brasil, a negação do racismo e a ideologia da democracia racial sustentam-se pelo discurso da meritocracia. Se não há racismo, a culpa pela própria condição é das pessoas negras que, eventualmente, não fizeram tudo que estava a seu alcance. Em um país desigual como o Brasil, a meritocracia avaliza a desigualdade, a miséria e a violência, pois dificulta a tomada de posições políticas efetivas contra a discriminação racial, especialmente por parte do poder estatal. No contexto brasileiro, o discurso da meritocracia é altamente racista, uma vez que promove a conformação ideológica dos indivíduos à desigualdade racial (ALMEIDA, 2019, p. 82).

2 OS CONCEITOS QUE ACOMPANHARAM A MUDANÇA

Originado na década de 1970, no contexto das lutas das feministas negras norte-americanas, o conceito de interseccionalidade traz uma contraposição a categorias universais. Em outros termos, o feminismo negro, naquele momento, se dá conta de que não era possível falar de um mesmo feminismo que englobasse tanto a mulher branca quanto a

mulher negra. Era importante estabelecer distinções entre as posições de cada uma, pois a mulher branca já nascia com privilégios em relação à mulher negra. Era, portanto, necessário entender a forma pela qual o racismo, as relações patriarcais culturalmente produzidas e a opressão de classe colocavam as mulheres negras em desprivilégio em relação às brancas.

No Brasil os movimentos feministas ocorrem em três momentos. Iniciado no fim do século XIX, ocorre a primeira onda, marcada pela luta jurídica e política, em que grandes mulheres preponderantemente brancas tiveram o seu reconhecimento dentro do movimento, tais como, a nordestina e autora Nísia Floresta (1810-1885), que se destacou pela busca do direito ao voto, à vida pública e ao direito ao trabalho sem a autorização do marido. Nos anos 1960 entra em cena o segundo momento, a segunda onda, quando se luta pela valorização do trabalho da mulher, contra a violência sexual e o combate à ditadura militar. O direito ao corpo ganha força no final da década de 1970 na luta para que as mulheres negras fossem vistas como sujeitos políticos. Já na década de 1980, as demandas das feministas negras são incorporadas ao movimento. Angela Davis e a Patricia Hill Collins foram autoras militantes que trouxeram ao movimento a voz do feminismo negro interseccional, fragmentando o discurso universal ao mostrarem que as opressões atingem as mulheres de formas distintas. O terceiro momento, a terceira onda, ocorre na década de 1990, quando se buscava não só a visibilidade de determinado grupo de mulheres, abolindo quaisquer estereótipos ligados ao gênero. Assim são trazidas para a atualidade questões, como a desconstrução que é feita pela própria diversidade humana, mostrando sua problemática e de que forma ir de encontro a esse processo, abolindo toda forma de opressão.

Segundo Kimberlé Crenshaw, o conceito de interseccionalidade nos permitiu perceber as colisões das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo. Os estudos de Crenshaw sobre a interseccionalidade originaram nos Estados Unidos os mais

avançados campos de pesquisa sobre diferença no mundo, estabelecendo por meio de discursos homogêneos guerra contra o terrorismo, após o atentado às torres gêmeas em 2001. A autora entende por interseccionalidade os eixos de poder, raça, etnia, classe, gênero, os quais se sobrepõem e se cruzam. As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas estas vias (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Djamila Ribeiro defende a não universalização das categorias feministas por não se ver dentro daquela categoria defendida pelas feministas brancas, encaradas por ela como “cheias de privilégios”, por não se sentir incluída como mulher negra nessa classe feminista universal.

CONCLUSÃO

Os entrelaçamentos entre esses grupos de mulheres são essenciais para a luta por igualdade das minorias. Na contemporaneidade o feminismo negro garante e valoriza a diversidade entre os grupos que compõem a militância, mulheres brancas, negras, trans, LGBTQs, dentre outras. Pensar em feminismo é saber que existem mulheres diversas que sofrem diversos tipos de opressões, que se originam por conta da classe social, da raça, do gênero, da orientação sexual, do local de nascimento ou moradia etc. Ao analisar os padrões ou as regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar, como p. ex., os padrões heteronormativos — ou seja, o papel masculino e o papel feminino —; os padrões de classe — o que é nobre, popular, chulo etc. —; e os padrões de racialização — que fundam o racismo e que definem lugares precisos na sociedade para as pessoas a partir da cor da pele —; a interseccionalidade é trazida como forma de compreender o conjunto dessas e outras opressões de forma articulada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade*. Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2018. (Coleção Feminismos Plurais).

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, n. 10, p. 171-188, 2002.

hooks, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Trad. Ana Luiza Libânio. 5. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. A emergência do gênero. In: LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 14-55.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017. (Coleção Feminismos Plurais).

RIBEIRO, Djamila. [Página/Perfil da rede social Facebook]. Disponível em: <https://www.facebook.com/djamila.ribeiro.1>.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?*. Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017. (Coleção Feminismos Plurais).

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?*. São Paulo: Cia. das Letras, 2018.

ESTADO DA ARTE: QUEM ME AJUDA NOS MEUS “CORRES”? O TRABALHO NA INFORMALIDADE DE JOVENS MULHERES EM MONTE GORDO, CAMAÇARI/BA

Licia Maria Andrade de Carvalho Magalhães¹

Resumo: O contato constante com alunas vendendo os mais diversos tipos de lanches e outros produtos, no ambiente escolar e a observação delas vendendo no espaço público e ouvindo as mesmas dizerem que estão fazendo seus “corres”, conduziu-me a intitular minha pesquisa em Crítica Cultural “Quem me ajuda nos meus ‘corres’? O trabalho na informalidade de jovens mulheres em Monte Gordo, Camaçari/BA” o objetivo geral será compreender o que sabem fazer, como aprenderam e se desenvolvem as mulheres jovens que “empreendem” na informalidade no distrito de Monte Gordo — Camaçari/BA, ligadas ao Colégio Estadual de Monte Gordo. E os objetivos específicos são traçar o perfil das jovens selecionadas a partir de observações e indicações; mapear em quadro o que sabem fazer, como aprenderam e com se desenvolvem; identificar quem se movimenta junto com estas jovens para que este trabalho aconteça; conhecer o processo de divulgação do seu trabalho; analisar como estas jovens lidam com o fato de serem mulheres, ainda jovens, na sociedade desigual em que vivemos. A pesquisa compreenderá: o levantamento de referências através do estado da arte; a seleção das pessoas da pesquisa e aplicação de entrevista pré-estruturada e por fim, análise dos dados. Este artigo apresenta o estado da arte a partir da seguinte questão: quais pesquisas já foram realizadas em torno de jovens empreendedoras, trabalho informal e redes de mulheres? O objetivo geral é fazer o estado da arte para encontrar trabalhos de doutorado e mestrado que abordem sobre jovens empreendedoras, trabalho informal e redes de mulheres. E os objetivos específicos são: identificar trabalhos correlatos,

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), linha de pesquisa Letramento, Identidades e Formação de Educadores. Orientadora: Profa. Dra. Licia Maria de Lima Barbosa. Endereço Eletrônico: liciamaria67@gmail.com.

comparar propostas, verificar se já não há trabalhos com a mesma abordagem e refletir sobre a geopolítica do conhecimento e observar quais as lacunas existentes a partir das categorias pesquisadas. Para atingir tais objetivos, delimitar um espaço de tempo e estabeleci filtros relacionados à área do conhecimento verticalizando para Letras, Educação e Antropologia, obtive 15 trabalhos entre teses e dissertações para as categorias redes de mulheres, trabalho informal e nenhum trabalho com a categoria jovens empreendedoras. A leitura dos resumos e das palavras chave nortearam a seleção, de modo que foram selecionados os textos apresentando estudos sobre mulheres atuando em rede e trabalho informal, nesta segunda categoria os trabalhos selecionados também tratam sobre gênero, logo há o imbricamento das três categorias. Foi produzido um quadro com dados, como: autoria e orientação; tipo de produção, título e ano; resumo; palavras chave; área e instituição. A maioria das teses e dissertações selecionadas apresentam discussões sobre economia solidária praticada por mulheres e as redes estabelecidas entre elas em áreas como produção de artesanato, trabalho no setor da pesca e extrativismo, produção de pamonha. Também há as pesquisas sobre a precarização do trabalho através da informalidade. Nestas pesquisas também há as relações de gênero, classe e raça, construção da identidade através do trabalho e fortalecimento das relações.

Palavras-Chave: Estado da Arte. Jovens Empreendedoras. Trabalho Informal. Redes de Mulheres

INTRODUÇÃO

O projeto de pesquisa intitulado “Quem me ajuda nos meus ‘corres’? O trabalho na informalidade de jovens mulheres em Monte Gordo, Camaçari/BA”, está na sua terceira proposta a partir do que foi apresentado como anteprojeto para ingresso no Mestrado em Crítica Cultural/2019.1 (cujo título era “Mulheres multiletradas que inventam e/ou ressignificam saberes: as empreendedoras ligadas ao Colégio Estadual de Monte Gordo”). Com o mestrado em curso, para a apresentação no Interlinhas 2019.1 o já projeto de pesquisa tomou nova

forma e passou a ter o título “Jovens que estudam e empreendem, quando estas ações se imbricam?”. Contudo, a partir dos encontros de orientação, as discussões no Grupo Enlace e as leituras realizadas, percebi a necessidade de desenvolver a pesquisa tendo como foco a questão de gênero relacionando com as jovens que empreendem/trabalham na informalidade. Foi definido o *lócus* o distrito de Monte Gordo, Camaçari/BA, onde serão selecionadas cinco jovens que tenham relação de aluna ou ex-aluna do Colégio Estadual de Monte Gordo, pois se observa neste contexto muitas meninas que vendem o que produzem nas dependências da escola, na rua ou de forma improvisada em casa ou algum estabelecimento.

Esta pesquisa, com três fases de desenvolvimento, a saber: levantamento de referências para construção do referencial teórico, a partir do estado da arte; identificação, contato e saída a campo para realização de entrevistas com roteiro pré-definido e análise dos dados, encontra-se na fase de levantamento de dados a partir da coleta de teses e dissertações no catálogo da Capes.

A leitura de Norma Ferreira (2002), possibilitou-me entender que o Estado da Arte permite ao pesquisador localizar o que se discute sobre o tema que se pretende pesquisar, quem discute, em quais áreas do conhecimento e em quais lugares do país se faz isto. Além disso, adquire-se aí o referencial teórico que embasará a pesquisa e verifica-se as lacunas existentes e que a pesquisa proposta poderá preencher.

A partir deste conhecimento, e da definição do título: “Quem me ajuda nos meus ‘corres’? O trabalho na informalidade de jovens mulheres em Monte Gordo, Camaçari (BA)”, foi traçado o objetivo geral: compreender o que sabem fazer, como aprenderam e se desenvolvem as mulheres jovens que “empreendem” na informalidade no distrito de Monte Gordo — Camaçari (BA), ligadas ao Colégio Estadual de Monte Gordo. Os objetivos específicos: traçar o perfil das jovens selecionadas a partir de observações e indicações; mapear em quadro o que sabem fazer, como aprenderam e com se desenvolvem; identificar quem se movimenta

junto com estas jovens para que este trabalho aconteça; conhecer o processo de divulgação do seu trabalho; analisar como estas jovens lidam com o fato de serem mulheres, ainda jovens, na sociedade desigual em que vivemos. E por fim, as categorias da pesquisa: jovens empreendedoras, trabalho informal, rede/s de mulheres.

Os itens a seguir: questão, objetivo geral, objetivos específicos, metodologia referem-se à elaboração deste texto e não à pesquisa de mestrado propriamente dita.

QUESTÃO

Quais pesquisas já foram realizadas em torno de jovens empreendedoras, trabalho informal, redes de mulheres e sororidade? Quem e onde estas pesquisas estão sendo realizadas? Em quais perspectivas estas categorias são abordadas?

OBJETIVO GERAL

Fazer o estado da arte para encontrar trabalhos de doutorado e mestrado que abordem sobre jovens empreendedoras, trabalho informal, redes de mulheres e sororidade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Identificar trabalhos correlatos

Comparar propostas

Verificar se já não há trabalhos com a mesma abordagem e

Refletir sobre a geopolítica do conhecimento

Observar quais as lacunas existentes a partir das categorias pesquisadas

METODOLOGIA

Com estas definições, parti para o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Para a busca, já havia sido orientada, em encontro de orientação, a utilizar os filtros e as aspas para a busca e assim alinhar com o que defini para o projeto de pesquisa.

Há a possibilidade de filtrar por: tipo de mestrado e doutorado, o intervalo dos anos, a grande área do conhecimento, área do conhecimento, área de avaliação, área de concentração. Em relação à área e seus afunilamentos, estabeleci três áreas: Letras (por ser graduada em Letras Vernáculas e também por ser a área de concentração do programa); Educação (por ser professora da educação básica das redes estadual e municipal, em Camaçari (BA)) e Antropologia (pelo fato do tema estar relacionado com esta área). Mas, não está descartado que textos de outras áreas sejam lidos e relacionados nas minhas referências.

A ordem das categorias não é aleatória, é de acordo com o título definido.

Iniciei a busca por “jovens empreendedores”, há 25 trabalhos que abordam jovens empreendedores, a maioria na área de Administração. Quando coloquei “jovens empreendedoras” percebi que o marcador de gênero não apresenta nenhum trabalho abordando esta categoria. Refleti sobre tal lacuna e qual a importância que pode ter esta proposta de conhecer mulheres jovens que empreendem na informalidade. No caso, é contribuir para que se volte o olhar para mulheres na faixa etária de 18 a 25 anos que estejam empreendendo na informalidade, qual o perfil, o que pensam e quais as pretensões.

Partindo para buscar pela categoria “redes de mulheres”, obtive 6 trabalhos, sendo 4 dissertações e 2 teses. E ao colocar “rede de mulheres” obtive 15 trabalhos, sendo 7 dissertações e 8 teses. Nas duas expressões encontrei trabalhos que dialogam com os estudos que estou empreendendo, então fui selecionando os que tiveram relações com a

ideia proposta, a partir das informações dispostas nos resumos, como: as relações entre as mulheres

Para selecionar os textos da categoria REDES DE MULHERES estabeleci os seguintes filtros:

| TIPO | INTERVALO DE TEMPO | GRANDE ÁREA | ÁREA CONHECIMENTO | ÁREA AVALIAÇÃO | ÁREA CONCENTRAÇÃO |
|---|--------------------|--|---|--|--|
| *Mestrado *Mestrado Profissional *Doutorado | 2013 a 2019 | *Ciências Humanas *Linguística, Letras e Artes *Multidisciplinar | *Educação *Letras *Sociais e Humanidades *Sociologia | *Educação *Interdisciplinar *Letras/Linguística *Sociologia | *Educação *Estudos de Gênero *Sociologia |
| TOTAL: 2/Selecionados: 1 | | | | | |

Filtros para REDE DE MULHERES

| TIPO | INTERVALO DE TEMPO | GRANDE ÁREA | ÁREA CONHECIMENTO | ÁREA AVALIAÇÃO | ÁREA CONCENTRAÇÃO |
|---|--------------------|--|--|---|--|
| *Mestrado *Mestrado Profissional *Doutorado | 2014 a 2019 | *Ciências Humanas *Linguística, Letras e Artes *Multidisciplinar | *Ciências Ambientais *Educação *Sociais e Humanidades *Sociologia | *Ciências Ambientais *Educação *Interdisciplinar *Sociologia | *Desenvolvimento e Gestão Social *Desenvolvimento e Meio Ambiente *Educação *Estudos de Gênero *Sociologia |
| TOTAL: 5/Repetidos: 2/Selecionados: 2 | | | | | |

A categoria TRABALHO INFORMAL apresentou, sem filtros, 434 trabalhos. A escolha dos trabalhos, além dos filtros, foi feita através da leitura dos resumos e a seleção a partir das possibilidades:

| TIPO | INTERVALO DE TEMPO | GRANDE ÁREA | ÁREA CONHECIMENTO | ÁREA AVALIAÇÃO | ÁREA CONCENTRAÇÃO |
|---|--------------------|-------------------|--------------------------|--------------------------|---|
| *Mestrado *Mestrado Profissional *Doutorado | 2014 a 2019 | *Ciências Humanas | *Educação *Sociologia | *Educação *Sociologia | *Sociedade, Política e Cultura *Educação *Ciências Sociais *Sociologia |
| TOTAL: 22/Selecionados: 7 | | | | | |

Para a categoria SORORIDADE apareceram 31 trabalhos sem filtro.

| TIPO | INTERVALO DE TEMPO | GRANDE ÁREA | ÁREA CONHECIMENTO | ÁREA AVALIAÇÃO | ÁREA CONCENTRAÇÃO |
|--------------------------|--------------------|---|---|--|---|
| *Mestrado *Doutorado | 2014 a 2019 | *Ciências Humanas *Linguística, Letras e Artes | *Educação *Sociologia *Linguística *Letras | *Educação *Sociologia *Linguística e Literatura *Letras/Linguística | *Educação *Ciências Sociais *Crítica Cultural *Linguagem e Sociedade *Linguística |
| TOTAL: 6/Selecionados: 2 | | | | | |

ANÁLISE

A partir da seleção, fui preenchendo um quadro com os seguintes dados:

| AUTORIA/ ORIENTAÇÃO | TIPO DE PRODUÇÃO/ TÍTULO/ ANO | RESUMO | PALAVRAS CHAVE | PROGRAMA/LINHA DE PESQUISA/INSTITUIÇÃO |
|------------------------|-------------------------------------|--------|----------------|--|
|------------------------|-------------------------------------|--------|----------------|--|

A leitura do resumo e palavras chave contribuiu para a seleção ou exclusão dos textos. E foi nesta análise que pude constatar se havia relevância e lacunas na proposta que apresento.

Tomei como base as seguintes questões: o que, onde e quem tem estudado sobre jovens empreendedoras, trabalho informal, rede/s de

mulheres, sororidade? Quais as contribuições disto para os estudos sobre gênero, informalidade, logo precarização do trabalho?

Nos textos selecionados deverão ser identificados os conceitos de empreendedorismo, informalidade, redes e sororidade, bem como identificar os referenciais teóricos lidos para que também possa fazer uso.

O preenchimento deste quadro com 15 textos, sendo 7 teses e 8 dissertações, apresentou os seguintes resultados:

| C Ó D I G O | CATEGORIA | AUTORIA/ ORIENTAÇÃO | TIPO | TÍTULO/ ANO | PALAVRAS CHAVE | ÁREA/ INST |
|----------------------------|--------------------------|---|------|--|--|---------------------------|
| T 1 | REDES DE MULHERES | Carolina Orquiza Cherfem Marcia de Paula Leite | Tese | Consustancialidade de Gênero, Classe e Raça no Trabalho Coletivo/Associativo 2014 | Classe, Gênero, Raça, Trabalho Coletivo/Associativo, Qualificação | Educação UNICAMP |
| T 2 | REDE DE MULHERES | Guilhardes de Jesus Junior Salvador dal Pozzo Trevizan | Tese | MULHERES EM REDE: uma experiência de empoderamento feminino e sustentabilidade ambiental no Sul da Bahia 2014 | Sustentabilidade; Equidade de gênero; Conhecimento | Meio Ambiente UESC |

| | | | | | | |
|----|--------------------------|--|---------|--|--|---|
| D1 | | Ligia Margarida Gomes de Jesus Maria Elisabete Pereira dos Santos | Dissert | Ganhadeiras e Zungueiras: autonomia e participação em rede no Brasil e Angola 2014 | Mulheres. Participação. Autonomia. Rede | Gestão Social UFBA |
| T3 | TRABALHO INFORMAL | Adriana Franco de Queiroz Iracema Brandao Guimarães | Tese | Do direito à cidade para o direito ao trabalho: ocupação e expropriação de “territórios de trabalho” por vendedores ambulantes em espaços públicos da cidade de Salvador-Bahia 2017 | Informalidade; Espaço público; Território de trabalho; Trabalho informal; Vendedor ambulante | Ciências Sociais UFBA |
| D2 | | Felipe Rangel Martins Jacob Carlos Lima | Dissert | O trabalho informal no comércio popular: ressignificando práticas na nova cultura do trabalho 2015 | Comércio popular; Globalização por baixo; Nova informalidade; Empreendedorismo; Cultura do trabalho | Sociologia UFSCAR |
| D3 | | Michele Bruno Ramirez Edson Caetano | Dissert | Trabalho Informal: Saberes e Experiências dos Trabalhadores da Associação Matogrossense dos Artesãos 2015 | Trabalho; Trabalho informal; Precarização do trabalho; Educação e trabalho; Saberes da experiência | Educação Universidade Federal de Mato Grosso |

| | | | | | | |
|----|--|---|---------|---|---|--|
| D4 | | Cileide Luz Soares Inacio Viviane Melo de Mendonca | Dissert | Guerreiras AfroAtlânticas: mulheres refugiadas em busca de sua outra no Brasil 2019 | Gênero; Migração; Refúgio; Identidade; Sociologia do cotidiano | Educação UFSCAR |
| D5 | | Natalia Cerri de Jesus Jesus Jose Ranieri | Dissert | Rua 25 De Março: Entre a Informalidade, o Empreendedorismo e a Precarização 2016 | Informalidade. Empreendedorismo. Precarização. Ideologia | Sociologia UNICAMP |
| D6 | | Tayme Pereira da Silva Jordao Horta Nunes | Dissert | Trabalho, Identidade e Sociabilidade no Comércio de Alimentos Típicos em Goiânia: a Tradicional Pamonha 2016 | Trabalho. Pamonha. Identidade. Ocupação. Alimento Tradicional. Goiás | Sociologia UFG |
| D7 | | Suede Mayne Pereira Araujo Carla Liane Nascimento dos Santos | ert | Mulheres em situação de fragilidade social e o Programa Mulheres Mil: o papel das políticas na perspectiva de emancipação para o trabalho 2015 | Mulher; Educação; Políticas Públicas; Trabalho; Programa Mulheres Mil | Gestão da Educação e Redes Sociais UNEB |

| | | | | | | |
|----|-------------------|---|------|---|--|--------------------------|
| T4 | SORORIDADE | Simone Silva Alves Jorge Alberto Rosa Ribeiro | Tese | Saberes das mulheres veterenas na economia solidária : sororidade a outra educação! 2014 | Conhecimento. Mulher. Economia solidária. Cooperação | Educação UFRGS |
| T5 | | Luciane Rocha Ferreira Pielke Telmo Adams | Tese | Educação em economia popular solidária: experiências pedagógicas que libertam? 2018 | Educação/formação; Economia Popular Solidária; (Des)colonialidade; Educação Popular; Fenomenologia existencial | Educação UNISINOS |

Observando o viés da geopolítica do conhecimento, temos:

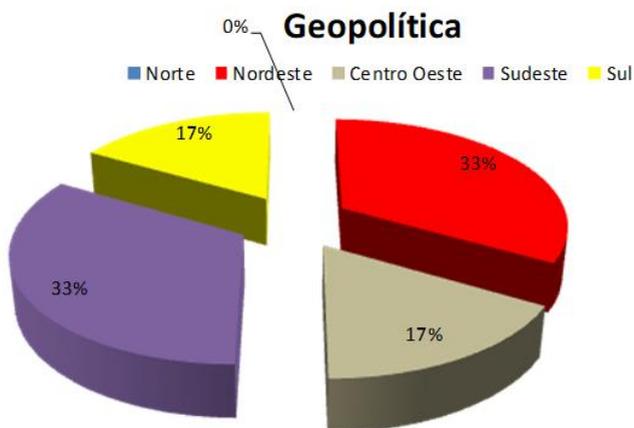


Gráfico 1: elaboração própria

Em relação ao gênero, foi encontrado o seguinte resultado:

Autoria e Orientação - Gênero

■ Autoras ■ Orientadoras ■ Autores ■ Orientadores

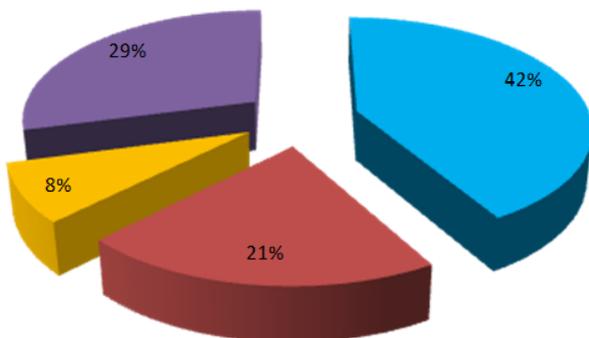


Gráfico 2: elaboração própria

O gráfico 1 — Geopolítica nos indica um equilíbrio da produção entre Nordeste e Sudeste, entretanto, no Norte não foi encontrado nenhum trabalho das categorias pesquisadas.

O gráfico 2 — Autoria e Orientação encontramos mais autoras, entretanto há mais orientadores que orientadoras.

No nosso Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural/UNEB não foram encontrados trabalhos nas categorias pesquisadas. Neste há alguns trabalhos sobre redes de mulheres e sororidade na área de Literatura, área a qual não dialogo neste momento da pesquisa.

Dos trabalhos selecionados e aqui codificados, veremos o objetivo e abaixo uma breve análise justificando a seleção do texto:

T1 — É uma tese de Carolina Orquiza que tem como objetivo compreender e analisar os avanços e limites de 3 organizações produtivas de trabalho coletivo/associativo, a partir do cruzamento de classe, gênero e raça.

*Trata de questões relacionadas à economia solidária, trabalho coletivo e também aborda sobre redes de mulheres artesãs fundindo discussões relacionadas a gênero, classe e raça.

T2 — Esta tese de Guilhardes de Jesus está relacionada com as questões ambientais, mas trata da questão das redes de mulheres que trabalham com pesca. Discute empoderamento feminino e o trabalho como promoção para a melhoria de vida. O objetivo é analisar as relações entre equidade de gênero e sustentabilidade ambiental, tomando como referência a Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas e Pesqueiras do Sul da Bahia, relacionando ao contexto histórico, geográfico, econômico e político.

*Sob o enfoque de gênero, e suas relações de poder, estudou a rede de cooperação que influencia as relações familiares, comunitárias, econômicas e políticas; o fortalecimento e o olhar para o meio natural das mulheres que trabalham com extrativismo e pesca no sul da Bahia. Assim, também buscou perceber a questão do empoderamento e o olhar para o trabalho como melhoria de vida.

D1 — A dissertação de Lígia Margarida objetiva identificar e propor ferramentas de intervenção para potencializar o monitoramento da implementação das políticas de promoção da autonomia previstas no III Plano Nacional de Políticas para as mulheres (III PNPM) e nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Aqui interessa conhecer o que se discute sobre políticas públicas, bem como o perfil das ganhadeiras e zungueiras.

*Estuda a atuação e organização de mulheres negras, como elas se unem e se articulam para encontrar estratégias de resistência e sobrevivência nos espaços públicos, que insistem em invisibilizá-las.

A contribuição deste texto será para o entendimento das relações étnico raciais.

T3 — Adriana Queiroz pretende compreender a situação de trabalho de vendedores ambulantes a partir dos processos de ocupação de “territórios de trabalho” em espaços públicos na cidade de Salvador.

*Aborda a noção de informalidade, analisa quem começou a usar as ruas para vender e sobreviver e como estas pessoas chamadas ambulantes lidam com o espaço.

Aqui a contribuição é para a análise da relação com o espaço público.

D2 — O trabalho de Felipe Rangel se propõe a refletir sobre as trajetórias ocupacionais de trabalhadores engajados em formas de comércio popular.

*Aborda sobre o comércio popular e o trabalho como definidor de identidades.

As discussões sobre construção da identidade em relação ao trabalho contribuirão para o entendimento de como isso ocorre.

D3 — A dissertação de Michele Ramirez quer refletir sobre o trabalho enquanto princípio educativo e formação de saberes, de experiências e de tudo o que é vivenciado para os artesãos garantirem a produção de suas vidas.

*Aparece aqui a abordagem sobre o neoliberalismo associando-o à precarização do trabalho. Também fala da categoria saber-fazer, que embora não esteja nas palavras chaves da minha pesquisa, mas também tratarei.

A identificação dos conceitos de neoliberalismo, precarização e saber-fazer serão importantes na construção da pesquisa que proponho.

D4 — Cileide Luz objetiva analisar sobre como as especificidades de gênero, raça, classe e orientação sexual no contexto do refúgio configuram as vivências situadas no cotidiano de mulheres e em suas experiências de vida prática e subjetiva.

*Interessa-me aqui a questão do trabalho ser desenvolvido com histórias de vida, enfrentamento ao racismo e redes de apoio.

A abordagem da metodologia com histórias de vida servirão para nortear o texto de análise das entrevistas.

D5 — A dissertação sobre a Rua 25 de Março/SP tem o intuito de compreender a dinâmica e as contradições que permeiam o trabalho destes “pequenos empreendedores”.

*Aborda sobre a precarização do trabalho através da prática do empreendedorismo como forma de legitimação de uma saída da crise econômica. Também traz questões sobre o trabalho de rua.

A comparação entre esta e outra pesquisa sobre os conceitos de precarização e empreendedorismo.

D6 — Tayme Pereira concentra em fazer uma análise do trabalho de produção e venda de um alimento típico, a pamonha, na cidade de Goiânia.

*Apesar de bem localizado: a venda da pamonha em Goiânia/GO, a contribuição deste trabalho vem pelas discussões sobre construção de identidades. Também aparece sobre vendas na rua e as relações entre vendedores e clientes.

Em Monte Gordo é comum a produção e venda de cocadas, haverá uma das pesquisadas que trabalha com isto. Este trabalho servirá como comparação da abordagem.

D7 — O trabalho de Suede Mayde objetivou entender as políticas públicas e de que forma elas afetam as mulheres do referido programa, evidenciando os limites da gestão das políticas educacionais atrelados à realidade da exclusão social no contexto neoliberal. Bem como, entender de que forma o programa poderia contribuir para a emancipação dessas mulheres ao mundo do trabalho.

*Traz questões referentes à pesquisadora encarnada e o olhar para mulheres com poucos recursos financeiros e educação escolar.

Um dos pontos de discussão no Grupo Enlace é a pesquisadora encarnada, este trabalho ajudará a entender isto através de um outro ponto de vista e programa *stricto sensu*.

T4 — Esta tese de Simone Alves quer compreender como os saberes das mulheres veteranas na rede de economia solidária, se constroem e podem ou não trazer elementos para se pensar outra proposta de ensinar, aprender, criar e produzir outra(s) sociabilidade(s) e outro(s) modo(s) de viver e ser no coletivo social.

*A contribuição desta tese relaciona-se à discussão sobre identidade, sobre o saber em rede e a produção de saberes. E ainda trata questões sobre a sororidade como sendo um ato de resistência.

A conceituação de rede, de troca de saberes é o que será usado deste texto.

T5 — Luciane Rocha quis investigar os sentidos e significados — individuais e coletivos — atribuídos pelas pessoas que participaram dos processos educativos, bem como perceber neles possibilidades e limites para a construção/consolidação de uma política pública de educação e assessoria técnica em Economia Solidária.

*Este trabalho fala de decolonialidade, o conceito de sororidade e sobre economia solidária.

Tratar de decolonialidade é o mote para que se discuta questões de gênero.

Como já mencionado, não foi encontrado nenhum trabalho que trate das questões de mulheres jovens que empreendam, mas o fato de tratar sobre mulheres e trabalho informal já dá um suporte para o encaminhamento da discussão teórica da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhos selecionados apresentam questões relevantes para subsidiar a pesquisa que já está com sua primeira parte em andamento,

que é esta que por ora se delinea neste artigo: a produção do Estado da Arte.

Nos trabalhos selecionados encontrei indicações de conceitos a serem tratados que são os mesmos que pretendo desenvolver: redes de apoio — neste caso, rede de mulheres, trabalho informal, economia, precarização do trabalho, o neoliberalismo nas relações de trabalho, questões de gênero, classe e raça, decolonialidade.

Existem algumas lacunas que a pesquisa em curso, possivelmente, poderá colaborar para o preenchimento. Em relação à geopolítica, será, possivelmente, uma contribuição para a ampliação das discussões sobre jovens empreendedoras, redes de mulheres, trabalho informal na UNEB, no Programa Pós-Crítica, pois não foi encontrado nenhum trabalho com estas categorias no catálogo de teses e dissertações da CAPES. Bem como, a contribuição e ampliação da discussão sobre gênero entre mulheres jovens numa localidade distante dos grandes centros, que é Monte Gordo.

Sobre o *lôcus* da pesquisa, o distrito de Monte Gordo, Camaçari/BA, aparecem 9 trabalhos das mais diversas áreas: Geografia, Planejamento Ambiental, Letras, Matemática, Gestão de Tecnologias, Geofísica, Biotecnologia, Doenças Infecciosas e Parasitas. São trabalhos que compreendem os períodos de 1996 a 2016. São 1 de Doutorado, 3 de Mestrado Profissional e 5 de Mestrado Acadêmico. É importante registrar que nenhum destes trabalhos aborda questões semelhantes a que proponho. Portanto, espera-se que esta pesquisa possa contribuir, além das discussões pertinentes a relações de gênero, étnico raciais, também para que as mulheres jovens desta localidade possam reconhecerem-se na própria história que estão construindo através dos seus trabalhos e direcionarem os próximos passos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Simone Silva. *Saberes das mulheres veteranas na economia solidária: sororidade a outra educação*. 2014. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 1 mar. 2020.
- ARAÚJO, Suêde Mayne Pereira. *Mulheres em situação de fragilidade social e o programa mulheres mil: o papel das políticas na perspectiva de emancipação para o trabalho*. 2015. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 1 mar. 2020.
- CHERFEM, Carolina Orquiza. *Consubstancialidade de gênero, classe e raça no trabalho coletivo/associativo*. 2014. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 1 mar. 2020.
- FERREIRA, Luciane Rocha. *Educação em economia solidária: experiências pedagógicas que libertam?*. 2018. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 1 mar. 2020.
- FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. *As pesquisas denominadas "estado da arte"*. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2020.
- INÁCIO, Cileide Luz Soares. *Guerreiras afro-atlânticas: mulheres refugiadas em busca de sua outra no Brasil*. 2019. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 1 mar. 2020.
- JESUS JÚNIOR, Guilhardes de. *Mulheres em rede: uma experiência de empoderamento feminino e sustentabilidade ambiental no sul da Bahia*. 2014. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 1 mar. 2020.
- JESUS, Ligia Margarida Gomes de. *Ganhadeiras e zungueiras: autonomia e participação me rede Salvador e Luanda*. 2014. Disponível em:
- 190 | Anais SIP/Interlinhas Sem. 2019.2 — Curso de Letras/Pós-Crítica/UNEB

<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 1 mar. 2020.

JESUS, Natália Cerri de. *Rua 25 de março: entre a informalidade , o empreendedorismo e a precarização*. 2016. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 1 mar. 2020.

QUEIROZ, Adriana Franco de. *Do direito à cidade para o direito ao trabalho: ocupação e expropriação de "territórios de trabalho" de vendedores ambulantes em espaços públicos da cidade de Salvador-Bahia*. 2017. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 1 mar. 2020.

RAMIREZ, Michele Bruno. *Trabalho informal: saberes e experiências dos trabalhadores da associação matogrossense dos artesãos*. 2015. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 1 mar. 2020.

RANGEL, Felipe. *O trabalho informal no comércio popular: ressignificando práticas na nova cultura do trabalho*. 2015. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 1 mar. 2020.

SILVA, Tayme Pereira da. *Trabalho, identidade e sociabilidade no comércio de alimentos típicos em Goiânia: a tradicional pamonha*. 2016. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 1 mar. 2020.

IDENTIDADE DOCENTE E A REESCRITA DE SI: (DES) CONSTRUÇÃO DAS MASCULINIDADES NO MAGISTÉRIO

Magno Júnior Guedes dos Santos Reis¹

Resumo: A presente pesquisa traz à baila como principal proposta identificar de que maneira, numa área predominantemente feminina, os professores homens, no exercício da profissão, constroem a sua identidade docente atuando nos anos iniciais do ensino fundamental. O projeto em foco trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa com enfoque na história de vida na perspectiva autobiográfica e tem como instrumento a entrevista episódica. Frente a este dado, serão utilizados na pesquisa a seguinte fundamentação teórica: (BADINTER, 1993); (BOURDIEU, 2019); (HALL, 2019); (LUGONES, 2008); (NOLASCO, 1995); (OLIVEIRA, 2004) e (QUIJANO, 1988). E para o atual estágio da pesquisa, migrando para o processo de qualificação a produção dissertativa será formatada em três capítulos: no primeiro será apresentado a gênese do objeto de pesquisa, o desvelamento do problema a ser pesquisado e seu contexto social, além da delimitação dos objetivos e da configuração do percurso epistemológico e metodológico da investigação. O segundo capítulo será desenvolvido a partir da discussão de gênero, da identidade na perspectiva da decolonialidade, da construção sócio-cultural da masculinidade no Brasil e das masculinidades numa abordagem plural e cultural; já no terceiro capítulo será abordado a concepção da subjetividade sob a ótica da psicologia social, o histórico da inserção do professor homem na docência e a constituição da identidade docente em permanente diálogo com os interlocutores da pesquisa, com o intuito de identificar de que maneira o professor homem constrói a sua identidade a partir da sua relação com as demandas circunscritas no universo escolar que

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Linguística, Literatura e Artes do Campus II, Alagoinhas-BA, Linha 2: Letramento, Identidades e Formação de Educadores; membro do Grupo de Pesquisa GEREL/ CNPq, bolsista FAPESB e encontra-se sob a orientação da Professora Dra. Maria de Fátima Berenice da Cruz.

envolvem os alunos, as famílias, a comunidade escolar e o próprio protagonista do fazer pedagógico, o professor.

Palavras-Chave: Identidades. Masculinidades. Reescrita de si.

DESVELANDO A GÊNESE DO OBJETO DE PESQUISA

É essencial pensar que a feminização do magistério, no contexto nacional, se deu no final do século XIX e início do século XX, período de intensas mudanças no contexto social. Nessa época, a escola assume a responsabilidade de viabilizar a modernização do Brasil e de entender a interferência social, política, economia e cultural que recaia no campo educacional, especificamente, no que se refere a formação de professores.

Finalizando o século XIX o Brasil enfrentava uma forte manifestação a favor da democratização do ensino. Pretendia-se educar o homem voltado para ordem de produção, e a escola, por sua vez, enfatizava o desenvolvimento dos aparatos morais onde o público feminino assumiria o papel materno da nação, sendo encarregado de promover a educação do país. Desse modo, os homens mantiveram-se afastados da área educacional, especificamente, nos anos iniciais do ensino fundamental, o que torna mais difícil a execução das pesquisas que têm como foco a atuação de professores homens em exercício docente.

A incorporação do público feminino no magistério não se processou de maneira espontânea, as relações econômicas e políticas também influenciaram significativamente. Ademais, o mesmo público também exigia seus direitos ao reivindicar o acesso à educação e o exercício de atividade remunerada, apropriando-se da imprensa para materializar tais cobranças.

Diante do exposto, a pesquisa assume a seguinte questão problema: de que maneira, numa área predominantemente feminina, os professores homens, no exercício da profissão, constroem a sua identidade no ensino fundamental?

Dito isto, o presente estudo tem como principal proposta identificar de que maneira, numa área predominantemente feminina, os professores homens, no exercício da profissão, constroem a sua identidade no ensino fundamental. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa com enfoque na história de vida na perspectiva autobiográfica e tem como instrumento a entrevista episódica. O estudo obedece os seguintes procedimentos: levantamento de material, seleção, leitura, fichamento, resenha e arquivamento de informações relacionadas as seguintes temáticas: masculinidades, patriarcado, dominação masculina, gênero, identidades, subjetividade, formação de professores e identidade docente.

Posteriormente, após o reconhecimento do ambiente, definição, caracterização institucional e entrega do termo de consentimento aos participantes da pesquisa, acontecerão encontros com os professores homens que exercem a docência na educação básica, com o objetivo de identificar por meio da entrevista com gravação de áudio, escuta sensível e da transcrição dos dados coletados, como as identidades docentes foram constituídas e de que maneira ao longo dos anos se consolidou as relações de gênero dentro das instituições de ensino.

A revisão de literatura será efetivada de maneira crítica através do levantamento bibliográfico, com base nos bancos de dados da CAPES, SciELO, Google acadêmico e livros, objetivando a separação de material de relevância científica e o aprofundando das reflexões na tentativa de responder as especulações levantadas; com as informações coletadas através da entrevista, que serão os elementos substanciais para a materialização da investigação científica, os dados serão criteriosamente analisados, interpretados e discutidos à luz da crítica cultural.

Espera-se que essa pesquisa reverbere na política, na cultura, no social e no meio acadêmico produzindo inquietações de enfiamento epistemológico no combate às ideologias eurocentradas, e que auxilie na implementação de políticas públicas com foco na diversidade no contexto

escolar e na formação de professores/as numa perspectiva de gênero, denunciando, dessa forma, toda prática de segregação.

IDENTIDADE NA PERSPECTIVA DA DECOLONIALIDADE

A ideologia decolonial contrapõe ao processo epistemológico colonial, além de disponibilizar através de um diálogo transversal com a cultura, política e economia dispositivos de emancipação para os sujeitos imersos na opressão e subalternidade; tal concepção, também tem a pretensão de reconhecer a substancialidade epistêmica regional suplantando o paradigma colonial.

Semanticamente, o termo “decolonialidade” não deve estar embaraçado com o que se compreende por descolonização. Este, dentro de um contexto histórico, refere-se ao sobrepujamento do colonialismo e aquele busca a transgressão, a nível de transcendência, da colonialidade.

A decolonialidade não se remete somente ao declínio das transações formais de colonização, mas a uma absoluta contraposição do coexistir humano dentro do que se conhece como colonialidade. Além disso, desnuda as hierarquias sociais hegemônicas de dominação que controlam as relações sociais pelo viés da raça, da sexualidade e do gênero, e que foram impostas pelo modelo ocidental de modernidade europeia pela via da subjugação e do agrilhoamento dos povos.

Quando o sistema moderno colonial utiliza de estratégias e práticas discursivas para colonizar os nativos (homens e mulheres) está recorrendo a uma dimensão de gênero. Aplica, neste sentido, o conceito moderno de colonialidade, pois controla condutas, determina normas para que se tenha bem claro como ser homem e mulher pertencentes a América Latina (LUGONES, 2008).

O pensamento decolonial está comprometido com o rompimento insistente da colonialidade e com a forma transgressora de perceber o mundo dentro dessa estrutura hegemônica. Trata-se de uma revisão epistemológica e humanística, a fim de tornar visível o que passa

desapercebido e de superar, a nível de denunciar, a naturalização colonial distorcida dos fenômenos sociais. Ademais, proporciona uma formatação de “mundo transmoderno” levando em consideração a pluralidade identitária latino-americana que não cabe dentro da estrutura eurocentrada (QUIJANO, 1988).

A construção da decolonialidade tem se dado a partir da subjugação das mentes, dos corpos, da perversidade, do sofrimento e da morte por meio da ausência de alguns dispositivos básicos que garantem as condições elementares de sobrevivência da espécie humana, a saber: saúde e educação numa perspectiva emancipatória e cultural.

Logo, pode-se afirmar que as mazelas sociais são oxigenadas pela abordagem colonial, e é na contramão desse raciocínio que se origina a concepção de decolonialidade, que tem como proposta trabalhar enviesada com a coexistência social e humana numa perspectiva de garantia de direitos e contrária a todas as abordagens de exclusão social preconizadas pelo sistema colonial.

Escavar a temática das masculinidades é se debruçar nas nuances que perpassam sobre o conceito de identidade e gênero, rompendo com o que é hegemônico. Isto posto, faz-se necessário problematizar: como a identidade de gênero vem sendo construída ao longo da história? De que maneira a identidade e a diferença são produzidas dentro de uma relação de poder?

Com essas provocações, percebe-se que a questão da diferença e da identidade não podem ser essencializadas ao respeito e a tolerância para com a diversidade humana, pois são estruturadas numa perspectiva cultural e social, por essa razão, devem ser especuladas e contestadas (HALL, 2014).

Nessa lógica, identidade e diferença não são figuras do mundo natural, mas fabricações do próprio sujeito no contexto das relações sociais e culturais são criadas por meio de atos linguísticos, produções dos sistemas simbólicos e discursivos que as compõem (SILVA, 2014).

A sociedade está saturada de conceitos e institui um modelo de identidade a partir da cultura produzida em seu tempo histórico. O sujeito é treinado para comungar de uma mesma ideologia, socialmente imposta, para não ser rejeitado do meio onde está inserido.

A identidade não obedece um estágio de estabilidade, mas é elaborada por meio da linguagem, das práticas e dos hábitos sociais passando por frenéticas mudanças ao longo do processo; em virtude dessas transformações decorrentes da sociedade globalizada, pode-se afirmar que não existe uma identidade fixa e acabada (SILVA, 2014).

No embate pela conquista da identidade está envolvida uma luta mais tensa por outros interesses simbólicos e matérias da sociedade. A ratificação da identidade e a notificação da diferença interpretam os interesses das diferentes instituições em assegurar o acesso privilegiado ao bem comum. Assim, a relação de poder está imbricada com essa constituição de identidade.

A confirmação da identidade e a marcação da diferença provocam as operações de incluir e excluir, além de limitar fronteiras, estabelecer diferença entre o que fica e o que sai (WOODWARD, 2014). A identidade está atrelada a uma ferrenha dissociação entre o eu e o outro, o que desdobra na constituição da identidade masculina, notadamente, no que diz respeito a relação de gênero na docência.

MAGISTÉRIO: PROFISSÃO DE “MULHER”?

Para ampliar a compreensão sobre a conquista da mulher na docência, é de suma importância rememorar os fatos históricos para melhor assimilar esse processo de consolidação do magistério como profissão, sem perder de vista as principais problemáticas que marcaram esse fenômeno social.

Na sociedade ocidental a instituição escolar nasce nos espaços privados da Igreja Católica. No Brasil, período colonial, quem exercia à docência era o público masculino, já que que a ordem jesuítica era

composta, maciçamente, por homens. Sendo assim, se tinha o entendimento de que somente as pessoas do sexo masculino eram habilitadas para o exercício do magistério.

No contexto nacional a história da educação é marcada pela exclusividade da presença masculina na sistematização do currículo e na estrutura organizacional da base educacional, sempre com ênfase nos dogmas preconizados pela religião, não valorizando somente a transmissão do conhecimento formal, mas, sobretudo, focando na formação de homens com os princípios humanitários universais, característica forte do cristianismo. Logo, depois que os jesuítas deixaram de gerir o sistema educacional da época, a instituição escolar ganha fôlego e inicia um novo processo a partir das pautas sociais e históricas urgentes.

Com a retirada da Companhia de Jesus sobre o jugo dos portugueses, depois de ter dominado a educação brasileira durante séculos e com o encaminhamento dos professores sobre o domínio do Estado, a sociedade começa a se mobilizar em direção a laicidade, não aderindo os incentivos pragmáticos da religião (VILELA, 2016).

No Brasil, o reconhecimento do magistério como um exercício profissional exercido por mulheres foi demarcado pelas mutações econômicas ocorridas nesse íterim histórico, associado ao progresso industrial e urbano. Contudo, é pertinente pontuar que esse fato social se consolidou em período diferente na Europa e no Brasil. É perceptível que o passe da industrialização viabilizou outras demandas que fortificou o sistema capitalista no Brasil. A inserção das mulheres no mercado laboral da docência, especificamente, e o salário pela função exercida são questões que se cruzam.

Nesse raciocínio, verifica-se que a constituição da profissão de professora do primeiro ciclo escolar do ensino básico em trabalho remunerado, o processo da mulher em se tornar funcionária pública e suas transformações numa área profissional que passa ser desempenhada, predominantemente, pelo público feminino são eventos que fazem parte de uma mesmo contexto, por essa razão, a complexidade

em examinar apenas um aspecto sem considerar os demais (HYPÓLITO, 1997).

Na era da industrialização havia uma necessidade de ofertar aos operários condições favoráveis de trabalho, o que resultou em uma procura significativa pela instituição escolar, pois existia uma carência básica do saber formal por parte dos trabalhadores relacionado ao domínio da leitura, da escrita e das ciências exatas. Ainda nessa direção, existia a preocupação com os herdeiros dos empregados da fábrica, seus filhos, que precisavam ser acolhidos na instituição para posteriormente serem contemplados com essa formação mínima, capacitação básica para servir ao setor industrial, e assim, dar continuidade ao processo de subordinação imposto pelo sistema capitalista. Nesse viés, observa-se a inviabilidade de abordar a pauta referente as mulheres na docência desviesada desse processo industrial.

O processo de trabalho demandava outras exigências que levava em consideração o saber ler e escrever, por esse motivo, os operários emergentes careciam de uma escolarização, ainda que recaísse no campo da alfabetização funcional, pois teriam que manusear maquinários e executar serviços elétricos (HYPÓLITO, 1997).

No Brasil, precisamente no século XIX, o Estado influenciado pela ideologia capitalista, que tinha como pano de fundo possibilitar o desenvolvimento e a civilização, consegue trazer para o terreno nacional japoneses e europeus, trabalhadores imigrantes com uma mão de obra mais sofisticada. E para além de contribuir com a expansão do processo industrial e o crescimento econômico da nação, auxiliaram a partir da experiência de seus países de origem, na exigência e formatação de uma escola pública que, a princípio, atendesse a necessidade do mercado e que ofertasse um saber mais sistematizado (HYPÓLITO, 1997).

A expansão da escolarização teve como consequência um crescimento exorbitante de pessoas com interesse de se inserir nas unidades de ensino, o que resultou na entrada das mulheres no mercado laboral da docência, ampliando de maneira significativa o quadro de

professoras. Faz-se necessário ressaltar que o sistema patriarcal sempre esteve calçado nos princípios capitalistas que regimentam os contratos sociais, oxigenando a ideologia de que o desempenho dos papéis sociais do homem e da mulher estão decididos desde o nascimento, sem brecha para questionamento, além de atestar que o aparato biológico, dentro desse processo eurocêntrico e colonial, é determinante para nortear o desenvolvimento laboral do homem e da mulher adaptada à condição de gênero, legitimada como hegemônica e normativa.

É relevante rememorar a história para compreender a gênese de todo o processo de subjugação que o público feminino sempre esteve submetido ao longo dos anos e, desse modo, poder fazer a articulação de classe e gênero para tornar mais transparente a relação do patriarcado com o sistema capitalista, que problematiza a inserção da mulher no magistério, o que reverbera na divisão social e sexual da força de trabalho (LOURO, 1989).

O cenário capitalista advindo do processo industrial alterou as pretensões do público masculino, que vislumbra a prosperidade financeira através da imersão profissional em outro campo de trabalho, com uma melhor proposta salarial. Consequentemente, os homens não mais se reconheciam na docência, visto que a área não era mais promissora no quesito lucro, o que abria possibilidades para que as mulheres desenvolvessem uma atividade remunerada externa ao ambiente doméstico. Entretanto, para substituí-los a mulher teria que passar por uma formação em Escola Normal, instituição que tinha a incumbência de formar o sujeito para o exercício do magistério.

Para acolher a mulher nesse ambiente educativo que passa ser frequentado, preponderantemente pelo público feminino, o paradigma patriarcal exercia uma influência imperativa no processo de sistematização e implementação de um novo currículo que se ajustasse as habilidades do mundo feminino.

Segundo Louro (1989), o exercício docente sofreu as suas alterações no que tange a sua execução, ou seja, nem sempre foi

desempenhada da mesma maneira e pelas mesmas pessoas. Nesse sentido, ressalta que, aprioristicamente, não era a mulher que executava, para deixar em relevo a questão de gênero, e ainda afirma que não era exercida pelas mesmas mulheres, fazendo uma provocação quanto a classe social. Dito isto, a autora nos convida a repensar criticamente, com o subsídio da história, quem era essa mulher e em que contexto sócio-histórico ela estava imersa, já que os protagonistas e a estrutura de trabalho eram divergentes do modelo primitivo?

Nesse contexto, a organização curricular segue a todo vapor focada na educação religiosa, moral e cívica, com concepções que tratam o magistério como vocação, com pautas que fazem contraponto com as atividades domésticas e com demarcadas adjetivações inclinadas para o universo feminino. Ademais, segundo Faria (2005), as leis que foram promulgadas regulamentavam o acesso e permanência da mulher na docência, bem como firmavam a necessidade de uma dedicação restrita ao ensino, o que nunca foi exigido para os homens na época que exerciam a função de professor.

O Estado, após a inserção do público feminino no magistério, tinha uma preocupação maior em fiscalizar se o trabalho que a mulher exercia fora do ambiente privado estava inviabilizando a qualidade do serviço doméstico, que sempre desenvolveu com zelo e rigor, e que consistia no cuidado com a educação dos filhos e na boa desenvoltura no que tange as obrigações do lar, sem falar que a própria igreja também auxiliava o Estado nesse processo de regulação.

As condições de trabalho fora do espaço privado não poderia ser um vínculo de distanciamento para a mulher deixar de exercer com primor a sua função doméstica, e, segundo Louro (1989), a sua participação externa no ambiente familiar demandava uma explicação que não desprezasse a sua função primária. Nesse raciocínio, Faria (2005) afirma que a atuação da mulher como professora produz marcas profundas, produtos das ideologias preconcebidas que operacionam a possibilidade de permanência da condição subserviente da mulher.

No final do século XIX, com o crescimento da área educacional, nota-se que a falta de reconhecimento e a prática do escárnio no magistério não estava restrita somente a lógica sexual, mas, tal descaso, também pode ser justificado pela ideia de que ser professora, obedecendo uma lógica capitalista, se configurou como uma profissão sem prestígios, uma vez que estava a serviço também da população menos favorecida.

Nesse mesmo período há uma desaprovação de que as mulheres tenham se inserido nesse mercado de trabalho sem a resistência masculina. Efetivamente, a expansão das instituições de ensino no Brasil e em Portugal, até mesmo com a primordialidade da mulher se apropriar do posto de professora nas instituições femininas, deu margem para supostas interpretações que colocava o público feminino numa posição de “salvadora da pátria” (VILELA, 2016).

Destarte, para pensar as questões e os cenários que contribuíram para que as mulheres assumissem os espaços da sala de aula, é primordial refletir que esses fenômenos históricos perpassam a questão de gênero, buscando entender as formas que homens e mulheres constituem suas identidades, já que é no discurso privado de cada sujeito que são elaboradas as convenções sociais que interferem nos modelos impostos de representação.

CONSIDERAÇÕES PARCIAS

O desdobramento da história da educação é atravessado por questões que estão diretamente relacionadas com as relações de gênero dentro da formação de professores/as. Nesse sentido, constata-se, que as narrativas históricas corroboram com as ideologias patriarcais que norteiam até hoje a constituição da identidade docente.

Diante dos dados explanados, o texto deixa em evidência algumas provocações que serão aprofundadas no decorrer do processo, a saber: em que contexto histórico a instituição que formava professoras

conhecida como Escola Normal recepcionava as mulheres na condição de discente e docente? Qual o objetivo de tal acolhimento? Como era a Escola Normal? Que tipo de educação era discutida e como se processava as relações de gênero dentro desse instituto educacional? O que o magistério absorveu da época jesuítica no que diz respeito ao exercício de ensinar e o que mudou a nível de carreira profissional, prática docente, estrutura curricular e valorização moral e financeira da profissão de professor? Como desconstruir a masculinidade hegemônica e repensar na possibilidade de coexistência das masculinidades dentro de uma sociedade regida pelos dogmas coloniais? Como o professor homem constitui a sua identidade dentro desse universo feminino, a partir da relação com as demandas circunscritas no universo escolar que envolvem os alunos, as famílias e a instituição de ensino? Qual o papel da crítica cultural nesse processo? Essas e outras inquietações problematizadoras serão contempladas e aprofundadas no desenrolar da pesquisa, na intenção de atender a proposta da investigação.

REFERÊNCIAS

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. [et al.]. A história da feminização do magistério no Brasil: balanço e perspectivas de pesquisa. In: PEIXOTO, Ana Maria Casasanta; PASSOS, Mauro (org.). *A escola e seus atores – educação e profissão docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.p. 53- 87.

HALL, Stuart. *Quem precisa de identidade?* In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 103-133.

HYPOLITO, Álvaro L. Moreira. *Trabalho Docente, Classe Social e Relações de Gênero*. Campinas, SP: Papirus, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. *Magistério de 1º grau: um trabalho de mulher*. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 31-39, jul./dez, 1989.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. *Tabula Rasa*. Bogotá, n. 9: 73-101, jul-dez, 2008.

QUIJANO, Aníbal. *Modernidade, Identidade e Utopia na América Latina*. Lima: Sociedade e Política, 1988.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.p. 73-102.

VILLELA, Heloísa. *O mestre-escola e a professora*. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016, p. 95-134.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15. ed.-Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.p.7-72.

ECONOMIA SOLIDÁRIA: QUESTÃO AGRÁRIA E INSURGÊNCIAS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NA ASSOCIAÇÃO MARIA QUITÉRIA, EM TEODORO SAMPAIO (BA)

Nilton Teixeira Pereira¹

Resumo: O presente trabalho propõe uma reflexão do ponto de vista da crítica cultural a respeito do cooperativismo/associativismo relacionada à economia solidária, que se caracteriza por apresentar uma lógica diferenciada do capitalismo dominante. Para tanto, apresenta-se uma investigação acerca das potencialidades da economia solidária e sobre como ela se dá a ver nos modos de vida dos agricultores, baseado na experiência do acampamento Maria Quitéria, em uma área rural com 288 hectares, em Teodoro Sampaio (BA), município localizado a 100 km de Salvador. A economia solidária pode ser compreendida como uma alternativa de geração de emprego e renda que possibilita inclusão social. E seus princípios são autogestão, democracia, solidariedade, cooperação, respeito à natureza, comércio justo e consumo solidário.

Palavras-Chave: Economia solidária. Desenvolvimento sustentável. Crítica cultural.

INTRODUÇÃO

O cenário atual, baseado em premissas neoliberais, prioriza os aspectos econômicos em detrimento da valorização do ser humano. Participamos, assim, de uma sociedade caracterizada pela competição em todas as áreas de atuação humana. Por consequência, essa competitividade apresenta graves efeitos sociais.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), linha de pesquisa Literatura, produção cultural e modos de vida. Orientador: Prof. Dr. Roberto Henrique Seidel. Endereço eletrônico: nilton_t_p@hotmail.com.

Vivemos em um momento em que os níveis de desemprego e subemprego atingem níveis considerados altos e, apesar de algumas iniciativas do governo, os resultados não são satisfatórios. É nesse contexto que surgem iniciativas de economia solidária pautadas nos princípios da solidariedade, propriedade coletiva dos meios de produção e participação coletiva de tomadas de decisão.

Paul Singer apresenta o conceito de economia solidária como modo de produção, em que o resultado natural de sua forma associativa é a solidariedade e a igualdade.

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda (SINGER, 2002, p. 10).

O Brasil herdou do período colonial práticas concentradoras de terras e até hoje apresenta os resquícios relacionados a má distribuição de terras. Diferente da colonização norte-americana, por exemplo, feita em grande medida por pequenos e médios proprietários de terra, no caso brasileiro a colonização se deu por meio do latifúndio sem lei ou na verdade a única lei é a do mais forte, ou seja, manda mais quem pode mais. Essa é a principal diferença entre a história social desses dois países.

Jessé Souza nos conta, em seu livro *A classe média no espelho*, que a escravidão persiste no sentido de que uma grande quantidade de trabalhadores brasileiros exerce atividades semiqualficadas, ou seja, trabalhadores com baixo nível de conhecimento são desprezados e silenciados.

O domínio absoluto do latifúndio no campo não é o espaço propício à formação de uma classe média. Ao monopolizar a terra — o fator produtivo mais significativo —, o grande proprietário sufoca as

outras formas de propriedade e de arranjo produtivo. Além do latifundiário, que a tudo preside e a tudo comanda, só existem escravos e agregados dependentes (SOUZA, 2018, p. 83).

1 TERRITÓRIO: UM LUGAR DE ARTICULAÇÃO DAS PRÁTICAS

Compreendendo o território como lugar de construção de identidade, a articulação das práticas dos diferentes sujeitos é fundamental na construção da economia solidária, bem como do direito a uma alimentação saudável.

Na realidade de Teodoro Sampaio, o latifúndio apresenta intenso processo de territorialização. E, desta forma, através do enfrentamento os agricultores da Associação Maria Quitéria foram submetidos a toda a sorte de violência por parte de fazendeiros. Além de sofrerem violência direta contra a pessoa, os agricultores também sofreram violência direta contra ocupações de terra e seus bens.

Num primeiro momento grande parte desses agricultores trabalhava em terras que pertenciam a outras pessoas, praticavam a agricultura também conhecida por meeira, em que se repartia com o dono da terra o resultado da produção do pequeno lote fornecido para o cultivo.

Atualmente a produção no referido acampamento é diversificada, realizada nos diversos lotes, com pouca utilização ou nenhum uso de defensivos agrícolas.

O desenvolvimento da economia solidária é fundamental do ponto de vista econômico, social e ambiental, sendo que neste período de pandemia da covid-19 ficou mais evidente a relevância de ter camponeses produzindo alimentos.

A seguir serão apresentados alguns conceitos relevantes relacionados à economia solidária: agroecologia, agrofloresta, água e segurança alimentar, considerando que a presente pesquisa levanta discussão sobre aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais.

2 A AGROECOLOGIA

Nos dias atuais, em que se prima por uma alimentação e um ambiente mais saudável e sustentável, diversas são as opções que encontramos referenciando esses aspectos. No entanto, muitas dessas opções acabam tirando o real sentido do termo saudável, com o intuito apenas de vender seus produtos. Nesse contexto, surge a agroecologia vista como ciência ou disciplina científica de caráter multidisciplinar. Esta busca bases científicas para transição da agricultura tradicional à uma agricultura menos agressiva ao meio ambiente e que proporcione melhores condições sociais e econômicas aos agricultores. Para tanto, o enfoque da agroecologia é relacionado a seis dimensões de sustentabilidade: ecológica, econômica, cultural, política, social e ética (CAPORAL; COSTABEBER, 2002). Neste sentido, a agroecologia é o termo que se faz presente para legitimar o chamado desenvolvimento rural sustentável, possibilitando desenvolver e programar estratégias de transformação social de maneira sustentável.

3 A AGROFLORESTA

Na mata ou floresta, existe uma grande variedade de plantas, animais, fontes d'água, tudo em um perfeito equilíbrio. Da mesma forma, é possível imaginar uma agricultura onde se combinam várias plantas num mesmo lugar. Plantas que produzem: matéria orgânica para servir de adubo e melhorar o solo; forragem para os animais; alimento e renda para a família; madeira para fazer lenha e flores para as abelhas. Junto a essas plantas, as árvores nativas diversificam mais o roçado, mantem a terra boa e conservam as fontes d'água.

A agrofloresta é um sistema de produção que imita o que a natureza faz normalmente com o solo sempre coberto pela vegetação, muitos tipos de plantas juntas, uma ajudando as outras, sem problemas de “pragas” nem “doenças”, dispensando o uso de venenos. Além disso, o agricultor não precisa desmatar nem queimar nada. Assim, fazendo parte deste sistema está o agricultor

contribuindo para a recuperação e a conservação do que Deus criou, a vida (CATALÃO; RODRIGUES, 2006, p. 164).

Nesse contexto, a principal característica de um sistema florestal é ter a presença de árvores em sua composição, as quais ajudam na conservação do solo, da água e da diversidade. A implementação da agrofloresta, dessa maneira, requer observações do agricultor, do manejo e da compreensão de como a própria natureza recupera e recompõe a vegetação nativa.

Na agricultura tradicional, em que geralmente se planta um só tipo de lavoura, após a colheita se faz o aproveitamento das palhas para os animais e o solo fica exposto ao sol, à chuva e ao vento, favorecendo o processo de erosão. Além disso, o agricultor perde muito tempo para voltar a plantar e produzir e a tendência é diminuir a produção ao longo dos anos quando se trabalha dessa maneira. E ocorre também a utilização excessiva de insumos químicos para a produção em massa e contínua de alimentos. A agrofloresta vem emergindo como alternativa sustentável uma vez que se pode plantar o mais variado possível, se visa reduzir o uso de agrotóxicos e fertilizantes, contribuindo para a saúde ambiental, além de fornecer recursos alimentícios orgânicos, recursos madeireiros sustentáveis. Traz também subsídios financeiros para o produtor rural familiar (CATALÃO; RODRIGUES, 2006).

4 UM OLHAR SUSTENTÁVEL SOBRE A ÁGUA

A água é um recurso natural renovável, mas não inesgotável e sofre sensivelmente com as ações do ser humano, que lhe modificam a qualidade e a quantidade no espaço e no tempo.

A redução da disponibilidade de água só não é mais grave porque existe a capacidade de sua renovação pelo ciclo hidrológico, característica que a diferencia de outros recursos naturais, e porque ocorre em diferentes estados e formas, sendo inadequadamente tratada onde há dificuldade de acesso à tecnologia e baixo nível de discernimento. As vantagens da

renovação pelo ciclo hidrológico estão sendo cada vez mais afetadas pelas intervenções humanas (CATALÃO; RODRIGUES, 2006, p. 95-96).

Dessa forma, os recursos hídricos estão, atualmente, em muitas regiões, em quantidades inferiores às utilizadas. Como parte principal do meio natural, o ser humano deve adotar o manejo adequado para garantir necessidades de água requeridas ao próprio ecossistema, na manutenção da biodiversidade das bacias hidrográficas e na oferta de condições para o equilíbrio visando à sustentabilidade da vida.

A responsabilidade de se obter este equilíbrio, no passado, em todos os países, esteve mais concentrada no poder público, mas naturalmente percebe-se que esta tarefa cabe tanto às entidades públicas como a todos os componentes sociais, aos usuários, às entidades a eles ligadas, organizadas ou não. Provindo do poder público, os instrumentos de gestão, em especial a política de águas e a promoção da gestão integrada com o inventário dos usos e ofertas que podem propiciar as medidas para a sua proteção e controle adequados, de modo a permitir sua desejável harmonia e uso otimizado, objeto do gerenciamento eficaz dos recursos hídricos (CATALÃO; RODRIGUES, 2006, p. 98).

O conceito de gerenciamento dos recursos hídricos foi apresentado no sentido de designar o planejamento e organização de ações a desenvolver para garantir às populações e às atividades econômicas uma utilização otimizada da água tanto quantitativa como em conformidade com as necessidades dos consumidores. As ações realizadas por profissionais que lidam com a temática permitem a ampliação do debate, visando a consolidar o seu uso no auxílio à gestão, especialmente na tarefa de evitar conflitos com os recursos hídricos e proteger os ecossistemas.

A educação ambiental é artefato indispensável para convivência harmoniosa e saudável entre o homem e o planeta. Inclusive, conforme a Constituição Federal, artigo 225: Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à

sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

5 SEGURANÇA ALIMENTAR

A alimentação é uma atividade que envolve muito mais que o ato de comer. Há uma cadeia de produção que se inicia no campo, ou mesmo na preparação de sementes, mudas e insumos, passando por ciclos, do plantio à colheita, e cada vez mais esses alimentos são envolvidos por questões tecnológicas, financeiras e sociais.

A base do atual sistema produtivo foi a revolução verde, que a partir da década de 1950 permitiu o aumento incrível da produtividade das lavouras norte-americanas, via monoculturas especializadas, com melhoramento genético de sementes e uso disseminado de fertilizantes químicos e pesticidas. Atualmente o uso maciço de fertilizantes químicos e agrotóxicos tem levado à poluição de diversos cursos de água, lençóis freáticos e solos, em todo mundo, consequências ecológicas e sanitárias nefastas, além do empobrecimento da diversidade (MORIN, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As desigualdades sociais são sentidas e vivenciadas por indivíduos sociais que se revoltam e procuram encontrar formas de lutar pela construção de novos horizontes para a vida em sociedade. Os impactos da pobreza têm motivado diversos atores a propor formas de enfrentamento e desenvolver experiências alternativas de produção e organização, solidariedade, respeito ao ser humano e preservação do meio ambiente. Dessa forma, a Associação Maria Quitéria, em Teodoro Sampaio, foi constituída a partir da união de diversos grupos familiares de várias cidades circunvizinhas com a participação de integrantes do município de Pedrão, Santa Bárbara e alguns municípios da região metropolitana de Salvador. E assim formaram uma nova comunidade e uma alternativa de geração de trabalho, de renda e melhoria de qualidade de vida dos participantes.

A reinvenção da economia solidária é recente no Brasil, com tendência de crescimento relevante no futuro. Alguns desafios colocam-se diante desses empreendimentos de economia solidária como, por exemplo, a restrição de acesso ao crédito, de modo que os pequenos e médios produtores precisam se unir para fazer investimentos em conjunto. O capital para iniciar a produção é pequeno e há dificuldade de encontrar fontes de financiamento. Para a evolução da economia solidária é imprescindível a participação de uma faixa ampla da população, de sua disposição em aprender, de experimentar, de sua adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade, da democracia e sua disposição em seguir esses princípios no cotidiano.

REFERÊNCIAS

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*, v. 3, n. 2, p. 13-16, 2002.

CATALÃO, Vera Lessa; RODRIGUES, Maria Socorro. (Org). *Água como matriz ecopedagógica: um projeto a muitas mãos*. Brasília: Edição do Departamento de Ecologia, UnB, 2006.

MORIN, Edgar. *A via para o futuro da humanidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, Jessé. *A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

TRADIÇÃO ORAL NO MUNICÍPIO LITORANEO DE CONDE (BA): IDENTIDADE E SABERES LOCAIS

Olindina N. Santos¹

Resumo: O presente trabalho discute sobre as práticas orais e saberes dentro da tradição oral, trazendo como metodologia a história oral, a memória, tempo e identidade nas poéticas orais do município de Conde (BA). Para tanto, será utilizado, aportes teóricos como Halbwachs, Paul Zumthor, Jerusa Pires, Edil Silva Costa, Deleuze e Guattari, entre outros. Para discutir cultura popular Stuart Hall, Terry Eagleton, entre outros. As leituras desses e outros teóricos subsidiam o conhecimento dentro da área de cultura popular, para descrever o sentido das tradições orais que permeiam a vida de pescadores e marisqueiras desde o processo de povoamento deste município, que no passado rico em cultura e tradições orais de um povo que lutou e luta bravamente frente a modernização deste mundo globalizado tecnologicamente, mas que processa as informações e de forma contemporânea simultaneamente sobrevivem com suas memória do passado e do presente.

Palavras-Chave: Práticas Oraís. Tradição Oral. Memória. História Oral

INTRODUÇÃO

O ramo dos estudos narrativos e outras expressões de cultura numa sociedade onde há grande número de analfabetos ainda e em contraposição, a tecnologia com o poder da imagem e realidade virtual, traz como necessidade, examinar o lugar ocupado pelo discurso oral na contemporaneidade. Sabe-se que as práticas cotidianas estão cada vez mais dando a impressão de estarem menos visibilizadas e para manterem-

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Crítica Cultural. Universidade do Estado da Bahia. (Pós Crítica /UNEB), linha de pesquisa Literatura, produção cultural e modos de vida. Orientadora: Profa. Dra. Andréa Betânia. Endereço eletrônico: ollynascimento@hotmail.com.

se vivas, muitos desses saberes, são guardados nas memórias dos mais idosos. No município litorâneo de Conde (Bahia), a pesca e a mariscagem fazem parte da rotina, de trabalhadores e trabalhadoras, que com suas histórias de vida e saberes locais, transmitem uma identidade local que permanecem vivas na tradição oral, alguns costumes e crenças.

A cultura no universo cultural é estruturada como uma organização social, na qual estão inscritos uma série de códigos que quando associados coletivamente dão origem a uma manifestação cultural e social, como aborda Geertz (1978) afirmando que cultura é um elemento em constante mutação e transformação, e que cultura se origina da relação entre o caráter social e psicológico de cada um.

Neste contexto de cultura como elemento mutável, pensa-se que cultura pode assumir diversas facetas dependendo do momento histórico que se encontra. Assim cada povo possui culturas com características particulares e até se pode observar semelhanças entre elas visto que sociedades diferentes podem manifestar experiências através de um ou outro traço cultural semelhante.

No município de Conde (BA), no passado era tradição rezar aos santos padroeiros, costume este que veio ao Brasil inicialmente pelos portugueses descobridores e suas expedições nas quais iam dando o nome de datas de festas do calendário católico, aos locais em que chegavam. Assim eram levados para os povoados imagens de santos e santas e muitas vezes criadas lendas recheadas de fatos ditos milagrosos para despertarem e consolidarem as crenças do povo. A devoção surge vinculadas às ocorrências milagrosas, atribuídas a santos e santas, reunindo o povo, em louvor, para superação de suas dificuldades e aflições. Muitos fazendeiros e senhores do açúcar no passado, possuíam suas devoções por seus santos protetores e mandavam construir capelas em suas terras, onde as imagens dos padroeiros eram cultuadas.

Neste município existem padroeiros e padroeiras e uma delas é Nossa Senhora dos Montes. Reza a lenda que a imagem havia sido achada, por acaso, no alto da elevação vizinha e foi colocada na capela, mas esta

desapareceu durante a noite, sendo reencontrada no dia seguinte, no monte em frente ao templo. Isso ocorreu várias vezes, até que os jesuítas colocaram a santa na torre da capela, de frente para a outra elevação, onde construíram um cruzeiro. O local ficou conhecido como alto do cruzeiro.

De acordo o livro *Vozes. Performances e Arquivos de Saberes* (2018) no capítulo: *Por que se canta? Rezando os Santos Católicos no Recôncavo Baiano* de Michael Iyanaga p. 163, o autor retrata sobre as importantes práticas das tradições de rezar aos santos e santas padroeiras. Afirma que a prática de rezar consiste num ritual anual bastante específico, ou seja, tende sempre a ser em data próxima a consagrada ao santo da igreja católica.

Um indivíduo (ou família) da comunidade que é devoto de um ou mais desses santos, abre sua casa para que familiares, parentes e membros da comunidade possam festeja-lo por meio de músicas, danças e comidas. Embora haja variações pequenas e roteiro da reza — consiste principalmente numa “novena” — um ciclo de uma dúzia ou mais vezes — que é cantada o Capelo (isto é, sem acompanhamento instrumental por todas as pessoas presentes seguida por algumas pessoas presentes, seguida por algumas breves orações e um samba feito em nome do santo ou acompanhamento de palmas, tambores, e, ou instrumentos de corda. Por fim, a distribuição de comidas típicas (IMANAGA. 2010).

Descreve o autor a prática da reza, e, neste município no povoado Barra do Itariri, povoado litorâneo deste município traz essas características de devoção de rezar por seus santos e santas. Neste povoado foi sinalizado uma família que realiza a reza dos santos Cosme e Damião em homenagem ao nascimento de duas irmãs gêmeas com o tradicional caruru. As devotas dos santos padroeiros Cosme e Damião reúnem — se no altar para as ladainhas das rezas e algumas se encontravam com as rezas escritas em uma folha de papel para poderem lembrar das orações, o que era seguida pelos demais presentes em torno dos santos padroeiros que ao término da reza foi servido o caruru aos

convidados seguido de um samba de roda e muitos fogos soltos para celebrar o ritual da reza. Percebe-se que mesmo no uso da oralidade essas mulheres se preocuparam em deixar traços de escrita para lembrarem das rezas. Neste sentido iremos observar como a oralidade sempre esteve presente na vida do homem e que a literatura muitas vezes se apossou dela para valer seus escritos.

A ESCRITA COMO PRIVILÉGIO FACE A ORALIDADE

O uso da escrita como forma de não esquecer as rezas, promove uma reflexão sobre o fato de que os textos orais já existiam antes mesmo da escrita surgir. A literatura se apropriou do imaginário, com os mitos para explicarem o mundo e a si próprios e os rituais. Assim, não se pode negar, que os textos orais foram utilizados para interpretar e traduzirem crenças dos povos. Bosí (1992) salienta em *Dialética da colonização* sobre essa adaptação do sagrado como uma forma de aculturação no processo da colonização.

[...] com o fim de converter o nativo Anchieta engendrou uma poesia e um teatro cujo correlato imaginário é um mundo maniqueísta cindido entre forças em perpétua luta: Tupã — Deus, com sua constelação familiar de anjos e santos, e Anhangá Demônio, com a sua corte de espíritos malévolos que se fazem presentes nas cerimônias tupis. Um dualismo ontológico presente a essa concepção totalizante da vida indígena. Um de seus feitos mais poderosos, em termos de aculturação, é o fato do missionário vincular o ethos da tribo a poderes exteriores e superiores à vontade do índio (BOSI, 1992, p. 67-68).

Observa-se assim o uso da oralidade para o processo da colonização na peça teatral, na tentativa de apagar as crenças indígenas e constituir a dos jesuítas. Ainda neste sentido, do privilégio da escrita em detrimento da oralidade, Zumthor (2000, p. 18) afirma: “Negar a importância do papel que desempenharam na história da humanidade, as tradições orais, nas civilizações arcaicas em muitas culturas das margens ainda hoje se mantém graças a elas.” Muito se desprezou no passado a oralidade em

detrimento da escrita. A poesia oral no século XII, de acordo Frederico Fernandes (1972, p. 24) “desempenhou um papel secundário na crítica literária por ter a definição de popular” e por haver sido estudada como manifestação folclórica por conta dos costumes, sincretismo religioso, origem étnica e por ser considerada exótica. Mas convenhamos entender o que seria popular, do povo.

De acordo Stuart Hall (2003) há uma dificuldade em se entender, tanto o termo “popular” como “cultura”. Para o autor supracitado o ponto de partida para qualquer estudo sobre “cultura popular” e suas transformações, seria compreender o processo de lutas contínuas em torno dos trabalhadores e dos pobres. De acordo Hall, no meio da luta entre as transições há várias mudanças que movem o equilíbrio e as relações sociais, e um destes processos, seria o crescimento tanto agrário quanto industrial, que atinge em cheio as lutas em torno da cultura, das tradições e das formas de vida das classes populares. Neste sentido, a tradição popular se constituía por Stuart Hall (2003) como...

[...] no decorrer da longa transição para o capitalismo agrário e, mais tarde, na formação e no desenvolvimento do capitalismo industrial, houve uma luta mais ou menos contínua em torno da cultura dos trabalhadores, das classes trabalhadoras e dos pobres. Este fato, deve constituir o ponto de partida para qualquer estudo, tanto da base da cultura popular quanto de suas transformações. As mudanças no equilíbrio e nas relações das forças sociais ao longo dessa história se revelam, frequentemente, nas lutas em torno da cultura, tradições e formas de vida das classes populares. O capital tinha interesse na cultura das classes populares porque a constituição de uma nova ordem social em termo do capital exigia um processo mais ou menos contínuo mesmo que intermitente, de reeducação no sentido mais amplo (HALL, 2003, p. 2).

Portanto, as tradições orais sempre foi um campo tenso de lutas por um espaço, e o estudo sobre cultura popular para pesquisadores deve ser fonte de muito interesse em buscar meios de divulgar essas tradições que permeiam identidades, memórias, espaços e tempos. Um dos grupos

de pesquisa na área de tradições orais que merece destaque é o grupo de trabalho (GT) de Literatura Oral e Popular da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Letras e Linguística (Anpoll) que se buscou sempre ampliar os estudos das poéticas da voz, associando-os a uma história de trabalho que vem sendo realizada há mais de três décadas de forma contundente. Assim, sabemos que a oralidade também tem voz e espaço para suas performances e poéticas orais.

O TRABALHO DE CAMPO: RELATOS ORAIS QUE RESSIGNIFICAM A PARTIR DAS MEMÓRIAS

O trabalho de campo em andamento tem como objetivo principal o estudo das tradições orais nas experiências pessoais e coletivas, nas comunidades litorâneas onde se encontram as marisqueiras e também dos pescadores que fazem parte desta pesquisa, no município de Conde-Ba. Os arquivos de saberes como manifestações da cultura popular estiveram presentes durante a vida quando jovens destas marisqueiras e pescadores e a abordagem sobre as tradições orais, poéticas orais e culturas populares, que são o objetivo de serem estudadas durante toda a pesquisa do corpo teórico, traz o componente de entender pelos autores a dinâmica desses processos culturais que sofreram modificações. Para Stuart Hall (2003, p. 261) cita que as formas culturais não têm "um significado ou valor fixo inalterável", mas que de acordo o contexto que estejam inseridas, os símbolos mudam de significados. Para o autor, a "transformação cultural" é um eufemismo para o processo pela qual passam algumas formas e práticas culturais, que são expulsas do centro da vida popular e ativamente marginalizadas.

As manifestações culturais não devem ser estudadas como produto pronto. É preciso analisar as manifestações culturais dentro de um contexto do qual fazem parte. Neste município no passado era repleto de manifestações culturais, mas percebe-se que muitas destas só nas memórias destas marisqueiras e pescadores mais idosos estão presentes e que na contemporaneidade, no processo das mudanças de modos de vida, muito se perdeu ou se folclorizou. As transformações sociais levam

as mudanças, e discutir este processo tem que ser pelo viés em como essas manifestações culturais estão sujeitas.

As práticas culturais interagem com os processos histórico e social e se dão desde a conversa com a vizinhança até o caruru de Cosme e Damião. E a aprendizagem se dá por meio desta participação contínua, rotineira e interativa. É no seio familiar e na convivência social que as ideias são transmitidas de geração a geração. Entretanto a cultura está sujeita a alterações no decorrer da vida das pessoas porque esta acompanha o desenvolvimento social. Mancini (1997) cita que essas mudanças culturais ocorrem "... não porque o problema é conservar e manter inalteradas as tradições. Mas de se perguntar como estão se transformando".

Muitas das lembranças destes informantes se manifestam com riquezas de detalhes, mas o que se pretende não é resgatar essas manifestações, mas entender que o contexto mudou e que este estudo se torna uma representação de uma identidade cultural na busca de entender todo o processo de transformação histórica. Um exemplo é a lembrança de participação de uma das marisqueiras idosas ao recitar os versos:

Eu sou uma linda cabocla Sou linda e sou feiticeira Eu ando no meio da roda

Atrás de mim ninguém venha Cabocla, cabocla, mimosa, gentil Sou filha da roça e do Brasil.

Ela afirma ter participado no passado enquanto adolescente das apresentações de reisado e este era seu texto oral de apresentação. E o texto ficou guardado em sua memória ao ser recitado. Nesta recitação a colaboradora lembra-se da sua performance musical. Essa é uma memória, que também é coletiva, pois o verso é de todos que se apropriam. De acordo Hambate Bá (1979, p. 17).

A soma de conhecimentos sobre a natureza e a vida, os valores morais da sociedade, a concepção religiosa do mundo, o domínio das forças ocultas que cercam o homem, o segredo da iniciação nos diferentes ofícios, o relato dos eventos passados ou contemporâneos, o canto, o ritual, a lenda, a poesia — tudo isso é guardado pela memória coletiva.

Portanto, a memória coletiva traz contribuições para que os conhecimentos e valores sejam expressos pelas poéticas orais. A voz sozinha não tem ação para a transmissão oral, mas outros elementos como gestos, olhar e a própria performance, em si, resulta em outro texto. Para Zumthor (2007, p. 50). "A performance é então em si, " um momento de recepção, privilegiado, um enunciado que é percebido". De acordo Katharina Doring (2018, p. 251), em *Vozes, Performances e arquivos de saberes*:

Os cânticos da tradição oral são caracterizados por uma atitude "para e a partir de dentro", por uma postura de voz e entonação que interconecta a percepção subjetiva com a memória ancestral e que une a expressão do lúdico com o sagrado, acessado a partir desse encontro interno.

Portanto, o encontro de pessoas que compartilham um profundo conhecimento, trocando experiências, nos cantos, nas rezas, nas narrativas e esses arquivos de saberes comunicam, expressam sonoridade, lembranças, marcas, enunciados, tradições vivas, etc.

CONCLUSÃO

A pesquisa em andamento no município de Conde-Ba, traz como objetivo principal a ressignificação dos arquivos de saberes das marisqueiras e pescadores com suas experiências de vivências e narrativas das memórias que se encontram presentes e interconectadas com a contemporaneidade. A intenção da pesquisa não é de resgatar essas memórias em um processo de saudosismo, mas de analisar como essas

práticas culturais dentro do contexto se encontram, questionando porque estão se transformando e entender todo esse processo histórico.

Neste sentido, as vozes no estudo dos teóricos utilizados ao longo da pesquisa utilizados na construção da dissertação do mestrado, no contexto das narrativas, memórias, culturas, poéticas orais, arquivos de saberes, etnomusicologia, tradições vivas, será de suma importância para análise e interpretação de cada abordagem. E enquanto pesquisadora, que trabalha com Etnografia e História oral, faz pensar que é preciso ouvir e ser fiel a fala das narradoras (res) autorizadas, para justificar e caracterizar o trabalho de campo.

Desta forma, o contexto histórico e social, no recorte temporal contemporâneo se fará necessário para situar o estudo em questão. As histórias orais são construídas a partir das memórias das colaboradoras e nestas narrativas, são construídos e atribuídos significados e sentidos da própria existência e identidade, de uma cultura local. E as memórias são "arquivos", resultados dessas experiências humanas e particulares de cada sujeito, da reelaboração do vivido e nesse, particular, a memória individual.

REFERÊNCIAS

SOUZA, Eliane Bispo de Almeida. Cantigas de Roda em Monte Alegre (Rio Real\Ba): *Reminiscências de um tempo de Festa e Labuta*, 2007. Tese de Mestrado em Critica Cultural.

Vozes, performances e arquivos de saberes\Organizado por Edil Silva Costa, Frederico Augusto Garcia Fernandes e Nerivaldo Alves Araújo. Salvador: Edunab, 2018.

BÁ, Amadeu Hampaté. *A palavra, memória viva e a África*. In: Correio da Unesco.(Ano 07, n.10.)1979.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 1997.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. "*Mil Platôs*". São Paulo: Editora 34, 1997.

HALL, Stuart. *Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

ZUMTHOR, Paul. *Performance, recepção e leitura*. 2. ed. Trad. Jeruza Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: Cosac Naif, 2007.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval e MAHFOUD, Miguel. *Halbwachs: memória coletiva e experiência*. *Psicol. USP* [online]. 1993, vol.4, n.1-2 [citado 2019-03-17], p. 285-298. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167851771993000100013&lng=pt&nr=iso>. ISSN 1678-5177.

O CONCEITO DO QUILOMBO E A LUTA DA MULHER NEGRA SOB O OLHAR DA ESCRITORA NEGRA BEATRIZ NASCIMENTO

Patrícia Batista dos Santos¹

Resumo: Podemos considerar o quilombo como um símbolo de resistência e representação para o povo negro desde o regime escravocrata até os dias atuais. Na presente pesquisa, objetiva-se mostrar, por meio da obra *Beatriz Nascimento intelectual e quilombola. Possibilidades nos dias de destruição*, que reúne vários trabalhos da escritora Beatriz Nascimento (2018), o conceito e a importância do quilombo no Brasil. Além disso, trata-se de reconhecer que as mulheres negras também foram protagonistas da luta e não meros sujeitos passivos; que a atuação dessas mulheres nos quilombos e na luta antirracista e antissexista igualmente foi crucial. A referida obra reúne trabalhos da intelectual negra e militante, que é considerada uma das pioneiras dos movimentos negros e no combate à desigualdade racial, especialmente da vida da mulher negra. Utilizaremos para andamento da pesquisa a bibliografia de algumas intelectuais negras conhecidas e reconhecidas por seu trabalho na luta feminista negra, tais como: hooks (1995), Davis (2016), Gonzalez (1983).

Palavras-Chave: Quilombo. Intelectualidade. Mulher negra.

INTRODUÇÃO

Maria Beatriz do Nascimento nasceu em Aracaju, Sergipe em 1942. Filha de dona de casa e pedreiro, migrou para o Rio de Janeiro com seus nove irmãos na década de 1950. A história de Beatriz não é diferente da de muitas meninas negras que sofreram racismo e sexismo na infância. A sala de aula, por exemplo, era um lugar onde Beatriz se sentia incomodada por haver poucas crianças negras como ela.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural. Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), linha de pesquisa Literatura, produção cultural e modos de vida. Bolsista CAPES. Orientador: Prof. Dr. Roberto Henrique Seidel. Endereço eletrônico: patryciapires822@gmail.com.

Com respeito a esse quadro de racismo e discriminação de gênero pelo qual muitas garotas negras passaram durante a infância e adolescência, Batista (2016, p. 27), nos traz um episódio que aconteceu com Beatriz Nascimento e sua colega de classe Jurema:

Houve momentos em que a discriminação ocorreu no ambiente escolar, como aconteceu a Jurema quando foi levada para frente da sala, na aula de catecismo, para ser comparada com a representação do anjo mau, enquanto uma menina branca era igualada ao anjo bom; ou quando o trabalho de ambas foi recusado para exposição anual na classe por falta de capricho; ou ainda, quando Beatriz Nascimento foi rejeitada como guarda de honra da bandeira — privilégio concedido a quem alcançava o primeiro lugar no desempenho da turma — porque não tinha roupas decentes, mesmo que a turma usasse uniforme.

A experiência que Beatriz e sua colega Jurema passaram aponta para o problema do racismo no ambiente escolar, que desencadeia um outro problema: o abandono escolar entre os negros. Sobre isto Batista (2016, p. 28) pontua: “[...] Jurema abandonou a escola e, segundo relato de Beatriz Nascimento, tudo indica que ela foi mais uma a engrossar as estatísticas de crianças que não seguem a trajetória escolar — percurso esse que supostamente transformaria a sua situação social”. Uma das consequências de universidades brasileiras terem poucos negros — embora isso tenha mudado de alguns anos pra cá — está no abandono da escola por muitos jovens negros. Dentre os muitos motivos desse abandono, um deles vem de longe: é a falta de políticas públicas para os ex-escravizados serem inseridos na sociedade brasileira.

1 A TRAJETÓRIA DE UMA HISTORIADORA, PESQUISADORA, PROFESSORA E MILITANTE

Beatriz iniciou a graduação em História no ano de 1967, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Após o término da graduação, fez especialização pela Universidade Federal Fluminense e depois iniciou o mestrado na mesma universidade, não chegando,

contudo, a terminar a pós-graduação. O incentivo para querer pesquisar sobre o negro, iniciando pela historiografia do quilombo, foi ela perceber que a maioria das pesquisas sobre o negro não era contada pelos próprios negros.

Em Nascimento (2018, p. 128), vamos encontrar o seguinte esclarecimento:

[...] O meu choque basicamente foi simples, eu estou falando numa linguagem bem simples, foi o seguinte: lendo o *Quilombo de Palmares*, a gente vê toda a atuação dos negros e principalmente de Zumbi, e, de repente, embaixo na ilustração, eu via Domingos Jorge Velho, isso foi um dos grandes dramas da minha vida, sempre ver isso.

Domingos Jorge Velho foi um bandeirante. Ele era famoso por castigar indígenas e escravizados para atender à ambição dos senhores de terras. Domingos também ficou conhecido por ter destruído o Quilombo dos Palmares. E o que desagradava Beatriz era o fato da história do negro ser sempre representada por um homem branco, de o próprio negro quase nunca ser o protagonista de sua própria história. Seu incômodo se intensificou quando ela estava na universidade, e desde criança já havia um desconforto em relação à atuação do negro na história do Brasil. É por isso que ela decide (NASCIMENTO, 2018, p. 128): [...] “eu resolvi estudar o quilombo e ver que dentro de toda História do Brasil, dentro de todo o período colonial, o negro conseguiu viver dentro de comunidades que eram aquelas que o opressor tinha determinado para eles”. Como negra, Beatriz percebia que sua história não estava sendo contada como ela tinha sido de fato.

A historiadora passou trinta anos se dedicando aos estudos, às pesquisas e distintas produções. Durante esse tempo ela foi pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas; participou do Movimento Negro do Rio de Janeiro em 1974; em razão de suas pesquisas fez algumas viagens, dentre elas, para países da África, como Angola, em 1979, e o Senegal na década de 1980; trabalhou como professora de História da rede de Ensino Público

do Rio de Janeiro. Parte de seu mais famoso trabalho, o documentário *Ôrí* (1989), foi narrado por ela, e grande parte dos seus textos serviu como base para a execução. Beatriz volta à Universidade Federal do Rio de Janeiro, no ano de 1992, para cursar o mestrado em Comunicação Social sob a orientação de Muniz Sodré.

Desde o período republicano que começou em 1889, os negros organizaram um movimento social, esse movimento ficou conhecido como Movimento Negro, por o negro lutar por sua inserção social e combater o racismo na sociedade brasileira. Segundo Petrônio Domingues (2007), o Movimento Negro no Brasil surgiu como uma oposição dos negros a todo tipo de marginalização a que eles estavam sujeitos e com o objetivo de tornar a sociedade mais inclusiva para o povo preto, sem as discriminações raciais que tanto sofriam e ainda sofrem no mercado de trabalho, na educação, no social, na política e na cultura.

O autor destaca que o movimento negro passou por três fases. A primeira fase foi de 1889 a 1937: “da Primeira República ao Estado Novo”. Com o fim da escravidão os ex-escravizados foram impedidos de exercer seu papel de cidadãos e muitos deles não aceitaram aquela situação que estavam vivendo. Diante disto, eles organizaram o Movimento Negro que estreou essa primeira fase. A segunda fase, pontua Domingues (2007, p. 107), foi de 1945 a 1964: “da Segunda República à ditadura militar”. Tendo sido bastante a desmantelado durante a ditadura de Getúlio Vargas, o Movimento Negro voltou em sua segunda fase depois do fim do autoritarismo de Vargas, mas não possuía mais as características de unificação do primeiro movimento.

A terceira fase, de acordo com Domingues (2007, p. 111), ocorreu de 1978 a 2000: do início do processo de redemocratização à República Nova”. Em 1964, com o golpe militar, a luta do povo negro foi ameaçada diante do cenário político desanimador em que se encontrava o Brasil. Assim no, final da década de 1970, houve a reestruturação política do país e o movimento voltou à ativa, porém, mesmo com a ditadura, os militantes do Movimento Negro não deixaram de fazer algumas atividades. E Beatriz Nascimento foi uma dessas militantes que participou

ativamente desse Movimento Negro contemporâneo a partir da década de 1970, conhecida como a terceira fase do movimento.

Vejamos alguns movimentos de que Beatriz Nascimento (2018, p. 30) participou ativamente. Participou “[...] de reuniões que aconteciam no Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), abrigado na Universidade Candido Mendes (UCAM) em Ipanema, bairro nobre da Zona Sul”. O desempenho por parte da ativista nos movimentos negros era tão intenso que ela escrevia textos para revistas, como a Revista Cultura Vozes. Por meio de seu desempenho em um grupo, começou a participar de vários outros.

Segundo a própria autora (NASCIMENTO, 2018, p. 31), os grupos de que participou foram:

[...] o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), o Grupo de Trabalho André Rebouças (GTAR) e a Sociedade Internacional Brasil África (SINBA). O GTAR foi fundado por Beatriz e estudantes negros da UFF, que organizaram um grupo de estudos e a *“Semana de estudos sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira.”* Evento iniciado em 1975 que trazia anualmente pesquisadores e especialistas que trabalhavam com questões raciais.

Ao estudar e pesquisar sobre a historiografia do quilombo, Beatriz se empenhava em mostrar a verdadeira história do negro, principalmente nos debates, seminários e encontros de que participava. A colonialidade, segundo ela, neutralizava a narrativa verídica do negro e o quilombo foi fundamental para desfazer uma falsa história que foi contada. Acerca disso, ela nos pontua (NASCIMENTO, 2016, p. 32): “As perspectivas recorrentes nos estudos históricos para caracterizar o movimento eram considerar os quilombos como junção de pessoas escravizadas, momento de rebelião e/ou fuga”. Por ter um conceito totalmente diferente, ela acreditava que, por meio do quilombo, o negro formava um sistema social alternativo, contrariando a narrativa dos colonizadores sobre o povo preto.

2 A LUTA DA MULHER NEGRA

Era prioridade de Beatriz Nascimento trazer para o contexto de seus estudos as histórias e lutas das negras, além das do quilombo, é claro. As intelectuais negras brasileiras e não brasileiras — tais como, as norte americanas Ângela Davis e bell hooks, e as intelectuais brasileiras Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e tantas outras, como a própria Beatriz Nascimento — foram mulheres que tiveram histórias de vida semelhantes, que podemos ver aflorar em seus relatos orais e escritos de vida pessoal, nos quais elas compartilham as suas dores, seus conflitos e problemas dos mais diversos.

A mulher negra sofre de racismo e sexismo. Além disso, no Brasil há o mito da democracia racial, segundo o qual se acredita que o país, por ser formado por várias etnias, não teria espaço para o racismo. O mito da democracia racial não aconteceu nos Estados Unidos, mas as negras norte-americanas passaram por outros problemas, tais como, o mito do matriarcado. E para exemplificar melhor, hooks (2019, p. 135) nos diz que:

Apesar do fato de mulheres negras serem vítimas da opressão sexista e racista, elas são, em geral, representadas como tendo recebido mais vantagens do que os homens negros ao longo da história estadunidense, um fato que não é possível provar com evidências históricas. O mito do matriarcado sugeriu que, mais uma vez, às mulheres negras foram garantidos privilégios negados a homens negros.

A mulher negra tem conquistado ao longo de muitos anos seu espaço na sociedade, por meio da luta por mais respeito e igualdade, porém ela ainda é a base da pirâmide em relação ao também homem negro. E o homem negro, por da mesma forma sofrer racismo, deveria apoiá-la, mas ele a considera como um ser inferior. Em hooks (2019, p. 133), vamos encontrar o seguinte esclarecimento: “Vários homens negros que não se sentiram, de jeito nenhum, pessoalmente emasculados absorveram a ideologia sexista e desprezavam mulheres negras assalariadas”. Isso se deve ao mito do matriarcado criado pelos

colonizadores estadunidense como forma de dominar e fazer haver conflitos entre a mulher e o homem negro.

Os intelectuais negros brasileiros e as intelectuais negras brasileiras, como Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, são de fundamental importância pela causa do povo preto. E destacando as vozes das intelectuais, elas continuam ecoando nas conversas e debates dentro e fora das academias. São mulheres que contribuíram para uma sociedade mais consciente e justa para os brasileiros. A mineira Lélia de Almeida Gonzalez é um exemplo disso. Ela foi professora, escritora e é considerada um dos maiores nomes do movimento negro brasileiro, ficando conhecida no exterior por defender o povo negro e os direitos da mulher negra.

De acordo com Ratts (2010, p. 101-102):

A participação de Lélia em movimentos sociais e culturais certamente foi decisiva para a formação de sua identidade pessoal e também de seu pensamento. Do feminismo ela absorveu a produção teórica acerca das desigualdades entre homens e mulheres. Não se sabe ao certo quando Lélia se envolveu com o movimento feminista, nem quais foram as mulheres que a introduziram diretamente nele; porém tudo indica que, quando ingressou no movimento feminista nacional, ela já era conhecida por suas palestras sobre a mulher negra e por seus discursos intelectuais e pragmáticos.

Sendo feministas e ativistas, Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento foram mulheres que estiveram além do seu tempo. Muitas conquistas atuais se devem à luta dessas intelectuais. Elas defendiam tanto a causa dos movimentos negros que a vida pessoal estava em segundo plano e às vezes nem eram suas prioridades. Conforme Ratts (2010, p. 40): “Quando completou a segunda graduação, Lélia estava com 27 anos e ainda era solteira, o que fazia destoar das moças da época”. O combate ao racismo e sexismo para as negras também fazia parte da quebra de barreiras e padrões impostos à mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Beatriz Nascimento não foi a primeira pessoa a estudar os quilombos no Brasil. Outros estudiosos, como Décio Freitas (1984) e Edison Carneiro (2011), já haviam feito isso. E cada pesquisador, escritor e historiador contribuiu com seu conceito sobre o estudo do quilombo. O ativista e quilombola e um dos mais atuais pesquisadores sobre os quilombos, Antônio Bispo dos Santos, o Nêgo Bispo (2015), em sua obra *Colonização, quilombos: modos e significados*, nos apresenta sua experiência na prática, enquanto um integrante de comunidade quilombola, que participa do dia a dia, das dificuldades do quilombo e das narrativas de lutas dos quilombolas.

Igualmente Maria Beatriz do Nascimento se considerava uma quilombola. Sua vida foi finalizada em janeiro de 1995; ela morreu por defender uma amiga que sofria violência doméstica do companheiro. Se estivesse viva, a luta por uma sociedade brasileira menos desigual seria pauta para seus discursos, principalmente pela mulher negra. Iremos conhecer alguns trabalhos de Nascimento na obra *Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidade nos dias de destruição* (2018), coletânea organizada e editada pela União dos Coletivos Pan-Africanistas (UCPA).

Na obra mencionada está grande parte de todo o trabalho de Beatriz, tais como, artigos, poesias, debates, palestras, além do relato de sua trajetória intelectual e pessoal. Ela foi vítima de feminicídio há mais de vinte anos — algo que ainda hoje acontece com milhares de mulheres. Calaram a voz de Beatriz, mas o seu legado e contribuição deve continuar para que outras pessoas saibam que a luta nunca deve morrer.

REFERÊNCIAS

BATISTA, W.V. *Palavras sobre uma historiadora transatlântica: estudo da trajetória intelectual de Maria Beatriz Nascimento*. Tese (doutorado). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2016.

CARNEIRO, Edison. *O Quilombo dos Palmares*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, n. 23, p. 100-122, 2007.

FREITAS, Décio. *Palmares: a guerra dos escravos*. 5. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

hooks, bell. *E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo*. Trad. Bhuvi Libanio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. *Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidades nos dias da destruição*. São Paulo: Diáspora Africana: Ed. Filhos da Terra, 2018.

RATTS, Alex; RIOS, Flávia. *Lélia Gonzalez*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, quilombos: modos e significados*. Brasília: Editor José Jorge de Carvalho, 2015.

ADOLESCENTES NEGRAS, CAMINHOS DE REEXISTÊNCIAS AO SUICÍDIO: DO DESEJO DE MORRER, À ARTE DE SE FAZER VIVER

Rosilda Maria de Queiroz da Cruz Nunes¹

Resumo: A taxa de suicídio entre os jovens e adolescentes negros no Brasil cresce ao longo dos anos, segundo dados do Ministério da saúde 2018. Discutir e problematizar a respeito dos fatores socioeconômicos, políticos e culturais que atravessam essa realidade é de extrema relevância. Assim, objetivamos identificar, a partir da trajetória e dos desafios de duas adolescentes negras estudantes de escola pública em São Sebastião do Passé-Ba, os caminhos percorridos com vistas à reexistência ao suicídio. Ou seja, a despeito do desejo de cortar os fios da vida, o que as fez mudar a rota e reexistir? Quais percalços e, principalmente, passos à direção do se fazer viver? O que, nelas, mudou desde então? A metodologia utilizada é de natureza qualitativa, com uso do método narrativo e análise do discurso, a partir de estudo de caso. Para tanto, a apresentação dessa etapa do estudo configura atrelada ao processo de desenvolvimento da estruturação dos objetivos, a delimitação, a questão central da pesquisa, fundamentação teórica basilar, construção do Sumário, Estado da Arte, iniciação das escritas do primeiro capítulo e o caminhar das etapas futuras dos escritos deste trabalho. Desse modo, a fundamentação teórica está atrelada ao campo das Ciências Sociais, Humanas, Psicologia social e da Crítica Cultural, com o recorte para o campo das relações étnico-raciais, levando-se em conta estudos de Carlos Moore (2007), Frantz Fanon (1980), Franklin Ferreira (2000), Gomes (2008), (2014), S. Hall. (2001), Maria A. Bento (2014), Ribeiro (2018), Monari (2019), Campos (2014). Contaremos, ainda, com dados de pesquisas estatísticas dos órgãos públicos extraídos do Ministério da Saúde, (SOUZA, 2011) e do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE). Espera-se apreender diante dos embates; enfrentamentos e desafios ampliar o campo científico sobre a

¹ Mestranda em Crítica Cultural-UNEB/Campus II; Endereço eletrônico: rosilda43nunes@gamil.com.

temática, e, assim possibilitar que outras meninas e nós, educadores/as, familiares e aliados/s à causa da saúde pública, em especial, re/criemos dispositivos plausíveis à luta pela vida, (reexistir ao suicídio), sobretudo de quem sofre o impacto do racismo institucional e estrutural, a reverberar nas relações sociais, políticas e culturais no cenário escolar e na sociedade.

Palavras-chave: Adolescentes negras. Suicídio. Reexistência.

1-INTRODUÇÃO

A taxa de suicídio entre os jovens e adolescentes negros no Brasil cresce ao longo dos anos, segundo dados do Ministério da saúde (2018). Discutir e problematizar a respeito do tema suicídio entre jovens e adolescentes negros no contexto escolar é ampliar os debates sobre as consequências dos fatores históricos, socioeconômicos, políticos, culturais, que atravessam o mundo psíquico, emocional e psicológico dessas pessoas.

Conforme o avanço do número de suicídio entre os adolescentes e jovens negros no Brasil, a escola pública vem a ser um ambiente significativo para desenvolver pesquisa sobre o tema, já que este espaço tem uma grande concentração de alunos e alunas negras. Nessa perspectiva, desenvolver pesquisa no contexto escolar favorece para a geração e construção de estratégias de combate e luta contra o aumento da taxa de suicídio. Conforme Botega (2015, p. 90), os jovens “enfrentam situações de conflito interpessoal e possuem menor estabilidade emocional”. O suicídio é considerado a segunda principal causa de morte entre jovens em idade de 15 a 29 anos no mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Ao longo da minha prática docente e da coleta de dados dessa pesquisa venho observando que, a maioria das alunas negras trazem para o seu cotidiano escolar, questões de suas vivências relacionadas a problemas e conflitos; familiares, socioeconômicos, raciais e também de ordem emocional. Logo, considerando essa realidade este projeto tem por objetivo identificar e discutir as estratégias de reexistências, trajetórias e

desafios das adolescentes negras, diante da problemática do suicídio no colégio Polivalente em São Sebastião do Passé-Bahia.

Dessa forma, a elaboração de estudo justifica-se por fomentar medidas de crescimento nas intervenções de políticas institucionais de prevenção, e diálogos entre a comunidade escolar sobre reexistência ao suicídio. Além de promover discussões para desenvolver nessas adolescentes negras autoconfiança para externar as suas dores e sofrimentos emocionais, psicológicos nesses espaços. Também este estudo se justifica por apresentar e discutir a problemática do crescimento da taxa de suicídio entre a juventude e adolescentes negros no Brasil, já que os dados e informações sobre esse assunto não é muito exposto pelos meios de comunicação.

O desenvolvimento dos capítulos desta pesquisa conta com diálogos sobre a temática Racismo e Suicídio em São Sebastião do Passé; e também busca discutir a respeito dos desafios e protagonismo das adolescentes negras no espaço escolar, ou seja, estratégia de reexistência.

2-PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa exploratória de natureza qualitativa. — O método narrativo com análise do discurso (BOTELHO. L. R. MACEDO, 2011). Caminhos metodológicos; identificar as estudantes negras que reexistem ao suicídio no colégio polivalente. Elaboração do “estado da arte” Literaturas sobre; racismo frente ao olhar da psicologia, Psicologia e Relações Étnico-Raciais, o suicídio; Uso de instrumento para coleta de dados como; questionário, entrevista semiestruturada e observação; Fundamentação teórica basilar; Construção do Sumário; Estado da Arte; Iniciação das escritas do primeiro capítulo;

O desenvolvimento metodológico deste estudo contou com uso da pesquisa qualitativa. De acordo com Marconi e Lakatos (2010) a abordagem qualitativa busca interpretar e entender o fenômeno conforme a perspectiva dos participantes da situação analisada,

descrevendo a complexidade do comportamento humano conforme o andamento das investigações. O levantamento de revisão bibliográfica realizado utilizou-se com o agrupamento de: artigos de periódicos, livros, capítulos de livros, monografias. As bases eletrônicas utilizadas foram: O Scielo (Scientific Electronic Library Online), Google acadêmico, e a (Capes).

O loco exploratório dessa pesquisa é o colégio público, Monsenhor Luiz Ferreira de Brito localizado no município de São Sebastião do Passé-Bahia, localizado no centro da cidade, o município faz parte da região metropolitana de Salvador. O colégio é caracterizado como de grande porte, com um total aproximadamente com 800 alunos, funcionando nos turnos; matutino, vespertino e noturno. A maior concentração de alunos ocorre no turno matutino.

As etapas de desenvolvimento deste trabalho seguiram a ordem, que se organizam da seguinte forma: na primeira etapa, buscou-se nas bases de dados para identificação dos estudos que serão incluídos na revisão; já na segunda etapa, buscou-se a definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados; categorização dos estudos pesquisados enquanto natureza da pesquisa qualitativa.

Dando seguimento, a terceira etapa referente a avaliação dos estudos incluídos na revisão bibliográfica, constituiu-se diante da análise, comparação e integração das informações estudadas. Já a quarta etapa, interpretação dos resultados, corresponde à fase de discussão dos principais resultados encontrados ao longo da análise da pesquisa. Assim, será feita a análise crítica, a interpretação das informações e dados.

Desse modo, as etapas de construção desta pesquisa serão norteadas por alguns aspectos a serem analisados como: a articulação de gênero e raça, a identidade negra, a satisfação das adolescentes negras com a sua identidade, sentimento de autoestima, relações interpessoais, referências negras no espaço social de vivência e fontes de identificações.

3-UMA DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE RACISMO E SUICÍDIO

O Trabalho de Carlos Moore 2007, se desdobra em suas páginas escritas a respeito das configurações históricas e culturais, no qual discute o deslocamento do racismo em diferentes povos. Para tal fato este autor aborda temáticas como “determinismo racial de Lombroso e o darwinismo social que propaga a continuidade entre dados físicos e morais que dificulta uma discussão do racismo atrelado aos conflitos históricos embasadas diferenças fenotípicas” (MOORE, 2007, p. 22).

Diante do exposto observa-se como correntes teóricas fomentaram e fomentam até os dias atuais o racismo atrelado ao determinismo racial, em meio as características físicas e morais. Nessa conjuntura, os aspectos ligados à desigualdade sociorracial, conforme os estudos de Moore são ignorados pelo poder hegemônico. Moore discorre em sua obra a respeito do racismo, a urgência de “se operar uma mudança de paradigmas, urgentemente, como pré-condição para o reexame do racismo à luz de ângulos totalmente novos” (MOORE, 2007, p. 32).

É comum as pessoas racistas negarem a ausência desses diretos. É notório que é diante da conquista efetiva desses direitos, que a população negra pode construir armas sólidas para vencer diariamente a desigualdade sociorracial que está presente na vida da pessoa negra. Logo, Moore, (2007, p. 23) relata que existe “a negação da falta de sensibilidade diante da falta de acesso da população negra aos direitos elementares como educação, habitação e saúde”. Em decorrência dessas realidades a importância de discutir as consequências do racismo como uma das, possíveis, vias dos elementos disparadores do aumento da taxa de ato suicida da população negra.

O suicídio pode ser conceituado como um ato voluntario, ou seja, praticado pela própria vítima, no qual a pessoa atenta de maneira intencional contra a própria vida. Esse problema cresce a cada dia no mundo, e atinge um elevado número de jovens, e, assim pode ser visto como uma questão social, que traz efeitos negativos para a pessoa e toda a família. Os transtornos como depressão, estado de ansiedade elevado,

desestabilidade emocional e psicológica são alguns dos fatores disparadores do ato suicida.

Assim, o suicídio é um fenômeno social presente ao longo da história da humanidade, no qual está associado a uma série de fatores psicológicos, culturais, morais, socioambientais, econômicos, entre outros. O suicídio é caracterizado como: “[...] um ato deliberado executado pelo próprio indivíduo, cuja intenção seja a morte, de forma consciente e intencional, usando um meio que acredita ser letal” (OMS, 2018, p. 6). Uma definição tão abrangente possibilita conceber o comportamento suicida, com base em “pensamentos de autodestruição, passando por ameaças, gestos, tentativas de suicídio e finalmente o suicídio” (BOTEGA, 2015, p. 431).

O comportamento suicida pode ser dividido em três categorias: “ideação suicida (pensamentos, ideias, planejamento e desejo de se matar), tentativa de suicídio e suicídio consumado”, (BRAGA, 2013, p. 11). Conforme os estudos desse autor os sintomas de depressão, como tristeza, desesperança, falta de motivação e interesse são fatores de risco, no qual fazem com que este transtorno seja um dos principais fatores de risco ao suicídio (BRAGA, 2013). É importante ressaltar que neste estudo o racismo é discutido como um elemento disparador que pode ampliar a gravidade do aumento dos transtornos e sintomas supracitados. De acordo com Dutra (2002) considera que a solidão é um sentimento muito comum em adolescentes que tentam o suicídio.

4-ADOLESCNTES NEGRAS: VIOLÊNCIA RACISTA E O SUICÍDIO

A adolescência é uma fase cercada de desafios estruturais, emocionais, psicológicos e afetivos. Esses desafios se tornam mais complexos quando se pensa na busca desse grupo em conquistar autonomia e independência. É uma fase também marcada pela busca da descoberta da sexualidade, uma fase cercada por transformações físicas, emocionais, fisiológicas, psicossociais, além da descoberta mais proximal da personalidade, Braga (2013). Esses contextos diversos e seus

movimentos podem proporcionar uma desestabilidade e congruências na forma como essas adolescentes negras dialogam consigo mesmo.

Os fatores supracitados aliados a outros aspectos como desemprego, desigualdade sociorracial e econômica, frustrações, carências, violência de natureza diversas podem desencadear vários motivos para o desejo do ato suicida. Nessa conjuntura, as consequências do racismo podem fomentar ainda mais o aumento do estado desses fatores citados, ao ponto desse sujeito sentir um sofrimento e estado de angústia elevada, levando-o a desejar cometer o suicídio.

Dialogar com esses fatores sobre a luz das consequências do racismo, para assim melhor entender a dinâmica de vida das adolescentes negras estudantes de escola pública, que buscam reexistir ao suicídio em meio as dificuldades socioeconômicas ao seu cotidiano escolar. Nessa perspectiva, promover diálogo sobre os temas racismo e suicídio no município de São Sebastião do Passé. A superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) divulgou o estudo sobre vitimização de suicídios na Bahia, de 1980 a 2016. Logo foi divulgado o aumento aproximadamente de 22% de mortes de mulheres negras comparadas a mortes de mulheres brancas.

Na sociedade atual a taxa de violência entre os jovens e adolescentes negros é algo assustador, no dia-a-dia; a sociedade brasileira acompanha a taxa de desemprego entre a população jovem, o crescimento do uso de drogas, o aumento da violência física e psicológica presente na vivência dessa população supracitada. Diante de tantos indicadores negativos a esfera contextual desse grupo sofre os efeitos do que é ser negro, e do que é ser negro e pobre em um país como Brasil, repleto de violência simbólica sustentada pelo racismo. Os estudos de Ferreira (2000), define o racismo como uma prática discriminatória institucionalizada uma ação que segundo o autor gera a “desvalorização da identidade, opondo-se o direito de cada indivíduo”.

O Estado da Bahia segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) lidera número absoluto de homicídios no país

em 2017, diz pesquisa; homens, negros e jovens são maioria das vítimas. O atlas da violência divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica aplicada e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública revela que homens, jovens, negros e de baixa escolaridade são as principais vítimas de mortes violentas no país.

5-ESPAÇO ESCOLAR: ESTRATÉGIA DE REEXISTÊNCIA AO SUICÍDIO

O exercício de fomentar a valorização da cultura local na comunidade escolar no contexto atual se apresenta como uma possibilidade de estratégia de resistência contra o poder de dominação do sistema capitalista global. Esse sistema perverso e separatista se desdobra de diversas formas na dinâmica escolar dos alunos e das alunas negras no espaço escolar, e, assim produz fragmentação em suas formas de entender e interpretar os cenários políticos e socioeconômicos numa esfera mundial e local.

Nessa conjuntura fazer uso de ferramentas discursivas de análise e reflexão crítica na atualidade favorece à criação de trajetória formativa das adolescentes negras, através de vias de combate antirracista, das desigualdades raciais e socioeconômicas na comunidade escolar.

Discorrer sobre a temática estratégias de reexistências ao suicídio na vida das adolescentes negras, ao longo do meu processo de estudo de mestrado já está sendo um desafio, no momento em que investigo quais caminhos rizomáticos essas garotas vêm construindo em suas artes de existir e viver. Para Souza (2018, p. 1) é preciso REEXISTIR. E reexistir ainda mais e mais em um contexto social, político e econômico que nos oprime cotidianamente exigindo reposicionamentos de nossos lugares de atuação, de proposição e de ação política na qual a linguagem tem papel fundamental.

A criatividade e as ações de superação construídas de saberes reformulados e demarcados em forma de luta e enfrentamento, frente as estruturas impostas pelos colonizadores são caminhos construídos de reexistência. Os letramentos de reexistência mostram-se singulares, pois,

ao capturarem a complexidade social e histórica que envolve as práticas cotidianas de uso da linguagem, contribuem para a desestabilização do que pode ser considerado como discurso já — cristalizados em que as práticas validadas sociais de uso da língua são apenas as ensinadas e aprendidas na escola formal (SOUZA, 2011, p. 36).

7-POSSÍVEIS RESULTADOS ESPERADOS

É nesse contexto que a produção cultural local se apresenta como forma de reexistência. Essas meninas recriam-se a partir do momento em que geram movimentos culturais dentro e fora da escola, ou seja, nas comunidades locais, numa configuração de enfretamento. Reexistir para se deslocar e sair desse lugar menor, em que o sistema capitalista busca esconder as potencialidades dessas garotas.

Para Hall, atualmente, compreendemos a luta e a resistência bem melhor do que a reforma e a transformação. Contudo, as transformações “situam-se no centro do estudo da cultura popular”, (HALL, 2003, p. 248). Logo, a importância de identificar o lugar de fala, as armas e estratégias de combate dessas meninas negras, diante do seu protagonismo de ressignificar e valorizar a cultura popular local através do processo de reconhecimento e apreensão da sua verdadeira história cultural.

A escola torna-se um lugar de encontros de diferenças e assim, meio pelo qual as alunas buscam criar condições para discutir e se empoderar dessas diferenças de maneira positiva no cenário social, político e cultural. Espera-se, assim, constituir um mapa que apresente os elementos encontrados na investigação sobre as relações com as circunstâncias sociais e históricas, além de fatores sociais, institucionais de apoio, e, claro, mapa de atitudes e roteiros de afirmação da potência de reexistir das adolescentes negras. A investigação a respeito do fenômeno psicossocial, que envolve o suicídio de adolescentes negras no Brasil e em São Sebastião do Passé, muito favorecerão o acompanhamento institucional e solidário às formas do saber/viver.

Espera-se apreender diante dos embates; enfrentamentos e desafios, ampliar o campo científico sobre a temática, e, assim possibilitar que outras meninas e nós, educadores/as, familiares e aliados/s à causa da saúde pública, em especial, re/criemos dispositivos plausíveis à luta pela vida, (reexistir ao suicídio), sobretudo de quem sofre o impacto do racismo institucional e estrutural, a reverberar nas relações sociais, políticas e culturais no cenário escolar e na sociedade.

CONCLUSÃO

Discorrer sobre a temática estratégias de reexistências ao suicídio na vida das adolescentes negras, ao longo do meu processo de estudo de mestrado já está sendo um desafio, no momento em que investigo quais caminhos, estratégias e desafios essas garotas vêm construindo em suas artes de existir e viver. Assim, o desenvolvimento deste estudo vem promovendo diálogos e discussões atuais sobre o tema, reexistência ao suicídio, numa perspectiva geradora de potencialidades de forças positivas, que possam reverberar na vida cotidiana do sujeito.

REFERÊNCIAS

- BENTO. Maria Aparecida S.; CARONE Iray. *Psicologia Social do racismo: Estudos sobre Branquitude e branqueamento no Brasil*. Ed. Vozes. 6 ed. Petrópolis Rio de Janeiro; 2014.
- BOTELHO. Louise L. R. CUNHA. Cristiano C. A. MACEDO. Marcelo. *O Método da Revisão Integrativa nos Estudos Organizacionais; gestão e sociedade (issn 1980-5756)*. Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais. 2011.
- BOTEGA, Neury José. *Crise suicida. Avaliação e manejo*. Porto Alegre: Artmed, 2015.
- BRAGA. LUIZA L, DELL'AGLIO. DÉBORA D. DELL'AGLIO. *Suicídio na adolescência: fatores de risco, depressão e gênero*. 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. *Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016 /Ministério da Saúde,*

Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Universidade de Brasília

DUTRA, E. 2002. Comportamentos autodestrutivos em crianças e adolescentes: Orientações que podem ajudar a identificar e prevenir. In: C.S. HUTZ (Ed.), *Situações de risco e vulnerabilidade na infância e adolescência: Aspectos teóricos e estratégias de intervenção*. Porto Alegre, Casa do Psicólogo, p. 53-87.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Porto: Orgal, 1980. Editora EDUFBA

FERREIRA, Ricardo Franklin. *Afro-descendente: identidade em construção*, Editora Pallas, São Paulo: EDUC: Rio de Janeiro: 2000.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Nilma L. *Cultura negra e educação*. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a05>. Acesso em: 26 jan. 2019

HALL, S. *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: EFMG, 2006.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. - *Fundamentos de metodologia científica*. 6.ed., São Paulo, Atlas, 2010. 288p.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Suicídio. Saber, agir e prevenir*. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/802-sas-raiz/daet-raiz/saude-mental/l1-saude-mental/29685-agenda-estrategica-de-prevencao-do-suicidio>>. Acesso em: 31 out. 2017.

MOORE, Carlos. *Racismo Sociedade, Novas Bases Epistemológica para Entender o Racismo*. Belo horizonte. Mazza, Edições. 2007.

NAÇÕES UNIDAS. OMS. *Suicídio é responsável por uma morte a cada 40 segundos no mundo*. Disponível em: <<http://naçõesunidas.org/oms-suicidio-é-responsavel-por-uma-morte-a-cada-40-segundos-no-mundo/>>. Acesso em: 18 set. 2018.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se Negro*. Editora Graal, Rio de Janeiro; 1993.

SOUZA, Ana Lúcia S. JOVINO, Ione S., MUNIZ, Kassandra S., Revista da ABPN - v. 10, Ed. Especial - *Caderno Temático: Letramentos de Reexistência*. Janeiro de 2018, p. 1-11

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). 2010. Participant manual – IMAI *One-day Orientation on Adolescents Living with HIV Geneva*. Disponível em: http://whqlibdoc.who.int/publications/2010/9789241598972_eng.pdf. Acesso em: 10/05/2010.

MULHERES SURDAS: CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES A PARTIR DAS SUAS NARRATIVAS

Silvanleide Costa de Almeida¹

Resumo: O presente trabalho trata-se de uma pesquisa de mestrado em andamento intitulada “Mulheres Surdas: Construção de Identidades a partir das suas narrativas. Das múltiplas identidades que permeiam a sociedade, será destacado em especial a identidade da mulher surda do município de Alagoinhas/Ba. Suspeita-se que por conta das diferenças que permeiam nossa sociedade a pesquisa tem a relevância a partir de duas grandes áreas de movimento e estudo que a rodeiam, a surdez e o feminismo bem como o que a faz representar uma minoria que luta, se firma e se empodera. Com base nesta ideia central, a pesquisa apresenta como problemática: Quais identidades são construídas por mulheres surdas a partir de suas vivências na condição de pessoa surda feminina? Considerando essa suspeita, pretende-se com essa pesquisa: Analisar a construção das identidades de mulheres surdas do município de Alagoinhas/Ba a partir das suas narrativas. Deseja-se também: Discutir o conceito de cultura e identidade surda e sua relação com a identidade e cultura ouvinte; Identificar aspectos e características da identidade feminina surda; Compreender como mulheres surdas do município de Alagoinhas/Ba constroem suas identidades a partir das suas narrativas. A metodologia utilizada será através de abordagem qualitativa com revisão bibliográfica, pesquisa de campo junto a um grupo de mulheres surdas no município de Alagoinhas/Ba, entrevista estruturada em vídeo e questionário adaptado em Libras. Nesta perspectiva, a pesquisa ancora-se em (FOUCAULT, 2000); (HALL, 1995); (LOURO, 2000); (MOREIRA, 1998); (SKLIAR, 1998). Como resultados espera-se que a pesquisa

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), linha de pesquisa Letramento, Identidades e Formação de Educadores. Orientadora: Prof. a Dr. a Lícia Maria de Lima Barbosa. Endereço eletrônico: silvanleidealmeida2009@hotmail.com.

possa contribuir para a visibilidade e relevância das experiências, percursos subjetivos da vida de mulheres surdas.

Palavras-Chave: Identidades. Feminismo. Surdez.

INTRODUÇÃO

Dissertar sobre a construção de identidades de um sujeito é de extrema responsabilidade. Sobretudo se esse sujeito for uma pessoa com uma diferença/deficiência ou singularidade distinta do pesquisador/a. A exemplo de uma pessoa branca que tem sua pesquisa no campo das lutas antirracistas em relação a populações negras e indígenas ou uma pessoa heterossexual que resolve pesquisar sobre questões de gênero e sexualidades voltadas a comunidade LGBTQ e por aí segue. Eu me encontro, na tentativa de analisar uma temática relativamente desconhecida para mim. E o desafio é grande visto que a análise da construção de identidades parte do pressuposto das narrativas das mulheres surdas envolvidas na pesquisa. Acredito que as mulheres surdas são as principais pessoas a falar por si, já que um dos intuitos desse trabalho é fortalecer a voz de muitos que foram silenciados historicamente, no caso, mulheres surdas.

Nesta perspectiva o presente trabalho trata de uma pesquisa acerca da construção de identidades de mulheres surdas a partir das suas narrativas. A priori, se faz necessário salientar que a pesquisa surgiu a partir de inquietações na Iniciação Científica e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), onde foi pesquisado sobre a alfabetização do surdo em uma abordagem bilíngue. Ou seja, havia o desejo de compreender como se dava a alfabetização da pessoa surda. Ao final dessa pesquisa tivemos como resultados a perspectiva de alfabetização na língua materna que é a língua de sinais e somente depois em Língua Portuguesa escrita como segunda língua (L2). Posteriormente, durante o curso básico de Libras, através do contato com a Língua Brasileira de Sinais e com uma pessoa surda, o desejo de retomar a pesquisa foi crescendo. De início era pesquisar sobre as dificuldades de letramento e aquisição da linguagem encontradas pelo sujeito surdo pois havia uma colega que possui um

irmão surdo mas não tinha acesso a sua língua materna, logo questionou-se de qual forma ele poderia adquirir uma língua sem contato com a comunidade surda e ainda mais uma segunda língua (L2). E foi, justamente, essa proposta inicial como anteprojeto para adentrar no Programa de Pós Graduação em Crítica Cultural — um programa que visa dar visibilidade aos grupos minoritários e sendo a pessoa surda um sujeito que foi historicamente silenciado, meu projeto se encaixava nos critérios do Programa.

Entretanto, ao iniciar as preparações para o primeiro SIP/Interlinhas houve um desejo em alinhar duas grandes paixões em minha vida. Não queria abrir mão do meu sujeito de pesquisa — que foi, é, e continuará sendo a “pessoa surda” mas outro desejo crescia: pesquisar sobre as contribuições da tecnologia na inclusão da pessoa surda no município de Alagoinhas/Ba. Seria essa também, uma pesquisa de grande relevância social visto que há um crescente número de pessoas surdas sendo ‘inclusas’ na sociedade através das mídias sociais e assim, iniciei a pesquisa realizando um levantamento de dados e bibliografia do que já foi produzido no que concerne ao tema. Porém, percebi-me bem distante da linha de pesquisa que ancora meu estudo no Pós Crítica, o que me inquietou bastante.

Ao iniciar mais um semestre, fiz a disciplina Linguagens na sala de aula e pude conhecer a diversidade de Linguagens, Identidades e pluralidade cultural que permeiam nossa sociedade, tive a percepção que não devemos nos referir às identidades, gêneros, sexualidades, étnico-raciais como algo engessado e pronto mas como algo em constante construção e transformação. Um recorte me chamou atenção: a questão das identidades femininas. Comecei a indagar a minha construção enquanto mulher, o que me inquietou de tal forma que após uma longa conversa na orientação da pesquisa, resolvi ajustar o trabalho de modo a contemplar a construção das identidades da mulher surda. E então cheguei ao viés dessa pesquisa com a seguinte problemática: Quais identidades são construídas por mulheres surdas a partir de suas vivências na condição de pessoa surda feminina?

Considerando essa questão, pretendo com essa pesquisa: Analisar a construção das identidades de mulheres surdas do município de Alagoinhas/Ba a partir das suas narrativas. Deseja-se também: Discutir o conceito de cultura e identidade surda e sua relação com a identidade e cultura ouvinte; Identificar aspectos e características da identidade feminina surda; Compreender como mulheres surdas do município de Alagoinhas/Ba constroem suas identidades a partir das suas narrativas.

A metodologia utilizada será através da abordagem qualitativa com revisão bibliográfica, pesquisa de campo com um grupo de mulheres surdas no município de Alagoinhas/Ba, entrevista semiestruturada em vídeo e questionário adaptado em Libras. Nesta perspectiva, a pesquisa ancora-se em (FOUCAULT, 2000); (HALL, 1995); (LOURO, 2000); (MOREIRA, 1998); (SKLIAR, 1998). Como resultados espera-se que a pesquisa possa contribuir para a visibilidade e relevância das experiências, percursos subjetivos da vida de mulheres surdas.

GÊNERO E SURDEZ

No Brasil, a combinação dessas duas categorias de análise (gênero e surdez) é um assunto relativamente pouco discutido. Não há muitos estudos que unam a questão do gênero com a surdez. Tal questão está começando a ser discutida entre os surdos no Brasil, que tinham (e ainda têm) outros temas em sua pauta de reivindicações, como a divulgação da Libras — Língua Brasileira de Sinais, o acesso à informação (exigência de filmes brasileiros e de programas de TV com legendas ou com janelas de interpretação na língua de sinais), à educação, à saúde pública e ao mercado de trabalho.

A discussão acerca do estigma de ser mulher com deficiência parece estar presente tanto no discurso das mulheres quanto no dos homens surdos que, muitas vezes, consideram a situação da mulher surda quase que beirando a tragédia (SÁ, 2006). Vê-la como diferente, de um modo geral, significa o mesmo que deficiente. Mas a diferença pode ser entendida sob outro viés: como significação política, é construída histórica

e socialmente; é um processo e um produto de conflitos e movimentos sociais, de resistências às assimetrias de poder e de saber, de uma outra interpretação sobre a alteridade e sobre o significado dos outros no discurso dominante (SKLIAR, 1998, p. 6).

Diante disso, cabe realizar pesquisas sobre como a mulher surda se identifica ou não com essas diferenças e como ela se vê diante daquelas pessoas que dizem que ela é ‘diferente’. Neste caso, insere-se uma pesquisa sobre gênero para que se possa abarcar esta questão. A autora Guacira Louro (2000) chama a atenção para o fato de que o conceito de gênero não se relaciona com os papéis femininos e masculinos que existem na sociedade, uma vez que isso seria redutor, deixando de lado as interações face a face juntamente com as formas de poder que emergem entre os gêneros. Desta forma, o gênero é parte integrante das múltiplas e plurais identidades dos sujeitos. E é neste rumo que este trabalho de pesquisa tomará uma direção.

Deste modo, as relações de poder imbricadas na análise da temática em destaque serão investigadas. Conforme Louro (2000, p. 14), o conceito de gênero começou a ser utilizado não só para se refletir as questões relacionadas com as mulheres, mas também “passou a analisar-se a construção social e cultural do feminino e do masculino, atentando para as formas pelas quais os sujeitos se constituíam e eram constituídos, por meio de relações sociais de poder” (LOURO, 2000, p. 14).

Vale ressaltar que os Estudos de Gênero, entre outros, nomeadamente os Estudos Feministas, preocupam-se com as relações de poder, de forma a mostrar a submissão e a opressão a que as mulheres sempre estiveram subjugadas. É na relação com as/os outras/os, no interior das redes de poder que “são instituídas e nomeadas as diferenças e desigualdades” (LOURO, 1999, p. 43).

No caso das(os) surdas(os), estas relações de poder sempre existiram. A sociedade majoritária (ouvinte) é que domina, fazendo com que algumas(ns) surdas(os) estejam dependentes das/os ouvintes, “o

sujeito surdo é referido como o “incapaz” de receber informações e experienciar relações no seu cotidiano” (MOREIRA, 1998, p. 102).

MULHER SURDA, FEMINISMO E DESLOCAMENTO DE IDENTIDADES

Moreira (1998) fala da emergência da mulher surda como um deslocamento de identidades, trazendo a categoria do gênero para dentro da discussão dos Estudos Surdos. Em suma, a autora trabalha a partir de três eixos: o dos Estudos Culturais, o dos Estudos Surdos e os estudos de gênero, ou seja, vê a surdez como apenas uma das múltiplas identidades das mulheres surdas, de acordo com as ideias de Hall (1999), e entende-a como uma questão epistemológica, unindo-se a narrativas que pretendem desconstruir, narrativas que vê a surdez como uma patologia a ser corrigida.

Uma análise acerca dos Estudos Surdos escritos sobre a mulher surda e suas relações de gênero e sexualidades deste tipo cabe a contribuição de autores como Scott (1990), Louro (2007) e Foucault (2000) para a discussão de gênero e sexualidades. Moreira (1998) afirma que a questão do gênero e sexualidade da mulher surda parte do pressuposto de um enfoque meramente biológico, uma vez que o corpo da pessoa surda, para o autor, é um corpo doente, deficiente, incapacitado e, por conseguinte, assexuado. Assim, realizar uma pesquisa sobre a construção de identidades da mulher surda pode se constituir como importante material para conhecer como se dá sua inscrição no mundo social e como elas se reconhecem.

Reforça-se que é, também, de suma importância o papel do outro para a construção da identidade, uma vez que é na relação com o outro que se percebe e se atribui sentido às características de cada indivíduo. Assim, identidade e diferença são conceitos que estão intrinsecamente relacionados. Pode-se considerar a identidade de diversas maneiras, como a identidade do indivíduo, a identidade coletiva de um grupo, ou como um processo de construção social (WENSING, 2005). Então saber como a mulher surda constrói a sua identidade e quem a conceitua (e

quais são esses conceitos) interessam à produção do texto sobre a temática apontada.

A identidade é socialmente construída através de diferenças, das quais as diferenças entre os sexos é a mais evidente (WENSING, 2005). Esta autora refere-se a “eixos de diferença” para indicar dimensões como raça, gênero, etnicidade, classe e sexualidade que interferem nas lutas de poder e que funcionam como marcos de identidade (WENSING, 2005, p. 87). As recentes teorias feministas implicam múltiplas identidades e dão ênfase à diversidade de vozes e experiências das mulheres, portadoras ou não de deficiência (GARLAND-THOMSON, 2005).

Estas teorias visam uma alteração de perspectivas normativas, apelando à mudança de consciência da sociedade de forma que esta tenha um olhar não negativo face às mulheres, mas sim integrador das suas características e singularidades. Harding (1991) realça a importância das teorias feministas, as quais estão centradas nas diferenças de gênero e nas diferentes situações entre mulheres e homens.

Diante disso, é possível inferir que a discussão do tema está estreitamente relacionada à cultura surda, a qual está, por sua vez, relacionada à identidade do sujeito que “(con)vive, quase sempre, com duas comunidades (surda e ouvinte)” (GESUELI, 2006, p. 280). Ainda seguindo o pensamento da mesma autora, a identidade surda alia-se à cultura surda havendo um “processo de recriação de um espaço cultural visual, o que se configura como espaço de resistência. Clifford Geertz (1993) apresenta o conceito de cultura como sendo semiótico, ou seja, tal como Max Weber afirmou, o sujeito tem as suas teias que vai tecendo, a que vai atribuindo significado, e não leis, e é a esse mesmo significado que corresponde a cultura.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A partir das narrativas de três mulheres surdas do município de Alagoinhas-Bahia que se procurará compreender de modo mais

aprofundado como se reconhecem na comunidade em que vivem e como são reconhecidas, aproveitando-se das suas experiências singulares e únicas sobre um tempo e espaço para fornecerem igualmente perspectivas sobre um tempo e espaço coletivo.

Será utilizado, como método, a narrativa biográfica. Como refere Bourdieu (2001, p. 696), não basta agir enquanto investigadora para controlar a interação quando da narrativa (nomeadamente no que diz respeito à linguagem, sinais verbais e não verbais), é, também, necessário agir “sobre a própria estrutura da relação [...], portanto na própria escolha das pessoas interrogadas e dos (as) interrogadores (as)”. Reconhecendo as especificidades e singularidades dos sujeitos, optar-se-á pela construção de três narrativas biográficas. Estas mulheres serão de faixas etárias diferentes, de forma a perceber as particularidades vividas por estas três mulheres surdas que passaram por diferentes experiências.

Os sujeitos adquirem, assim, uma enorme importância neste estudo estando envolvidos ao longo de todo o trabalho. Reconhece-se que a sua implicação é crucial e que a sua “experiência pode constituir-se num manancial poderoso de conhecimento sobre os quotidianos ao mesmo tempo que pode potenciar possibilidades científicas e margens políticas para a transformação social” (FONSECA, 2005, p. 162). Deste modo, são importantes não só as pessoas e as suas vidas, mas também o contexto em que elas se inserem de modo a refletir as suas experiências numa temporalidade histórica. Tal como refere a autora supracitada, para esta investigação serão mobilizadas perspectivas biográficas culturais inseridas numa epistemologia feminista “que procura descobrir diversos sentidos da vida” (FONSECA, 2005, p. 187).

A atenção epistemológica, teórica e metodológica dada à análise de percursos biográficos é importante para se perceber que caminhos vão traçando e construindo, enquanto mulheres surdas. Por isto, analisar-se-ão percursos de vida de três mulheres surdas de diferentes gerações de forma a compreender de que modo, tanto em nível social, familiar como profissional e educativo, estas mulheres foram se relacionando e participando numa sociedade maioritariamente ouvinte. Deste modo,

pretende-se contribuir para a “visibilidade e relevância das experiências, percursos e subjetividades das vidas femininas” (ARAÚJO; MAGALHÃES, 1999, p. 133).

Assim, este estudo se valerá da entrevista narrativa, pois, desta forma, os sujeitos participantes terão maior possibilidade de dar seus testemunhos e relatar os seus modos de vida.

Para tanto, será solicitada uma intérprete para efetuar a tradução e interpretação das entrevistas biográficas, a fim de que as mulheres surdas se sintam à vontade para tratar dos assuntos a serem abordados. Para uma melhor adequação aos objetivos, optar-se-á pela abordagem qualitativa em pesquisa, utilizando as técnicas das entrevistas semiestruturadas (TURATO, 2003). As entrevistas serão utilizadas a fim de permitir uma maior aproximação em relação ao fenômeno a ser estudado.

Para Bleger (1980), a entrevista permite uma flexibilidade na relação pesquisador/pesquisado, reduzindo os efeitos de uma imposição direta da problemática a ser investigada e facilitando, desse modo, a interação com os sujeitos entrevistados. De fato, nas entrevistas semiestruturadas, "o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa" (TRIVINOS, 1987, p. 146).

Para respaldar as falas colhidas nas narrativas das participantes, esta pesquisa se utilizará da revisão bibliográfica, partindo dos estudos de pesquisadores versados na área de identidades surdas, de gênero e identidades, além disso, as ferramentas teóricas da Crítica Cultural para trabalhar na desconstrução de conceitos naturalizados, no momento em que se busca enfocar o ponto de vista daquele que é considerado como minoritário (mulher surda) e posicionar o texto a partir do seu lugar de fala.

Para amparar toda a fundamentação dessa pesquisa foi feito um levantamento através do Estado da Arte em que concerne ao que foi produzido de mais recente nessa temática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as ponderações feitas, neste texto, não existe uma única identidade surda, também não existe uma única cultura surda que remeta para toda uma diversidade dentro das comunidades de surdas(os). Compreende-se então que as(os) surdas(os) não se caracterizam somente pela sua surdez, mas possuem um conjunto de características próprias que as(os) diferencia das(os) ouvintes e de outras(os) surdas(os). Pode-se ser surda/negra, surdo/negro/, surda/branca, surdo/branco, gay, lésbicas, de classe popular, da área rural, urbana, entre outros, e estas pessoas surdas podem estar inseridas noutras culturas minoritárias como cultura negra, indígena, imigrantes. Logo, a discussão é muito mais ampla e multifacetada do que se imagina.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Helena Costa; MAGALHÃES, Maria José. Des-fiar as vidas. Perspetivas biográficas, mulheres e cidadania. In: *Separata de: Coeducação: do princípio ao desenvolvimento de uma prática: actas do Seminário Internacional*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 133-139, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France*, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: Pierre Bourdieu (Org.). *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 693-713.
- BLEGER, J. *Temas de Psicologia: Entrevistas e grupos*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- GARLAND-THOMSON, Rosemarie. Estudos Femininos sobre Deficiência. Sinais. *Revista de Mulheres na Cultura e Sociedade*, volume 30, 2, 2005.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação de Culturas: ensaios selecionados*. Londres: Fontana Press, 1993.

GESUELI, Zilda Maria. *Lingua(gem) e identidade: a surdez em questão*. Educação e Sociedade, volume 27, 94, 277-292, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a14v27n94.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2020.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, 4. ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 105p.

HARDING, Sandra. “Introdução: teoria dos pontos de vista como um local de debate político, filosófico e científico”, em Sandra Harding (Ed.) *A leitora feminista de teoria dos pontos de vista: controvérsias intelectuais e políticas*. Nova York: Routledge, 1-16, 2004.

LOURO, Guacira. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

LOURO, Guacira. *Currículo, gênero e sexualidade*. Coleção Currículo, Políticas e Práticas, n. 5. Porto: Porto Editora, 2000.

LOURO, Guacira. Gênero, Sexualidade e Educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas, *Educação em Revista*, 46, 201-218, 2007.

MOREIRA, Sandra. A mulher surda e suas relações de gênero e sexualidade, *In: Carlos Skliar (Org.). A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Edições Mediação, 95-103, 1998.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 16, n. 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990.

SÁ, Nídia Limeira (2006). *Existe uma cultura surda?*, *Cultura, poder e educação de surdos*. São Paulo: Paulinas, 2006. Disponível em: www.eusurdo.ufba.br/arquivos/cultura_surda.doc. Acesso em: 13 mar. 2020.

SKLIAR, C. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. *In: SKLIAR, C. (Org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SKLIAR, C. *Atualidade da educação bilíngue para surdos*. Porto Alegre: Mediação, 1999.

TESKE, Ottomar. A relação dialógica como pressuposto na aceitação das diferenças: o processo de formação das comunidades surdas. In: Carlos Skliar (Org.). *A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Ed. Mediação, 1998. p. 140-156.

TRIVINOS, A.N.S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em Educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

TURATO, E.R. *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: Construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas*. Petrópolis: Vozes, 2003.

WENSING, Pien. Encontros de Prospero e Caliban – *Identidades pós-coloniais em Foe e Baía dos Tigres*. Dissertação de Doutorado. Universidade de Utrecht, Utrecht, 2005. Disponível em: <http://igitur-archive.library.uu.nl/student-theses/2006-0324-083009/UUindex.html>. Acesso em: 16 mar. 2020.

O PAPEL DA ORALIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO LETRAMENTO EM CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Simone Silva Santos Alves¹

Resumo: A relevância desta pesquisa justifica-se por apresentar reflexões sobre o papel do trabalho sistemático com gêneros que se encontram no limiar entre oralidade e escrita para o desenvolvimento da linguagem infantil. Será desenvolvida uma pesquisa de campo e experimental com crianças escolarizadas, estudantes de uma creche escola municipal num bairro periférico de Alagoinhas. Objetiva-se especificamente verificar em quais aspectos o trabalho com o gênero textual trava-língua promove o desenvolvimento da fluência oral, contribuindo para o letramento escolar e social. Como variável linguística observar-se-á o quanto o trabalho com o trava-língua contribui para a tomada de consciência fonológica da criança a ponto de ela diferenciar ataques simples (C - consoante) de ataques complexos (CC - consoante/consoante) na percepção e na produção da oralidade. Questiona-se sobre o quanto a ausência de um trabalho sistemático com oralidade na educação infantil pode influenciar no fracasso no processo de alfabetização e letramento na criança. Advoga-se que o trabalho com oralidade que vise desenvolver tanto a consciência fonológica como o desenvolvimento da ludicidade e do prazer com a linguagem oral possa representar portas abertas para um processo de aprendizagem da escrita e do letramento infantil eficazes e significativos para a criança. Pretende-se organizar a pesquisa inicialmente pelos questionários respondidos pelos pais das crianças envolvidas, bem como, fazer a análise por meio de estudo bibliográfico e fundamentação teórica; a seguir, desenvolver um aplicativo com trava-línguas para que as crianças tenham contato com o mesmo e observar qual a contribuição deste para o

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), Graduada em Lic. Em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia. Linha de pesquisa: Letramento, identidades e formação de educadores. Endereço eletrônico: hyanmone@hotmail.com. Orientadora: Prof. Dra. Cláudia Martins Moreira. Endereço eletrônico: claudiamartinsmoreira@gmail.com.

desenvolvimento oral, para o letramento escolar e social na vida dos estudantes. Por fim, perceber o quanto as crianças evoluíram a partir dessa experiência em comparação às outras que tiveram ou não contato com os jogos, brincadeiras e aplicativo.

Palavras-Chave: Oralidade. Letramento. Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

O presente Projeto visa compreender como ocorre o processo do desenvolvimento da oralidade em crianças de uma escola pública, em um bairro periférico, bem como, identificar a contribuição desse processo para o letramento escolar e social. Questiona-se os motivos das dificuldades que as crianças desta esfera têm para aprender a ler e escrever, por isso, este estudo visa investigar a contribuição das práticas pedagógicas voltadas para o gênero textual trava-línguas, com o foco na consciência fonológica, em que as crianças poderão perceber o modo como se fala e como se escreve, as menores partículas das palavras (as sílabas), os fonemas e os grafemas. Poderão também fazer a análise dos sons para observar as aliterações e rimas, o que as fará avançar em sua compreensão da escrita, tornando-as cidadãos aptas a expressar com maior clareza o que desejam, o que necessitam. Com tal conhecimento e discernimento, a criança ganha autoconfiança para buscar outras experiências lúdicas e intelectuais, o que facilitará a fase da alfabetização. Desse modo, Morais (2016, p. 523) explica que,

De fato, as crianças vivenciam desde cedo, situações em que brincam de produzir rimas, mostram-se interessadas em ouvir e recitar trava-línguas e em memorizar e dizer parlendas, dentre outras brincadeiras com as palavras. Tais jogos contribuem para que elas notem que as palavras são formadas por uma sequência de segmentos sonoros e que podem, portanto, ser divididas em partes menores. Além disso, por meio dessas brincadeiras, as crianças percebem que existem semelhanças sonoras entre as palavras e passam a identificá-las.

Por isso, as questões de pesquisa se dão na inquietação por investigar as causas de as crianças da educação infantil da rede pública de ensino não aprenderem a ler e a escrever no período da alfabetização. Assim, questiona-se qual a função do trabalho sistemático para o desenvolvimento da oralidade e da consciência fonológica, bem como, qual a utilidade do gênero trava-língua para o desenvolvimento da consciência fonológica na educação infantil e qual a importância da consciência fonológica e do trabalho sistemático com a oralidade durante a educação infantil. Sobre essa consciência, Moreira (s.d.) discorre:

Diversas pesquisas têm mostrado que uma das dificuldades das crianças que estão submetidas à aprendizagem de uma escrita alfabética, é perceber que os segmentos gráficos (letras) representam — na maioria das vezes — segmentos sonoros (fonemas) enquanto elementos discretos. Essa habilidade para perceber e segmentar fonemas pode ser desenvolvida através de atividades diversas; como destacar sons diferentes, identificar sons semelhantes, pronunciar palavras — inventadas ou não — acrescentando ou subtraindo sons entre outros.

Desse modo, esta pesquisa pretende trazer uma significativa contribuição para os professores e para as classes de educação infantil, pois esta proposta representa a cobertura de uma lacuna, devido à carência de pesquisas sobre o tema na UNEB e de trabalhos que ofereçam alternativas, numa perspectiva linguística aliada à pedagógica, ao ensino da oralidade e letramento infantil.

1. DISCUSSÃO TEÓRICA

Desde o nascimento, a criança já entra em contato com a fala daqueles que estão ao seu redor. A aprendizagem da língua oral inicia-se de forma empírica quando os familiares utilizam os critérios da língua materna a que têm acesso. Quando a criança chega à escola, o currículo propõe um método para que ela aprenda a língua escrita, o que a

depender das práticas pedagógicas e política escolar, pode levar a criança a assustar-se com as práticas curriculares.

Assim, o que esta pesquisa tem a investigar é a forma como a linguagem é trabalhada na educação infantil de uma escola pública municipal, especificamente, como o gênero textual infantil trava-línguas poderá contribuir para o desenvolvimento da oralidade, do letramento e da alfabetização das crianças em questão.

A linguagem é a condição que nos diferencia de outros seres, o que nos permite exercer um determinado poder em situações diversas, em períodos e condições diferentes. Assim, a oralidade bem desenvolvida permite que o indivíduo se expresse com maior clareza em seus objetivos e o torne mais enfático em sua comunicação. Assim, a ludicidade na educação infantil desempenha um papel muito importante, o de fazer com que a criança aprenda ao brincar; de proporcionar situações de interação, brincadeiras, jogos, faz-de-conta e atividades que sejam direcionadas a aprendizagem de modo simbólico e prazeroso. Tais experiências irão proporcionar aos discentes uma aquisição de conhecimento significativo e permitirão que eles façam o uso desse em suas atividades cotidianas, domésticas, comunitárias, de modo a assimilar cada vez mais a aprendizagem, de maneira lúdica e inconsciente. A representação, a encenação, a repetição do que se ouve, através de cantos e recitais, entre outras atividades que envolvam a oralidade, sem dúvida inserem a criança no meio social, dialogicamente, onde a mesma sentir-se-á representada e acolhida, o que desenvolverá atitudes de cidadania e letramentos social, escolar e identitário.

Quando se discute o letramento, Kleiman (2006) o define como um conceito criado para referir-se aos usos da língua escrita não somente na escola, mas em todo lugar. A autora discorre sobre duas situações: práticas e eventos de letramento. A prática se dá através da utilização da escrita, quando esta é utilizada, por exemplo, para registrar assuntos do cotidiano escolar, doméstico ou profissional, de acordo com o uso social da mesma. Os eventos ocorrem quando um indivíduo ou mais, participam indiretamente de situações onde há a prática exercida por outrem, em

que serão agentes de letramento através da oralidade, audição, observação. Pode ocorrer concomitantemente entre os envolvidos ou não.

No caso da Educação Infantil, mesmo que as crianças não saibam escrever alfabeticamente, mas participem de ações onde irão registrar os seus sentimentos, participar de um evento escolar em que necessite a sua participação escrita, um desenho, ou mesmo o registro de seu nome simbolicamente, as crianças estarão desenvolvendo o letramento escolar através das práticas e dos eventos, ao expressar-se, ao observar o professor, repetir um verso, uma rima, apresentarem-se em comemorações, desde que entendam a função social daquelas ações e qual a finalidade do evento.

Segundo Soares (2003), no Brasil os conceitos de alfabetização e letramento se mesclam, se superpõem, frequentemente se confundem. Isso torna o trabalho docente mais fragmentado, pois o professor pode não distinguir quais são as ações que desenvolverão as habilidades, as competências e as atitudes para alcançar os objetivos de alfabetizar e letrar a criança, o que favorece a educação mecanicista.

O desenvolvimento da oralidade é condição importante para o letramento escolar e social, pois para Moreira,

Advoga-se que, antes de a criança entrar em contato com a escrita enquanto sistema, uma ampla compreensão da escrita já se construiu. Alguns estudiosos enfatizam a necessidade de que se compreendam os conceitos sobre a escrita adquiridos pelas crianças antes de elas ingressarem na escola, pois esses conceitos, e a maneira como foram adquiridos ou não, irão dificultar ou facilitar o acesso da criança à escrita (MOREIRA, 2017, p. 96).

Em educação infantil é de suma importância que o professor trabalhe a oralidade, visando a alfabetização e letramentos. Tal trabalho, de forma lúdica e significativa irá despertar a motivação nas crianças, o que fará com que aprendam com significância, por meio do simbolismo e da brincadeira. A partir deste trabalho sistemático e intencional, haverá a

compreensão dos conceitos da língua materna, da língua falada e escrita, do sistema alfabético e sua organização fonética. Esse conjunto de ações promoverá o desenvolvimento da consciência fonológica. Assim, para Carvalho,

Acreditamos que os estudos sociointeracionistas que tratam da inter-relação entre o desenvolvimento da língua oral e o desenvolvimento da escrita, principalmente com práticas de letramento emergente nessa inter-relação, possam nos trazer novas luzes acerca do processo de desenvolvimento da consciência fonológica (CARVALHO, 2003, p. 2456).

O que se pode inferir, a partir dessa afirmação, é que a criança já traz as suas experiências de letramentos de casa para escola, e é neste espaço que inicia-se o processo de aquisição do conhecimento sobre a linguagem. Sendo assim, a escola tem o papel de proporcionar diversos momentos, com os diversos gêneros e tipologias textuais, de modo que a criança perceba a organização dos grafemas e fonemas ao brincar, cantar, rimar, cirandar. Para Moreira,

Ao assumir a importância das relações grafofônicas para a aprendizagem da língua, e, conseqüentemente, o papel da língua falada no processo de aquisição, os pesquisadores encontram-se diante de uma evidência: a percepção que a criança tem dos sons da língua desempenha um papel fundamental para o processo de aquisição da escritura e leitura; a ela dá-se o nome de “consciência fonológica” (MOREIRA, 2017, p. 111).

Desse modo, esta pesquisa tem a pretensão de investigar os resultados que o trabalho com a oralidade, através dos trava-línguas, pode trazer para a alfabetização e o letramento, visto que esse gênero traz uma complexidade lexical para as crianças, o que fará com que elas se motivem para aprenderem e apresentarem aos colegas e professor. Isso corrobora para o desenvolvimento da consciência, ao perceberem os fonemas ou combinação de fonemas representados pelas letras; perceber as rimas, as aliterações, observar que, ao mudar de um fonema para uma

combinação de dois fonemas, haverá também aumento de grafemas. Essa entre outras habilidades podem ser desenvolvidas de forma prazerosa e fluida, sem a preocupação com atividades mecânicas, nem com a aquisição precoce do sistema alfabético.

Para essas questões, também serão analisados os documentos oficiais nacionais e municipais nos quais a escola está embasada para propor as atividades durante as aulas e se o professor tem o conhecimento acerca do papel da consciência fonológica para a aprendizagem da leitura e escrita, especialmente no início da alfabetização e do letramento das crianças no presente e no futuro.

2. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE SUMÁRIO

Nesta seção, pretende-se apresentar e descrever o sumário como uma fotografia daquilo que o corpo deste trabalho irá tratar. De forma breve e simples, tem-se o objetivo de projetar as ideias e intencionalidade da pesquisa.

O primeiro capítulo trará uma narrativa sobre a construção da identidade autônoma na educação infantil, a partir da premissa de reconhecer a origem das crianças, famílias e comunidade onde residem. Assim, cada componente participante da pesquisa pode perceber de onde vem e decidir para onde vai, como e quando, baseados em sua história e etnia. Acredita-se que através do autoconhecimento, será mais fácil entender as relações com o outro e com a aprendizagem. Esse viés será acompanhado sob a ótica da pesquisadora, que poderá fazer intervenções através de questionários e/ou entrevistas orais e escritas com as crianças e responsáveis.

O segundo capítulo abordará a respeito dos mecanismos para o desenvolvimento da linguagem e do multiletramento. Para isso, trará questões ligadas ao pluriculturalismo, assim como, a análise sob a perspectiva dos teóricos da educação infantil, como Paulo Freire, Vigotsky, Piaget, Wallon. A seção deste capítulo discutirá sobre as

estratégias cognitivas e metacognitivas que podem contribuir para o processo aquisicional das crianças. Para isso, apresentará a ideia de um aplicativo de trava-línguas como ferramenta que trará vários desafios lúdicos às crianças, de modo que estas poderão desenvolver a fala e a escrita com maior facilidade e prazer.

O terceiro capítulo tratará do letramento e identidade na educação infantil e terá como subtítulo ‘Quais são e como são as brincadeiras mais comuns no espaço doméstico e comunitário, que estimulam o desenvolvimento cognitivo da fala, da leitura, da escrita e de atitudes éticas (cidadania, proatividade, criticidade)?’ Nesta seção poderemos observar inúmeras situações lúdicas, que trarão um retorno favorável ao desenvolvimento cognitivo, intelectual e moral à criança, o que facilitará o processo da descoberta da linguagem e cultura, por intermédio da escola, o qual é o foco da terceira seção.

O último capítulo apresentará as considerações finais da pesquisa, a partir dos estudos realizados, da observação e acompanhamento constante do objeto de estudo.

CONCLUSÃO

O objetivo desta pesquisa é investigar a função do trabalho sistemático com o gênero trava-línguas no desenvolvimento da oralidade e da consciência fonológica de crianças em fase final da educação infantil. Para alcançá-lo faz-se necessário identificar a função do trabalho sistemático com a oralidade no desenvolvimento do letramento infantil, verificar a utilidade do uso do gênero trava-línguas para o desenvolvimento da consciência fonológica na educação infantil e refletir sobre a importância do desenvolvimento de atividades de consciência fonológica para a educação infantil.

A metodologia utilizada será a pesquisa de campo experimental, com enfoque qualitativo. A revisão bibliográfica será utilizada para dar suporte e fundamento à prática, pois os diversos autores a serem consultados, que discorrem sobre esta área da oralidade, do letramento

e da educação infantil irão consubstanciar esta pesquisa, de modo a trazer valores significativos às ações práticas na sala de aula. A teoria aliada à prática será de grande valia para que se dê o delineamento do trabalho e corrobore para que o resultado seja efetivo junto à comunidade em que o trabalho será desenvolvido.

Os dados serão coletados em sala de aula, através da aplicação das atividades práticas, sessões de jogos, brincadeiras, músicas, repetições das trava-línguas, vídeos, brincadeiras de roda, dramatização, as quais poderão estimular a participação, a espontaneidade, o interesse, a subjetividade e a aprendizagem das crianças. Entrevistas também serão utilizadas, com os pais ou responsáveis pelas crianças, para que se possa analisar quais e como são os contatos com os gêneros textuais que elas têm na família e na comunidade onde estão inseridas.

Será observado o grau de facilidade e dificuldade que as crianças enfrentarão com a pronúncia e o modo como elas organizam o pensamento para responder aos estímulos dos textos. A maneira como identificam os grafemas, os fonemas, as aliterações e rimas de forma lúdica e espontânea, bem como, o modo como entoarão as trava-línguas e se estas provocam o desenvolvimento para a oralidade e do letramento emergente.

As atividades periódicas serão registradas em vídeo para efeito de registro de campo (entretanto não serão usadas na análise para que os sujeitos fiquem no anonimato e não sejam expostos na pesquisa). Apesar de não haver exposição dos sujeitos, ainda assim, os responsáveis pelas crianças deverão estar cientes e concordar com o trabalho a ser realizado mediante assinatura de Termo de anuência. Por essas características, a pesquisa passará pelo crivo do comitê de ética em pesquisa da universidade.

Para avaliar os resultados, serão aplicados testes de consciência fonológica com grupos de controle e grupos experimentais, antes e depois do experimento.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, W. J. de A. *Consciência fonológica: uma análise comparativa das habilidades (meta)fonológicas em crianças de diferentes níveis sócio-escolares*. Disponível em: http://leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/ABRALIN_2009/PDF/Wilson%20Júnior%20de%20Araújo%20Carvalho.pdf. Acesso em: 6 set. 2019.

KLEIMAN, Ângela B., *Preciso ensinar o letramento? Não basta ensinar a ler e escrever?*. Brasília, DF: BRASIL. MEC. 2006.

MORAIS, Artur Gomes de. ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de. BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi Alves. Refletindo sobre a língua escrita e sobre sua notação no final da educação infantil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, vol .97 nº 247, Brasília set./dez. 2016. Disponível em: <http://rbepold.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/2778/pdf> Acesso em: 08/09/2019.

MOREIRA, Cláudia Martins. *A sílaba na alfabetização de crianças e adultos*. Curitiba: Appris, 2017.

MOREIRA, Cláudia Martins. *E o que “sobra” para a Educação Infantil?* Artigo aprovado para publicação no Jornal do Alfabetizador. (s.d.)

SOARES, Magda. Letramento e Alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*. Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de alfabetização, leitura e escrita. 2003.

SOARES, Magda. *Alfabetização e Letramento*. 7. ed. - São Paulo: Contexto, 2017.

(AUTO)BIOGRAFIA: ENTRE A REFLEXÃO E A CONSTRUÇÃO DO “SER PROFESSOR”

Tainara dos Santos Bastos¹

Resumo: Ser professor não é e nunca será uma tarefa fácil, apesar da tecnologia, dos avanços e recursos cada vez mais ilimitados, esse campo de pesquisa que é a escola, principalmente a sala de aula é munido de surpresas, que apesar de todo o preparo, muitas vezes desestabiliza um professor. Logo, Pensando em como tem sido a nossa atualidade não somente no dia a dia escolar, como também em aspectos da nossa vida e cotidiano, o presente paper visa desenvolver uma discussão esclarecendo a importância de se refletir a prática em sala, bem como suas metodologias, utilizando para tal os instrumentos (auto)biográficos, em especial os memoriais de formação. Destacaremos também a importância desses escritos para o processo de construção do ser professor. A discussão porposta surge do projeto intitulado Trajetória de vida e Formação: Costurando e Construindo uma Prática pedagógica.

Palavras Chave: História De Vida. Reflexão. Prática Pedagógica.

INTRODUÇÃO

Interessante, se pararmos para observar veremos que a nossa vida independente da idade, cor, gênero, classe social, ambiente, gera em torno de análises, reflexões, como esta que estou propondo agora, desde tempos e experiências mais remotas, até as mais atuais, sejam elas boas ou ruins.

Somos convidados, ou quem sabe até convocados a evocar com uma frequência inimaginável a nossa memória. Até mesmo uma criança em certos momentos de exortação e/ou aconselhamento, conversa, é ordenada a aguçar sua memória em frases de sua mãe ou de qualquer

¹ Discente do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), Campus II — Alagoinhas. Linha de Pesquisa 2: Letramento, Identidades e Formação de Educadores, Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Rita Santiago. Endereço eletrônico: syninha_15@hotmail.com.

outro responsável dizendo: “lembre o que você fez”, “isso está correto”? “e se isso ou aquilo estivesse acontecido”?

Naquele momento, a criança se depara diante da complexa tarefa de memorização e reflexão, que a farão lembrar cada detalhe de suas atitudes, o qual foi chamado a atenção, e refletir as possíveis consequências daquele ato.

Pensando nisso, queremos nos debruçar sobre esse aspecto da reflexão de si, voltado para a prática pedagógica, uma vez que, um professor necessita estar em constante remodelação das suas atividades e práticas em sala e fora dela para melhor aprofundamento e construção da sua identidade docente.

E nada mais justo, que fundamentar a discussão com as memórias de formação que por ser um dispositivo metodológico baseado na (auto)biografia permite que o docente possua um olhar mais crítico de si mesmo, apontando erros e acertos, o que conseqüentemente gerará mudanças.

Desta forma, o presente artigo visa refletir sobre a importância dos memoriais de formação na construção da prática pedagógica e da reafirmação do Ser professor.

(AUTO)BIOGRAFIA E A REFLEXÃO DE SI

Cada dia que se passa estamos nos condicionando, ainda que indiretamente, a ações, relações, conversas “fast food” devido as demandas diárias, jornadas de trabalho, diversas atividades e exigências a serem cumpridas. Isso faz com que passemos despercebidos pela nossa própria vida, de forma tão intensa que somos muitas vezes incapazes de descrever o que comemos ou vestimos no dia anterior. Passamos diariamente pelo mesmo caminho e não percebemos a construção de uma casa, o fechamento de um estabelecimento, uma reforma, enfim. Ativamos a vida no modo automático e apenas seguimos.

Quantos de nós, já voltou para casa no meio do caminho que iria a algum lugar por se perguntar se trancou a porta, desligou o fogo, ativou o alarme, colocou o cachorro pra fora, enfim, atividades comuns que fazem parte do nosso dia a dia, mas que se tornaram tão constantes que não pensamos, apenas fazemos. Como destaca Bastos (2015) a seguir:

Vivemos e vivenciamos as experiências cotidianas, de forma acelerada e momentânea, de modo que não temos tempo de observar cada fato do dia a dia, porém quando nos sujeitamos à escrita da narrativa autobiográfica, somos motivados a re/lembrar acontecimentos que até então nos pareciam desnecessários, inúteis e sem importância [...] (p. 66).

Muitas vezes não somos capazes de ensinar um determinado caminho a alguém, mesmo ele sendo conhecido e percorrido frequentemente, mas que muitas vezes a rotina impede de atentar a detalhes que demarcariam na memória aquele lugar, aquele caminho, aquele aspecto, transformando em supérfluo tudo em volta.

Nas salas de aula isso não tem sido diferente, muitos docentes envolvidos pela extensa carga horária, densidade de atividades pedagógicas, quantidade de turmas e alunos, e até pressão da comunidade escolar e responsáveis, assumem uma postura impensada, com modelos prontos que já foram “testados e aprovados” em outras turmas e lugares, tornando cada dia as atividades mais metódicas, tradicionais e sem nenhum sentido para o aluno, gerando muitas vezes descaso e insatisfação tanto por meio do docente, quanto principalmente dos discentes.

E esse é, em muitos casos, o motivo de durante o estágio curricular supervisionado, os docentes em formação inicial encontrarem obstáculos ao chegar na escola para realizar a tarefa de assumir uma turma com algum professor da disciplina, ou simplesmente a etapa da observação. Eles são barrados pelos professores atuantes pelo simples fato de serem observados e/ou criticados por sua metodologia, o que gerará desconforto.

Isso remete-nos a refletir sobre esse professor e a sua resistência em ser observado, pois acreditamos que só conseguiremos construir a nós mesmos, a nossa identidade através do confronto, que por sinal só acontece por meio do contato com o outro. Como podemos observar a fala de Josso (2004) a seguir:

Assim, a busca de si é inseparável de uma relação com outrem, mesmo quando, durante um tempo, se privilegia uma exploração de si, em relação a si mesmo, a partir de autopercepções e de auto-observações, sustentadas, ou não, por um quadro terapêutico ou de desenvolvimento pessoal. Nós não saberíamos viver, mesmo como eremitas, sem pertenças (reais ou simbólicas) (2004, p. 95).

É através do outro que eu me reinvento, recrio, revivo. A reflexão que faço de mim não pode ser isolada, ela é gerada através do contato com o meio, logo, com o outro, gerando consequências positivas ou negativas.

O que devemos observar é que durante o estágio curricular obrigatório, o docente em formação inicial passa por um círculo constante durante todo o processo, contendo a escolha da escola e turma, a observação do perfil da turma, a identificação dos aspectos a serem abordados, a construção dos planos de aula juntamente com o professor responsável, em seguida a aplicação dessa aula, e logo após ela a escrita dos acontecimentos, percepções, realizações, impedimentos.

Esse terceiro passo é realizado nas escritas dos memoriais de formação, que induz esse docente em formação inicial a relatar cada detalhe ocorrido antes, durante e depois de cada aula, os aspectos relevantes e até aquele que pode não fazer muito sentido. O desenrolar da aula, incluindo tudo aquilo que deu certo ou errado, e os motivos para cada um deles.

Todo esse processo, por mais cansativo que possa parecer gera no docente em formação inicial (na verdade em todos, mas aqui estamos nos dedicando a eles) uma gama de reflexões de como foi a aula e como poderia ter sido. Nesse momento de revisita ele elencará cada detalhe

bom que deve ser mantido e os ruins que podem ser alterados ou descartados para um desenvolvimento mais satisfatório. Passegi (2008), a seguir, ressalta essa questão:

A finalidade de escrever sobre a própria aprendizagem é justamente a de poder (aprender) a situar-se, deliberadamente, do lado do processo e não do produto, da ação e não da produção, pois se volta para a relação da pessoa com o conhecimento. A escrita reflexiva sobre a experiência de aprendizagem quer se trate de um memorial, um portfólio, um diário de pesquisa ou da história de vida profissional, “formam para a formalidade, ou seja, para a capacidade de mudança qualitativa, pessoal e profissional, engendrada por uma relação reflexiva com sua “história”, considerada como “processo de formação (2008, p. 35).

Esse processo de formação destacado pela autora é uma construção de toda trajetória desse docente em formação, trajetória essa que necessita ser narrada para ganhar corpo, vida, sentido e principalmente reflexão, confronto e conseqüentemente mudança. Pereira (2012) ainda acrescenta que:

Assim, tomamos a escrita autobiográfica como eixo metodológico como forma de propiciar espaços e estratégias que permita a cada estudante e professor formador a pensar sobre sua trajetória pessoal, acadêmica e profissional. E a construção de portfólios e memoriais como gêneros textuais e instrumentos que permitem que as estudantes escrevam suas percepções, crises, aulas, dilemas, inferências e estratégias construídas nesse processo de auto-formação e construam suas histórias de discentes e docentes. Ao narrar sobre si, o/a estudante se constitui como autor/pesquisador e ao mesmo tempo, ele se convoca a se responsabilizar sobre o ato de escrever e dizer sobre si (p. 4).

Logo, notamos que é comum ocultarmos aspectos que consideramos desagradáveis, dolorosos, constrangedores, ou que simplesmente fugiram do nosso plano inicial, fazendo com que nossa reação imediata seja ignorar, “fingir que nada aconteceu” e tentamos

apagar da nossa memória essas cenas apenas evitando qualquer tentativa de lembrança.

E essa questão, é algo que tem acontecido no meio escolar, quando um docente, ao incrementar determinada prática em sala, percebe que essa não obteve o resultado esperado, fugiu completamente do seu plano por causa da indisciplina do aluno, espaço da sala, falta de material, ou qualquer outro imprevisto, obrigando-o a mudar, inventar ou simplesmente anular o plano causando desconforto. E a forma de evitar esse sentimento acaba sendo o uso das técnicas tradicionais, fazendo com que toda e qualquer tentativa contrária a isso seja bloqueada. Conforme complementa Voltoline (2009)

A experiência educativa nos confronta sempre com uma prática decisória; o sem número de situações que se abrem cotidianamente possuem uma tal diversidade que não permite nenhum tipo de catalogação em algum manual de sobrevivência para situações difíceis. Exige, isto sim, o bom-senso e a capacidade de julgar, insubstituíveis por algum conhecimento estabelecido (p. 34-35).

Por esse motivo muitos permanecem presos em metodologias tradicionalmente repetitivas, gerando conforto, mas que a priori desvaloriza a sua própria formação, como destacam Lima e Pimenta (p. 2012) ao dizer que:

Ao valorizar as práticas e os instrumentos consagrados tradicionalmente como *modelos* eficientes, a escola resume seu papel a ensinar; se os alunos não aprendem, o problema é deles, de suas famílias, de sua cultura diversa daquela tradicionalmente valorizada pela escola.

A formação do professor, por sua vez, se dará pela observação e tentativa de reprodução dessa prática modelar: como um aprendiz que aprende o saber acumulado. Essa perspectiva está ligada uma concepção de professor que não valoriza sua formação intelectual, reduzindo a atividade docente apenas a um fazer que será bem-

sucedido quanto mais se aproximar dos modelos observados (p. 36).

É nesse sentido que entram em cena as narrativas (auto)biográficas, em especial os memoriais da aprendizagem, que consiste em um dispositivo metodológico capaz de incentivar o exercício de rememoração das aulas, permitindo uma reflexão aprofundada sobre cada aspecto realizado em sala, sendo ele positivo ou negativo.

Nesses memoriais os docentes em formação inicial relatam desde a escolha da turma e o porquê, até a construção das aulas, a execução da mesma, o processo de realização, a abordagem da turma, o erro ou acerto da metodologia e conseqüentemente o que levou a isso, sem falar nas alegrias e frustrações do processo. Durante toda essa narração o docente em formação será “obrigado” a repassar mentalmente tudo o que aconteceu naquela aula e isso dará espaço para a reflexão do que pode ser modificado das vezes posteriores, modelando assim a sua prática, como acrescenta Bastos (2015) ao destacar que:

[...] sabemos que a escrita de si é inundada de significados, frustrações, limitações e realizações, que vão surgindo por meio das reflexões realizadas para essa construção, e que, por sua vez, tem auxiliado na construção da identidade dos docentes que passam por essa experiência (p. 64).

Como foi destacado acima, essa construção não se dá apenas para a descrição metodológica, mas desperta um olhar mais aguçado para si e para o outro, pois a partir do momento em que ocorre essa rememoração, há também uma desconstrução, seja ela de métodos. Toda reflexão gera uma mudança.

De certa forma, a construção dessas narrativas, os memoriais, quebram o círculo vicioso da repetição, do tradicionalismo, oportunizando uma nova rotina, a de viver e reviver para desconstruir e construir. Até aspectos que outrora foram ignorados, agora passam a ter mais destaque e sentido. O professor perde a posição de simples detentor do

conhecimento e passa a assumir um papel de humano, com direito a erros e acertos e principalmente a também aprender com o seu aluno, construindo assim a sua identidade como professor. Josso (2004) ainda acrescenta sobre isso ao destacar que:

Falar das próprias experiências formadoras é, pois, de certa maneira, contar a si mesmo a própria história, as suas qualidades pessoais e socioculturais, o valor que se atribuiu ao que é “vivido” na continuidade temporal do nosso ser psicossomático. Contudo, é também um modo de dizermos que, neste *continuum* temporal, algumas vivências têm uma intensidade particular que se impõe à nossa consciência e delas extrairemos as informações úteis às nossas transações conosco próprios e/ou com o nosso ambiente humano e natural (p. 48).

Sendo assim, são essas experiências que nos formam, que constroem nossa identidade enquanto ser humano, ser dotado de vivências, ser pesquisador, ser professor. E para construir essas experiências precisamos de muito mais que apenas estar vivendo elas, precisamos sentir, experienciar, se construir através dela e do outro. Para a partir de então remodelarmos nossa identidade diante de nós mesmos, pois “as histórias de vida, ao longo da existência, põem em cena peregrinações para que o autor se sinta e viva ligado a outem” (JOSSO, 2004, p. 95).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, ser professor vai muito além da prática de transmitir conteúdo, muito além do envio de informações e aprendizagens linguística e literárias. Ser professor perpassa pelo campo da reflexão e auto crítica permitindo ver em si erros que influencia direta ou indiretamente a absorção do conteúdo por seu aluno.

Ser professor é estar disposto a se reinventar cotidianamente, reconhecendo que ainda precisa aprender não só na universidade, livros

ou cursos, mas com o seu aluno e principalmente consigo mesmo, através das suas próprias falha e frustrações.

E para chegar nesse aspecto é necessário uma constante reflexão de si, reflexão essa que é permitida pelas escritas autobiográficas, nesse caso os memoriais, permitindo adentrar dentro de si, buscando constantes mudanças, construções e desconstruções, remodelando assim o ser professor.

REFERENCIAS

CASTRO, Celso. História, cultura e patrimônio documental. *In*: CASTRO, Celso *Pesquisando em arquivos*. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2008.

BASTOS, Tainara dos Santos. Portfólios: um caminho para a reflexão sobre a práxis docente. *In*: PEREIRA, Áurea da Silva (Org.). *Práticas de Pesquisa Autobiográfica: Letramentos, memórias e narrativas*. Editora CRV: Curitiba, 2015.

DELORY-MOMBERGER, Christine. *Biografia e educação: figuras do indivíduo-projeto*. Trad. Maria da Conceição Passegi, João Gomes da Silva Neto e Luis Passegi. Natal, RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. RJ: Paz e Terra, 2013.

JOSSO, Marie-Christine. *Experiências de vida e formação*. Tradução José Claudino e Júlia Ferreira. São Paulo: Cortez, 2004.

KENSKI, Vani Moreira. A vivencia escolar dos estagiários e a prática de pesquisa em estágios supervisionados. *In*: PICOTTEZ, Stela C. Bertholo. (Coord.). *A prática de ensino e o estágio supervisionado*. Campinas, SP: Papirus, 1991.

LIMA, Maria Socorro Lucena; PIMENTA, Selma Garrido. Por que o estágio para quem já exerce o magistério: uma proposta de formação contínua. *In*: *Estágio e Docência*. São Paulo: Cortez, 2012. p. 123-140.

NÓVOA, Antonio (Org.). *Vidas de professores*. Porto editora LDA - Portugal, 2000.

NÓVOA, Antonio (Org.). *Profissão professor*. Porto editora LDA - Portugal, 1999.

PEREIRA, Áurea da Silva. *Portfólios e memoriais: Dispositivos metodológicos no estágio de Letras*. Publicado em: II Colóquio de Prática Pedagógica e Estágio de 17 a 19 de maio de 2012.

PIMENTA, Selma Garrido. Estágio: diferentes concepções. *In: Estágio e Docência*. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVESTRE, Magali Aparecida Silvestre. Sentidos e significados dos estágios curriculares obrigatórios: a fala do sujeito aprendente. *In: GOMES, Marineide de Oliveira (Org.). O estágio na formação de professores: possibilidades formativas entre ensino, pesquisa e extensão*. Edições.

SILVESTRE, Magali Aparecida. Sentidos e significados dos estágios curriculares obrigatórios: a fala do sujeito aprendente. *In: GOMES, Marineide de Oliveira (Org.). O estágio na formação de professores: possibilidades formativas entre ensino, pesquisa e extensão*. Edições Loyola. São Paulo: 2011. p. 165-185

SOUZA, Elizeu Clementino de; MINGNOT, Ana Cristina Venancio (Org.). *Histórias de vida e formação de professores*. Rio de Janeiro: Quartet: FARPEJ, 2008.

VOLTOLINI, Rinaldo. A Síndrome da D'Existência: o educador em tempos de fracasso. *In: CAMARGO, de Faccioli; MARIGUELA, Márcio; SOUZA, Regina Maria de. Que escola é essa?: antagonismos, resistências e subjetividades*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA VELHICE: UM OLHAR SOBRE AS VELHAS APOSENTADAS DA UATI — CAMPUS II

Tarcísio Carvalho da Cruz¹

Resumo: O presente estudo surge através das inquietações provocadas pelas leituras acerca dos processos de envelhecimento, que sob a égide do sistema capitalista tem na classe trabalhadora sua principal problemática social. Desse modo, a pesquisa está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, na Linha 1 que aborda Literatura, Cultura e Modos de Vida, através do Grupo de Estudo em Resiliência, Educação e Linguagens (GEREL), tendo como proposta de identificar como as velhas aposentadas da UATI, Universidade Aberta à Terceira Idade, foram e são afetadas pelas marcas hegemônicas do envelhecer. Assim a pesquisa justifica-se em razão da construção ideológica do velho de forma homogênea, por critérios a-históricos na perspectiva da totalidade, fazendo destes sujeitos instrumentos de reprodução capitalista. Sendo assim, constitui questão de análise: Quais as marcas calcadas nas etapas do envelhecer das senhoras da UATI enquanto aposentadas? Destarte, apresento no Seminário Interlinhas 2019.2 a segunda fase da pesquisa, o estado da arte, para discutir as investigações acerca do objeto, além de discorrer uma ideia de sumário, que foi construído através das teorias de: Beauvoir (1990), Bosi (1994), Debert (2012), Delory (2012), Haddad (2017), Paiva (2014), Pereira (2013) e Teixeira (2006). Utilizando-se dos pressupostos teórico-metodológico da pesquisa qualitativa, tem-se desenhado a pesquisa pautada no estudo bibliográfico, que propiciará o desenvolvimento do estudo através de abordagem qualitativa, encontrando no método (auto)biográfico e como instrumento de pesquisa, priorizou-se inicialmente a entrevista narrativa autobiográfica objetivando discutir questões do envelhecimento na classe trabalhadora e de que forma o programa UATI contribui com formas de reinvenção da velhice.

Palavras-Chave: Capitalismo. Envelhecimento. Velhas Trabalhadoras. UATI.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), linha de pesquisa Literatura, produção cultural e modos de vida. Orientador: Profa. Dra. Áurea da Silva Pereira. Endereço eletrônico: tcarvalhoc@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O tempo vai passando devagarinho: manso, manso, bem mansinho; Quase não percebemos, mas, se observarmos bem direitinho, O tecido epidérmico já está bem enrugadinho. Os pêlos? Oi, coitadinhos! Bem fraquinhos. Dói daqui, dacolá; São as OSES, as ITES; Êta tendõezinhos chatinhos. Visão? Que ilusão. São vultosinhos embaçadinhos. Diabetes, hipertensão, Circulação, problemas do coração. Quantos ÆO, meu irmão. Vá tomar seus remedinhos Papo de doutor, que atenção. Sabe do que mais? Vou jogar tudo no lixão; Dar uma rasteira na depressão Para minimizar essa situação Vou clicar na UATI, procurar informação. Me estabilizar, estudar, Pintar, dançar e cantar, Costurar e bordar, Criar e transformar Vou exercitar o corpo e a mente. Vou às alturas, mas não é manha do colesterol. Vou rodar a baiana, a estima vai se elevar. Vou amar e viver uma nova emoção, Ou revoir! Maturidade, sim! Velhice não!

(FOGOS, Marlene. Tempo de sabedoria. In: Os caminhos da UATI, 2012).

Início a apresentação deste trabalho através de uma epigrafe que representa o pensamento de Marlene Fogos², estudante da Universidade Aberta a Terceira Idade (UATI) de Salvador-BA, programa extensionista da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Estas ideias e ideais encontram-se na apresentação do Livro: “Caminhos da UATI”, lançado em 2012 pela editora EDUNEB.

Ao retratar o pensamento de Marlene, consigo perceber nitidamente o discurso produzido pelo Sistema Capitalista, incorporado e repaginado pelo método da Globalização, reproduzido pelos meios de comunicação e referendados pela Educação, pelo Estado e pelas famílias. Destaco a concepção homogeneizada de viver velhices de forma institucionalizada ou não.

² Nome fictício, apresentado no livro: “Os caminhos da UATI”.

O idoso doente, com autoestima baixa é o “velho”, é aquele que não adere atividades propostas, já o maduro, o que pertence a “melhor idade”, participa de um o grupo que consome produtos e serviços destinados a esse público. Nesse sentido, o pensamento da senhora Marlene é homogeneizador, é como se existe uma pessoa antes e depois da UATI, é como uma metamorfose que ocorre no processo de transição da velhice para a dita maturidade, através da participação ativa das atividades propostas pelo programa extensionista.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo apresentar as etapas iniciais da pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural da UNEB, inicialmente intitulado como: “A construção social da velhice: um olhar sobre as velhas aposentadas da UATI- Campus II”. Sendo assim, discorrerei sobre o estudo da arte e uma proposta de sumário, pautados no arcabouço teórico de Beauvoir (1990), Bosi (1994), Debert (2012), Delory (2012), Haddad (2017), Paiva (2014), Pereira (2013) e Teixeira (2006).

Para este trabalho utilizarei então a pesquisa de abordagem qualitativa, através das teorias compreendidas por meio do estudo bibliográfico. É válido ressaltar que atrelado aos aspectos metodológicos do artigo, na dissertação de mestrado pretendo utilizar o método (auto)biográfico.

INCIANDO A PESQUISA: APRESENTANDO O ESTADO DA ARTE E UMA IDEIA DE SUMÁRIO

Se na década de 1970, Simone de Beauvoir buscou quebrar a conspiração do silêncio no que tange ao tratamento dado aos idosos na sociedade francesa, que escondia o processo de envelhecer e suas consequências biológicas, políticas, sociais e culturais; hoje, em pleno o século XXI, a situação se inverteu completamente. Com o aumento da expectativa de vida na maioria dos países e o avanço do capitalismo, que tudo transforma em mercadoria, o idoso se tornou um tema multidisciplinar, que teve, em sua grande maioria, as discussões

encarceradas pela Ciência e pelo Estado por meio da homogeneização. Nesse sentido, Debert (2012, p. 12) afirma que:

[...] explicar por razões de ordem demográfica a aparente quebra da “conspiração do silêncio” em relação à velhice é perder a oportunidade de descrever os processos por meios dos quais o envelhecimento se transforma em um problema que ganha expressão e legitimidade, no campo das preocupações sociais do momento.

Sendo assim, o projeto de Mestrado se propõe a estudar o outro lado da história, buscando no idoso o protagonismo de contar suas vivências em um programa inserido na universidade, para partir destas memórias analisarmos nos discursos, os possíveis aspectos homogeneizadores difundidos pela mídia, pelas instituições voltadas a terceira idade e pela ciência. Buscando limitar o campo de estudo, busco trabalhar com aposentadas, uma vez que nas leituras realizadas foi possível perceber que nas várias vertentes do envelhecimento, a classe que em outrora foi considerada de trabalhadora é a mais afetada por estes aspectos pautados pelo capital, uma vez que segundo Teixeira (2017, p. 34),

É a classe trabalhadora a protagonista na “tragédia” do envelhecimento (velhice pobre, desamparada, sem ou com baixa renda, sem bens e propriedade, doentia, sem acesso às políticas públicas e dependentes de recursos familiares), considerando-se a impossibilidade de reprodução social e de uma vida cheia de sentido e valor na ordem do capital, quando perde o “valor de uso” para o capital, em função da expropriação dos meios de produção e do tempo de vida.

Ao realizar o estado da arte, através de pesquisas em sites oficiais, tais como CNPQ e CAPES, é possível perceber o aumento exponencial dos estudos sobre o envelhecimento. Mas o ineditismo da pesquisa está justamente na consequência do método utilizado, onde o processo de rememoração propiciará através das narrativas autobiográficas, histórias

de velhas aposentadas que podem apresentar discursos delineados e perpetuados pelo sistema econômico, político e social vigente. Aliado a isso, trataremos das repercussões teóricas e práticas de um programa inserido no ambiente intelectual que é a universidade.

Para conseguir alcançar os objetivos e delinear um cronograma de execução, proponho um sumário estudo organizado por tópicos e subtópicos seguindo um sequenciamento de ideias que permitam uma leitura interconectada entre as teorias estudadas e as narrativas das idosas. Assim, indico esta segmentação lógica em cinco capítulos.

No primeiro capítulo que inicialmente nomeio como: “Por que discutir envelhecimento?” responderei um questionamento que todos me fazem quando ficam sabendo que estou fazendo Mestrado e o Projeto a ser desenvolvido é sobre o Envelhecimento: Por que um administrador quer discutir envelhecimento? Sendo assim, apresentarei memórias onde meu contato com os velhos culminou no interesse sobre o tema. Seja na infância e adolescência com meus avós e tios de segundo grau, seja na fase adulta com meu primeiro emprego numa instituição educacional católica ou meu estágio na Universidade Aberta à Terceira Idade, no Campus II da UNEB, em Alagoinhas-BA. Entrelaçado as minhas memórias, apresentarei dentro de um contexto histórico as mudanças recentes no tratamento dado ao envelhecimento pelo mundo capitalista, dado ao aumento da expectativa de vida e seus impactos econômicos, principalmente no que tange as relações de consumo e trabalho, campo de interesse da Administração. Dessa forma, discorrerei sobre o percurso metodológico utilizado para alcançar os objetivos do projeto. A ideia é que a pesquisa, no que diz respeito à abordagem qualitativa, no qual pretendo utilizar como método (auto)biográfico, com entrevistas narrativas e ateliês autobiográficos.

“A ‘ideologia’ do envelhecimento no tempo do capital” constitui o capítulo teórico da dissertação. Desta forma, trago Simone Beauvoir, que inicia na década de 70 na França, a quebra da conspiração do silêncio sobre o Envelhecimento, apresento também as ideias de Guita Debert

(2012), Pereira[...] sobre o processo de construção social da velhice. Em seguida, indico Eneida Hadadd (2017) para tratar da ideologia da Velhice, o que permitirá chegar ao posto-chave da pesquisa: os reflexos destes processos nas velhas aposentadas, onde fundamento a através de Ecléa Bosi (1994), Sálvea Paiva (2014), Pereira (2013) e Solange Teixeira (2006).

“Um olhar sobre *o lócus* de pesquisa”, constitui o terceiro capítulo, onde pretendo discorrer sobre o lócus da pesquisa, que é considerado o maior programa de extensão da América Latina: a UATI — Universidade Aberta à Terceira Idade. É importante destacar que apesar do foco da pesquisa ser identificar, refletir e discutir os reflexos da construção social da velhice nas velhas aposentadas, acredito ser imprescindível dedicar um capítulo para tratar da UATI, uma vez que nos estudos antropológicos, instituições voltadas a terceira idade, em sua maioria, propaga a ideias homogeneização do envelhecimento. Nesse sentido, cabe investigar como o projeto da UATI pode interferir no processo de construção supracitado.

A ideia do quarto capítulo, “Quebrando o silêncio fase dois: vivências de velhas aposentadas da UATI Alagoinhas-BA”, é apresentar a pesquisa e suas fases. É neste tópico que a pesquisa indica ser inédita, ao mesmo tempo em que explica o seu título. “Quebrar o silêncio fase dois” é relembrar e homenagear a ícone Simone Beauvoir continuando o seu trabalho. Por meio de vivência das velhas aposentadas, captadas pelas entrevistas narrativas e pelos ateliês autobiográficos, poderei constatar não apenas a percepção da construção social da velhice nas velhas trabalhadoras, mas identificar qual o papel da UATI como fomentadora desse “novo envelhecer”.

No último capítulo, tratarei das impressões finais da pesquisa, onde retomarei os objetivos, demonstrando que foram alcançados ao mesmo tempo em que entrelaçarei aos principais resultados da pesquisa. Posteriormente indicarei as limitações da pesquisa, indicando o seu ineditismo e as possibilidades de continuação da pesquisa em um possível Doutorado.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para realizar este trabalho, utilizei um estudo bibliográfico acerca das várias percepções sobre o Envelhecimento. Nas leituras de artigos científicos, livros nacionais e internacionais, dissertações e teses, além da análise qualitativa, utilizei uma abordagem quantitativa de forma superficial, com objetivo de compreender não apenas as nuances da temática, mas de quantificar os estudos já realizados, possibilitando a concretização do Estudo da Arte, que conseqüentemente me permitiu compreender os caminhos e pontos de discussão que façam com que a presente pesquisa tenha aspectos inéditos.

Para executar o projeto, pretendo avançar na metodologia deste artigo somando-a a pesquisa (auto)biográfica, que será instrumentalizada pelas narrativas autobiográficas. Para colher estas narrativas pensou-se inicialmente na construção de ateliês autobiográficos, estratégia essa que inicialmente está sendo revista devido ao cenário atual provocado pela pandemia do COVID-19, que impossibilita o contato físico direto, principalmente com idosos que constituem grupo de risco. Uma nova ideia seria a utilização de tecnologias da informação e da comunicação, porém em conjunto com a orientadora, este novo instrumento ainda está em fase de análise, uma vez que devemos nos cercar de cuidados para não comprometer o estudo do objeto, bem como projetar possíveis perdas de detalhes importantes na pesquisa, uma vez que o uso de tecnologias citadas não permite a criação mais efetiva de laços de confiança entre pesquisador e sujeitos do estudo, que permite um ambiente de entrevista mais propício, aspecto esse muito importante e inerente a aplicação de ateliês e das próprias narrativas autobiográficas.

CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Antes de mim vieram os velhos. Os jovens vieram
depois de mim E estamos todos aqui No meio do
caminho dessa vida Vinda antes de nós E estamos
todos a sós No meio do caminho dessa vida E

estamos todos no meio Quem chegou e quem faz
tempo que veio Ninguém no início ou no fim Antes
de mim Vieram os velhos Os jovens vieram depois de
mim E estamos todos aí

(CALCANHOTO, Adriana. Velhos e Jovens, 1992)

Pensar nas representações das velhices na era movida pelo capital, que tem por base o consumo é complexo. Numa lógica insana tudo vira mercadoria, pessoas, ideologias, formas de vida, sentimentos. Assim, para tornar mais fácil mercantilização, na ideia de produção em série padronizada, tudo é homogeneizado, num rizoma perfeito de dispositivos de controle.

A universidade, que no seu conceito trabalha com pesquisa, ensino e extensão, deve promover ações capazes de fazer de seu público, sujeitos autônomos e conhecedores das realidades que o cercam e isso inclui perceber criticamente o estilo de servidão moderna que vivemos em função do sistema capitalista mercante.

Dessa forma, este trabalho apresentou as etapas iniciais de uma pesquisa de mestrado que configurou num estudo qualitativo e quantitativo sobre o Estado da Arte, necessidade e possibilidades de discutir as velhices de forma inédita. Na segmentação escolhi a classe trabalhadora, que nas diversas categorias, seria aquela que mais sofre com as mazelas do capital. E assim, busquei na UATI o objeto que poderia identificar (ou não) um dos principais instrumentos de mobilização e transmissão de ideias homogeneizadoras do sistema: a educação. Quando buscamos nesses elementos intrincados nas narrativas autobiográficas, encontramos o ineditismo que poderá culminar em projetos de um possível doutoramento.

Considero este trabalho de extrema relevância política e social, principalmente na realidade que estamos vivendo, onde na pandemia provocada pela COVID-19, é possível perceber que as políticas neoliberais aplicadas pelos governos de extrema direita, a exemplo dos Estados Unidos e Brasil, colocam idosos como inimigos do Estado e os deixam a

mercê da própria sorte. Na dissertação de Mestrado poderei discutir elementos supracitados, num ambiente intelectual da universidade, onde as velhas serão protagonistas ao narrar suas histórias indicando os possíveis reflexos do trabalho e do programa de extensão na velhice, tudo isso tendo como arcabouço o sistema vigente.

REFERÊNCIAS

BARROS, Myriam Moraes L. de. Envelhecimento, cultura e transformações sociais. PY, Lígia et al. *Tempo de envelhecer: percursos e dimensões psicossociais*. Rio de Janeiro: Ed. NAU, 2004.

BEAUVOIR, Simone de. *A velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BERNARDO, Maria Helena de Jesus. A velhice da classe trabalhadora e a naturalização dos cuidados familiares. In: Teixeira, Maria Solange. *Envelhecimento na sociabilidade do Capital*, Campinas, Papel Social: 2017.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, Vozes, 2008.

DEBERT, G. G. A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: EDUSP, 1999.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. Introdução: Rizoma. In: *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Ana Lúcia Oliveira. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995, p. 7-37.

DELORY-MOMBERGER, C. *Biografia e educação: figuras do indivíduo-projeto*. Natal: EDUFRN, 2014.

FREITAS, E. V. et al. (Org.) *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara Koogan, 2006.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. *A ideologia da velhice*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2016.

PAIVA, Salvea de Oliveira Campelo e. *Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo no capital*. São Paulo: Cortez, 2014.

PASSEGGI, M. da C. *A pesquisa (auto)biográfica em educação: princípios epistemológicos, eixos e direcionamentos da investigação científica*. In: VASCONCELOS, M. de F.; ATEM, É. (Org.)

PEREIRA, Áurea da Silva. *Narrativas de vida de idosos: memórias, tradição oral e letramento*. Salvador: EDUNEB, 2013.

TEIXEIRA, Solange Maria. *Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2008.

MEMÓRIAS DE DONA HELENA: NARRATIVAS EM VOZ MENOR

Verônica Helena Aelo Simões¹

Resumo: Em comunidades de tradição oral a escrita tem um valor secundário, logo são as narrativas que ajudam os mais jovens a criarem vínculos sociais e inserir-se na história. Enquanto a história utiliza-se da análise de documentos grafados, a memória é considerada um espaço em que o que está relacionado ao passado ainda não ganhou dimensão escrita, pois é a oralidade que faz a distinção entre memória e história. Nesse sentido, o estudo sobre memória torna-se importante para a compreensão da sobrevivência dos fatos veiculados pela tradição oral. Sendo assim, este artigo enfoca parte dos relatos da memória da Senhora Helena Teixeira da Silva Lima, nascida em janeiro de 1910, em Pojuca-Bahia. Por ora, será apresentada a narrativa *O pilãozinho de ouro*, que trata de compreender os significados das leituras na sua vida social, além analisar como suas diversas leituras (não somente literárias) contribuíram para sua formação identitária e na sua relação com os contextos familiar e social. Embora também tenha função de entreter, o enredo da narrativa revela não só a situação da mulher em um determinado contexto, como reforça as crenças e atitudes norteadoras de um grupo social em que a narradora está inserida.

Palavras-Chave: Identidade. Memória. Tradição oral.

INTRODUÇÃO

Entendendo que o estudo sobre memória é importante para a compreensão de como e porque fatos ocorridos durante a trajetória de vida ficam registrados e contribuem para a compreensão dos modos de vida e valores de uma época, fiz um estudo de caso dos relatos de Dona

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), linha de pesquisa Literatura, produção cultural e modos de vida. Orientadora: Profa. Dra. Edil Silva Costa. Endereço eletrônico: veronica.aelo@gmail.com.

Helena Teixeira da Silva Lima, procurando estabelecer as relações de suas lembranças pessoais com os acontecimentos históricos e o contexto social em que ela viveu. Neste artigo farei uma análise do conto “O Pilãozinho de Ouro”, aprendido através da oralidade e transmitido por D. Helena. O recorte faz parte da pesquisa iniciada no Curso de Graduação.

Dona Helena nasceu no município de Pojuca, hoje Região Metropolitana de Salvador, a 67 km da capital baiana, em 22 de janeiro de 1910. Sempre morou na região durante os seus 100 anos de vida, embora tenha nascido na zona urbana e deslocado-se algumas vezes entre as zonas rural e urbana. Morou na Fazenda Sussuarana, propriedade de seu avô, até os dezenove anos. Em seguida foi para o distrito de Miranga, retornou a Pojuca e depois de alguns traslados, em 1930, mudou-se para a Fazenda Pau D’Arco. Em 1940, mudou-se para a fazenda Periperi. Retornou à sede do município de Pojuca, onde permaneceu até os últimos anos de vida.

A fim de compreender como o idoso ressignifica os saberes construídos/adquiridos ao longo de sua trajetória de vida, para a continuidade da pesquisa será necessária nova análise do material transcrito, bem como leitura de referenciais teóricos como Edil Costa, Áurea Pereira, Christine Delory-Momberger, Michel Pollak, Paul Zumthor, Daniel Bertaux, Jacques Derrida, Stuart Hall e Antônio Nóvoa. Inicialmente, trataremos do estudo sobre o envelhecimento, a melhoria da qualidade de vida e, conseqüentemente, sobre longevidade e a transmissão do conhecimento.

ENVELHECIMENTO X APRENDIZADO

Atualmente, estudos sobre envelhecimento vêm ganhando evidência e prioridade no Brasil, uma vez que devido a diversos fatores como melhorias nas condições sociais e em especial o desenvolvimento tecnológico ligado à área da saúde — o que não significa melhoria na qualidade de vida — têm favorecido o aumento da longevidade.

No livro *Envelhecimento ou longevidade?*, as autoras Vera Maria Brandão e Elizabeth Mercadante abordam “o envelhecimento como natural e inerente à condição biológica de todo ser vivo, regido pelo ciclo vital em seu processo normal, que vai do nascimento à morte”, (MERCADANTE, 2009, p. 6). É um processo lento que ocorre gradativamente a cada dia. Apesar do avanço das discussões a respeito do envelhecimento, esse processo natural ainda é visto de uma forma negativa, sendo associado a doenças e fragilidades e por isso, o idoso é posto no lugar de um “inservível”, como alguém que dá trabalho e tira a privacidade.

De acordo com Mercadante e Brandão, “considerando que os papéis sociais e os lugares dos sujeitos são construídos no meio cultural, verificamos que o envelhecimento e a longevidade podem ser analisados na perspectiva de uma construção social” (MERCADANTE, 2009, p. 37), levando em consideração o contexto sócio-histórico em que se encontra, já que as diferenças são perceptíveis desde a Antiguidade tanto no Oriente, quanto no Ocidente. Dessa forma, tem-se aqui no Brasil um novo estereótipo de velho, que se mostra cada vez mais jovem e esbanja saúde e alegria.

Para as autoras é necessário “educar para dar voz aos cidadãos — para aprender a escutar a voz “dos outros” e, assim, compreendê-los e a nós mesmos” (MERCADANTE, 2009, p. 89). Nessa perspectiva, é preciso que sejam feitas políticas públicas voltadas para melhorar a educação brasileira, pois é a partir da valorização do conhecimento e da troca de experiências que essa crescente população poderá ser melhor compreendida e respeitada, pois ao ouvir os idosos, será possível alimentar e evidenciar a voz que anseia na sociedade.

A relevância das discussões sobre a complexidade da relação entre gerações leva-nos à reflexão sobre as consequências provocadas pela cultura do consumo, que conseqüentemente gera competição e individualismo. A fim de construirmos uma sociedade mais justa e

igualitária, é preciso que o espaço seja e esteja aberto aos mais velhos para que possamos compreender os fatos da nossa própria história.

A IMPORTÂNCIA DO IDOSO NA TRANSMISSÃO DO CONHECIMENTO

A transmissão de narrativas era vista como a função do idoso, pois como foi dito, devido à sua frágil aparência era considerado improdutivo e, em seguida, descartado do meio social. Porém, são essas narrativas que contribuem para a perpetuação da tradição oral.

A caracterização da história oral se dá através da produção de documentos e arquivos que se referem à vida das pessoas como fatos históricos e também se apresenta como uma forma de reconstrução de acontecimentos, vivências e experiências em diferentes aspectos da vida, seguindo movimento histórico e cultural da sociedade. Por isso, a história oral se apresenta como a ideia de passado que perpassa e se prolonga no presente, projetando-se no futuro. Dessa forma, por encontrar-se num contexto histórico específico, a narrativa permite a visão do sujeito em relação com sua história pessoal e do seu tempo.

No capítulo *Vozes em evidência: as histórias silenciadas*, de *Narrativas de vida de idosos*, Áurea Pereira abre espaço a um grupo excluído (velhos) e mostra que “história oral, memória e tradição oral se entrelaçam nas histórias de vida dos idosos” (PEREIRA, 2013, p. 23). Esse entrelaçamento apresenta-se de forma importante para a reconstrução de imagens e ideias, pois “ao mesmo tempo em que conta as histórias, oralmente, ele transmite experiências, saberes preservados através de experiências do passado” (PEREIRA, 2013, p. 23). Na literatura e na tradição oral é comum a presença da repetição. Esta surge como forma de fixação por parte daqueles que vivenciaram e como ensinamento para aqueles que estão chegando.

Em uma comunidade narrativa, as pessoas apontam quem é o contador, que naturalmente são as pessoas mais velhas e sua palavra é legitimada, portanto na organização da comunidade, cada um tem sua função e ela é reconhecida. Assim como a fala representa o poder, a

afirmação e a reafirmação do mais velho, “a negação e o silêncio também são marcas da fala de muitos idosos” (PEREIRA, 2013, p. 21), pois o silêncio surge como forma de resistência e estranhamento.

Atualmente, a transmissão oral que era a forma utilizada pelos mais velhos para educar e ensinar vem “perdendo” espaço para a escrita, que tem ganhando visibilidade graças ao poder de legitimação. Isso acontece porque “a escrita assegura a preservação dos fatos para um maior número de gerações descendentes de culturas diferentes” (PEREIRA, 2013, p. 144). Apesar da baixa ou não escolarização, tem-se um contato direto com a escrita, em virtude dos meios de comunicação de massa, cartazes e outros.

Sobre o ato de narrar histórias, que é muito comum em comunidades, Áurea Pereira afirma que:

O ato de narrar história é um ato de produção e criação textual. O autor do texto recria uma estrutura textual que garanta ao ouvinte, ou leitor, a compreensão e acompanhamento dos episódios e cenas, bem como a presença de outros interlocutores que apareçam como personagens principais. [...] O ato de narrar histórias é um ato de recriação e não deixa de ser uma arte, é também poético (PEREIRA, 2013, p. 221).

Sendo assim, o ato de narrar está relacionado à performance, em que cada “apresentação” é única, pois não há repetição de gestos ou expressões. A performance se utiliza do corpo e da voz do narrador, caracterizando-se pela singularidade.

No próximo tópico faremos a análise do conto *O pilãozinho de ouro*, que era contado prazerosamente pela narradora nos momentos de conversa.

2 A ESPERTEZA DA MULHER NUM CONTO DA TRADIÇÃO ORAL

O conto *O pilãozinho de Ouro* (Cf. Anexo), por ser aprendido por Dona Helena através da tradição oral, pode ter sido recriado a cada

transmissão, ganhando elementos característicos da época ou, também, perdendo elementos que não fizessem parte do cotidiano de cada transmissor.

Ao analisar os personagens, o enredo e local onde se passa a história, podemos pensar que são trazidos à luz elementos de época. Logo, somos remetidos a várias situações como a desvalorização da mulher, que durante muito tempo não pôde expressar suas opiniões e seus desejos, cabendo-lhes apenas a obediência, a dedicação aos afazeres domésticos e a educação dos filhos.

Em *O pilãozinho de ouro* percebi a autonomia da mulher numa situação patriarcal. A personagem possui uma relação amigável com o pai, que a orienta a não procurar o rei e entregar-lhe um presente incompleto: um pilãozinho de ouro sem a mão-de-pilão. Tal atitude chama a atenção do rei que a considera muito esperta e demonstra interesse em casar-se com ela. Porém, há a imposição da realização de uma tarefa difícil, que surge como “fuga” do rei de casamentos por interesses. O desafio é aceito pela moça e sua atitude impressiona o rei, que talvez não acreditasse na possibilidade da realização da tarefa, visto que eram pessoas sem recursos.

Para a realização da tarefa, a plebeia demonstra total criatividade ao utilizar elementos que estão ao seu alcance, presentes no seu cotidiano. Após a superação do desafio, tem-se o pedido de casamento. A aceitação do pedido acontece de forma rápida, já que a moça não impõe nenhuma condição.

Numa atitude de confiança, o rei transmite à esposa seu maior segredo: a compra de um cavalo que ainda não havia sido pago porque havia esquecido. Porém, ao ser procurada e revelar o local onde o rei poderia ser encontrado para que o vendedor pudesse cobrá-lo foi o motivo para uma atitude impensável: a expulsão da esposa de sua casa.

Desta vez o rei não impõe uma condição, ele dá a opção para ela escolher e levar consigo algo que achasse bonito e gostasse. Tal atitude funcionaria como “teste”, para verificar se havia algum interesse material

por parte da moça. E, mais uma vez, ela utiliza sua esperteza: embebeda o rei e retira-o de casa, levando-o para a humilde casa de seu pai. Diante disso, pode haver o interesse da moça em retirar o rei da sua pomposa realidade a fim de mostrar o cotidiano dos plebeus e também testar a sua resistência a uma vida sem luxos e regalias.

Observando a atitude da moça podemos pensar no possível surgimento de um sentimento que não é mencionado no conto já que o casamento não é realizado por amor, o que era comum na época. O casamento acontece devido a admiração do rei pela esperteza da moça. Transportá-lo enquanto se encontra inconsciente para a sua antiga realidade, talvez fosse uma forma ou até mesmo a oportunidade de alertá-lo em relação ao sentimento, já que essa atitude se revela também como uma prova de amor e reconquista.

Nota-se que a narrativa não é um simples conto para entretenimento, embora também tenha essa função já que as pessoas contavam nos momentos de descanso, à noite, depois do almoço, o que possibilitava a integração e a sociabilidade. O enredo do conto mostra a situação da mulher em um determinado contexto e seu comportamento demonstra ousadia e determinação, levando-se em consideração o período em que o conto foi aprendido e transmitido.

CONCLUSÃO

Ao analisar o conto *O pilãozinho de ouro*, pude perceber o quão rica e prazerosa é a tradição oral, bem como a força e o poder da palavra que ecoa no tempo. É através dos exemplos, da caracterização e dos detalhes presentes nos contos que se ensina uma lição, como a valorização dos princípios éticos na relação com o outro.

Ao retomar o material transcrito, foi possível identificar que o conto em análise foi lido pela madrinha de Dona Helena para sua avó Mariquinha, que era analfabeta, e recontada por ela nos momentos de convivência familiar. Além disso, localizei uma versão do conto narrado por Dona Helena na coletânea dos Irmãos Grimm denominado *A*

camponesinha sagaz (Cf. Anexo), cuja análise comparativa será possível fazer em outro momento.

Sendo assim, percebe-se que ao narrar *O pilãozinho de ouro*, em casa, Dona Helena “reproduzia” a atitude de sua avó ao juntar os netos e iniciar uma narrativa como forma de tê-los por perto e ao mesmo tempo transmitir ensinamentos através do exemplo.

Pela magia dos contos é possível aprender que para alcançar um objetivo é preciso passar por momentos e caminhos tortuosos, bem como ultrapassar barreiras, superar desafios e para obter sucesso é preciso ter criatividade, pois ao vencer percalços, ganha-se batalhas internas e externas que resultam em força e amadurecimento.

ANEXO

O PILÃOZINHO DE OURO²

Certo dia, um velho caçador saiu para a mata. Lá, encontrou um pilãozinho de ouro e logo decidiu que deveria presentear o rei. O velho tinha uma filha e a mesma não concordava com a atitude do pai por achar que o pilãozinho não possuía a mão.

O rei, ao saber da atitude da moça, mandou que o velho a chamasse, pois a achou muito esperta, porém deveria se apresentar nas seguintes condições: nem a pé, nem a cavalo, nem nua, nem vestida, nem calçada, nem descalça. A moça aceitou o desafio e se apresentou da seguinte forma: montada num carneiro, vestida numa roupa de pelica e com um pé calçado, outro não. Ao vê-la, o rei a pediu em casamento e a moça aceitou.

Mas o rei tinha um segredo e pediu à esposa que não contasse a ninguém. Ele havia comprado um cavalo e esqueceu-se de pagar. O vendedor, que precisava do dinheiro, decidiu cobrar. Ao chegar à casa do

² Adaptado do texto transmitido pela narradora.

rei, pediu à moça que dissesse onde encontrá-lo. A rainha, sem conhecer o rapaz, ensinou o caminho. Por conta disso, o rei a mandou embora e disse-lhe que poderia levar de sua casa uma única coisa: algo que achasse mais bonito e gostasse.

Antes de sair, porém, a moça pediu ao rei que almoçasse com ela. Ofereceu-lhe vinho e o rei logo se embebedou. A moça aproveitou a oportunidade, chamou alguns criados e levou-o para a casa de seu pai.

A CAMPONESINHA SAGAZ

Um conto de fadas dos Irmãos Grimm

Houve, uma vez, um campônio que não possuía nem um pedaço de terra, apenas uma casinha e a filha. Esta, um dia, disse ao pai:

— Deveríamos pedir ao rei que nos desse uma quadra de terra.

O rei, ao saber que eram tão pobres, deu-lhes um lote que não passava de um torrão cheio de mato. Pai e filha puseram-se, com afinco, a capinar e a revolver aquela pobre terra a fim de semear algum trigo e hortaliças. Já haviam cavocado quase todo o torrão quando acharam, semi-enterrado, um pequeno pilão de ouro maciço.

— Escuta aqui, — disse o pai, — como o nosso rei foi tão generoso conosco e nos deu este campo, acho que deveríamos dar-lhe este pilão como prova de reconhecimento. A filha não era da mesma opinião e objetou:

— Meu pai, se lhe levarmos o pilão há de querer também a mão-de-pilão e teremos de a procurar; portanto acho melhor ficarmos calados.

O pai, entretanto, não lhe deu atenção; embrulhou o pilãozinho e foi levá-lo ao rei, contando-lhe que o haviam achado no meio da terra e que desejavam oferecer-lhe. O rei aceitou o pilão mas perguntou se não haviam achado mais nada.

— Não, Majestade; — respondeu o camponês.

O rei disse-lhe:

— É preciso trazer, também, a mão-de-pilão.

O camponês respondeu que haviam procurado mas não conseguiram encontrá-la. Essa explicação de nada serviu e o rei mandou que o trancassem na prisão até que tivessem encontrado o tal objeto. Diariamente, os guardas levavam ao camponês a ração de pão e água, que é o que dão nas prisões, e sempre o ouviam lamentar-se e exclamar:

— Ah, se eu tivesse dado atenção à minha filha!

Tanto ouviram essa exclamação que resolveram ir contar ao rei, repetindo o que sempre dizia o prisioneiro: "Ah, se eu tivesse dado atenção à minha filha!" contando ainda que ele não queria comer nem beber nada.

O rei, então, mandou buscar o prisioneiro e perguntou-lhe por que era que vivia a repetir: "Ah, se eu tivesse dado atenção à minha filha!"

— Que foi que tua filha disse?

— Majestade, ela disse-me que não trouxesse o pilãozinho, senão teria que achar também mão-de-pilão.

— Tens uma filha bem inteligente, manda que venha cá.

Majestade, ela disse-me que não trouxesse o pilãozinho, senão teria que achar também mão-de-pilão.

Assim a moça teve de comparecer à presença do rei, o qual lhe perguntou se realmente era tão sagaz e inteligente. A fim de prová-lo, ele lhe daria um enigma para resolver; se o conseguisse decifrar ele se casaria com ela.

A moça respondeu prontamente que o decifraria; então o rei disse:

— Tens de te apresentar na minha presença nem vestida, nem nua; nem montada, nem de carro; nem na rua, nem fora dela; se conseguires fazer isso, casarei contigo.

A moça retirou-se. Em seguida, despiu-se completamente, assim não estava vestida; envolveu-se numa rede de pescar e não estava nua; tomou emprestado um burro amarrando-lhe as pontas da rede no rabo para que ele a puxasse, assim não estava montada e nem de carro; fez o burro andar sobre o sulco produzido pelas rodas do carro de maneira a tocar o chão só com o dedo maior, desse modo não estava nem na estrada nem fora dela.

Quando o rei a viu chegar disse-lhe que havia acertado completamente. Mandou soltar o pai dela e, em seguida, desposou-a, confiando à sua sagacidade a gerência do patrimônio real.

Transcorridos alguns anos, um dia em que o rei passava em revista uma divisão, deu-se o caso que muitos camponeses se detivessem em frente ao castelo com os carros depois de terem vendido a lenha; alguns tinham atrelado bois e, outros, cavalos. Entre eles havia um camponês que tinha três cavalos e um potrinho recém-nascido, o qual saiu de perto da mãe e correu a refugiar-se entre dois bois que puxavam um carro. Os respectivos donos puseram-se a discutir e a brigar aos berros; o dono dos bois queria para si o potrinho, dizendo que era filho dos bois; o outro insistia dizendo que o potrinho lhe pertencia e que era filho dos cavalos.

A contenda foi levada ao rei e este sentenciou que o potrinho devia ficar no lugar que escolhera; assim ficou pertencendo ao dono dos bois, embora injustamente. O outro camponês foi-se embora chorando e lastimando-se por ter perdido o potrinho.

Mas ele ouvira dizer que a rainha era muito inteligente e sagaz, além de boa e compreensiva, por ser também de origem camponesa; dirigiu-se a ela pedindo que o ajudasse a recuperar o seu potrinho. Ela respondeu:

— Sim, eu te ajudarei. Se prometes não me trair, eu te ensinarei o que tens a fazer. Amanhã cedo, quando o rei for assistir à parada, coloca-te no meio da rua pela qual deve passar, pega uma rede de pesca e finge estar pescando; continua a pescar e a despejar a rede como se realmente estivesse cheia de peixes.

Ensinou-lhe, também, as respostas que devia dar se o rei interrogasse.

Na manhã seguinte, lá estava o camponês pescando em lugar seco. Passando por aí o rei viu-o e mandou o batedor perguntar o que fazia aquele maluco. Perguntado, o camponês respondeu:

— Estou pescando.

O batedor perguntou-lhe que pretendia pescar em plena rua, onde não havia água.

— Ora, — respondeu o camponês, — se dois bois podem produzir um potrinho, eu também posso pescar onde não há água.

O batedor foi transmitir essa resposta ao rei, o qual mandou chamar o camponês e lhe disse que aquela ideia não era produto da sua cachola; quem lhe tinha sugerido? Exigiu que o confessasse logo. Mas o camponês não queria faltar ao compromisso com a rainha e repetia: "Deus me livre, Deus me livre! É ideia minha, é ideia minha."

Então, colocaram-no sobre um feixe de palha e espancaram-no tanto que o coitado acabou confessando que fora a rainha.

À tarde, chegando em casa, o rei foi ter com a rainha, dizendo-lhe:

— Por que és tão falsa para comigo? Não te quero mais por esposa; está tudo terminado entre nós. Volta para a tua casa campônia, de onde vieste.

Todavia, permitiu que ela levasse consigo a coisa mais cara a preciosa que possuía e essa seria a sua gratificação.

— Sim, meu querido esposo, — disse ela, — farei o que mandas.

Lançou-se ao pescoço do rei abraçando-o e beijando-o muito, dizendo que desejava despedir-se dele. Mandou que servissem uma bebida qualquer para brindar à saúde do rei e, disfarçadamente, deitou no copo deste um narcótico, que o fez cair em profundo sono; vendo-o adormecido, a rainha mandou que lhe trouxessem um belo lençol de

linho, no qual envolveu o rei; em seguida, ordenou aos criados que o levassem para a carruagem, estacionada em frente à porta, e ela mesma o conduziu depois até à sua casa.

Uma vez lá na sua casinha, ela deitou-o na própria cama onde ele dormiu um dia e uma noite ininterruptamente. Quando acordou, olhou espantado em volta, exclamando:

— Meu Deus, onde estou?

Chamou os criados, mas não haviam nenhum. Por fim chegou a mulher, que entre um sorriso e outro, disse-lhe:

— Meu caro senhor, destes-me ordem de trazer comigo o que eu mais gostava e me era mais precioso; ora, nada no mundo me é mais caro e precioso do que vós, assim trouxe-vos comigo.

O rei ficou tão comovido que os olhos se lhe encheram de lágrimas.

— Minha querida mulher, tu és minha e eu sou teu, e nada nos separará.

Reconduziu-a, novamente, ao paço real e quis que se tornassem a casar.

Certamente, se não morreram, ainda estão vivos até hoje.

REFERÊNCIAS

HAMPATÉ BÂ, Hamadou. A tradição viva. In: *História Geral da África I: metodologia e pré-história da África*. Org. Ki-Zerbo, Joseph. São Paulo, Ed. Ática/UNESCO, 1982. p. 181-218.

MERCADANTE, Elizabeth Frohlich; BRANDÃO, Vera Maria Antonieta Tordino. *Envelhecimento ou Longevidade?* São Paulo: Editora Paullus, 2009.

PELLEN, Jean-Noël. Memória da literatura oral. A dinâmica discursiva da literatura oral: reflexões sobre a noção de etnotexto. Trad. Maria T. Sampaio. Projeto História — *Revista do Programa de Estudos Pós-*

graduados em História e do Departamento de História (PUC-OS), v. 22, p. 49-77, 2001. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10730/7062>. Acesso: 06 de março de 2014.

PEREIRA, Áurea da Silva. Vozes em evidência: as histórias silenciadas. In: *Narrativas de vida de idosos; memória, tradição oral e letramento*. Salvador: EDUNEB, 2013, pp. 17-42.

PEREIRA, Áurea da Silva. Aproximações teóricas: cultura local, oralidade e letramento. In: *Narrativas de vida de idosos; memória, tradição oral e letramento*. Salvador: EDUNEB, 2013. p. 141-166.

PEREIRA, Áurea da Silva. Por uma pedagogia da oralidade na EJA: uma possibilidade para o ensino da linguagem. In: *Narrativas de vida de idosos; memória, tradição oral e letramento*. Salvador: EDUNEB, 2013, 211-228.

PROPP, Vladimir. Capítulo I: Premissas. In: *As raízes do conto maravilhoso*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 1-27.

SIMÕES, V. H. A. *Vozes da memória: narrativas de Dona Helena*. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) — Universidade do Estado da Bahia, UNEB - Campus II — Alagoinhas, 2010.